



Domínios de Lingu@gem

Revista Eletrônica de Linguística

2º Semestre 2011
Volume 5, número 2

Ciências do Léxico

(Lexicologia, Lexicografia, Terminologia, Terminografia, Onomástica)

Organização:
Profa. Dra. Eliana Dias
Prof. Dr. Guilherme Fromm

ISSN: 1980-5799

Universidade Federal de Uberlândia

Reitor

Prof. Alfredo Júnior Fernandes Neto

Vice-Reitor

Prof. Darizon Alves de Andrade

Diretor da EDUFU

Prof. Humberto Aparecido de Oliveira Guido

EDUFU – Editora e Livraria da Universidade Federal de Uberlândia
Av. João Naves de Ávila, 2121 – Campus Santa Mônica – Bloco A – Sala 01
Cep 38400-902 – Uberlândia – MG
Tel: (34) 3239-4293
www.edufu.ufu.br | e-mail: livraria@ufu.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

Domínios de lingu@gem, v. 5, n. 2, 2011,
Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-
Graduação do Instituto de Letras e Linguística, 2007-

Semestral.

Modo de acesso: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem>

Editoração: Guilherme Fromm.

Organizadores: Eliana Dias, Guilherme Fromm.

ISSN: 1980-5799

1. Linguística - Periódicos. 2. Linguística aplicada - Periódicos.
2. Lexicologia - Periódicos. 3. Lexicografia - Periódicos. I. Dias, Eliana.
II. Fromm, Guilherme.

CDU: 801(05)

Domínios de Lingu@gem

Diretor

Guilherme Fromm (UFU)

Conselho Editorial

Ana Donnard (UFU)

Ariel Novodvorski (UFU)

Eliana Dias (UFU)

Maria Clara Carelli Magalhães Barata (UFU)

Marileide Dias Esqueda (UFU)

Conselho Consultivo

Adriana Cristina Cristianini (UFU), Aldo Luiz Bizzochi, Alessandra Montera Rotta (UFU), Alice Cunha de Freitas (UFU), Ataliba Teixeira de Castilho (USP), Benice Naves Resende (UFU), Betina Ribeiro Rodrigues da Cunha (UFU), Camila da Silva Alavarce Campos (UFU), Carla Nunes Vieira Tavares (UFU), Carmen Lúcia Hernandez Agustini (UFU), Cecília Magalhães Mollica (UFRJ), Cíntia Camargo Vianna (UFU), Cláudia Maria Xatara (UNESP), Cleci Regina Bevilacqua (UFRGS), Clécio dos Santos Bunzen (UNIFESP), Cleudemar Alves Fernandes (UFU), Cristiane Carvalho de Paula Brito (UFU), Dánie Marcelo Jesus (UFMT), Daisy Rodrigues do Vale (UFU), Deise Prina Dutra (UFMG), Dilma Maria de Mello (UFU), Dulce do Carmo Franceschini (UFU), Dilys Karen Rees (UFG), Eduardo Batista da Silva (UEG), Eduardo José Tollendal (UFU), Elaine Cristina Cintra (UFU), Eliane Mara Silveira (UFU), Elisa Battisti (UFRGS), Elisete Maria de Carvalho Mesquita (UFU), Elzimar Fernanda Nunes Ribeiro (UFU), Enivalda Nunes Freitas e Souza (UFU), Ernesto Sérgio Bertoldo (UFU), Evandro Silva Martins (UFU), Fabiana Vanessa Gonzalis (UFU), Fernanda Costa Ribas (UFU), Fernanda Mussalim G. Lemos Silveira (UFU), Fernando Julio Cabrera (UFU), Francis Henrik Aubert (USP), Frederico de Sousa Silva (UFU), Gabriel Antunes de Araújo (USP), Gabriel de Ávila Othero (UFRGS), Gladis Maria de Barcellos Almeida (UFSCar), Giovanni Ferreira Pitillo (UFU), Hardarik Gerhard Jürgen Blühdorn (Universidade de Mannheim), Ivan Marcos Ribeiro (UFU), Heliana Mello (UFMG), Heloísa Mara Mendes (UFU), Janice Helena Chaves Marinho (UFMG), Joana Luiza Muylaert de Araújo (UFU), João Bortolanza (UFU), João Bosco Cabral dos Santos (UFU), José Luiz Fiorin (USP), José Ribamar Lopes Batista Júnior (CAF/UFPI), José Sueli Magalhães (UFU), Kátia Marques da Silva (UFU), Kenia Maria de Almeida Pereira (UFU), Leonardo Francisco Soares (UFU), Liliane Santos (Université Charles-de-Gaulle - Lille 3), Luisa Helena Borges Finotti (UFU), Luiz Carlos Travaglia (UFU), Manoel Mourivaldo Santiago Almeida (USP), Marcelo Módolo (USP), Maria Aparecida Resende Ottoni (UFU), Maria Bernadete Gonçalves dos Santos (UFU), Maria Célia Lima-Hernandes (USP), Maria Cecília de Lima (UFU), Maria Cristina Martins (UFU), Maria de Fátima F. G. de Castro (UFU), Maria Inês Vasconcelos Felice (UFU), Maria Stela Marques Ochiucci (UFU), Maria Ivonete Santos Silva (UFU), Maria João Brôa Martins Marçalo (Universidade de Évora/ Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa), Maria José Bocorny Finatto (UFRGS), Maria Luiza Braga (UFRJ), Maria Madalena Bernadeli (UFU), Maria Suzana Moreira do Carmo (UFU), Marisa Martins Gama-Khalil (UFU), Marlúcia Maria Alves (UFU), Maura Alves de Freitas Rocha (UFU), Maurício Viana de Araújo (UFU), Michael J. Ferreira (Georgetown University), Montserrat Souto Gómez (Universidade Santiago de Compostela), Nilza Barrozo Dias (UFF), Odete Maria Álvares (UFU), Patrícia Carvalhinhos (USP), Paula Godoi Arbex (UFU), Paulo Fonseca Andrade (UFU), Paulo Osório (Univ. Beira Interior / Centro de Linguística – Univ. Nova de Lisboa), Pedro Malard Monteiro (UFU), Pedro Perini-Santos (PUC-MG), Raquel Meister Ko. Freitag (UFS), Rejane Bueno (Universitat Pompeu Fabra), Roberta Rego Rodrigues (CLC/UFPEL), Rolf Kemmler (Centro de Estudos em Letras [CEL] da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro [UTAD], Vila Real), Sebastião Carlos Gonçalves (UNESP-Rio Preto), Silvana Maria de Jesus (UFU), Simone Azevedo Floripi (UFU), Simone Tiemi Hashiguti (UFU), Stéfano Paschoal (UFU), Stella E.O. Tagnin (USP), Tommaso Raso (UFMG), Vânia Casseb Galvão (UFG), Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva (UFMG), Waldenice Moreira Cano (UFU), Waldenor Barros Moraes Filho (UFU), William Mineo Tagata (UFU), Zeina Abdulmassih Khoury Simão (UFU), Zuleika da Costa Pereira (UFU).

Sumário

Apresentação	5
Artigos	8
Inovações na Morfologia do Português Brasileiro: tendências para a ampliação do léxico por gramaticalização, lexicalização, analogia – Pedro Perini-Santos (PUC/MG), Heliana Mello (UFMG).....	8
Diga-me quem tu és: o Léxico-Marketing na Publicidade e o Comportamento de Gêneros Sociais – Edson Robertos Bogas Garcia (UNIFEV), Cláudia Zavaglia (UNESP/S.J. Rio Preto)	31
Uma proposta de inserção de colocações verbais em dicionários escolares ativos português/inglês – Isabel Cristina Tedesco Selistre (UFRGS).....	44
Composição e Derivação: Polos Prototípicos de um <i>Continuum</i> ? Pequeno Estudo de Casos - Carlos Alexandre Victorio Gonçalves (UFRJ)	63
O léxico da Educação a Distância: parâmetros para o reconhecimento terminológico de uma área em desenvolvimento - Márcio Sales Santiago (UFRGS).....	91
Glossário de Manuscritos Goianos Setecentistas: critérios de elaboração - Vanessa Regina Duarte Xavier (USP).....	108
O Sufixo –eco sempre forma diminutivos com valor pejorativo no PB? - Bruno Cavalcanti Lima (UFRJ), Maria Fernanda M. Barbosa (UFRJ)	121
Contribuições ao <i>Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa</i> , de Antônio Geraldo da Cunha - Messias dos Santos Santana (UESPI).....	138
A Metáfora no Discurso e no Léxico Especializado do Micro e Pequeno Agricultor da Cana-de-Açúcar do Maranhão - Luís Henrique Serra (UFM).....	150
Turpilóquio: Uso Geral e Insultuoso - Giselle Olivia Mantovani Dal Corno (UCS), Carmen Maria Faggion (UCS)	167
Nos Trilhos da Rua da Linha: a Motivação Semântica da Toponímia Urbana da Cidade de Santo Antônio de Jesus - Lana Cristina Santana de Almeida (UFBA)	180
El Diccionario de aprendizaje de español como lengua extranjera (DAELE): una mirada hacia la representación del verbo - Rejane Bueno (Universitat Pompeu Fabra).....	203
Arabismos do Campo Semântico do Vestuário na Língua Portuguesa das Minas Setecentistas - Gracineá Imaculada Oliveira (FACISABH), Samantha Moura Maranhão (UFPI)	218
Retrospectiva	247
FINATTO, M. J. B.; KRIEGER, M. G. <i>Introdução à Terminologia: teoria e prática</i> . São Paulo: Contexto, 2004, 223p - Raphael Marco Oliveira Carneiro (UFU).	247

Apresentação

As Ciências do Léxico vêm despertando interesse de muitos pesquisadores nas últimas décadas. Explica-se esse interesse porque o léxico, grosso modo, é um inventário de unidades significativas, com as quais se procura representar o universo. É importante ressaltar que diversos estudos sobre a linguagem humana têm analisado as relações existentes entre léxico e significação, considerando sua importância incontável para a compreensão do mundo em que vivemos.

O número intitulado *Ciências do Léxico*, v. 5, n. 2 (2011) da revista Domínios de Lingu@gem, apresenta textos nas áreas de Lexicologia, Lexicografia, Terminologia, Terminografia e Onomástica, os quais comprovam os vastos aspectos pesquisados nas referidas ciências.

O primeiro texto, *Inovações na Morfologia do Português Brasileiro: tendências para a ampliação do léxico por gramaticalização, lexicalização analogia*, de Pedro Perini-Santos e Heliana Mello, apresenta uma proposta interessante de explicação analógica para o surgimento de algumas novas formas lexicais do vernáculo brasileiro.

Na sequência, Edson Roberto Bogas Garcia e Claudia Zavaglia, no texto *Diga-me quem tu és: O Léxico-Marketing na Publicidade e o Comportamento de Gêneros Sociais*, propõem, por meio do léxico-marketing, cujo objetivo é a sistematização de estruturas léxicas em segmentos de mercado, analisar comportamentos sociais do universo do homem e da mulher.

Outro texto interessante, *Uma proposta de inserção de colocações verbais em dicionários escolares ativos português/inglês*, é o de Isabel Cristina Tedesco Selistre. A autora verifica como os dicionários escolares ativos português/inglês - ferramentas pedagógicas utilizadas nas tarefas de produção de textos - tratam as colocações do tipo verbal. Além disso, apresenta uma proposta para a inserção dessas combinatórias nas obras escolares.

Mais uma contribuição importante é a de Carlos Alexandre Victorio Gonçalves, que escreveu *Composição e Derivação: polos prototípicos de um continuum? Pequeno estudo de casos*. Constitui objetivo do referido texto repensar as diferenças entre composição e derivação, de modo a fornecer evidências do português brasileiro em favor da proposta de Kastovsky (2009).

No texto *O léxico da Educação a Distância: parâmetros para o reconhecimento terminológico de uma área em desenvolvimento*, Márcio Sales Santiago apresenta os parâmetros que serão levados em conta no processo de reconhecimento do léxico da Educação a Distância para a pesquisa que realiza em nível de doutoramento. A formulação e escolha dos parâmetros de reconhecimento do léxico em análise são baseadas nos estudos de Maciel (2001) e Krieger (2004).

Vanessa Regina Duarte Xavier publicou *Glossário de manuscritos goianos setecentistas: critérios de elaboração*. O texto tem como finalidade apresentar questões relativas à elaboração de um Glossário de Manuscritos Goianos Setecentistas. Apresenta algumas distinções e semelhanças entre o glossário, o dicionário e o vocabulário, à esteira de Camara Jr. (2009), Coelho (2008), Haensch *et al* (1982).

Maria Fernanda apresenta o texto intitulado *O Sufixo –eco sempre forma diminutivos com valor pejorativo no PB?* O objetivo do artigo da autora é analisar o sufixo diminutivo –eco. No Português Brasileiro, os falantes frequentemente utilizam o sufixo –eco não somente para indicar pequenez, mas também para expressar a atitude subjetiva do falante, assumindo um valor positivo ou negativo.

O texto *Contribuições ao Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, de Antônio Geraldo da Cunha de Messias dos Santos Santana visa a identificar os critérios empregados na organização da estrutura, bem como se os critérios estabelecidos são seguidos ao longo do *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, de Cunha (2007).

Luís Henrique Serra escreveu *A Metáfora no Discurso e no Léxico Especializado do micro e pequeno agricultor da Cana-de-Açúcar do Maranhão*. Com base na teoria da Socioterminologia, proposta por Cabré (2002), e na da metáfora conceitual, proposta por Lakoff e Johnson (2003), são examinadas as expressões metafóricas encontradas no discurso especializado e no léxico desse universo, no estado do Maranhão.

Turpilóquio: uso geral e insultuoso, título do texto de Giselle Olivia Mantovani Dal Corno e Carmen Maria Faggion, apresenta considerações teóricas e exemplos de falas torpes, ou “turpilóquios”, atualmente usadas na região de Colonização Italiana do nordeste do RS (RCI). São discutidos também, nesse texto, alguns resultados de uma breve investigação sobre o uso do falar torpe em estádios de futebol, que apontam para uma das funções mais comuns desse uso: uma forma de desafio e liberação de tensões.

No texto *Nos trilhos da Rua da Linha: a motivação semântica da Toponímia Urbana da cidade de Santo Antônio de Jesus*, Lana Cristina Santana de Almeida centrou sua pesquisa na análise das motivações toponímicas da área urbana da cidade de Santo Antônio de Jesus- BA, com enfoque sobre os principais logradouros dos bairros que correspondem às vias de acesso mais antigas da cidade, a saber, Centro, Nossa Senhora das Graças, São Benedito e Andaiá. Os princípios de pesquisa onomástica proposto por Dick (1990, 1996, 2001, 2003, 2007), a teoria estruturalista de Saussure (1969) e Guiraud (1972), no que diz respeito aos aspectos referenciais do signo toponímico, foram a base teórico-metodológica

Segundo Rejane Bueno, seu artigo *El Diccionario de aprendizaje de español como lengua extranjera (DAELE): una nueva herramienta en el aprendizaje de LE* aponta algumas reflexões sobre o projeto de elaboração do Dicionário - obra considerada como uma ferramenta importante para a aprendizagem - principalmente, no que diz respeito ao verbo, elemento fundamental para que um estudante possa construir frases adequadas em Língua Estrangeira.

Gracinéa Imaculada Oliveira e Samantha Moura Maranhão, no artigo *Arabismos do Campo Semântico do Vestuário na Língua Portuguesa das Minas Setecentistas*, apresentam um estudo sobre os arabismos presentes no vocabulário do vestuário das Minas setecentistas.

Por fim, na última seção intitulada “Retrospectiva”, Raphael Marco Oliveira Carneiro apresenta a resenha do livro *Introdução à Terminologia: teoria e prática*, de FINATTO, M. J. B.; KRIEGER, M. G. São Paulo: Contexto, 2004, 223p.

E, diante de tanta diversidade em torno das Ciências do Léxico, ao final, é importante que eu confesse: concebo esse número da Revista como propedêutico, uma vez que contém trabalhos com considerações indispensáveis para se compreender a língua e, conseqüentemente, o mundo. Por isso, agradeço, em nome do Conselho Editorial, aos autores dos artigos aqui publicados e a todos que contribuíram para a elaboração de mais um volume da Revista Domínios de Lingu@gem.

Façam bom proveito!

Profª Drª Eliana Dias
Conselho Editorial

Artigos

Inovações na Morfologia do Português Brasileiro: tendências para a ampliação do léxico por gramaticalização, lexicalização, analogia

Pedro Perini-Santos*
Heliana Mello^o

Resumo: O presente artigo apresenta proposta de explicação analógica para o surgimento de algumas novas formas lexicais do vernáculo brasileiro. A partir de ocorrências selecionadas on line, constatou-se que há novos modelos de substantivos em uso. Serão analisados especificamente (i) os nomes populares dados aos estádios de futebol terminados em –ão; (ii) os nomes de algumas bebidas alcólicas derivadas da expressão *caipirinha*; (iii) os nomes de uma tipo de sanduíches nomeados com a forma inicial X- e (iv) as designações dadas a espaços sociais terminados em –dromo (v) ou com partícula ‘s. Ao final, alguns comentários conclusivos serão apresentados em tópicos, apontando para a importância dos estudos diacrônicos como mecanismo de explicação das formações lexicais, contestando-se, com, isso o valor explicativo das Regras de Formação de Palavras.

Palavras-chave: Morfologia; Gramaticalização; Lexicalização; Analogia; Reanálise Sintática

Abstract: This paper advances an analogical explanation proposal for the rise of some innovations in the Brazilian vernacular lexicon. Stemming from a data collection from web sites, it was verified that there are new nominal forms in use in the language. In this paper the following will be focused upon: (i) popular names assigned to football stadiums ending with the augmentative suffix –ão; (ii) alcoholic drinks whose names are derived from the expression *caipirinha*; (iii) sandwich names departing from the form X-, and (iv) social locations designated by forms ending in –dromo or (v) with the particle ‘s. Finally some summarizing topics will be listed, arguing for the relevance of diachronic studies as the explanatory basis for the emergence of new lexical forms, therefore restricting the explicatory Power of Word Formation Rules.

Key-words: Morphology; Grammaticalization; Lexicalization; Analogy; Syntactic Reanalysis

Estudos especificamente organizados sobre morfologia lexical são ainda restritos na prática da pesquisa linguística pós-saussuriana, e, mesmo assim, com pouca autonomia teórica. Na abertura de *The Handbook of Morphology*, Andrew Spencer e Arnold Zwicky apontam para o fato de a morfologia espelhar “imposições” teóricas

* Professor Adjunto III dos Departamentos de Letras e de Comunicação Assistiva da PUC-Minas Pesquisador do Grupo Incógnito (CNPq). pedroperini@hotmail.com

^o Professora Associada III da Faculdade de Letras da UFMG. Pesquisadora-Lider do Grupo Incógnito (CNPq). heliana.mello@gmail.com

advindas de outras áreas de estudo sobre a linguagem, referindo-se a ela como “a Polônia da linguística, [porque vive] à mercê das mentes imperialistas vizinhas” (2001, p. 01).

Foi a partir dos anos 1960, assume-se, que pesquisas sistemáticas sobre a morfologia começaram a ser organizadas assumindo as explicações gerativistas apresentadas por Noam Chomsky e Morris Halle em *The Sound Pattern of English* (1968), e em “Remarks on Nominalization” (1970), também de Chomsky. As publicações propõem que, pelo princípio da recursividade, o léxico é um componente ativo da gramática dotado de mecanismos para a geração de novos itens. Esses mecanismos são tomados como regras; são as Regras de Formação de Palavras (RFP). Decorre desta opção composicionalista, a desconsideração dos estudos morfológicos diacrônicos, analógicos e gradualistas, que não se encaixavam nesse quadro teórico. Assim, temas relativos aos processos de gramaticalização, lexicalização e analogia só retornariam à agenda vigente a partir dos anos 1980. Comentário semelhante sobre o advento dos estudos morfológicos encontra-se em Gary Libben e Gonia Jarema (2006).

2. Organização e questões do texto

O objetivo central deste artigo é a descrição de alguns novos modelos lexicais de substantivos do português do Brasil (daqui pra frente, PB). A emergência desses novos modelos será descrita a partir dos três mecanismos: (i) a **gramaticalização**, que é a emergência de novos elementos mórficos junto a modelos lexicais; (ii) a **lexicalização**, que é a passagem de um morfema ao estatuto de palavra, e (iii) a **analogia**, que é um mecanismo associativo de aplicação de composições novas lexicais em novas ocorrências. O texto foi organizado da seguinte forma: primeiro, são apresentados os conceitos pertinentes ao tema da pesquisa; em seguida, são expostos os dados coletados e, finalmente, são propostos comentários que sustentam a ideia de haver alguma ampliação nominal no PB que carecem de investigação histórica mais apurada, mas que já apontam para uma interessante especificação lexical.

3. Morfologia: contextos sociais e mudanças lexicais

A morfologia é uma área da linguística bastante profícua a ser explorada por linhas da pesquisa que consideram a atuação dos falantes e dos contextos comunicativos, históricos e culturais como elementos ativos nos processos de mudança e manutenção das línguas. Assim posto, as mudanças linguísticas passam a ser legadas aos usuários das línguas. A análise das mudanças lexicais se devem às práticas comunicativas e associadas às variações tipológicas das línguas e não às estruturas mórficas elas mesmas, que efetivariam uma presumível otimização do léxico por motivação própria¹.

Exemplos sólidos para essa hipótese podem ser encontrados em estudos que relatam situações de contato entre línguas e culturas que modificaram as práticas societárias e, assim, renderam mudanças nos idiomas. São exemplos desse fenômeno a entrada de preposições alemãs em dialetos búlgaros, relatada por Birgit Igla (1999); a presença de itens lexicais crioulos no vernáculo do Brasil, descrita por Heliana Mello (1999), John Holm (2004) e Dante Lucchesi *et al.* (2009); a assimilação de formas verbais celtas pela língua inglesa, narrada por John McWhorter (2008); a incorporação do morfema português –dor a algumas expressões agentivas em Tétum, como: *oho* (matar) > *ohodór* (assassino), em John Hakek e Catarina Klinken (2003) e a expansão transcontinental da forma –gate em expressões do tipo *Collorgate* (Brasil), *Rubygate* (Itália) e *Irangate* (Estados Unidos) a partir do escândalo do *Watergate* nos Estados Unidos, como descreve Brian Joseph (2001).

É também exemplo desse fenômeno a coabitação entre expressões inglesas e latinas na execução dos sermões durante o período do inglês medieval. Esses textos híbridos foram analisados por Siegfried Wenzel (1994), que os apelida *sermões macarrônicos*, servindo-se de expressão cunhada ao final do século XV. O que Wenzel constata é que as mudanças comportamentais e sociais da Inglaterra daquele período, e a consequente reverberação temática nas homilias, fizeram com que uma importante quantidade de palavras inglesas fosse incorporada “em latim” aos sermões, gerando, assim, textos mórfica e lexicalmente híbridos.

3.1. Sobre o conceito de gramaticalização

¹ Seguindo linha teórica distinta, há uma série de estudos sociocognitivos sobre o licenciamento lexical desenvolvidos por pesquisadoras da UFJF; dentre elas N.Salim, 1980; L.Botelho, 2004 e C.Carmo, 2005). A proposta sociocognitiva não é excludente à qual se filia este artigo, porém não será considerada.

Um dos mecanismos que geram mudanças nas línguas é a gramaticalização. **Gramaticalização** não é um conceito novo. Já se discutia o tema na obra de Wilhelm von Humboldt (1836)². Para a atual agenda acadêmica, atribui-se a Antoine Meillet (1958 [1912]) e a Jerry Kuryłowicz (1965) a formulação do conceito tal como é utilizado, sendo que ao primeiro tributam-se a nomeação e a especificação do fenômeno como a transformação de uma palavra autônoma em um elemento gramatical; e, junto ao segundo, reconhece-se a definição de gramaticalização como “a elevação de um morfema a um estatuto mais gramatical a partir de um item lexical menos gramatical” (1975 [1965], p.52). No Brasil, dentre os importantes trabalhos dedicados ao tema, encontram-se as descrições e debates sobre o fenômeno nos textos de Mário Mattelota, Sebastião Votre e Mário Cezario (1996), de Jânia Ramos e Lorenzo Vitral (2006), e de Sebastião Gonçalves, Maria Célia Lima-Hernandes e Vânia Cristina Casseb-Galvão (2007).

São exemplos conhecidos de gramaticalização os marcadores de advérbio e de substantivo do inglês *-ly* e *-hood*. O morfema *-ly* tem origem na forma do inglês arcaico *līc*, cujo significado primevo era “aparência, corpo”, e *-hood* é uma evolução da palavra *hād*, que significava “estado, condição” em sua forma original. Outros exemplos recorrentes na literatura são o marcador de advérbio das línguas românicas com o traço *-mente* e a partícula de negação francesa *pas*, cujo significado nominal inicial é “passo”. Além desses casos, também algumas preposições parecem advir de processos de gramaticalização, como a forma portuguesa *de* [*<*do* (indo-europeu) “fonte, origem”] e a preposição egípcia, *m-q3b* (“no meio de”), cuja fonte lexical significava “intestino” (Perini-Santos, 2007)³.

3.2. Sobre o conceito de Lexicalização

² Em W.Humboldt: “Words which have really thus originated can become so unrecognizable in the course of time that it is difficult to decide whether they are derivations or original words.” (1971 [1836], p. 75)

³ Em *Meaning Change in Grammaticalization*, R. Edckardt (2006) discorre sobre suas etapas cognitivas da gramaticalização, sobre sua relação com a reanálise sintática e morfossintática e, sobretudo, sobre contradições presentes no conceito amplo de gramaticalização. Para a autora, um dos aspectos críticos da teoria vigente concerne à indefinição das relações metonímicas, metafóricas e denotativas, presentes nos processos de gramaticalização, que são tratadas de forma indiscriminada.

É comum que se apresente o conceito de **lexicalização** subsequentemente ao conceito de gramaticalização. Ora como conceitos complementares, ora como conceitos excludentes e ora como conceitos contrários, a relação entre lexicalização e gramaticalização engendra importantes considerações teóricas e empíricas. A nosso ver, são debates bastante produtivos, notadamente se esses dois processos forem associados a outras formas de surgimento de itens lexicais como as cristalizações, as petrificações, as canonizações, e as fusões de morfemas e lexemas (Brinton e Traugott, 2005; Campbell, 2001). (Vale assinalar que o conceito de lexicalização em Leonard Talmy (2001) remete, apesar da homonímia, a uma noção diferente, porém não conflitiva. Para o autor, diz-se que uma expressão exerce valor lexificado a partir do momento em que ativa automaticamente um esquema causal sem a necessidade de serem explicitados todos os elementos que dele participem. Talmy não será considerado neste trabalho.

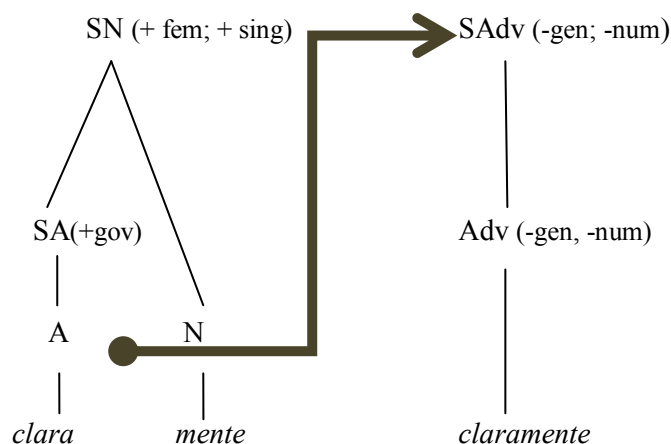
Para esta pesquisa, vamos assumir que ocorre lexicalização quando um morfema ou uma forma dependente tornam-se itens lexicais autônomos ou pelo menos relativamente autônomos. Assim, as expressões *ex*, em (a) *Não quero mais rever o meu ex*; *hexa*, em (b) *O Brasil luta pelo hexa*, e *ismos*, como ocorre em (c) *Não me venha com mais um de seus ismos*, são exemplos de lexicalização no PB contemporâneo. Para o inglês, exemplifica-se o fenômeno com o casos do verbo *to up* – (d) *They up the prices in the Summer* (Eles sobem os preços no verão) – e com a expressão *lord*, que tem origem na lexicalização fusional dos formas arcaicas *hlaf* (“preguiçoso”) e *weard* (“protetor”) (Brinton e Traugott, 2005). No francês contemporâneo, reconhece-se lexicalização em *chez*, expressão *passé-partout* referente a “em casa”, uma vez que a expressão é especificada por formas tônicas como *moi*, *soi*, *lui* etc, como em (e) *Ici, c’est chez moi* (Aqui é a minha casa) (Harrison & Ashby, 2003). O mesmo efeito é encontrado nos verbos *tutoyer* (< *tu*) e *vouvoyer* (< *vous*), respectivamente: “tratar por *tu* e “tratar por *vós*”. Amplas listas de referências sobre o tema aparecem em Richard Janda (2001) e em Muriel Norde (2001).

4. Criação Lexical por Analogia: revisão do conceito de RFP e análise dos advérbios de traço –mente

A interpretação da produtividade lexical por **processos analógicos** derivados de gramaticalização não segue a mesma linha de raciocínio da formação de palavras por mudança de classe lexical a partir de RFPs. A ocorrência dos advérbios com traço –mente é exemplo dessa diferença. Para Margarida Basílio (1998), se for verdade que esse tipo de advérbio é formado através de um sufixo que se adiciona a elementos da classe dos adjetivos, tem-se uma situação de contradição com as RFPs, posto que:

As formações adverbiais em –mente são construídas a partir da forma feminina do adjetivo correspondente, assim configurando uma situação que fere frontalmente a regra geral de que formas flexionadas não podem ser derivantes. (Basílio, 1998, p.00)

A “regra geral” não se aplica no caso dos advérbios com a forma adjungida –mente, porque esse modelo teria como base um item com marca de gênero feminino. Esses advérbios são resultado de processo analógico e não derivativo, como se apresentou. Se assumirmos como ocorrência inicial a forma latina *clara mente*, não se tratará da filiação de uma forma gramaticalizada ao adjetivo *clara* em posição sintaticamente inferior. O movimento é diferente: a forma *clara* que ocorre no gênero feminino do caso ablativo, porque *mente* assim está. Após a reanálise sintática da estrutura $SN[SA[A[clara]]N\ mente]$ em $S_{Adv}[Adv[claramente]]$, a função de núcleo continua a ser atribuído ao SN. Uma vez que o $SN[mente]$ exerce função de núcleo mórfico, as flexões nominais do sintagma comandado $SA[clara]$ manifestam-se como gênero e número governados (+fem;+gov) e (+sing;+gov). Os advérbios de traço –mente não são, portanto, gerados a partir de uma RFP de formato $[Adj_{(+fem;+sing)} + (-mente) \rightarrow [Adv_{(-gen;-num)}]$. As marcações (+fem) e (+sing) são formas cristalizadas internamente ao $S_{Adv}(-gen; -num)$, sem valor semântico, e que têm origem no SA em que ocorriam como marcas mórficas (+gov):



ESQUEMA 1: demonstração esquemática da reanálise sintática [SN [SA]] > [SAdv]

O que era estruturado em dois sintagmas, com a função de núcleo atribuída ao segundo termo, passa a funcionar como um único sintagma. Em Manuel Said Ali (2000 [1921]), obra citada por Basílio (1998), há uma passagem que em muito se aproxima das propostas de gramaticalização, reanálise sintática e analogia léxico-produtiva:

enriqueceram-se as línguas latinas /.../ com várias criações novas e, em especial, com os advérbios em *-mente* que se tiram de adjetivos. Essa terminação nada mais é do que o ablativo do latim *mens* v.g. em *bona mente*. Por algumas locuções deste tipo se modelaram outras muitas, acabando por obliterar-se a significação primitiva do substantivo e passando este a valer tanto como um sufixo derivativo. (Said Ali, 2000 [1921], p.140)

Essa é a ideia de uma evolução produtiva diacrônica em que sequencialmente ocorrem gramaticalização, reanálise e analogia. Novas formas lexicais ocorrem pela replicação dos traços distintivos de uma ocorrência inicial-modelo, sendo que esse modelo passa a ser progressivamente usado por uma comunidade linguística se atenderem a alguma necessidade comunicativa. É por esse motivo que surgem novos substantivos, adjetivos, verbos, e advérbios, mas não surgem novas marcas de pluralização ou novas marcas verbais no PB, porque a língua já dispõe desses recursos. Apenas ocorrem novos itens lexicais em uma língua por mecanismos analógicos ou por empréstimo se for necessário, se for aceitável e se possível se fizer, atendendo, assim, às premissas da mudança linguística propostas por Weinreich, Labov e Herzog (1968).

É interessante registrar que em artigo publicado em 1997, com argumentação diversa à apresentada na publicação de 1998, Basílio oferece discussão semelhante à

que apresentamos. A autora assinala que há muitos casos que não se enquadram em uma RFP, cuja dinâmica não dá conta de situações de composição, mas apenas de derivação; a autora conclui que:

vimos até agora que (a) toda e qualquer construção descrita por RFPs pode ipso facto ser descrita por PA [Processo Analógico], e (b) nem todas as construções por PA são adequadamente descritas por RFPs, a menos que se altere significativamente nosso entendimento do que sejam RFPs. (Basílio, 1997, p.18)

Dentre os casos que só se justificam por PA, Basílio lista as expressões *camelódromo*, *namoródromo* e *cheeseburger*, formas essas que segundo ela ‘podem ser facilmente explicadas em termos de PA’. De forma mais detalhada e com dados coletados em uso real, são casos como esses que serão analisados no presente artigo. Voltaremos a esse ponto teórico ao final do artigo.

5. Novos casos, especificação do PB

Analisaremos os seguintes casos específicos do PB: (i) *caipirinha* e derivados; (ii) nomes populares de estádios de futebol terminados em -ão; (iii) locais para entretenimento com final em -dromo; (iv); sanduíches iniciados em x- e (v) nomeação para restaurantes, bares e afins com a marcação -‘s.

5.1. Capirinha, caipirosca, caipifruta, roska, caipi

“Caipirinha” é uma bebida tipicamente brasileira. Registra-se que a nomeação dessa mistura de cachaça com limão, açúcar e gelo vem da palavra *caipira*, originária da expressão tupi *caipora* que significa “gente do mato” (Hou, 2001, s.v. *caipira*).

Através do buscador Google, com as instruções de coleta PÁGINAS EM QUALQUER FORMATO ESCRITAS EM PORTUGUÊS E LOCALIZADAS NO BRASIL, em uma das pesquisas feitas durante a redação deste artigo em 05/04/2011, a forma *caipirinha* foi localizada em 97.000 entradas. É certo que a coleta de dados pelo Google tem severas restrições metodológicas: pode haver repetições na contagem das ocorrências investigadas, dificuldades na seleção dos dados coletados, efeitos de sazonalidade e, sobretudo, descontrole de qual tipo de acesso se tem à rede WWW (cf. Brin e Page, 1998). Há

ainda importante variação do número de entradas mesmo se a busca for feita em um mesmo mês. Ou seja, para uma pesquisa de linguística de corpus, essa forma de seleção de dados não é adequada. No entanto, e para os propósitos metodológicos desse trabalho, essa busca on line simples fornece indicação para saber se a palavra está ou não está em uso; o que é nosso objetivo aqui. Esse artigo não se baseia nos procedimentos de linguística de corpus⁴. Além das indicações sobre o item lexical *caipirinha*, muitas entradas analógicas, como *caipi*, *roska caipiroska*, *capifruta*, *caipi-abacaxi*, *capimorango* e *caipimate* foram listados na Tabela 1:

Expressões	Nº de Ocorrências
Capiroska ou caipirosca	60.900
Caipi	19.700
Roska	13.000
Caipi(r)uva	600
Capimorango	200
Capiabacaxi	83
Capimate	60

TABELA 1: Expressões derivadas de caipirinha, coletado em 05.04.2011, pelo Google

O surgimento de novas práticas no consumo de bebidas alcoólicas fez com que a partir de uma palavra inicial outras expressões fossem criadas por analogia e adaptações. Há alguns fenômenos relativos à criação de itens lexicais novos e elementos mórficos a serem observados:

- **caipirinha > caipivodka > caipiroska/caipirosca**: as formas *caipirosca* e *caipiroska* são resultado de adaptações fonéticas de assimilação devidas à incorporação da palavra *vodka* junto à forma *caipi-* presente nos ambientes *caipivodka* e *caipivodca*. O surgimento de *caipivodka* e *caipiroska*, e suas variações gráficas, dá-se pela associação de uma nova prática etílica, o uso da “vodka” no coquetel, a um item lexical já existente. Apesar de ser a parte da inicial da palavra, a forma *caipi-* exerce função de lexema. O lexema *capi-* quer dizer algo como ‘coquetel feito com frutas, açúcar, gelo’ e aceita cachaça, se *caipirinha*, e aceita vodka, se *caipivodka* ou *caipiroska*.

⁴ Sobre o tema, ver Berber-Sardinha, 2000.

- **caipirinha/caipiroska/caipivodka > caipi-** : como lexema, caipi- foi localizada nas palavras *caipifruta*, *caipiruva*, *caipi-uva*, *capi-manga*, *caipi-caja*, *caipi-maracuja*, *caipi-abaxai*, *capi-mate* e com outras frutas usadas na confecção do coquetel. Através de um processo de regramaticalização, ou seja: caipira > caipirinha/caipivodka > caipi-, o afixo caipi- passa a funcionar como um lexema que atua como afixo associado a outras formas nominais com valor semântico relativo a *caipirinha* e não a *caipira*. Nesse caso, o lexema caipi- quer dizer algo como ‘coquetel feito com caçacha, ou vodka, açúcar, gelo’ e aceita uma fruta a ser especificada pelo substantivo adjungido. Em função do uso em *caipirinha* e *caipiroska*, caipi- foi regramaticalizado.
- **caipirinha/caipivodka/caipiroska > caipi- > caipi e roska**: os sintagmas *roska* e *caipi* foram localizados em expressões verbais como “fazer uma roska”, “fazer uma caipi”, “beber uma roska” e “beber uma caipi”; essas palavras aparecem também nas expressões “mesa de roska”, “mesa de caipi”, “fazedor de roska” e “fazedor de caipi”, dentre outras formulações semelhantes, sendo que tanto a forma *caipi* quanto a forma *roska* ocorrem como item lexicais plenos. Há ocorrências no plural e em SNs com formatos complexos:

- (a) SN[roska SA[deliciosa]], SN[caipi SA[deliciosa]]
- (b) SN[Det[as N[roskas]], SN[Det[as N[caipis]]]
- (c) SN[roska SP[de morango]], SN[caipi SP[de morango]]
- (d) SN[Num[três N[roskas]], SN[Num[três N[caipis]]]
- (e) SN[receita SP[de SN[N[roska]]]], SN[receita SP[de SN[N[caipi]]]]

As duas palavras aparecem também com SN(Spec) em frases como “as caipis fazem sucesso” e “as roskas não ficam esquecidas” e como SN(Comp) em “bebo cerveja, roska, tequila” ou “sou mais tomar umas caipis [do que...]”. As duas formas foram lexicalizadas, porque ocorrem como manifestações lexicais plenas.

5.2. Apelidos para Estádios de Futebol

Segundo dados da CBF (Confederação Brasileira de Futebol), dos 634 estádios brasileiros registrados, 303 unidades, 47,8% do total de estádios, têm apelido (ou nome popular); sendo que, desses, 168, 26,5% do total de estádios, terminam em –ão; e 135, 21,3% do total de estádios, apresentam outro apelido ou redução. Os dados aparecem organizados na tabela a seguir:

Estádios	Nº de Unidades		%	
Sem Apelido	331		52,2	
Com apelido em -ão	168	303	26,5	47,8
Com outros Apelidos	135		21,3	
Total	634		100	

TABELA 1: Distribuição de ocorrência de apelidos, ou sua ausência, nos estádios de futebol

Graficamente, temos a seguinte distribuição:

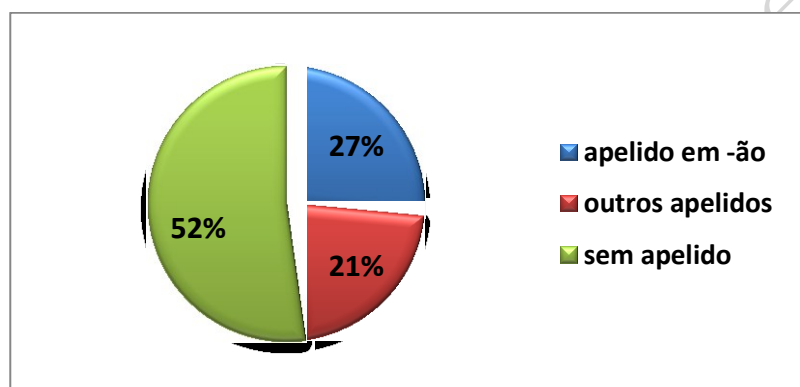


GRÁFICO 1: distribuição proporcional de apelidos, ou ausência, nos estádios de futebol, dados CBF (2010)

Os 310 estádios que têm apelidos se dividem em dois grupos: 55%, 168 unidades, apresentam apelidos em -ão, como “Mineirão” para o estádio Magalhães Pinto, em Belo Horizonte, “Engenhão” para o estádio “João Havelange”, no Rio de Janeiro e “Ipatingão” para o estádio “Epaminondas Mendes”, em Ipatinga. As demais 135 unidades, 45 % restantes do total de estádios com apelidos, apresentam outra forma de apelido ou redução do nome, como “Mutange” para o estádio Gustavo Paiva, em Maceió e “Fonte Nova” para o Octávio de Magalhães, em Salvador; “LM” para “Lindolfo Monteiro”, em Teresina, “Dutra”, para “Presidente Dutra”, em Cuiabá, e “Scarpelli”, para “Orlando Scarpelli”, em Joenville. Graficamente, tem-se a seguinte distribuição:

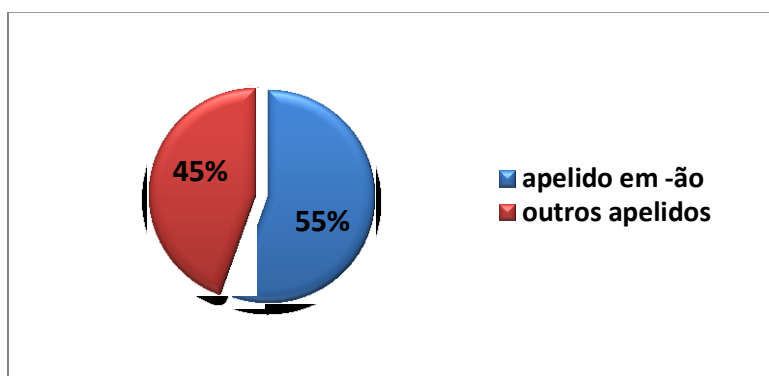


GRÁFICO 2: Distribuição de ocorrência de apelidos em -ão ou outra forma de apelido ou redução.

Por região do país, os dados aparecem organizados na tabela 2:

Regiões	Apelido em -ão (a)	%	Outro Apelido (b)	%	(a) + (b)	%	Sem Apelido	%
Norte	17	42,5	9	22,5	26	65	14	35
Nordeste	82	40,8	35	17,4	117	58,2	84	41,8
Centro-Oeste	27	26,5	19	18,6	46	45,1	56	54,9
Sudeste	36	18,5	39	20	75	38,5	120	61,5
Sul	6	6,25	33	34,4	39	40,6	57	59,4
Total	168	26,5	135	21,3	303	47,8	331	52,2

TABELA 2: Distribuição proporcional de ocorrência de alguma forma de apelido (por região).

Relativamente ao montante de estádios com apelidos, somando (a) + (b) da tabela 3, tem-se a seguinte relação de proporcionalidade entre as regiões:

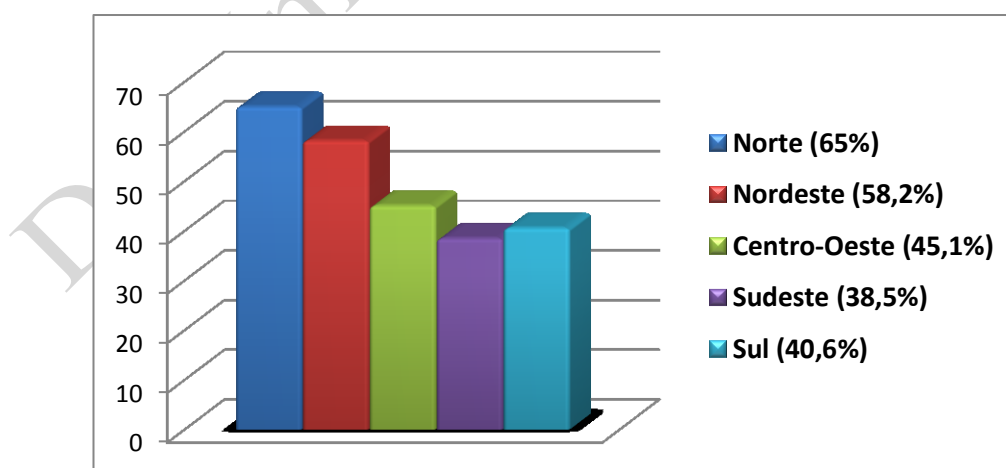


GRÁFICO 3: distribuição proporcional de ocorrência de alguma forma de apelido em estádios (por região).

Considerado o número total de estádios que tenham alguma forma de apelido, prevalecem aqueles com o final –ão nos Estados da região Norte e Nordeste:

Regiões	Outras formas de apelido	%	Apelidos em -ão	%
Norte	26	65	17	65,4
Nordeste	117	58,2	82	70,1
Centro-Oeste	46	45,1	27	58,7
Sudeste	75	38,5	36	48
Sul	39	40,6	6	15,4
Total	303	47,8	168	55,4

TABELA 4: Estádios com apelidos em -ão ou outra forma de apelido (por região)

Graficamente, tem-se a seguinte apresentação:

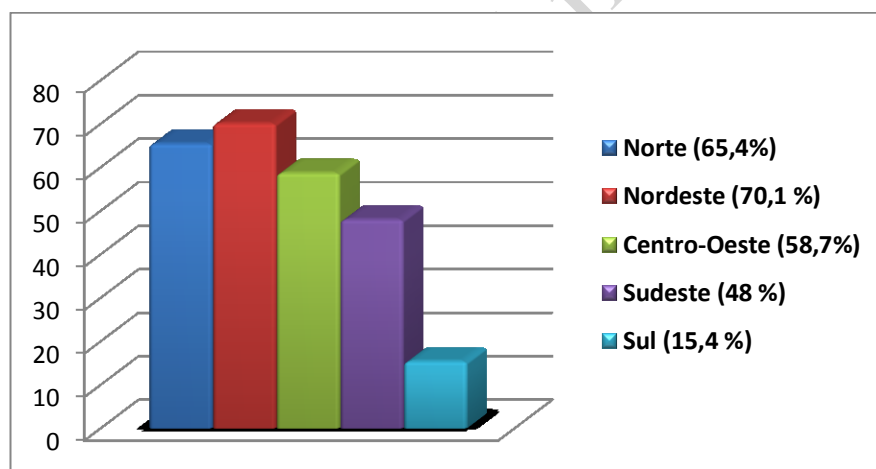


GRÁFICO 4: Distribuição proporcional apelido em -ão em estádios que tenham apelido (por região).

Por ordem decrescente por Estado, como aparece a seguir na Tabela 5, nota-se que na região Sul há proporcionalmente menos casos desse tipo de apelido, com as taxas de incidência de apelidos em –ão inferiores a 30%. Nota-se também uma maior ocorrência de apelidos em –ão nas regiões Norte e Nordeste: em 12 dos 16 Estados dessas duas reuniões, as taxas são iguais ou superiores a 60%:

Estado	Região	Nº e % Apêlidos em –ão/ Apêlidos	Exemplos
Amapá	NO	(2/2) 100%	Glicerão, Zerão
Ceará	NE	(21/26) 80,8%	Albertão, Castelão, Trancredão
Maranhão	NE	(8/11) 80%	Binezão, Rodrigão, Nagibão
Pará	NO	(8/10) 80%	Barbalhão, Modelão, Mangueirão
Paraíba	NE	(8/10) 80%	Marizão, Mangabeirão, Almeidão
Rio Grande do Norte	NE	(8/10) 80%	Edgarzão, Machadão, Bezerrão
Tocantins	CO	(8/10) 80%	Bigodão, Delfinão, Ipirangão
Piauí	NE	(4/5) 80%	Duduzão, Piscinão, Tiberão
Mato Grosso do Sul	CO	(9/12) 75%	Madrugadão, Douradão, Carecão
Bahia	NE	(12/18) 66,7%	Carneirão, Barradão, Barbosão
Alagoas	NE	(4/6) 66,7%	Fumerão, Ferreirão, Nelsão
Minas Gerais	SE	(8/13) 61,5%	Mineirão, Ipatingão, Uberabão
Amazonas	NO	(3/5) 60%	Chicão, Gilbertão, Vivaldão
Mato Grosso	CO	(4/7) 57,1%	Cerradão, Geraldão, Verdão
Sergipe	NE	(10/18) 55,6%	Andrezão, Francão, Batistão
Pernambuco	NE	(7/13) 53,8%	Galdenção, Lacerdão, Pereirão
São Paulo	SE	(19/36) 52,8%	Pedrão, Limeirão, Gilbertão
Rondônia	NO	(3/6) 50%	Aluizão, Biancão, Cassolão
Espírito Santo	SE	(4/10) 40%	Klebão, Marcão, Robertão
Goiás	CO	(2/5) 40%	Ferreirão, Arapução
DF	CO	(4/12) 33,3%	Rorizão, Bezerrão, Abadião
Roraima	NO	(1/3) 33,3%	Ribeirão
Rio de Janeiro	SE	(5/16) 31,3%	Engenhão, Arizão, Louzadão
Paraná	SU	(3/19) 15,8%	Carangueijão, Pinheirão, Felipão
Rio Grande do Sul	SU	(1/13) 7,7%	Vieirão
Acre	NO	(0/0) 0%	-----

TABELA 4: Proporção de estádios que têm apêlidos com apêlidos em –ão (por Estado)

Seria de grande valia, se dispuséssemos das datas de criação dos estádios, para localizar um momento mórfico inicial, ou “the trigger moment” (Joseph, 2001) e a expansão frequencial de seu uso; o que é projeto de pesquisa em andamento⁵. Isso não resolve totalmente a questão, mas há sinais de ser mais comum a ocorrência dessa marca mórfica em estádios mais novos. Outra interessante indicação que reforça nossa

⁵ Há indicações ter sido o “Mineirão”, inaugurado em setembro de 1965, o primeiro estádio a receber apêlido desse tipo. Dados coletados na imprensa mineira da época indicam essa possibilidade. Esta pesquisa está em curso; e é desenvolvida com o apoio da FAPEMIG e da PUC-Minas, (processo 2011/ 5998).

proposta é o fato de estádios de futebol inexistentes e que devem, ou deveriam, ser construídos para a Copa do Mundo de 2014, já são designados com a marca mórfica aqui analisada; são eles: “Itaquerao” ou “Fielzaõ”, futuro estádio do Corinthians e o “Piritubaõ”, estádio malgrado do São Paulo Futebol Clube.

5.3. Autódromo/hipódromo > sambródromo > vários + (-dromo)

Novamente a partir de pesquisa ilustrativa feita pelo Google, com coleta realizada em 05/04/2011, seguindo mesmas especificações anteriores, encontramos os seguintes dados referentes ao uso de palavras com o final -dromo:

Expressões	Nº. de ocorrências
Camelódromo	1.700.000
Autódromo	672.000
Sambódromo	456.000
Hipódromo	257.000
Velódromo	121.000
Beijódromo	6.220
Fofocódromo	1.180
Maconhódromo	633
Namoródromo	344
Paqueródromo	86
Ficódromo	25
Pingódromo	21

TABELA 6: Expressões com terminação em -dromo, via Google, coletado em 05.04.2011

Ainda pelo buscador on line, com um numero de entradas inferior a 5, aparecem também as formas *cervejódromo*, *conversódromo*, *boiódromo*, *pagódromo*, *touródromo*, *esquentódromo*, *pegódromo* e *mijódromo*. Há alguma seletividade semântica na criação de expressões com -dromo. Das formas localizadas, a maior parte alude a algum aspecto lúdico-afetivo do relacionamento humano, como “beijo”, “paquera”, “pegada”, “velocidade”, “cerveja”, “pinga” e “fumar”; não localizamos formas como **remediódromo*, **estudódromo*, **trabalhódromo* ou **tediódromo*, por exemplo.

O surgimento deste novo modelo lexical explica-se pelo fenômeno da regramaticalização e apropriação analógica do afixo –dromo, motivada pelo uso e propagação da expressão *sambódromo*. Ao contrário de autódromo e hipódromo, na expressão *sambódromo*, o lexema samba– é uma forma brasileira, aqui em função de base e de semântica transparente. Sucede que o amadurecimento do conceito arquitetônico e a inauguração do espaço público “sambódromo” no Rio de Janeiro, ocorrida em 1984, e estruturas semelhantes efetivadas em São Paulo, Bauru, Manaus e Macapá, autorizaram, parece-nos, a criação de formas analógicas. *Sambódromo* é uma constituição híbrida semanticamente transparente para os falantes do PB, permitindo, assim, o reconhecimento da semântica do lexema a ser utilizado em novos itens lexicais, como ilustra a imagem abaixo:



IMAGEM 1: Barraca de placas, Salvador (BA). (foto: Cíntia Vieira, 2011)

5.4. X-(tudo), sanduíches brasileiros

Através de processo fonológico de assimilação, a palavra inglesa *cheese*, [chēz] (*queijo*, em português), passa a ser falada como [ʃis] e grafada, em LB, como ‘x-’. O prefixo ‘x-’ significa algo como ‘sanduíche de pão redondo com bife de carne (variável) que aceita tomate, alface e complementos extras que completam a sua nomeação’. Ou seja, se for houver um bife de frango, será x–frango; se for feito com um bife de alcatra, x–alcatra e assim por diante. Ainda através do buscador Google, encontramos as seguintes variantes de x–associado a um complemento [x-] +

abacaxi, polenta, frango, picanha, coração, egg, ovo, carne, egg-burger, hambúrguer especial, burger, lombo, lombo-bacon, lombo-tudo, lombo-salada, salada, salada especial, queijo, batata, batatinha, bife, banana, peixe, presunto,

peru, peru simples, peru-bacon, peru especial, galinha, egg-frango, calabresa, calabresa-milho, bacon, filet, filet mignon, filet-tudo, filet-salada, picanha duplo, frango, caboclinho (com tucumã) e chickenitos (com frango frito). [40 casos]

Localizamos também usos temáticos, metafóricos, metonímicos ou jocosos como aparece em: [x-] +

tudo, tudão, saturno, vênus, júpiter, plutão, sanduíche, especial, super-especial, monstro, monstrinho, princesa, belém, faroeste, montanha, boi, porco, marruco, garrote, bezerro, manda-chuva, pica-pau, mickey, pluto, scania, mercedes, ford, fiat, ignorância, tose, tosco, rato, cão, coração e apaixonado. [35 casos]

Finalmente, há alguns usos que escapam à grafia usual, como se vê na imagem 2. Essas ocorrências servem de indicação da apropriação vernacular, também adaptada, das formas originais *bacon*, lê-se [bākɔn], e *egg*, [eg]:



IMAGEM 2: foto encontrada em site de piadas da internet (acesso em abril/2011)

5.5. Nomes de lugares de entretenimento com a marca [’s]

A marcação de posse inglesa [SN[’s]] – como ocorre em SN[Paul’s car] (“o carro do Paulo”, em português) – é usada no PB para nomear bares, restaurantes e outros locais de alimentação e entretenimento. Referentes a estabelecimentos gastronômicos anunciados como Antonio’s, Silviu’s Renato’s, Dele’s e Varanda’s são

encontrados em Belo Horizonte; Chiko's, Leo's e Estephanio's, no Rio de Janeiro; Stileto's e Fernando's, em Recife, e Cavanha's, John's e Papa's, em Porto Alegre. Se feito um comando para pesquisa no Google como a forma: [SN['s bar]], especificamente para o Brasil e em língua portuguesa, localizam-se 860.000 ocorrências. Se se comandada a pesquisa para [SN['s restaurante]], o procurador seleciona 2.530.000 casos. No buscador Google, aparecem entradas para formas como:

Exitu's Moda, Airton's Moda, Fran's Moda Íntima; Afro-charm's Salão de beleza; Beleza's Salão, VIP's Motel, VIP's Suites, Cat's Motel, Keop's Motel, Hipu's Motel, Deliriu's Motel, Antonio's Palace Hotel, Lago's Hotel, Linnu's Sapataria, Sergio's Calçados, Markinho's Pneus, Elvira's Bistrot, Maria's Bistrot, Exitus's Acessoria Empresarial e Empada's [22 casos].

Assim como para os modelos anteriores, a localização e o mapeamento da progressão de uso dessas ocorrência dessas nomeações é objeto de pesquisa empírica que está em andamento. No entanto, já parece haver uma tendência na seleção dessas nomeações por motivação semântica. Nota-se que não há nomes de lojas como *[x's açougue], *[x's farmácia], *[x's ótica] ou *[x', amortecedores].

6. Comentários conclusivos

Mesmo que se trate de uma pesquisa em curso e de caráter empírico indicativo, alguns comentários conclusivos já podem ser feitos. Eles serão apresentados em tópicos.

1. Constatamos os seguintes usos novos mórfico-lexicais no vernáculo brasileiro. São 2 palavras: *caipi* e *roska*; 3 lexemas: [dromo-], [caipi-] e [x-], e 2 afixos: ['s] e [-ão]. As palavras surgiram através de lexicalização; os lexemas, por gramaticalização e por analogia; e os afixos, por empréstimo e especialização mórfica.
2. A explicação dada ao fato amadurecimento dessas novas formas acontecerem por gramaticalização ou lexicalização, e sua expansão, por analogia, endossam os comentários críticos de Margarida Basílio (1997), para quem, “toda e qualquer construção descrita por RFPs pode ipso facto ser descrita por Processo Analógico [PA], e nem todas as construções por PA são adequadamente descritas por RFPs” (Basílio, 1997, p.18).

3. Apesar de se reconhecer alguma certa regularidade na gramaticalização (genericamente, parte-se do mais concreto e autônomo para o mais abstrato e relacional), há acidentes na história das línguas concernindo à gramaticalização e processos afins. Pode haver mudanças ou desvios de significado (semantic shift) na passagem da palavra de origem para as formas resultantes por razões pragmáticas ou acidentais (Eckardt, 2006; Saussure, 1972 [1916]).
4. Nos processos de gramaticalização, lexicalização, analogia e empréstimo descritos neste artigo, ocorrem os seguintes fenômenos semânticos:
 - a. Meronímia: quando o significado de um lexema faz parte ou é uma porção do significado de outro lexema (Novaes, 2009). Em caipira > caipirinha: o significado ‘grupo humano’ passa para ‘bebida supostamente consumida por esse grupo humano’, ou seja, o traço característico da bebida ‘ser consumida por um grupo humano dito caipira’ se estabelece, com uma especificação mórfica adjungida, [-inha], como a nomeação da bebida em si. Em chesseburger > cheese > [x-], a adjetivação relativa a um componente especificador de um tipo de sanduíche passa a designar toda a categoria de sanduíches; essa categoria é grafada de forma esquemática criada a partir do som da expressão; o que é pouco comum em português.
 - b. Analogia: considerando analogia como a aplicação de um modelo de organização a um outro caso derivado, observam-se as seguintes modificações semânticas nos itens analisados: (i) caipirinha > caipiroska: o lexema caipi- significa ‘bebida etílica feita com frutas, açúcar, gelo’ que aceita “cachaça”, by default, ou “vodka” se especificado pelo lexema -roska. Indicação de o lexema ter esse valor é evidenciada pela composição com nomes de frutas ou outro complemento como em *caipiruva*, *caipimate*, *caipimorango*, *caipimanga* etc. (ii) autódromo/hipódromo > [dromo-]: o uso da expressão *sambódromo* permite a compreensão da composição lexical dos itens lexicais iniciais. Esse fato autoriza formação de novas expressões por analogia, sendo que

o lexema [-dromo] passa a ser designar um ‘lugar destinado a y, que aí y ocorre em abundância’. Assim, se y for “beijo”, tem-se *beijódromo*; se y for “cerveja”, tem-se *cervejódromo*; se y for “presentes”, tem-se *presentródomo* etc. Mesmo que não essa última palavra não exista ou não seja usualmente praticada, em (a) *Na noite de Natal, o Nuno e o João se sentiam num verdadeiro presentódromo*, compreende-se *presentódromo* como ‘lugar em que “presentes” ocorrem em abundância’. (iii) [‘s] posse > [‘s] como nome de estabelecimento comercial: nesse caso ocorre o empréstimo da forma genitiva inglesa por motivação analógica. Em alguns casos, como em *Beleza’s Salão*, *Exitus’s Acessoria Empresarial* e *Empada’s*, por exemplo, ocorre novamente um desvio semântico. A marca [‘s] exerce algum valor impreciso de indicação espacial relacionando as duas partes do SN ou o contexto dêitico.

- c. Especificação: considerando a especificação mórfica como a ocorrência de uma particularização semântica associada a alguma forma mórfica particular. O uso do final -ão nos nomes populares dos estádios de futebol, provavelmente a partir do trigger moment descrito, é um caso de especialização semântica de um modelo lexical em um uso contextualizado. Ou seja, não se afirma que toda e qualquer uso da forma -ão leve à interpretação de “estádio de futebol”, mas, dadas certas condições contextuais e temáticas, tal interpretação torna-se pertinente. Em (b) *A final do campeonato vai ser no Machadão*, ou mesmo em (b) *O Abelhão foi fechado para o Festival de Axé*, onde o cenário temático é menos fechado, é muito possível interpretar *Machadão* como “estádio de futebol”.

Finalmente, acreditamos que esse tipo de pesquisa pode gerar bons resultados em pesquisas futuras que venha a associar fatores sociais, históricos, documentais e a análise frequencial do uso do léxico. Com isso, provavelmente torna-se possível mapear como ocorrem os processos da expansão e modificação do uso lexical nas comunidades linguísticas e as motivações acidentais ou estruturais de sua escolha. A consideração dos

falantes como pessoas em contato com outras línguas e como participantes ativos nas mudanças lexicais dentro da comunidade é uma proposta interessante e que nos aproxima dos estudos sobre epidemiologia linguística (Ansaldo, 2004) e da acidentabilidade na incorporação de formas expressivas (Charpentier, 1999), no nosso caso, aplicadas ao estudo do léxico.

7. Referências Bibliográficas

ANSALDO, Umberto. Contact, typology and the speaker: the essentials of language. **Language Sciences**, 26: 485-494, 2004.

BASÍLIO, Margarida. O princípio da analogia na constituição do léxico: regras são clichês lexicais. **Veredas**, (1): 1, p. 09-21, 1997.

BASÍLIO, Margarida. Morfológica e Castilhamente: um estudo das construções x-mente no Português do Brasil. **D.E.L.T.A.**, 14 (no. especial): 17-28, 1998.

BERBER-SARDINHA, Tony. Linguística de corpus: histórico e problemática. **D.E.L.T.A.**, vol. 16, n.2, p. 32-67, 2000.

BOTELHO, Laura. **Construções agentivas em x-eiro, uma rede metafórica**. Juiz de Fora: UFJF, 2004 (Dissertação de Mestrado).

BRIN, Sergey; PAGE, Lawrence. "The anatomy of a large-scale hypertextual web search engine". In: **7th International World Wide Web Conference**, Brisbane, 1998; disponível em <<<http://infolab.stanford.edu/~backrub/google.html>>>

CAMPBELL, Lyle. "What's wrong with grammaticalization?". **Language Sciences**, 23: 113-161, 2001.

CARMO, Crysna Bonjardim. **A Configuração da rede polissêmica de construções agentivas denominais x-ista: uma abordagem sociocognitiva**. Juiz de Fora: UFJF, 2005 (Dissertação de Mestrado).

CHARPENTIER, Jean-Michel. "O crioulo português de Macau teve influência na formação dos pidgins ingleses do Pacífico?". In: ZIMMERMANN, Klaus (ed.) **Lenguas Criollas de Base Lexical Española y Portuguesa**. Madrid: Iberoamericana/Frankfurt: Vervuert, 1999; pp. 355-372.

CHOMSKY, Noam; HALLE, Morris. **The Sound Pattern in English**. Massachusetts: MIT Press, 1968.

CHOMSKY, Noam. “Remarks on Nominalization”, In: JACOBS, Roderick; ROSENBAUM, Peter (orgs.) **Readings in English Transformational Grammar**. Waltham: Ginn & Co., 1970

ECKARDT, Regine. **Meaning Change in Grammaticalization** - an enquiry into semantic reanalysis. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GEERAERTS, Dirk. **Diachronic Prototype** – a contribution to historical lexicology. Oxford: Clarendon, 1997.

GONÇALVES, Sebastião; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; CASSEB-GALVÃO, Cristina (orgs.) **Introdução à Gramaticalização, princípios teóricos e aplicações**. São Paulo: Parábola, 2007.

HAKKEK, John; KLINKEN, Catarina. Um sufixo românico numa língua austronésia. **Revue Linguistique Romane**, 67: 55-65, 2003.

HOLM, John. **The vernaculars of São Vicente (Cape Verde) and Brazil**: demographics and degrees of restructuring. Curaçao: Associação Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola, 2004.

HOPPER, Paul; TRAUGOTT, Elizabeth. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002 [1993]

HUMBOLDT, Wilhelm. **Linguistic Variability & Intellectual Development**. Miami: University of Miami Press, 1971 [1836].

IGLA, Birgit. Disturbances and innovations in the case system of Bulgarian Romani dialects. **Acta Linguistica Hungarica**, 46(3/4): 201-214, 1999.

JOSEPH, Brian. Diachronic Morphology. In: SPENCER, Andrew; ZWICKY, Arnold (eds.). **The Handbook of Morphology**. Oxford/Malden: Blackwell, 2001.

KURYŁOWIZC, Jerzy. **The Evolution of Grammatical Categories**. Munich: Kink, 1975 [1965].

LANGACKER, Ronald. Syntactic Reanalysis. In: LI, Charles (ed.). **Mechanisms of Syntactic Change**. Austin/London: Texas University Press, 1977; p. 57-139

LUCCHESI, Dante *et al.* **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: UFBA, 2009.

MACHADO, José Barbosa (ed.). **Tratado de Confissom** – edição semidiplomática, estudo comparativo e informático-linguístico. Chaves: APPACDM, 2003 [1489].

MARTELOTTA, Mario; VOTRE, Sebastião; CEZARIO, Maria M. **Gramaticalização no Português do Brasil**: uma abordagem funcional. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MCWHORTHER, John. **Our Magnificent Bastard Tongue**: the untold story of

English, New York: Gotham Books, 2008.

MEILLET, Antoine. L'évolution des formes grammaticales. In: **Linguistique Historique et Linguistique Générale**. Paris: Champion, 1958 [1912].

MELLO, Heliana. Contato lingüístico na formação do português vernáculo do Brasil. In: ZIMMERMANN, Kalus (ed.) **Lenguas criollas de base lexical española y portuguesa**. Madrid: Iberoamericana / Frankfurt: Vervuert, 1999.

MIRANDA, Neusa Salim. **Agentivos deverbais e denominais**: um estudo da produtividade *lexical*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1980. (Dissertação de Mestrado)

NORDE, Muriel. Deflexion as a contredirectional factor in grammatical change. **Language Sciences**, 23: 231-264, 2001.

NOVAES, Denise. **A Hierarquia Semântica em Tesaurus**. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2009. (Tese de Doutorado)

PERINI-SANTOS, Pedro. **Epistemologia Cognitiva para o Estudo das Preposições**: o caso da preposição 'de'. Belo Horizonte: UFMG, 2007 (Tese de Doutorado); disponível em <<<http://www.letas.ufmg.br/poslin/defesas/169D.pdf>>>

PRÉVOST, Sophie. La grammaticalisation: unidirectionnalité et statut. **Le Français Moderne – revue de linguistique française**, 71 (2): 144-166, 2003.

SAID ALI, Manuel. **Dificuldades da Língua Portuguesa**. Brasília: UnB, 2000 [1921].

SAUSSURE, Ferdinand de. **Cours de Linguistique Générale**. Paris: Payot, 1972 [1916].

SPENCER, Andrew; ZWICKY, Arnold (eds.). **The Handbook of Morphology**, Oxford/Malden: Blackwell, 2001.

TALMY, Leonard. **Toward a Cognitive Semantics – Vol. II**. CAMBRIDGE/LONDON: MIT Press, 2001.

VITRAL, Lorenzo; RAMOS, Jânia. **Gramaticalização, uma abordagem formal**. Belo Horizonte: FALE/Tempo Brasileiro, 2006.

WENZEL, Siegfried. **Macaronic Sermons, bilingualism and preaching in Late-medieval England**. Michigan: Michigan University Press, 1994.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos Empíricos para uma Teoria da Mudança Linguística**. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

Diga-me quem tu és: o Léxico-Marketing na Publicidade e o Comportamento de Gêneros Sociais

Edson Roberto Bogas Garcia*
Claudia Zavaglia^o

Resumo: É unânime entre os lexicólogos que as unidades lexicais apresentam marcas profundas na representatividade da cultura e comportamento humanos. Dessa forma, alguns estudiosos vêm sugerindo metodologias capazes de poder verificar, com rigor científico, mecanismos para sistematizar o léxico dentro de um tempo/espaço e, assim, promover discussões sobre sua relação com o social. Esses conteúdos léxicos podem ser analisados, por exemplo, na publicidade, tendo em vista seu poder de expandir os desejos de seu receptor/cliente para a aquisição de produtos/serviços, já que é um veículo de comunicação que pode oferecer subsídios, por meio dos textos verbais produzidos pelos redatores publicitários, com o intuito de tratar de questões presentes em nossa sociedade, como aquelas relativas aos gêneros feminino e masculino. A partir disso, o presente artigo se propõe a organizar itens lexicais em segmentos de mercado, aqui denominados de *léxico-marketing*, com o fim de possibilitar a observação de comportamentos sociais do universo do homem e da mulher.

Palavras-chave: Léxico; Publicidade; Comportamento Social; Relação de Gêneros.

Abstract: It is unanimous among lexicologists that lexical units present deep marks in the representativeness of cultural and behavioral issues. Thus, some scholars have been proposing methodologies in order to enable the verification, scientifically, of mechanisms to systematize the lexicon within a specific time/space. In this way, it would be possible to promote discussions about its relations with social matters. These lexical contents can be analyzed, for instance, in the publicity having in mind its power of extending the desires of its receiver/customer to the acquisition of products/services since it is a media outlet that provide aids, by means of verbal texts produced by advertising editors, in order to deal with issues of our society, as those related to female and male genders. From all of this, the present article aims at organizing lexical items in market segments, here referred to *lexicon-marketing*, so as to make possible observation of social behaviors in the universes of both women and men.

Key-words: Lexicon; Publicity; Social Behavior; Gender Relationship.

Introdução

[...] a palavra testemunha a minha existência a mim mesmo e aos outros. E não se trata de testemunho vago, indeterminado, genérico, mas determinado, preciso e qualificado. (Battista Mondin)

*Doutorando em Estudos Linguísticos na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP – Campus de São José do Rio Preto – SP - IBILCE. Professor da UNIFEV - Centro Universitário de Votuporanga-SP e do IMES – Instituto Municipal de Ensino Superior de Catanduva-SP.

^oLivre-Docente em Lexicografia e Lexicologia desde 2009. Professor adjunto da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP - Campus de São José do Rio Preto - SP - IBILCE.

A comunicação é percebida, na sociedade contemporânea, como um dos fatores mais importantes para estabelecer a relação entre os seres humanos. É partindo dela que conseguimos desenvolver, nas novas tecnologias, por exemplo, aparelhos e artefatos que nos possibilitam entrar em contato com o outro semelhante que faz parte de nossa vida. Estamos rodeados de informações verbais e não verbais que nos indicam as várias necessidades pelas quais devemos nos submeter para estarmos conectados com o mundo. Nossos desejos, nossas emoções e nossos conflitos são exteriorizados pelos mecanismos que essa comunicação nos oferece.

Se não a mais importante, a comunicação verbal é ainda instrumento de poder nos discursos daqueles que acreditam dominar alguns setores sociais. Depreendemos, portanto, que, com o domínio do verbal, temos condições de melhores oportunidades, de frequentar melhores instituições de ensino, de melhores ocupações profissionais e, enfim, de melhor condição para sobreviver.

Para determinar alguns comportamentos sociais, no Brasil, há vários órgãos governamentais que se debruçam em estatísticas para verificar as inferências que os números podem demonstrar para, posteriormente, promover medidas que consideram necessárias para tentar resolver os problemas de discriminação. A linguagem, por exemplo, é um deles. De fato, acreditamos que, por meio do léxico, também seja possível localizar, comentar e verificar esses comportamentos. Como meio de análise, é um instrumento linguístico capaz de cooperar com o estudo social, ratificando, ou até mesmo retificando, dados que são oferecidos pelo Governo. Os dados, para isso, devem ser extraídos de pesquisas estatísticas, mas o leque se expande para outros tipos, como é o caso, por exemplo, das novas tecnologias acima citadas. Mas não se esgota aí. Dentre as várias possibilidades, podemos citar uma delas, a qual nos interessa de modo particular, a saber, a publicidade impressa.

No entanto, de que forma isso seria possível? Para responder a essa questão, nas próximas seções, realizaremos uma descrição da relação entre léxico e publicidade e suas relações com o social. Além disso, exporemos a metodologia aplicada para analisar os comportamentos de gênero feminino e masculino por meio de unidades lexicais.

1. O léxico e a publicidade

A partir das reflexões de Panini, que, no século IV a.C., na Índia, começou a pesquisar sobre as unidades lexicais, muitos estudiosos têm se debruçado em pesquisas sobre léxico e sobre sua importância linguística. Com relação, especificamente, ao estudo do léxico social, as primeiras reflexões sistematizadas foram desenvolvidas por Matoré (1953). Segundo o autor, a lexicologia social é:

[...]disciplina jovem e ambiciosa que apresenta não somente um interesse pragmático: constitui, dentro do espírito de quem a propõe, um esforço para trazer, num setor das ciências humanas particularmente mal delimitado e mal explorado, um método eficaz, suscetível de desempenhar um papel do qual os filósofos e historiadores das ciências como G. Bachelard e P. Ducassé foram os primeiros a prever o interesse. (MATORÉ, 1953, p. 91, tradução nossa)

Enfatiza ainda:

A lexicologia se baseará não em formas isoladas, mas sobre conjuntos de noções, a estrutura e as relações serão explicadas pelos fatos sociais, cujos fatos de vocabulário são ao mesmo tempo o reflexo e a condição. Para realizar o que propõe, a lexicologia social deverá adotar não somente um método adequado, mas procedimentos racionais de trabalho que lhe permitirão levar a efeito a sua tarefa de maneira rápida e eficaz. (MATORÉ, 1953, p. 94, tradução nossa)

Em sua obra, o autor designa de “palavras-testemunhas” as unidades lexicais que podem simbolizar materialmente “uma realização espiritual importante; é o elemento, ao mesmo tempo, expressivo e tangível que concretiza um feito da civilização” (MATORÉ, 1953, p. 67, tradução nossa). Ela tem, em si, um dinamismo, pois é o símbolo de mudanças e é considerada como um neologismo, fruto de uma nova situação social, econômica, etc.

Dessa maneira, é inegável que léxico e cultura e léxico e comportamento social são pares que se nutrem reciprocamente. Segundo Mondin (2001, p. 148):

O homem, ao contrário das coisas que são fechadas em e sobre si mesmas, é aberto, se quer dar aos outros e dos outros quer receber, se quer tornar presente. A palavra transforma a nossa presença

puramente física e passiva – simples justaposição no espaço – em presença ativa que nos empenha reciprocamente.

Nessa perspectiva, com relação ao léxico, Vilela (1995, p. 25) acrescenta a consideração de que “numa perspectiva comunicativa, é o conjunto das palavras por meio das quais os membros de uma comunidade linguística comunicam entre si”. O autor ainda pondera que “tanto na perspectiva da cognição como na perspectiva comunicativa, trata-se sempre da codificação de um saber partilhado [...]”.

Gallison (1987), por exemplo, a respeito da polissemia lexical, propõe o termo lexicultura para o estudo das unidades lexicais que são culturalmente marcadas, referindo-as como *palavras com carga cultural partilhada* (CCP). Dessa forma, segundo o autor, não há como ter contato com determinada cultura sem o uso da linguagem verbal. Barbosa (2008/2009, p. 35), a respeito da definição de Gallison (aliás, a autora, na tradução, opta por *carga cultural compartilhada*) pondera que se pode reconhecê-la tomando como base os seguintes critérios:

- ela é um conteúdo que tem por forma o significante do signo;
- é obrigatoriamente partilhada (pelo conjunto do grupo social);
- é produto da relação entre o signo e os seus utilizadores;
- procede da subjetividade dos locutores coletivos, os quais interpretam um elemento a partir da sua visão de mundo;
- pertence ao domínio da pragmática, pois está vinculada ao uso que se faz dela;
- fornece um complemento, um conteúdo, um significado ao signo com o qual mantém uma relação estrutural de solidariedade;
- resulta de uma associação automática entre o signo e sua C.C.P., bastando uma simples evocação desse signo.

Ao retratar a hipótese de Sapir-Whorf, Biderman (2001, p. 115) conclui também que:

[...] todo sistema linguístico manifesta, tanto no léxico como na sua gramática, uma classificação e uma ordenação dos dados da realidade que são típicas dessa língua e dessa cultura com que ela conjuga. Ou ainda: cada língua traduz o mundo e a realidade social segundo o seu próprio modelo, refletindo uma cosmovisão que lhe é própria, expressa nas suas categorias gramaticais e léxicas.

Carvalho (2001, p. 98) também sustenta a ideia do saber partilhado e diz que:

[o] jogo é sempre o mesmo: no momento da comunicação, entender um signo é construir uma linha de demarcação entre os que compartilham o sentido evocado e os que ficam excluídos. O implícito (cultural) desempenha um papel decisivo, impondo uma fronteira eficaz e discreta entre os que compreendem e os que não compreendem o sentido total da mensagem.

Na construção dos anúncios publicitários, pontualmente, os redatores procuram selecionar unidades léxicas apropriadas a determinado produto e/ou serviço para objetivar uma venda a um público selecionado. Essa construção textual deve ser cuidadosa e tem como objetivo ampliar o desejo do consumidor, pois “só se pode seduzir alguém que já esteja disposto a ser seduzido” (LIPOVETSKY, 2000, p. 9).

Para conseguir suas pretensões, segundo Carrascoza (1999, p. 33), “[a] construção de uma mensagem é fruto de uma cuidadosa pesquisa de palavras, vital na elaboração do texto de propaganda impressa. Optar por este ou aquele termo não é uma atitude arbitrária, mas sim ideológica”. E conclui que, na montagem do texto publicitário, “as palavras também são escolhidas a dedo, [...] de forma a criar intimidade com o leitor, para assim simular um diálogo [...]” (CARRASCOZA, 1999, p. 35).

O que notamos, dessa maneira, é que, se o léxico é capaz de rastrear a existência humana e sua história, podemos então admitir que o arranjo da seleção léxica em publicidade também pode ser um canal no qual podem ser descobertos comportamentos sociais. Isso significa que, ao elaborar a mensagem, o publicitário leva em conta o receptor ideal. Ele toma como base o que falta ao ser humano para ser completo como pessoa - prestígio, amor, sucesso, lazer e vitória - e, para alcançar seu objetivo, usa palavras adequadas que despertem o desejo natural de felicidade e realização. De acordo com Garboggini (2005, p. 101):

A publicidade, enquanto linguagem plurissígnica, reforça os padrões de comportamento estabelecidos pela sociedade dominante ou idealizada, refletindo a realidade e a refratando de forma idealizada para ser atraente e fixar uma imagem positiva da marca. Somente com uma ótima estratégia de marketing, composta por propaganda, preço, produto e distribuição, cada empresa poderá alcançar, realmente, seu público alvo, convencendo-o a adotar seus produtos.

Se as considerações acima são verdadeiras, de que forma, então, é possível analisar esse léxico publicitário e, a partir dele, determinar conceitos sociais? O presente artigo, a partir dessas elucubrações, tenta propor uma concepção de análise em que se torna possível confrontar o uso do léxico em textos publicitários com as estatísticas governamentais sobre algumas diferenças existentes entre os gêneros masculino e feminino.

2. Percursos metodológicos e desenvolvimento

O *corpus* utilizado para o presente estudo foi retirado da revista *Veja*, do ano de 2009, durante os meses de janeiro a julho. Desse material, foram extraídas 144 publicidades em que os homens eram protagonistas, ou seja, eles apareciam em primeiro plano, sem a presença de outras pessoas, ou os produtos veiculados eram destinados especificamente ao gênero masculino. Da mesma forma, 194 em que o protagonismo pertencia ao gênero feminino. Ao todo, a fonte textual desta pesquisa soma 338 publicidades. Abaixo, a discriminação de nossa coleta na tabela 1:

	Jan.	Fev.	Mar	Abr.	Maió	Junho	Julho	TOTAL
Masculino	16	26	30	13	16	11	32	144
Feminino	25	32	40	21	37	17	22	194
Total Parcial	41	58	70	34	53	28	54	
TOTAL GERAL								338

Tabela 1– Quantidade de publicidades dedicadas entre público masculino e feminino

A escolha dessa revista se deve ao fato de termos optado por delimitar uma mídia não segmentada, com veiculação nacional e com distribuição significativa. Com efeito, alguns dados da *Veja* reforçam nossa opção. Segundo Queiroz (2003), hoje é considerada um dos maiores conglomerados de comunicação da América Latina, a maior revista brasileira e a quarta maior quando se refere ao quesito que trata sobre informação do mundo, com tiragem de cerca de 1.250.000 exemplares por semana e 4.800.000 leitores. Nesse universo, cerca de 70% pertencem às classes A e B e 53% são mulheres entre 20 e 39 anos. Percebe-se, por parte dos leitores, uma grande capacidade

de consumo e alta formação acadêmica: 33% tem nível superior, 81% tem casa própria, 65% tem automóvel e 34% tem TV a cabo.

A partir dessa etapa, selecionamos os segmentos de mercado que homens e mulheres representavam nas diversas publicidades. Assim, construímos o que chamamos de *léxico-marketing*¹, ou seja, unidades lexicais que representam um segmento de mercado e que servem como base para comparar estatisticamente qual gênero (feminino ou masculino) as empresas ou agências de publicidade adotam como representativas de sua marca. De fato, essas unidades lexicais, embora pertencentes ao léxico comum e geral de uma língua, quando inseridas e combinadas nessa tipologia textual, carregam consigo uma carga semântica extremamente persuasiva e convincente, além de atrativa e comunicativa.

Os dois exemplos abaixo caracterizam essas escolhas:

(i) Público masculino:

Novo Rexona Men Invisible. Proteção sem as incômodas manchas brancas. (*Veja*, 11 de março de 2009, p. 29).

(ii) Público feminino:

“Antes, eu ficava esperando no castelo e nada do príncipe aparecer... Também, o desenho demorava horas pra carregar!” Clara, princesa de um reino distante. “Sou outra depois do processador Intel Core 2 Quad. Antes, eu demorava um tempão pra ficar bonita. Isso, quando ficava...” Fernanda Ferrary, modelo. O processador Intel Core 2 Quad eleva a experiência de multitarefas, multimídias e jogos 3D para um novo patamar. (*Veja*, 11 de março de 2009, p. 16).

Os 338 textos publicitários correspondem a um total de 2.096 itens lexicais verificados e foram classificados nos seguintes segmentos: pet, cosmética, telecomunicações, serviços financeiros, bebidas, eletroeletrônicos, governamental, moda, turismo, mobília, alimentícios, saúde e automóveis. Em seguida, os qualificamos em relação ao gênero, masculino e feminino, e obtivemos os resultados que figuram nas tabelas 2 e 3:

¹Uma meta direcionada para o *marketing* significa que as organizações devem ter uma filosofia de negócios, procurando conceber produtos e serviços para satisfazer seus clientes, por meio da compreensão de suas necessidades e desejos. Dessa maneira, numa acepção mais contemporânea e dinâmica, tende-se a argumentar que o *marketing* constitui a arte de atrair e manter clientes.

LÉXICO-MARKETING	Masculino	Percentual	Feminino	Percentual
PET	4	100%	-	0%
COSMÉTICA	10	24%	32	76%
TELECOMUNICÕES	44	83%	10	17%
SERVIÇOS FINANCEIROS	18	64%	10	36%
BEBIDAS	2	100%	-	0%
ELETROELETRÔNICOS	8	33%	36	67%
GOVERNAMENTAL	22	55%	18	45%
MODA	16	23%	54	77%
TURISMO	4	25%	12	75%
MOBÍLIA	-	0%	4	100%
ALIMENTÍCIOS	4	20%	16	80%
SAÚDE	2	50%	2	50%
AUTOMÓVEIS	4	100%	-	0%
Total parcial	144		194	
Total geral	338			

Tabela 2– distribuição dos léxicos-*marketing* em gêneros (e os percentuais correspondentes).

3. Análises preliminares

Num primeiro momento, diante do panorama a que se propõem os dados expostos na seção anterior, é possível notar que a atuação feminina nos anúncios pesquisados (57%) é maior que a atribuição dada à figura masculina (43%).

A informação mais recente dos resultados do Censo de 2010 mostra que existem, no Brasil, 95,9 homens para cada 100 mulheres, ou seja, existem 3,9 milhões de mulheres a mais que homens. Em 2000, para cada 100 mulheres, havia 96,9 homens. A população brasileira é composta por 97.342.162 mulheres e 93.390.532 homens. Essas informações justificam a maior incidência do gênero feminino nas publicidades analisadas acima. Esse fato atesta a preocupação das agências publicitárias com o planejamento de pesquisa de suas campanhas. Dessa forma, se as mulheres são maioria, conseqüentemente, as publicidades utilizando suas imagens também serão maioria.

O programa de Síntese de Indicadores Sociais (SIS), 2010, que procura fazer uma análise das condições de vida no país, tendo como principal fonte de informações a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009, entre outras, produziu um

relatório em que se conclui que, mesmo mais escolarizadas que os homens, as mulheres têm um rendimento salarial médio inferior. Agrava-se ainda mais a situação quando os dois têm 12 anos ou mais de estudo (nesse caso, o rendimento delas é 58% do deles). As mulheres trabalham em média menos horas semanais (36,5) que os homens (43,9), mas, em compensação, mesmo ocupadas fora de casa, ainda são as principais responsáveis pelos afazeres domésticos, dedicando em média 22 horas por semana a essas atividades contra 9,5 horas dos homens ocupados.

Bruschini (2007) também realizou uma pesquisa importante sobre o trabalho feminino no período que vai desde a última década do século XX até 2005. Destacamos algumas análises feitas pela pesquisadora, a qual partiu de dados censitários. Lembramos que a utilização das análises da autora, publicadas em 2007, são os mais recentes dados sobre a questão, pois o IBGE ainda não divulgou dados gerais do Censo realizado em 2010.

Dos investigados, 68% responderam afirmativamente à pergunta sobre o cuidado com os afazeres domésticos. No entanto, ao desagregar as informações por sexo, ficaram evidentes as desigualdades de gênero, pois, enquanto quase 90% das mulheres responderam “sim” à pergunta, pouco menos de 45% dos homens deram resposta semelhante. O diferencial de gênero se apresentou também com clareza quando se examinou o tempo de dedicação aos afazeres domésticos, segundo o número médio de horas semanais. Pois, enquanto na população total este número foi de 21,9 horas, o das mulheres foi de cerca de 27 horas e o dos homens pouco mais de 10 horas. (BRUSCHINI, 2007, p. 544).

Tomando como base esses dados e analisando as variações por segmento de mercado, verificamos que a figura da mulher domina o léxico-*marketing* de cosméticos (76%), aparelhos eletroeletrônicos (67%), alimentos (80%), além de moda (77%) e turismo (75%). A figura feminina perde intensidade para a masculina em 100% quando o segmento é pet, bebidas e automóveis (número baixo, no entanto, de veiculações). O contrário acontece, entretanto, no quesito mobília.

Nesse mesmo raciocínio, os homens levam vantagens nos segmentos de mercado quando aparecem as linhas de telecomunicações (83%) e serviços financeiros (64%). O que podemos notar, estatisticamente, é que as agências de publicidade preferem a figura masculina como representativa de questões financeiras e comunicacionais (ligadas fortemente ao mercado de trabalho).

Essa prerrogativa evidencia-se quando levamos em conta uma pesquisa realizada pela *Alfa*, revista da editora Abril, destinada ao público masculino, que procura fazer um retrato do que é ser homem nos dias de hoje. Nela, quando perguntado sobre quais as qualidades essenciais de um homem, a resposta “ser bem-sucedido profissionalmente” aparece em quinto lugar. Quando o assunto é objetivo de vida, “crescer profissionalmente” é o primeiro item. Na questão sobre qualidade de vida, a “estabilidade financeira” aparece em segundo lugar. Sobre quais os medos masculinos, “não ter condições de sustentar os filhos” aparece em primeiro lugar e, no item sobre qual a renda em relação à parceira, sobressai o alto índice de 70% maior.

Por outro lado, a mulher é a protagonista do lar, do cuidado pessoal, da alimentação familiar e do lazer. “Homens e mulheres continuam a recorrer a estratégias de sedução diferentes. O feminino permanece ancorado, principalmente, na valorização estética do corpo. O masculino apoia-se na posição social, no dinheiro, na notoriedade, etc.” (LIPOVETSKI, 2000, p. 10)

Essas inferências ratificam, de certa forma, alguns itens do quadro de Ghilardi-Lucena (2002, p.126):

OPOSIÇÃO TRADICIONAL	
MULHERES	HOMENS
Emoção	Razão
Sensibilidade	Inteligência
Submissão	Liberdade
Fragilidade	Força
Suavidade	Agressividade
Aceitação	Decisão
Proteção (protegida)	Proteção (protetor)
Fidelidade	(In)fidelidade
Conquista(da)	Conquista(dor)

Conclusão

O presente artigo traçou a importância da comunicação verbal como um dos mecanismos para que se estabeleçam as relações sociais e culturais entre os indivíduos de uma determinada comunidade. Pudemos constatar que o léxico, enfim, permite-nos manifestar grande parte de nossos sentimentos e de nossos anseios.

Também verificamos que os redatores publicitários se utilizam desses itens lexicais para a produção de textos persuasivos em suas campanhas, selecionando-os cuidadosamente em suas construções linguísticas para induzir consumidores a fortalecer seus desejos de compra de um determinado produto ou serviço. É óbvio, assim, que essa seleção lexical tende a influenciar, principalmente, o público-alvo a quem está direcionado o objeto a ser adquirido. Dessa maneira, quanto mais o profissional da publicidade produzir seus textos a compradores específicos, mais terá chances de que a campanha de seu cliente tenha sucesso.

A partir disso, observamos que a criação dos meios de comunicação e as várias possibilidades de convergência midiática inauguradas e aperfeiçoadas pelo ser humano permitiram que, por meio de suas tecnologias, perscrutássemos caminhos de análise para poder chegar a pensar o Homem como ser que procura o conhecimento tanto pelos papéis impressos quanto pelas máquinas eletrônicas. Como testemunha direta das várias conquistas do *Homo sapiens*, o léxico precisaria ser sistematizado nesses meios.

O léxico-*marketing* procura ser, dessa forma, uma contribuição para os estudos da Lexicologia, tendo em vista que essa ciência foi considerada, durante algum tempo, inócua, pois os linguistas ignoravam a possibilidade de sistematizar a desordem (ou o caos) do funcionamento do léxico de um determinado idioma. Inicialmente, via-se o conjunto lexical, por representar uma comunidade e sua cultura, como extremamente dinâmico, portanto, difícil de ser organizado em sua totalidade (material ou teórica).

Esses pressupostos nos levam a acreditar que o léxico-*marketing* é uma tentativa viável e extremamente particular de sistematizar estatisticamente as unidades lexicais dentro da publicidade para, posteriormente, possibilitar adentrar os caminhos percorridos pelo gênero (feminino, masculino, homossexual, metrossexual, etc.). No entanto, ainda é um primeiro passo. No decorrer das pesquisas ainda em andamento, esse tipo de lexia poderá também recorrer a outras metodologias para proporcionar uma maior certeza em análises de comportamentos sociais.

Referências

BIDERMAN, M. T. C. **Teoria linguística**: teoria lexical e linguística computacional. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 277 p.

BARBOSA, L. M. de A.. O conceito de lexicultura e suas implicações para o ensino-aprendizagem de português para língua estrangeira. **Revista Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, v.10-11, p. 31-41, 2009.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 537-572, set/dez. 2007.

CARRASCOZA, J. A. **A evolução do texto publicitário**. 5. ed. São Paulo: Futura, 1999. 185 p.

CARVALHO, N. de. **Publicidade**: a linguagem da sedução. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001. 174 p.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Notas técnicas: síntese de indicadores sociais 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/default.shtm>. Acesso em: 08 fev. 2010.

GARBOGGINI, F. B. O homem na publicidade da última década. Uma cultura em mutação? **Educar**, Curitiba, n. 26, p. 99-114, 2005.

GALLISON, R. Accéder à la culture partagée par l'entremise des mots à CCP. **Études de Linguistique Appliquée**, n. 67, p. 109-151, 1987.

_____. La culture partagée: une monnaie d'échange interculturelle. In: IBRAHIM, A.H. (Coord) **Lexique**. Paris, 113-17, 1988.

GHILARDI-LUCENA, M. I. A publicidade e a representação do feminino: tradição e modernidade em anúncios dos anos 90. In: BARZOTTO, V. H. e GHILARDI, M.I. (Orgs). **Nas telas da mídia**. Campinas: Alínea/ALB, 2002, p. 119-140.

LIPOVETSKY, G. Sedução. Publicidade e pós-modernidade. **Famecos**: Porto Alegre, n. 12, p. 7-13, jun. 2000.

LUIZ, S. R; NOGUERIA, K.; ZORZANELLI, M. O que é ser homem hoje. **Alfa**, São Paulo, p. 91-98. set. 2010.

MATORÉ, G. **La méthode en lexicologie**. Paris: Didier, 1953. 126 p.

MONDIN, B. **O homem, quem é ele?** Elementos de antropologia filosófica. Tradução de R. Leal Ferreira e M. A. S. Ferrari. 11. ed. São Paulo: Paulus, 2003. 320 p.

QUEIROZ, A., SOUZA, H. R., CARRILHO, K. et al. Eleições presidenciais no Brasil em 2002, uma leitura de propaganda ideológica nas revistas *Veja* e *Isto É*. **Anais do 26 Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Belo Horizonte-MG, setembro de 2003. São Paulo: Intercom, 2003. [cd-rom].

VILELA, M. **Estruturas léxicas do português**. Coimbra: Livraria Almedina, 1979. 163 p.

_____. **Léxico e gramática**. Coimbra: Almedina, 1995. 287 p.

Uma proposta de inserção de colocações verbais em dicionários escolares ativos português/inglês

Isabel Cristina Tedesco Selistre*

Resumo: As colocações referem-se a combinações lexicais recorrentes que são específicas a cada língua. Tal especificidade é a razão pela qual os aprendizes de uma língua estrangeira têm dificuldade em produzir adequadamente essas combinações. Diante desse fato, propusemo-nos a verificar como os dicionários escolares ativos português/inglês - ferramentas pedagógicas utilizadas nas tarefas de produção de textos - tratam as colocações do tipo verbal. Neste artigo, descrevemos os resultados desse estudo, assim como, apresentamos uma proposta para a inserção dessas combinações nas obras escolares.

Palavras-chave: colocações verbais; aprendizagem de língua inglesa; dicionários escolares ativos português/inglês.

Abstract: Collocations are recurrent lexical combinations that are specific to each language. Such specificity poses problems for foreign language learners to produce these combinations accurately. Considering this, we decided to verify how Portuguese/English active school dictionaries – pedagogical tools used in text production - deal with the verbal collocations. In this paper, we describe the results of our study as well as we present a proposal for the integration of those combinations in school dictionaries.

Keywords: verbal collocations; English language learning; Portuguese/English active school dictionaries.

Introdução

A finalidade da consulta é o parâmetro que distingue dois tipos de dicionário bilíngue: “dicionário passivo” vs. “dicionário ativo” (KROMANN *et al.*, 1991). O dicionário passivo serve para a compreensão de textos em uma língua estrangeira e para a tradução de um texto da língua estrangeira para a materna. O dicionário ativo serve para a tradução de textos da língua materna para a língua estrangeira e para a produção livre de textos na língua estrangeira (HAUSMANN 1977 *apud* WELKER, 2004).

A diferença fundamental entre um dicionário bilíngue passivo e um dicionário bilíngue ativo está na sua comTipo de microestrutura estrutural. De acordo com Damim; Bugueño Miranda (2005, p.5), um dicionário passivo deve ser macroestruturalmente

*Mestre em Letras/Linguística Aplicada – UNISINOS. Doutoranda em Letras/Estudos da Linguagem – UFRGS.

denso, ou seja, a lista de itens lexicais oferecida deve ser suficientemente extensa, pois “o texto ‘já está dito sintagmaticamente’ na língua estrangeira, e o que o consulente precisa são as equivalências para a língua cujas regras de construção já conhece” (a sua língua materna); enquanto um dicionário ativo deve ser microestruturalmente denso, isto é, “o ‘peso’ do dicionário deve estar na quantidade de informações no interior do verbete de que deve dispor o consulente para poder ‘dizer sintagmaticamente de forma correta’ na língua estrangeira”.

A ênfase na densidade macroestrutural em um caso e na microestrutural no outro pode ser explicada, segundo Damim; Bugueño (2005), em função da proficiência dos usuários. O usuário do dicionário passivo é basicamente um usuário não proficiente no léxico da língua estrangeira; já o usuário do dicionário ativo, além de não ser proficiente no léxico, é um usuário não proficiente na combinatória das palavras, quer dizer, não tem conhecimento sobre o uso de provérbios, expressões idiomáticas e colocações.

Neste artigo, discutiremos a inserção de colocações verbais, uma classe particular de combinatória lexical, nos dicionários escolares ativos português/inglês. Iniciamos com a apresentação das diferentes abordagens que tratam desse fenômeno - abordagem semântica, abordagem estatística e abordagem lexicográfica. Em seguida, distinguimos as categorias das colocações com base no enfoque lexicográfico. Na sequência, analisamos três obras em relação à lematização de um conjunto de colocações verbais relacionadas à vida cotidiana. Por fim, formulamos uma proposta para o tratamento desse tipo de item nos dicionários em questão.

Colocações: abordagens teóricas

As principais abordagens teóricas que embasam os estudos sobre as colocações são: abordagem semântica, abordagem estatística e abordagem lexicográfica (BENEDUZZI, 2008, p. 21).

A abordagem semântica procura explicações que possam ser aplicadas às diversas línguas para o porquê de determinadas palavras aparecerem combinadas. Os trabalhos fundamentados nessa abordagem ocupam-se da descrição linguística das colocações, buscam a caracterização desse fenômeno e a identificação das relações estabelecidas entre os elementos que as compõem. Mel'cuk (1984, 1988, 1992), o principal representante dessa abordagem, sustenta que a maioria das relações semântico-

lexicais recorrentes e sistemáticas que acontecem num léxico de língua geral pode ser formalizada em termos de um conjunto de funções léxicas (FONTENELLE, 1997). A função léxica é uma relação de significados entre uma palavra-chave e outras palavras ou combinações fraseológicas (FONTENELLE, 2000). A fórmula geral de tal função é $f(X) = Y$, onde “X” (o argumento) é a palavra-chave, e “Y” (o valor da função) é o item que foi selecionado para expressar o significado denotado pela função (“f”) (BEVILACQUA, 2005). Desse modo, a unidade “dor insuportável” pode ser explicada pela existência da função *Magn*, que é a função léxica que indica intensidade, grau elevado e que se aplica a “dor”; sua representação, segundo essa proposta é: *Magn* (dor) = insuportável.

Os estudos desenvolvidos sob a abordagem estatística consideram o aspecto probabilístico da linguagem e a frequência com que os elementos costumam aparecer em conjunto. J. R. Firth (1957) foi o primeiro a estabelecer a expressão *collocation* como um termo linguístico, definindo colocação com base no critério de frequência de co-ocorrência das palavras. Partindo das pesquisas de Firth, Halliday (1961) define as colocações como “associações sintagmáticas de itens lexicais, textualmente quantificáveis, com probabilidade de ocorrer em n intervalos (uma distância de n itens lexicais) a partir do item x , os itens a , b , c , etc.” (p. 276). Com o auxílio do computador e de cálculos estatísticos, Sinclair (1991), um seguidor da tradição de Firth, propõe um enfoque com base unicamente na frequência de co-aparição dos elementos, distinguindo as colocações frequentes e as raras (NESSELHAULF, 2004, p. 8).

Na abordagem lexicográfica, as colocações são definidas como combinatórias sintagmáticas binárias situadas entre as combinações livres e as expressões idiomáticas (COP, 1991). Considerando a língua inglesa, podemos dizer que: (a) as composições do tipo *yellow car* e *bring a gift* cujos elementos permitem substituições e cujo significado pode ser entendido pelo significado literal dos seus componentes são combinações livres; (b) as construções cujo significado não pode ser deduzido do significado individual de seus constituintes como, por exemplo, *break the ice*, que não significa “quebrar um bloco de água congelada”, mas sim “fazer ou dizer algo para aliviar a tensão em uma situação social”, são expressões fixas; (c) as combinatórias como *make money* que não permite a substituição do verbo *make* pelo verbo *do*, ou *little fortune* que não pode ser substituída por **small fortune*, são colocações. Essa abordagem busca identificar as categorias de colocações examinando como esse fenômeno manifesta-se

em uma língua particular, assim como, ocupa-se do questionamento prático de como as colocações devem ser incluídas em um dicionário.

Tendo em vista que o foco desse estudo é a apresentação de colocações em dicionários português/inglês, trataremos, a seguir, da categorização desse tipo de combinatória.

Colocações: categorização

No âmbito dos estudos lexicográficos sobre as colocações, destacam-se os trabalhos de Cowie (1981), Hausmann (1989), Benson *et al.* (1997) e Tagnin (2005).

Cowie (1981) postula que cada tipo de combinação léxica oferece diferentes graus de dificuldade ao usuário do dicionário e propõe uma classificação dessas unidades a partir de seu grau de transparência e de sua variação léxica e gramatical, isto é, a partir de suas possibilidades de substituição e/ou inserção de elementos. Partindo desse pressuposto, o autor distingue dois tipos de colocações – colocações abertas e colocações restritas - e dois tipos de expressões idiomáticas - expressões idiomáticas figuradas e expressões idiomáticas puras. As colocações abertas apresentam um significado transparente e podem ser livremente combinadas (como em *drink one's tea* [beber um chá]); enquanto as colocações restritas se caracterizam por seu significado transparente e pela seleção restrita e arbitrária dos vocábulos que podem ser combinados (no caso de *wholesome fare* [comida saudável], por exemplo, o adjetivo *wholesome* pode ser substituído por um grupo restrito de vocábulos como *plain* [pouco industrializada] e *simple* [leve]). As expressões idiomáticas figuradas compreendem as combinações caracterizadas por apresentarem um significado literal e outro figurado (caso de *close ranks* que significa literalmente “fechar uma fileira (em um grupo militar)”, mas também pode significar “defender outros membros do grupo”); as expressões idiomáticas puras, por sua vez, apresentam um significado completamente opaco e uma estrutura invariável (como em *spill the beans* [contar um segredo], em que as palavras, separadamente, significam “derramar” e “feijões”).

Hausmann (1989, p. 1010) define as colocações como combinações lexicais formadas por dois elementos: a “base” e o “colocado”. A base corresponde ao elemento autônomo do ponto de vista semântico, enquanto o colocado refere-se ao membro da combinação que acrescenta uma caracterização, mas não modifica a identidade da base,

o elemento caracterizado. Conforme o autor, as colocações podem apresentar as seguintes estruturas:

- substantivo + adjetivo (como em *confirmed bachelor* [solteiro inveterado]);
- substantivo + verbo (como em *his anger falls* [sua raiva passa]);
- verbo + substantivo (como em *to withdraw money* [sacar dinheiro]);
- verbo + advérbio (como em *raining heavily* [chovendo torrencialmente]);
- advérbio + adjetivo (como em *seriously injured* [gravemente ferido]);
- substantivo + (preTipo de microestrutura) + substantivo (como em *a gust of anger* [um ataque de raiva]).

Para Benson *et al.* (1997), apesar de sua transparência semântica, as colocações são combinações imprevisíveis devido ao seu caráter arbitrário (fato que se evidencia no contraste entre as línguas). Ainda, segundo os autores, as colocações são de dois tipos: (i) gramaticais – formadas por uma palavra dominante (substantivo, adjetivo ou verbo) e uma preTipo de microestrutura ou uma estrutura gramatical como infinitivo ou uma oração (por exemplo, *crazy about* [louco por] e *congratulate on* [cumprimentar por]); (ii) lexicais - formadas por substantivos, adjetivos, verbos e advérbios (por exemplo, *make an appointment* [marcar uma consulta] e *do homework* [fazer o tema de casa]).

Conforme Tagnin (2005), as colocações lexicais constituem-se de duas palavras de conteúdo e podem ser representadas pela seguinte tipologia:

- colocações adjetivas: *close friend* [amigo íntimo]; *outside chance* [hipótese remota], *public television* [televisão pública], etc.;
- colocações nominais: *credit card* [cartão de crédito]; *baking powder* [fermento em pó], *stack of dominoes* [pilha de dominós]; *tree of knowledge* [árvore do conhecimento], etc.;
- colocações verbais: *make a date* [marcar um encontro]; *bring suit* [abrir processo]; *come into force* [entrar em vigor]; *keep in line* [ficar na fila]; *to cut a sorry/poor figure* [fazer feio], etc.;
- colocações adverbiais: *lavishly illustrated* [fartamente ilustrado], *hermetically sealed* [hermeticamente fechado], *thank profusely* [agradecer imensamente]; *love blindly* [amar cegamente].

Para este trabalho, adotamos a categorização de Tagnin (2005) por considerarmos que a mesma resume as propostas dos demais autores citados.

Os dicionários escolares ativos português/inglês e as colocações verbais

No momento de produzir uma colocação, o aprendiz tende a transferir o conhecimento lexical da sua língua materna para a língua estrangeira (hipótese da transferência: BAHNS, 1993), ou seja, traduz a combinatória de forma literal. Entretanto, como cada língua tem um modo peculiar de organizar o seu léxico (princípio do anisomorfismo linguístico: ZGUSTA, 1971), com frequência, os itens que formam a colocação em uma língua não correspondem aos mesmos itens em outra língua. Tomemos como exemplo o par de línguas português/inglês: no português, o verbo “usar” combina com “computador” e “óculos”; já no inglês, *computer* combina com o verbo *use* e *glasses* com o verbo *wear*. A tendência à transferência literal e a questão do anisomorfismo entre as línguas são, portanto, argumentos que justificam a inclusão das colocações nos dicionários ativos.

Dentre as categorias de colocações, acreditamos que, como toda sentença é formada por pelo menos um verbo, o tipo de colocação com o qual o aprendiz mais comumente tem que lidar é a colocação verbal. Por esta razão, o foco de nosso estudo é a inserção de colocações verbais nos dicionários escolares ativos português/inglês.

Para avaliar o tratamento dado às colocações verbais nas obras escolares, selecionamos oito combinatórias: “arrumar/fazer a cama”; “arrumar/fazer a mala”; “colocar/pôr uma roupa”; “colocar/pôr a mesa”; “tomar banho”; “tomar um café (bebida)”; “tomar (banho de) sol”; “tomar sorvete”. Optamos pelos verbos “arrumar/fazer”, “colocar/pôr” e “tomar” por estarem associados à descrição de atividades rotineiras – situação comunicativa considerada fundamental no aprendizado de uma língua estrangeira.

Nossa escolha também foi motivada pelo fato das combinatórias com esses verbos evidenciarem o anisomorfismo lexical entre as línguas em questão: comparando as colocações selecionadas a seus equivalentes em inglês - respectivamente, *make the bed*, *pack*, *put on a coat*, *set the table*, *take a bath/a shower*, *drink/have some coffee*, *sunbathe* e *eat/have some ice cream* – observa-se que, com exceção de *have*, nenhum verbo se repete, além disso, “arrumar/fazer a mala” e “tomar (banho de) sol” não são colocações na língua inglesa, correspondem aos verbos *pack* e *sunbathe*.

Segundo Heid (2004), os três principais aspectos relacionados à inclusão de colocações nos dicionários são: seleção, lematização e apresentação. Como o primeiro aspecto está relacionado à formação de um *corpus* para a extração das colocações e à aplicação de critérios para a escolha das mesmas - questões que não podem ser avaliadas somente através da análise de um dicionário - limitamo-nos, neste estudo, a pesquisar os dois outros aspectos apontados pelo autor: lematização e apresentação.

Quanto à lematização, verificaremos se a colocação está arrolada na entrada do verbo, do substantivo, ou em ambas as entradas.

Com relação à apresentação, observaremos:

a) o tipo de microestrutura empregado (cf. HAUSMANN; WERNER, 1991 *apud* CARVALHO 2001, p.156-160): “microestrutura integrada” (as respectivas informações sintagmáticas são apresentadas após cada acepção); “microestrutura não-integrada” (as informações sintagmáticas são separadas das diversas acepções, aparecendo no final do verbete, em um bloco à parte; em alguns casos, esses sintagmas recebem números que se referem à acepção à qual pertencem); ou “microestrutura parcialmente integrada” (é como a microestrutura integrada, porém alguns sintagmas são colocados no final, em bloco à parte, porque não está claro à que acepção correspondem);

b) o tipo de destaque escolhido (negrito, itálico, caixa alta, etc.);

c) os critérios de sistematização (apresentação de variantes, exemplos de uso, ordenação alfabética, etc.).

Determinadas as colocações a serem investigadas e os aspectos a serem considerados nesse estudo, passamos à análise três dicionários escolares na direção Português/Inglês: o *Longman Dicionário Escolar* (LDEI, 2002), o *Michaellis Dicionário Escolar* (MDI, 2005) e o *Oxford Escolar* (ODEI, 2007).

Análise do LDEI (2002)

a) Verbetes em que as colocações “arrumar/fazer a cama” e “arrumar/fazer a mala” estão inseridas

<p>arrumar v 1 (pôr em ordem) to clean up: <i>Tive que arrumar meu quarto antes de sair.</i> I had to clean up my room before going out. / arrumar a cama to make your bed. 2 arrumar a mala to pack: <i>Você me ajuda a arrumar a mala?</i> Would you help me to pack? 3 (conseguir) to get hold of : <i>Quer uma entrada para o show? Eu arrumo para você.</i> Do you want a ticket for the show? I can get hold one for you. / arrumar um emprego (para alguém) to get a job for (sb): <i>Quero arrumar um trabalho nos fins de semana.</i> I want to get a weekend job.</p>	<p>cama s 1 bed / ir para a cama to go to bed. <i>Ontem fui para a cama cedo.</i> Yesterday I went to bed early. / fazer a cama to make the bed: <i>Lá em casa cada um faz a sua cama.</i> At home everyone makes their own bed. 2 [...]</p>	<p>mala s 1 (bagagem) suitcase: <i>Sua mala está muito pesada..</i> Your suitcase is very heavy. / / fazer/ desfazer a mala to pack/unpack (your suitcase): <i>Você já fez a mala?</i> Have you packed yet? 2 [...]</p>
--	---	---

(LDEI, 2002, s.v.)

(LDEI, 2002, s.v.)

(LDEI, 2002, s.v.)

■ Lematização

- Entrada/verbo: “arrumar a cama”; “arrumar a mala”
- Entrada/substantivo: “fazer a cama”; “fazer as malas”

■ Apresentação

- Tipo de microestrutura: integrada
- Destaque: negrito
- Questões de sistematização:
 - são oferecidos exemplos em todos os casos de colocação, com exceção de “arrumar a cama”;
 - as variantes “arrumar/fazer a cama” e “arrumar/fazer a mala” são apresentadas, porém em verbetes distintos: “arrumar a mala” e “arrumar a cama” encontram-se no verbete “arrumar”; “fazer a cama” e “fazer a mala” nos verbetes “cama” e “mala”, respectivamente;
 - a colocação “arrumar a mala”, apesar de poder estar junto à primeira acepção (pôr em ordem), é apresentada como uma acepção individual;
 - a ordenação alfabética não é obedecida no verbete “cama”: “ir para a cama” vem antes “fazer a cama”.

b) Verbetes nos quais as colocações “colocar/pôr (uma) roupa” estão inseridas

<p>colocar v 1 (pôr) to put: <i>Onde você colocou o meu livro?</i> Where did you put my book? 2 (vestir) colocar algo to put sth on: <i>Ele colocou uma suéter.</i> He put a sweater on. 3 [...]</p>	<p>pôr 1 COLOCAR (= to put) <i>Onde você pôs os livros?</i> Where did you put the books? [...] 2 TOCAR (=to put on), etc. to put on a record/some music, etc. <i>Ponha aquela música que eu gosto.</i> Put on that song I like. 3 VESTIR (=to put on) pôr um vestido/ uma calça, etc to put on a dress/some pants, etc. <i>Não quero por a mesma blusa de ontem.</i> I don't want to put on the same shirt I wore yesterday. [...] 4 [...]</p>
---	---

(LDEI, 2002, s.v.)

(LDEI, 2002, s.v.)

■ **Lematização**

- Entrada/verbo: “colocar uma roupa”; “pôr uma roupa”

■ **Apresentação**

- Tipo de microestrutura: integrada
- Destaque: negrito
- Questões de sistematização:
 - são oferecidos exemplos nos dois casos de colocação;
 - quando o verbo tem muitas acepções, estas são destacadas em letras maiúsculas.

c) Verbetes em que as colocações “tomar banho”, “tomar (bebida)”, “tomar (banho de) sol” e “tomar um sorvete” estão inseridas

<p>tomar 1 TRANSPORTE (=TO TAKE) [...] 2 BEBIDAS, COMIDAS, REMÉDIOS (= to drink, to have, to take) <i>Tomei dois copos de leite.</i> I drank two glasses of milk [...]/ tomar um sorvete to have an ice cream/ tomar café da manhã/chá to</p>	<p>banho s 1 (de chuveiro) shower: banho quente/frio cold/hot shower 2 (de banheira) bath 3 tomar banho (a) (de chuveiro) to take a shower [...] (b) de banheira) to take a bath 4 banho de mar dip in the ocean (AmE), dip in the sea (BrE) / tomar banho de mar to go for a dip in the ocean [...] 5 banho de sol</p>	<p>sol s 1 sun [...]/ tomar sol to sunbathe 2 fazer sol to be sunny [...] 3 [...]</p>
---	---	--

have breakfast/tea/ tomar sopa to eat soup/ tomar uma aspirina to take an aspirin/ tomar uma injeção to have an injection 3 BANHO (= to takeAmE, to have BrE Tomei uma choverada fria. <i>I took a cold shower.</i> 4 [...] 5 [...] 6 [...] 7 [...] 8 <i>tomar cuidado, tomar uma decisão, tomar sol, etc.</i> são tratados no verbete do substantivo correspondente.	sunbathing / tomar banho de sol to sunbathe 6 [...]	(LDEI, 2002, s.v.)
--	--	--------------------

(LDEI, 2002, s.v.)

(LDEI, 2002, s.v.)

(LDEI, 2002, s.v.)

■ Lematização

- Entrada/verbo: “tomar uma bebida”; “tomar sorvete”
- Entrada/verbo e substantivo: “tomar banho”; “tomar sol”

■ Apresentação

- Tipo de microestrutura: integrada
- Destaque: uso de negrito em todas as colocações, com exceção de “tomar banho” no verbete “tomar”
- Questões de sistematização:
 - não são oferecidos exemplos após o equivalente das colocações, com exceção de “tomar banho”, acepção “BANHO”, verbete “tomar”.

Análise do MDI (2005)

- a) Verbetes que oferecem as colocações “fazer a cama” e “fazer a mala”

fa.zer [...] vt + vintr + vpr 1 to do, make, create. 2 to form, fashion, mo(u)ld. 3 to construct [...] 9 fazer-se [...] a comida fez mal ao meu estômago the food has upset my stomach [...] a enfermeira fez as vezes do médico [...] faça-o entrar show	ma.la [...] suitcase, bag, trunk. fazer as malas to pack mala aérea air mail. mala direta direct mail
--	---

him in faça uma tentativa have a go at it! Fazer a cama to make the bed fazer a chamada to call the roll [...] fizemos o que quisemos we did as as we liked frutas verdes me fazem mal unripe fruit does not agree with me [...]	
---	--

(MDI, 2005, s.v.)

(MDI, 2005, s.v.)

■ Lematização

- Entrada/verbo: “fazer a cama”; “fazer as malas”

■ Apresentação

- Tipo de microestrutura: não-integrada
- Destaque: negrito
- Questões de sistematização:
 - as colocações estão misturadas às sentenças exemplo no verbete “fazer”, e aos compostos no verbete “mala”;
 - o uso de padrão “V (infinitivo) + substantivo” não é sistemático (“faça uma tentativa” em vez de “fazer uma tentativa”).

b) Verbetes que oferece a colocação “pôr a mesa”

me.sa [...] 1 table [...] 2 board, board of directors [...] 3 <i>fig</i> food fare, board à mesa at the table, during meals cama e mesa board and lodging mesa de cirurgia surgical table [...] pôr a mesa to set, to lay the table roupa de mesa table linen sentar-se à mesa to sit down to table [...]

(MDI, 2005, s.v.)

■ Lematização

- Entrada/substantivo: “pôr a mesa”

■ Apresentação

- Tipo de microestrutura: não-integrada
- Destaque: negrito
- Questões de sistematização:
 - colocações apresentadas com os compostos.

c) Verbetes que oferecem as colocações “tomar (bebida)” e “tomar banho de sol”

to.mar [...] 1 to seize, catch, capture, grasp [...] 2 to gather, collect [...] 3 to eat, drink [...] 6 to use up, occupy não tomar conhecimento to overlook, disregard toma lá da cá give-and-take [...] tomar parte to take part tomar uma bebida to have a drink [...] tomar um remédio to take a medicine	ba.nho [...] 1 bath, shower 2 banhos <i>pl</i> therapeutic baths banho de mar sea bathing banho de sol sun-bath tomar banho de sol to sunbathe
---	--

(MDI, 2005, s.v.)

(MDI, 2005, s.v.)

■ Lematização

- Entrada/verbo: “tomar uma bebida”
- Entrada/substantivo: “tomar banho de sol”

■ Apresentação

- Tipo de microestrutura: não-integrada
- Destaque: negrito
- Questões de sistematização:
 - o dicionário apresenta a colocação “tomar uma bebida” sem mostrar as possibilidades de substituição (“tomar um café”, por exemplo).

Análise do ODEI (2007)

- a) Verbetes nos quais constam as colocações “arrumar/fazer a mala” e “fazer a cama”

<p>arrumar [...] 1 (<i>ordenar</i>) to clear sth up: ~a casa to clear up the house [...] 2 (<i>mala</i>) to pack: <i>Você já arrumou as malas?</i> Have you packed yet? 3 (<i>mentira, desculpa</i>) to think sth up [...]</p>	<p>fazer * traduz-se por to make nos seguintes casos: 1 (<i>fabricar</i>): ~bicicletas/uma blusa to make bicycles/a blouse 2 (<i>dinheiro, barulho, cama</i>): <i>Você nunca faz a cama de manhã.</i> You never make your bed in the morning. 3 [...]</p>	<p>mala <i>sf</i> 1 (<i>viagem</i>) (suit)case 2 (<i>carro</i>) trunk, boot (<i>GB</i>) LOC fazer/ desfazer a(s) mala(s) to pack/unpack</p>
ODEI (2007, s.v.)	ODEI (2007, s.v.)	ODEI (2007, s.v.)

■ Lematização

- Entrada/verbo: “arrumar a mala”; “fazer a cama”
- Entrada/substantivo: “fazer as malas”

■ Apresentação

- Tipo de microestrutura: é utilizado tanto a integrada – verbetes “arrumar” e “fazer”- quanto a não-integrada – verbete “mala”.
- Destaque: os substantivos formadores da colocação estão em *itálico*, entre parênteses; as colocações são apresentadas em **negrito**, em bloco específico.
- Questões de sistematização:
 - nos verbetes correspondentes aos verbos, o substantivo formador da colocação é apresentado entre parênteses, como um desambiguador semântico, juntamente com as acepções;
 - no verbete correspondente ao substantivo, a colocação é destacada das acepções.
 - apresenta o antônimo da colocação: “fazer a mala” → “desfazer a mala”

b) Verbetes em que consta a colocação “pôr a mesa”

<p>mesa <i>sf</i> table [...] LOC mesa de centro/jantar coffee/dining table mesa (de escritório/escola) desk pôr/tirar a mesa to set/clear the table [...]</p>
--

ODEI (2007, s.v.)

■ **Lematização**

- Entrada/substantivo: “pôr a mesa”

■ **Apresentação**

- Tipo de microestrutura: não-integrada
 - Destaque: negrito
 - Questões de sistematização:
- apresenta o antônimo da colocação: “pôr a mesa” → “tirar a mesa”

b) Verbetes nos quais constam as colocações “tomar banho”, “tomar (bebida)” e “tomar (banho de sol)”

<p>tomar <i>vt</i> 1 to take: ~ <i>uma ducha</i> to take a shower [...] 2 (<i>decisão</i>) to make 3 (<i>beber</i>) to drink</p>	<p>banho <i>sm</i> 1 (<i>em banheira</i>) bath: tomar ~ to take a bath 2 (<i>de chuveiro</i>) shower: <i>De manhã tomo sempre um ~ de chuveiro.</i> I always take a shower in the morning. LOC tomar banho de sol to sunbathe vai tomar banho! Get lost! [...]</p>	<p>sol <i>sm</i> sun [...] LOC de sol a sol from morning to night fazer sol to be sunny tomar sol to sunbathe [...]</p>
--	--	---

ODEI (2007, s.v.)

ODEI (2007, s.v.)

ODEI (2007, s.v.)

■ **Lematização**

- Entrada/verbo: “tomar (banho) uma ducha”
- Entrada/substantivo: “tomar banho”

■ **Apresentação**

- Tipo de microestrutura: é utilizado tanto a integrada – verbetes “tomar” e “banho” - quanto a não-integrada.
 - Destaque: os substantivos formadores da colocação estão em itálico, entre parênteses; as colocações são apresentadas em negrito em bloco específico.
 - Questões de sistematização:
- segue a ordenação alfabética para as colocações

Essa breve análise comparativa demonstra que cada dicionário, exceto pelo destaque em negrito, adota soluções diferentes para a inserção de colocações verbais e, ainda, evidencia que essas soluções não são sistemáticas, isto é, para questões idênticas um mesmo dicionário ora adota um procedimento ora outro.

Proposta para inserção de colocações verbais nos dicionários escolares ativos português/inglês

A propensão do aprendiz de língua estrangeira que se encontra nos níveis iniciais é formular a colocação na sua língua nativa e buscar seu equivalente no verbete correspondente ao primeiro elemento da combinatória - no caso das colocações verbais, o verbo. Essa tendência foi comprovada por Mahler (2009) em um estudo realizado com aprendizes de alemão.

Considerando essa característica do aprendiz, propomos que as colocações verbais sejam lematizadas sempre na entrada do verbo, porém, com remissão nos verbetes correspondentes aos substantivos, para o caso da consulta ser efetuada pelo segundo elemento da combinatória.

Em relação à Tipo de microestrutura e o destaque dentro do verbete, sugerimos que as colocações sejam arroladas alfabeticamente em um bloco distinto, com destaque em negrito, após a indicação de todos os equivalentes. Desse modo, acreditamos, o consulente poderá acessar mais rapidamente a informação que está buscando.

Quanto aos outros aspectos relacionados à sistematização das colocações, concluímos que:

- a melhor forma de se apresentar as colocações que permitem a alteração dos substantivos é utilizar um hiperônimo e entre parênteses enumerar algumas possibilidades de substituição, como por exemplo:

<p>colocar uma roupa (uma camiseta, um vestido, etc.) <i>put</i> a piece of clothing (a t-shirt, a dress,</p>
--

Assim, o usuário disporá de mais dados que lhe permitam inferir a construção de outras combinatórias que não estejam no dicionário;

- a inclusão de verbos sinônimos e/ou antônimos é irrelevante, já que o aprendiz vai consultar o verbo que precisa para produzir a colocação no verbete correspondente;
- a disponibilização de exemplos de uso é essencial para que o consulente tenha uma amostra do comportamento sintático da colocação.

Para ilustrar nossa proposição, elaboramos um verbete amostra para o verbo “arrumar”¹:

<p>arrumar v 1 (pôr em ordem) to clean up: <i>Tive que arrumar meu quarto antes de sair.</i> I had to clean up my room before going out. 2 (conseguir) to get hold of: <i>Quer uma entrada para o show? Eu arrumo para você.</i> Do you want a ticket for the show? I can get hold one for you.</p> <p>[outras acepções]</p>
<ul style="list-style-type: none">▪ arrumar a cama make the bed <i>Lá em casa cada um faz a sua cama.</i> At home everyone makes their own bed.▪ arrumar a(s) mala(s) pack <i>Você já arrumou as malas?</i> Have you packed yet?▪ arrumar uma desculpa to come up with <i>Ela arrumou uma desculpa para não sair com ele.</i> She came up with an excuse for not going out with him. <p>[outras colocações]</p>

(verbeta hipotético)

Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi verificar se os dicionários escolares ativos português/inglês atendiam às demandas do aprendiz brasileiro de língua inglesa referentes à produção de colocações verbais.

¹ As informações que apresentamos neste verbete foram baseadas nos três dicionários utilizados nesse estudo: o LDEI (2002), o MDI (2005) e o ODEI (2007)

Os resultados de nossa pesquisa demonstraram que as obras analisadas não parecem seguir nenhum tipo de parâmetro lexicográfico nem para a lematização nem para a apresentação dessas combinatórias, uma vez que identificamos diferentes soluções quanto a esses dois aspectos tanto entre as obras quanto dentro de uma mesma obra. Em vista disso, oferecemos algumas sugestões como a lematização na entrada do verbo, a apresentação em bloco à parte no final do verbete e uso de exemplos, entre outros. Apesar destas indicações terem sido feitas para as colocações verbais, pensamos que as mesmas podem ser aplicadas aos demais tipos de colocações.

Referências

BAHNS, J. Lexical Collocations: A Contrastive View. **ELT Journal**, v. 47, n. 1 (January), p. 56-63, 1993.

BENEDUZZI, R. **Colocações substantivo + adjetivo: propostas para sua identificação e tratamento lexicográfico em dicionários ativos português-espanhol**. 2008. 212f. Dissertação (Mestrado em Lexicografia e Terminologia: Relações Textuais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

BENSON, M.; BENSON, E.; ILSON, R. **The BBI Dictionary of English Word Combinations**. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins Publishing Company. [Rev. edn. of: The BBI Combinatory Dictionary of English. 1986], 1997.

BEVILACQUA, C. R. Unidades Fraseológicas Especializadas Eventivas: estado da questão em relação a sua definição, denominação e critérios de seleção. **Tradterm**, v. 11, p. 237-253, 2005.

COP, M. Collocations in the Bilingual Dictionary. In HAUSMANN F.J.; REICHMANN O.; WIEGAND E.; ZGUSTA L.; **Wörterbücher / Dictionaries / Dictionnaires. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie / An International Encyclopedia of Lexicography / Enciclopédie internationale de lexicographie**. Vol.III, Berlin-New York: De Gruyter, 1991.

COWIE, A. P. The treatment of collocations and idioms in Learners' dictionaries. **Applied Linguistics**. Oxford, v. 2, n. 3, p. 223-235, 1981.

DAMIM, C.P.; BUGUEÑO, F. Elementos para uma escolha fundamentada de dicionários bilíngues português/inglês. **Entrelinhas**, São Leopoldo, v. 2, n. 3, 2005.

FIRTH, J.R. 1957. Modes of meaning. In: **Papers in Linguistics 1934-1951**. London: Oxford University Press, 1957, p. 190-215.

FONTENELLE, T. Using a bilingual dictionary to create semantic networks. **International Journal of Lexicography**, n.10, p. 275-303, 1997.

_____. A bilingual lexical database for frame semantics. **International Journal of Lexicography**, n.13, p. 232-248, 2000.

HALLIDAY, M. A. K. Categories of the theory of grammar. **Word**. New York, v. 17, n. 3. p. 241-292, 1961.

HAUSMANN, F.J. Le Dictionnaire de collocations. In HAUSMANN F.J., REICHMANN O., WIEGAND E., ZGUSTA L. **Wörterbücher / Dictionaries / Dictionnaires. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie / An International Encyclopedia of Lexicography / Encyclopédie internationale de lexicographie**. Vol.III , Berlin-New York: De Gruyter, 1989.

HEID, Ulrich. On the presentation of collocations in monolingual dictionaries. In: **Proceedings of the eleventh EURALEX International Congress**. Lorient, France; July 6-10, 2004, p. 729-738.

Disponível em:
<http://www.euralex.org/elx_proceedings/Euralex2004/079_2004_V2_Ulrich%20HEID_On%20the%20presentation%20of%20collocations%20in%20monolingual%20dictionaries.pdf> Acesso em: 02 jul. 2011.

KROMAN H.-P., RIIBER T., ROSBACH P., Principles of Bilingual Lexicography. In HAUSMANN F.J., REICHMANN O., WIEGAND E., ZGUSTA L. **Wörterbücher / Dictionaries / Dictionnaires. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie / An International Encyclopedia of Lexicography / Encyclopédie internationale de lexicographie**. Vol.III , Berlin-New York: De Gruyter, 1991.

MAHLER, Nara C. S. **As colocações verbais em três dicionários bilíngues e bilinguísticos de alemão-português**. Dissertação (Mestrado em Língua e Literatura Alemã). Centro de [Filosofia, Letras e Ciências Humanas](#), USP, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8144/tde-03022010-095516/pt-br.php>> Acesso em: 20 jun. 2011.

MEL'CUK, I. **Dictionnaire explicatif et combinatoire du français contemporain**. Vol. 1, 2, 3, Montréal: Les Presses de la Université de Montréal, 1984, 1988, 1992.

NESSSELHAUF, N. What are Collocations? In. ALLERTON D.J. et al (eds) **Phraseological units: basic concepts and their application**. Basel : Schwabe. p. 1-21, 2004.

SINCLAIR, J.M. **Corpus, concordance, collocation. describing English language**. Oxford: Oxford University Press, 1991.

TAGNIN, Stella E. O. **O Jeito que a gente diz: expressões convencionais e idiomáticas**. São Paulo: Disal, 2005.

WELKER, Herbert Andreas. **Dicionários: Uma pequena introdução à lexicografia**. Brasília: Thesaurus, 2004.

ZGUSTA. L. **Manual of Lexicography**. The Hague/Paris: Academia, Mouton, 1971.

Dicionários

LDEI. **Longman Dicionário escolar inglês/português - português/inglês**, Harlow: Longman, 2002.

MDI. **Michaellis Dicionário Escolar Inglês/Português - Português/Inglês**. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

ODEI. **Dicionário Oxford Escolar para estudantes brasileiros de inglês**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

Composição e Derivação: Polos Prototípicos de um *Continuum*? Pequeno Estudo de Casos

Carlos Alexandre Victorio Gonçalves*

Resumo: Constitui objetivo deste trabalho repensar as diferenças entre composição e derivação, de modo a fornecer evidências do português brasileiro em favor da proposta de Kastovsky (2009). Para o autor, esses processos de formação de palavras constituem os extremos prototípicos de um *continuum*, havendo, em decorrência, casos limítrofes com propriedades das duas operações morfológicas. A mudança de estatuto morfológico também é avaliada no artigo, pois Bauer (2005) a considera uma das principais evidências da flexibilização das fronteiras entre composição e derivação.

Palavras-chave: Composição; Derivação; *Continuum*; Formas clássicas.

Abstract: The purpose of this study is rethinking the differences between compounding and derivation, in order to provide evidence of the Brazilian Portuguese in favor of the Kastovsky (2009)'s claim. For him, these word formation processes are the prototypical extremes of a morphological continuum, with, consequently, borderline cases with morphological properties of these operations. The morphological change is also treated in the paper, because Bauer (2005) considers it the main evidence of the relaxation of the boundaries between compounding and derivation.

Keywords: Compounding; Derivation; Continuum; Classical forms.

1. Introdução

Constitui nosso objetivo, neste trabalho, repensar as diferenças entre composição e derivação, de modo a fornecer evidências do português brasileiro em favor da proposta de Kastovsky (2009). Para o autor, esses processos de formação de palavras constituem os extremos prototípicos de um *continuum*, havendo, em decorrência, casos limítrofes com propriedades das duas operações morfológicas.

Mais especificamente, procuramos mostrar que a mudança morfológica, tal como apontam, entre outros, Bauer (2005), Petropoulou (2009) e Ralli (2008), constitui um dos principais indicadores de um *continuum* composição-derivação, já que afixos podem originar-se de palavras ou radicais presos, revelando que, diacronicamente, itens

* Professor Associado II da Universidade Federal do Rio de Janeiro / Pesquisador do CNPq.

morfológicos nem sempre preservam seu estatuto original. Neste artigo, procuramos mostrar que muitos dos chamados “radicais eruditos” (CUNHA, 1975; LUFT, 1978) – sobretudo os encontrados predominantemente na segunda posição, como -logo, -latra, -grafo, -metro e -dromo – vêm formando séries de palavras e se comportado como sufixos no português contemporâneo (pelo menos na variedade brasileira). Destacamos, ainda, que a existência de uma série de processos morfológicos de difícil categorização, como as formações a partir de *splinters*, a exemplo de -trocínio (‘paitrocínio’, ‘capestrocínio’, ‘irmãotrocínio’) e -drasta (‘mãedrastra’, ‘avódrastra’, ‘tiadrastra’) corrobora a proposição de um *continuum* composição-derivação.

O trabalho é dividido da seguinte maneira: em primeiro lugar, refletimos sobre as principais diferenças entre composição e derivação, tomando por base recentes propostas de tratamento para o binômio na literatura linguística contemporânea. Logo após, apresentamos as ideias de Kastovsky (2009) e de Bauer (2005) e os dados do português que reforçam a escalaridade entre as duas operações aqui focalizadas. Na sequência, trazemos evidências históricas de mudança no estatuto morfológico dos cinco “radicais eruditos” já referidos – -logo, -grafo, -latra, -metro e -dromo. Por fim, mostramos as vantagens de analisar composição e derivação como *polos* de um *continuum*, enfatizando que essa proposta é extremamente promissora e encontra guarida na morfologia do português.

2. Sobre as principais diferenças entre composição e derivação

De um modo geral, entende-se a composição como um processo que combina palavras ou radicais para formar um item morfológicamente complexo, enquanto a derivação requer a presença de um afixo¹. Tradicionalmente, ambos os mecanismos são vistos como processos de formação de palavras, mas há, na literatura, abordagens que consideram a composição um processo radicalmente distinto da derivação. Anderson (1992), por exemplo, alega que compostos apresentam estrutura interna acessível à sintaxe e, por isso mesmo, não constituem objeto de estudo da morfologia.

¹ Exceto nos casos de conversão, subtração ou mudança na constituição fonológica de uma palavra-matriz.

Reação à ideia de que compostos e derivados são estruturalmente distintos e formados em diferentes partes da gramática é encontrada em simpatizantes da chamada fonologia lexical (KIPARSKY, 1982; BOOIJ & RUBACH, 1984). De um modo geral, resultados de pesquisa nessa perspectiva de investigação vêm demonstrando que as duas operações são processadas num mesmo componente, o léxico, sendo tanto afixos quanto raízes parte das entradas lexicais e ponto de partida para a aplicação de regras fonológicas.

Numa outra linha teórica, igualmente radical, Singh (1997) defende que não há diferenças entre composição e derivação, sendo ambos os processos (a) instâncias da formação de palavras e, em decorrência, (b) governados pelas mesmas regras ou padrões. Uma posição mais fraca é assumida por autores como Naumann & Vogel (2000), Bauer (2005) e Booij (2005), os quais argumentam que, apesar de diferentes, derivação e composição nem sempre são facilmente distinguíveis, pois suas fronteiras são maleáveis de ambos os lados. Essa proposta baseia-se na existência de categorias não-nucleares, que podem ser classificadas como afixos marginais ou radicais marginais, por exibirem propriedades tanto de afixos quanto de lexemas.

Em algumas abordagens, elementos desse tipo foram considerados pertencentes a uma classe diferente, situada entre lexemas e afixos. Tais formativos foram denominados de afixoides (MARCHAND, 1969), semi-palavras (SCALISE, 1984), semi-afixos (SCHMIDT, 1987) ou pseudo-afixos (KATAMBA, 1990)². Ten Hacken (2000: 355) aponta que “o aumento na produção de novas formas e a diminuição da especificidade semântica fazem com que afixoides se assemelhem a afixos; por outro lado, sua vinculação a uma forma livre os aproxima dos radicais”.

No nosso entendimento, a postulação de afixoides, por si só, evidencia a imprecisão e a maleabilidade das fronteiras entre composição e derivação. Dito de outra maneira, afixóides constituem um recurso descritivo válido para segregar os dois

² À luz de seus constituintes, o termo afixoide remete para algo “semelhante a um afixo”, o que implica afirmar que essa entidade partilha de certas semelhanças com um afixo, ao mesmo tempo em que ostenta diferenças em relação a esse elemento morfológico. Em linhas bem gerais, afixoides são formas que, de acordo com Booij (2005), parecem partes de um composto e podem ocorrer como lexemas, mas apresentam um significado mais geral e podem aparecer em séries de palavras, a exemplo de ‘filo’, ‘multi’ e ‘hetero’, entre tantos outros. Já há algum tempo, Duarte (1999; 2008) vem analisando o estatuto dos prefixoides em português.

processos, independentemente de formarem ou não uma classe separada³. A existência desse tipo de entidade levou Booij (2005) a propor que composição e derivação recebam o mesmo tipo de tratamento, lançando, então, as bases de um novo modelo de análise, a morfologia construcional, abordagem amplamente descrita em seu recente livro, *Construction Morphology* (BOOIJ, 2010).

Aplicando os postulados da gramática das construções (GOLDBERG, 1995; CROFT, 2000) à morfologia, Booij (2005; 2007) discute a dicotomia composição/derivação e observa que a distinção é questionável, entre outras razões, porque formativos podem não preservar seu estatuto morfológico ao longo do tempo. O autor apresenta uma série de casos de transição radical-afixo e afixo-radical em várias línguas e, com base na discussão de casos fronteiros, faz o seguinte questionamento: composição e derivação são processos distintos ou representam os extremos prototípicos de um mesmo mecanismo de formação de palavras? Embora não forneça uma resposta à questão, Booij (2007) explicitamente se posiciona contra a tese de que a composição se processa num componente gramatical diferente do da derivação, mesmo porque, no âmbito da linguística cognitiva, corrente teórica a que a morfologia construcional se filia, não há separação entre léxico e gramática (LANGACKER, 1987).

Na gramática das construções (GOLDBERG, 1995), as unidades linguísticas são estruturas simbólicas convencionais. Desse modo, não há diferença substancial, por exemplo, entre palavras derivadas (sapat-eiro), compostos (baba-ovo) e expressões semi-abertas (dar uma X-da), uma vez que todas essas unidades, que são complexas, podem, igualmente, ser analisadas, em suas estruturas de formação, por meio de esquemas construcionais. Mostra-nos Basílio (2010: 20-21) que

deixa de ser crucial a questão de determinar, por exemplo, se um composto é ou não uma palavra; ou se uma construção é composta ou prefixada: em todos os casos, trata-se de unidades simbólicas complexas convencionais, cujas propriedades comuns podem ser representadas em esquemas construcionais, desde os mais especificados, como [[Xizar]v-ção]_n até os mais abstratos como [N-N]_n.

³ Na verdade, afixoides exemplificam um típico caso de gramaticalização, já que envolvem a transição de itens morfológicos da condição de radicais/palavras à condição de morfemas gramaticais. Com base em Lehmann (1982; 1991), podemos afirmar que a mudança semântica já tomou seu lugar, apesar de a mudança formal ainda não ter se concretizado: nesse tipo de entidade, nem sempre se observa o que o autor chama de enfraquecimento fonológico.

Examinemos, agora, dois dos principais critérios usados para distinguir composição de derivação: (a) o tipo de unidade que participa de um item morfológicamente complexo e (b) a posição que esse item ocupa no interior da palavra. É tacitamente aceita a ideia de que a composição envolve itens livres (FABB, 1998), que podem aparecer tanto à esquerda quanto à direita de uma base. Ao contrário, afixos são formas presas que obedecem a rígidas restrições posicionais (SCALISE, 1984; KATAMBA, 1990; CORREIA & LEMOS, 2005): prefixos antecedem as bases, enquanto sufixos categoricamente as sucedem⁴.

O critério posição confere estatuto de radicais a formativos que participam dos chamados “compostos neoclássicos“, uma vez que, nessas construções, há elementos que podem aparecer tanto à esquerda quanto à direita. Tal é o caso dos exemplos em (01), a seguir, nos quais se observa um mesmo item morfológico (em *itálico*) ora iniciando a palavra, ora precedendo o sufixo -ia, localizando-se, pois, mais à direita:

- (01) *fonética* / telefonia
democrata / epidemia
filósofo / pedofilia
grafismo / taquigrafia
antropônimo / filantropia

Martinet (1979) denominou de “confixos”⁵ os elementos sem posição pré-determinada na estrutura da palavra, como os apresentados em (01). O critério mobilidade posicional, portanto, nos levaria a categorizar tais constituintes como radicais, já que verdadeiros afixos não mudariam de lugar. A posição no interior da

⁴ Como observa Gonçalves (2009), desde o surgimento da morfologia prosódica, argumenta-se que a distribuição de morfemas nas línguas naturais pode ser afetada pela estrutura prosódica. McCarthy & Prince (1993) mostram que infixos não constituem categorias morfológicas primitivas, sendo reflexos de prefixos e sufixos forçados a ocupar posições mais internas, como alternativa mais viável para não violar alguma restrição prosódica. Um exemplo clássico é o do Tagalog. Nessa língua malaio-polinésia, há formas em que o afixo um- atua como prefixo, anexando-se à esquerda das bases (*‘íbig’* >> *‘um-íbig’*; *‘asím’* >> *‘um-asím’*). Em dados nos quais a base se inicia por consoante, um- é jogado para a posição medial, funcionando como infixo (*‘bilí’* >> *‘b-um-íli’*; *‘lurá’* >> *‘l-um-urá’*; *‘grádwet’* >> *‘gr-um-ádwet’*).

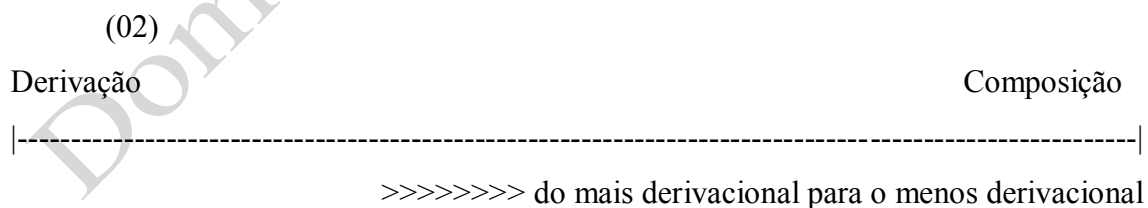
⁵ Para Martinet (1979), confixos são elementos que gradualmente adquirem característica de sufixo, mas, em decorrência da oscilação posicional, são considerados uma categoria à parte. A utilização de uma forma com a sequência -fixo para nomear essas entidades evidencia que o autor considera tais elementos como formas a caminho da derivação.

palavra, entretanto, não é considerada um critério 100% seguro. Autores como Iorgu & Manoliu (1980: 446) se apoiam em argumentos históricos para mostrar que a existência de formas com um sufixo aparecendo na posição de radical é evidência de que se processou uma mudança no estatuto de tais elementos.

Bauer (2005) vê na mudança morfológica a principal base empírica de sua proposta. Para ele, são tênues os limites entre composição e derivação, pois inúmeros prefixos e sufixos se originaram de radicais ou palavras que tendiam a aparecer, respectivamente, à esquerda ou à direita numa construção não necessariamente morfológica. Na conclusão de seu trabalho, Bauer (2005: 107) faz a seguinte afirmação:

O problema não está na distinção entre composição e derivação – definidas a partir da oposição palavras/afixos obrigatoriamente presos; nesse sentido, tudo funciona bem. O problema está em certos elementos terem ou deixarem de ter estatuto compatível com uma outra categoria: formas que ocorrem na segunda posição em compostos, preposições / advérbios que se comportam como prefixos, morfemas únicos em processo de independência, pedaços de palavras ascendendo ao status de afixo.

Bauer (2005) nos mostra que composição e derivação se interrelacionam de diversas maneiras, apesar de envolverem diferentes unidades de análise. Como Kastovsky (2009), acreditamos que essas operações morfológicas são os polos prototípicos de uma escala, havendo, por isso mesmo, casos claramente analisáveis como compostos ou derivados e outros mais difusos, que transitam ao longo de um *continuum* como o formalizado em (02), a seguir⁶:



⁶ A ideia de *continuum* entre as operações morfológicas não é nova em morfologia. Bybee (1985) foi, até onde se conhece, a primeira a atentar para essa possibilidade, descrevendo a flexão como processo gradiente. Uma aplicação da proposta de Bybee (1985) para o português foi feita em Piza (2001) e em Gonçalves (1999; 2005; 2011). Guardadas as devidas proporções, as assunções de Kastovsky (2009) se assemelham bastante às de Bybee (1985).

Para implementar uma proposta que relativize as diferenças entre composição e derivação, é necessário operar com um conjunto pré-determinado de atributos que se apliquem aos casos mais emblemáticos. No quadro a seguir, sistematizamos, a partir do que se encontra na literatura especializada, as principais características das composições e derivações mais prototípicas. Obviamente, tais diferenças devem ser consideradas como tendências gerais dos dois processos e não como uma verdade absoluta sobre o estatuto morfológico de formativos:

(03)

	Composição	Derivação
As unidades	Radicais Palavras	Afixos
	Lexemas autônomos Formas encurtadas, presas, que remetem a palavras	Elementos de fronteira (formas presas que não correspondem a palavras)
Características estruturais	Unidades com posição não necessariamente fixa na estrutura da palavra	Unidades definidas por uma posição pré-determinada na estrutura da palavra (à esquerda ou à direita)
	A variável lexical utilizada é predominantemente a palavra	A variável lexical utilizada é predominantemente o radical
	Cabeça lexical à direita ou à esquerda	Cabeça lexical à direita
	Possibilidade de existir relação de coordenação entre constituintes	Ausência desse tipo de relação
	Possibilidade de flexão entre constituintes	Flexão periférica
Característica fonológica	Realização em mais de uma palavra prosódica	Realização em uma única palavra prosódica
Características semânticas	Expressa um significado lexical	Manifesta um conteúdo gramatical ou funcional
	Pode ser endocêntrica ou	Predominantemente endocêntrica

	exocêntrica	
Produtividade e produção	Forma conjuntos mais fechados de palavras (é mais <i>ad hoc</i>)	Forma conjuntos mais completos de palavras (é mais regular)
	Caracteriza grande número de formas manufaturadas	Produz palavras em série

Se interpretarmos tais diferenças como características das formações inquestionavelmente derivadas ou compostas, teríamos em ‘peixe-boi’ um exemplo de composição prototípica e em ‘saleiro’, um caso claro de derivação. Por outro lado, caso encaremos tais diferenças como atributos/ferramentas para auxiliar na categorização, certamente estaríamos diante de uma situação de fronteira em dados como ‘eletro-choque’, ‘auto-peças’, ‘tiotrocínio’ e, por que não dizer, ‘felizmente’ e ‘pãezinhos’. Tais construções apresentam características que as aproximam e as afastam dos representantes mais modelares desses dois processos de formação de palavras.

Considerando a existência de um *continuum* entre as operações morfológicas, tal como sugeriu pioneiramente Bybee (1985), podemos entender melhor o comportamento de processos de formação de palavras difíceis de categorizar em português, como a combinação truncada (‘caipifruta’, ‘caipivodka’, ‘caipissuco’), a substituição sublexical (‘mãedrastra’, ‘irmãdrastra’, ‘sogradrastra’) e a recomposição (‘auto-peças’, ‘auto-escola’, ‘auto-tecnologia’). Esses processos recebem mais acolhida na abordagem aqui defendida. Vejamos por que razões, analisando, em primeiro lugar, os fenômenos de fusão vocabular referidos (ALMEIDA & GONÇALVES, 2004; BASÍLIO, 2005): a combinação truncada e a substituição sublexical.

Na fusão vocabular, uma nova palavra é criada (a) por entranhamento de duas bases (‘lixeratura’, ‘crentino’, ‘crionça’), (b) pela combinação de partes não-morfêmicas de duas palavras (‘portunhol’, ‘brasiguaio’, ‘vagaranha’) ou (c) pelo encadeamento de um pedaço de uma base com uma palavra inteira (‘forrogode’, ‘showmício’, ‘ovonese’). Um fato interessante nesse fenômeno, já apontado em Andrade (2008) e analisado com mais vagar em Gonçalves, Andrade & Almeida (2010), é a possibilidade de uma das partes se envolver em novas formações e adquirir *status* morfológico pela frequência de uso.

Um exemplo já clássico na literatura é o de *-gate*, analisado com detalhes em Bauer (2005), mas comentado por vários outros morfólogos (p. ex., KATAMBA, 1990; KEMMER, 1996), inclusive brasileiros (BASÍLIO, 1997; FURTADO, 2011). A forma *-gate*, apesar de equivaler a uma palavra em inglês, é inteiramente desprovida de significado em ‘Watergate’, forma de onde se originou. ‘Watergate’ é um complexo de escritórios e apartamentos localizado em Washington. Tornou-se famoso, na década de 1970, após o assalto que levou ao histórico escândalo de corrupção envolvendo o então presidente Richard Nixon. Devido à grande repercussão do caso, que inclusive culminou na renúncia do presidente, a forma *-gate* passou a denominar escândalo e, ao se anexar a nomes próprios, criou inúmeras novas formas em inglês, a exemplo de ‘Irangate’, ‘Bushgate’, ‘Monicagate’ e ‘Dakotagate’. Várias palavras em *-gate* foram criadas em português e até hoje, quatro décadas depois do caso, essa forma ainda é utilizada em nossa língua, principalmente na escrita. A título de exemplificação, vejam-se os dados abaixo, todos extraídos da *internet*:

(04)

- a) *Banheiro gate*: escândalo vergonhoso para os aldeenses. A presidência da Câmara Municipal resolveu quebrar a parede de vários gabinetes para juntá-los, diminuindo o número de 15 para 10 unidades, dotar esses gabinetes de um banheiro privativo com chuveiro para os vereadores.
- b) Foram vários, mas o caso mais vergonhoso foi o *Piquet-gate*. A fórmula 1 infelizmente é marcada por corrupção.
- c) O escândalo, apelidado de “*Panetone Gate*”, caiu na graça de blogueiros, redes sociais e sites de protestos. Também pudera: maconha em panetone...
- d) A Justiça os considera envolvidos no “escândalo da maleta”, também ironicamente chamado de *Maleta-gate*

O caso de *-gate* é semelhante ao das seguintes partículas recorrentes no português do Brasil: *-lé*, de ‘picolé’, *caipi-*, de ‘caipirinha’ e, principalmente, *-trocínio*, de ‘paitrocínio’, e *-drasta*, de ‘mãedrasta’. Vejam-se os dados em (05), a seguir:

(05)

picolé	caipirinha	patrocínio	madrasta
sacolé	caipifruta	paitrocínio	mãedrasta
sucolé	capivodka	avôtrocínio	irmãdrasta

caipilé

caipilé

autotricínio

paidrasto

Modernamente, constituintes como -trocínio e -drasta vêm sendo denominados de *splinters* (BAUER, 2005). Em linhas gerais, *splinters* são pedaços de palavras utilizados com fins lexicais e geralmente resultam de processos de fusão vocabular (cruzamentos ou substituições sublexicais). No português do Brasil, há outros casos de *splinters*, além dos exemplificados em (05), como -lândia, que aparece em várias formações designando lugar ('brizolândia', 'cracolândia' e 'empregolândia'), e -asta, forma que atualiza o significado de quem produz ('cineasta', 'videasta' e 'remakeasta').

Para refletirmos um pouco mais sobre a natureza dos *splinters*, analisemos o caso de -drasta, parte da palavra 'madrasta' identificável após a incorporação do item 'mãe' na substituição sublexical 'mãedrasta' ("madrasta tão zelosa quanto uma mãe"). A menor estabilidade das relações afetivas nas sociedades modernas acaba originando parentescos indiretos, não sendo incomuns, nos dias de hoje, famílias constituídas de pais com filhos de outro(s) matrimônio(s). Assim, criam-se, por exemplo, irmãos de pais e mães diferentes e, em decorrência, tios e tias emprestados, além de outros tipos de avós e primos. Essa nova experiência de vida acaba se refletindo na língua. O *splinter* -drasta vem se adjungindo à direita em novas formações lexicais e "batizando" modernas relações de parentesco, como 'tiadrasta' ("irmã da madrastra") e 'avódrasta' ("mãe da madrastra"). A título de exemplificação, observe-se o exemplo em (06), a seguir, no qual aparece um claro contraste entre 'sogra' ("mãe do cônjuge") e 'sogradrasta' ("madrasta do cônjuge")⁷:

(06) Estou com um problema sério no meu casamento. Queria que meu lindinho entrasse com minha sogradrasta, que eu adoro de montão, mas vai pegar mal. Vou acabar tendo que engolir mesmo é minha sogra. Tenho que arrumar um jeito de dar destaque para minha sogradrasta. Afinal de contas, ela já está com meu sogrinho há mais de 15 anos...

Splinters se assemelham a radicais ou a palavras, mas ostentam propriedades mais características de afixos, como a alta produção lexical (CORREIA & LEMOS, 2005; SANDMANN, 1989), o fato de serem formas presas (IORGU & MANOLIU,

⁷ Ressalte-se, ainda, a possibilidade de essa forma variar no masculino, independentemente de o novo parente ser membro da família do padrasto ou da madrastra. Por exemplo, 'primodrasto' pode ser usada em referência ao sobrinho da madrastra ou do padrasto.

1980) e a fixação à esquerda (caipi-) ou à direita nas construções de que participam (-lândia, -trocínio, -lé). Por esses motivos, afastam-se do polo direito do *continuum*, não sendo considerados, em consequência, composições prototípicas. No entanto, a realização em mais de uma palavra prosódica (PIÑEROS, 2000), como acontece com -drasta e -trocínio, e a vinculação a palavras, por evocação às formas de onde partiram nas fusões vocabulares, afastam a possibilidade de analisá-las como derivadas. Tem-se, aí, portanto, caso claro de fronteira derivação-composição.

Bauer (2005) observa que *splinters* podem ter três destinos diferentes: (a) desaparecer por completo, deixando vestígios ou não, (b) tornar-se afixos produtivos ou (c) adquirir estatuto de palavras independentes. Essa última situação, acredita o autor, teria acontecido com ‘búrguer’, originalmente uma reanálise de ‘hambúrguer’. Bauer (op. cit.: 245) assim se posiciona em relação aos *splinters*:

Uma vez que splinters podem se transformar em afixos ou palavras, parece que temos uma situação em que não está claro se as novas formas serão derivados ou compostos. A terminação -scape emergiu de landscape e pode exemplificar o caso em apreço. Embora o Dicionário Oxford liste casos em que -scape é utilizado de forma independente, pode haver dúvida quanto ao seu estatuto como uma palavra agora. Por outro lado, se acreditamos no Dicionário Oxford, -cade tornou-se um afixo.

Outro processo que, no nosso entendimento, atua nos limites entre a composição e a derivação é a chamada recomposição, mecanismo pelo qual se cria um composto a partir de um truncamento de outro⁸. Nas novas formações, entretanto, a base, numa espécie de metonímia formal, remete à acepção do composto que lhe deu origem, afastando-se, com isso, de seu significado original. É o que acontece, por exemplo, com foto-, de ‘fotografia’, em formações como ‘foto-montagem’ e ‘foto-novela’. Nessas palavras, foto- é utilizada em referência a ‘fotografia’, não atualizando a acepção primeira de “luz”, “radiação magnética”. Recomposições bastante usuais no português contemporâneo se utilizam de formativos como tele-, de ‘televisão’ ou ‘telefone’, auto-, de ‘automóvel’, moto-, de ‘motocicleta’, e eco-, de ‘ecologia/ecológico’:

⁸ Truncamento (do inglês *clipping*) é o processo pelo qual formas sofrem encurtamento, a exemplo de ‘telefone’ >> ‘tele’ e ‘salafório’ >> ‘salafra’. Para autores como Scalise (1984) e Booij (2005), o truncamento pode envolver a criação de afixoides, caso a forma diminuta se torne recorrente. Entendemos que a recomposição é um processo em que a parte truncada adquire o significado de todo o composto de base presa de onde se desprende.

(07)

tele-novela	auto-peças	moto-táxi	eco-turismo
tele-denúncia	auto-escola	moto-boy	eco-casa
tele-atendimento	auto-esporte	moto-link	eco-resort
tele-dramaturgia	auto-anúncio	moto-ladrão	eco-atitude

Sem dúvida alguma, formas morfológicamente relacionadas por recomposição, como as listadas em (07), são bem mais numerosas na língua que palavras envolvendo *splinters*. Ferreira (2010) chegou a recolher o surpreendente montante de quase 450 construções tele-X. Embora o número de formas com auto- e moto- seja menor, também chama atenção a quantidade de recompostos com essas formas que Belchor (2010) conseguiu reunir: cerca de 100 exemplares. Se assumirmos, com Sandmann (1985), por exemplo, que a produção em série caracteriza a derivação, mas não necessariamente a composição, certamente deslocaremos a recomposição do lado direito do *continuum* – o das composições mais típicas. No entanto, os constituintes de um recomposto claramente se realizam em palavras prosódicas diferentes, entre outros fatores, pela abertura das médias no primeiro formativo. Além disso, a paridade entre forma truncada e forma plena indicia o processo de composição (DUARTE, 2008). Por fim, um tipo de estrutura sintática pode favorecer a não-realização de uma primeira base, quando duas formações são postas em paralelo. É o que se vê em (08), a seguir:

(08)

tele- e auto-atendimento
foto- e tele-novela
auto- e moto-montagem
moto- e aero-modelagem

O comportamento dos recompostos em (08) se assemelha ao das formações em -mente ('livre e continuamente'; 'linda e assustadoramente'), o que nos levaria a afirmar, por esse e por outros motivos, que as construções X-mente não constituem um caso modelar de afixação. Passemos, por fim, à descrição do que Bauer (2005) considera prova mais contundente da falta de demarcação rígida entre composição e derivação: a mudança morfológica.

3. Gramaticalização: evidência da flexibilização de fronteiras

Processos de gramaticalização evidenciam a possibilidade de transitar da composição para a derivação, sendo bastante numerosos os exemplos históricos desse percurso nas línguas naturais (JOSEPH, 1998). Um caso já clássico desse tipo de mudança em português e nas demais línguas neolatinas é o de *-mente*, hoje sufixo formador de advérbios a partir de adjetivos. Em latim, estruturas *X-mente* tinham estatuto de composição sintagmática, visto que o elemento à direita figurava como forma livre na língua (um substantivo feminino) e era depreendido como tal nas construções de que participava. Relata-nos Alves (1987) que a enorme produção de novas formas fez com que *-mente* passasse a funcionar como sufixo. A esse propósito, comenta a autora (1987; 35):

Em latim, a partícula **mente**, substantivo, fazia parte de formações compostas: *bona mente*, *fera mente*. A partir do momento em que passou a juntar-se a adjetivos, como em ‘rapidamente’, ‘recentemente’, perdeu a significação e o valor substantivo e, de termo componente, passou a funcionar como sufixo criador de advérbios.

Gramaticalização semelhante à de *-mente* vem ocorrendo, no nosso entendimento, com alguns radicais gregos adjungidos à direita. Construções agentivas e instrumentais terminadas em *-logo* (‘arqueólogo’), *-grafo* (‘coreógrafo’), *-latra* (‘chocolatra’) e *-metro* (‘olhômetro’), bem como as formações locativas finalizadas em *-dromo* (‘camelódromo’), reforçam a proposta de *continuum* composição-derivação, fornecendo evidência empírica em favor da proposta de Bauer (2005).

A seguir, analisamos esses formativos desde sua entrada na língua até os dias atuais. Para tanto, utilizamos, como fontes de informações diacrônicas, compêndios de gramática histórica (SAID ALI, 1966; COUTINHO, 1968), manuais de filologia e linguística portuguesa (LAPA, 1971; CHAVES DE MELO, 1981) e, principalmente, dicionários etimológicos (NASCENTES, 1955; MACHADO, 1967; COROMINAS, 1987; BUENO, 1988; CUNHA, 1994) e dicionários morfológicos (GOÉS, 1937; GOÉS, 1945; HECKLER *ET AL.*, 1981).

Os dados que embasam a análise foram recolhidos de dicionários eletrônicos (AURÉLIO, 1999; MICHAËLLIS, 2007; HOUAISS, 2001; AULETE, 2009), através

de ferramentas de busca encontradas nas próprias obras; posteriormente, com o objetivo de chegar ao maior número possível de formações recentes, utilizamos os rastreadores eletrônicos *google* e *yahoo*, conseguindo, com isso, extrair dados de *blogs*, *chats* e *posts* nas redes sociais, como o *orkut* e o *facebook*⁹.

4. O comportamento dos formativos tomados para análise

Apresentamos, a seguir, (a) a visão de alguns gramáticos, dicionaristas e morfólogos do português sobre a composição de base presa, com ênfase nos formativos tomados para análise (-logo, -grafo, -latra, -metro e -dromo); (b) uma breve investigação histórica sobre esses elementos; (c) indícios de seu comportamento como sufixos no português brasileiro; (d) modificação no significado prototípico de todos esses elementos formais; e, por fim, (e) seu possível posicionamento no *continuum* derivação-composição, segundo os critérios empíricos que reunimos no quadro em (03).

As gramáticas tradicionais são unânimes na alegação de que o processo de formação de palavras que envolve a utilização dos formativos gregos -logo, -latra, -grafo, -metro e -dromo é tipicamente a composição. Cunha & Cintra (1985: 107-110) observam que palavras formadas por tais “radicais” são compostos eruditos resultantes da associação morfossintática de duas bases; ressaltam, ainda, que esses elementos ocorrem preferencialmente na segunda posição.

Campos (1935) mostra que a nomenclatura científica, técnica e literária é basicamente constituída de palavras formadas pelo modelo de composição greco-latina, no qual o primeiro radical é determinante do segundo, a exemplo do que se observa nos dados em (09), a seguir:

(09)

pneumólogo	saurógrafo	idólatra	hipódromo	cronômetro
teatrólogo	taticógrafo	alcólatra	velódromo	centímetro

⁹ A recolha dos dados se deu durante o período de junho a dezembro de 2010 e contou com a participação dos seguintes bolsistas de iniciação científica: Anne Karenine Guimarães Nascimento, Clarice Barcellos dos Santos Azevedo, José Augusto de Oliveira Pires, Karla Cristina dos Santos Klotz, Luciana Regina Cerqueira de Melo e Thaianes Santos Espíndola. Uma coleta menos sistemática foi feita, paralelamente, a partir de fontes diversas: jornais e revistas de grande circulação nacional, como o *Jornal do Brasil* e a revista *Veja*, além de dados ouvidos em diferentes situações de interação linguística, como conversas informais e programas de televisão. O projeto se encontra em andamento e os jovens pesquisadores vêm desenvolvendo estudos individuais sobre cada desses elementos morfológicos.

africanólogo	fotógrafo	pirólatra	canódromo	volúmetro
geógrafo	geógrafo	hipnólatra	autódromo	barômetro

Pelas descrições encontradas nas gramáticas, as formações em análise teriam, todas, pelo menos uma propriedade que as aproximaria da derivação: o fato de a cabeça lexical sempre figurar à direita. Três deles – -logo, -latra e -dromo – são formas claramente presas, possuindo, assim, mais uma característica das derivações mais ordinárias; -metro, ao contrário, corresponde a uma palavra, o substantivo ‘metro’ (“unidade de medida”), tendo, por isso mesmo, estatuto maior de lexema. Numa posição intermediária parece estar -grafo, que, apesar de não ser uma palavra, no sentido estrito do termo, manifesta um conteúdo mais lexical, talvez em função da alta frequência de formas como ‘grafar’ e ‘grafia’.

O critério posição também foi indiretamente aludido por Cunha & Cintra (1985). Considerando esse parâmetro, igualmente haveria distinção entre os formativos, pois -metro, -grafo e -logo seriam interpretados como radicais por também aparecem à esquerda, como se vê em (10), diferenciando-se, com isso, de -dromo e -latra, sempre adjungidos à direita:

(10)

métrico	logosfia	grafar
metragem	logomania	grafema
metrista	lógica	grafia

Já tivemos oportunidade de ressaltar que a variação posicional é um critério questionado, entre outros estudiosos, por tem Hacken (2000) e Warren (1990). Para esses autores, dados como os apresentados em (10) corroboram o processo de gramaticalização.

Delinear o caminho percorrido pelos formativos sob suspeição, desde sua entrada na língua até a atualidade, não é tarefa das mais fáceis, mas uma abordagem dessa natureza é imprescindível para checar uma eventual mudança de *status* morfológico. Foi o que tentamos fazer, sem grandes pretensões na área, pois sabemos do rigor que uma pesquisa dessa envergadura requer em termos metodológicos. Nessa

empreitada, baseamo-nos, fundamentalmente, (a) no depoimento de gramáticos históricos, (b) nas datações apontadas pelos dicionários etimológicos e, sobretudo, (c) no comportamento estrutural das formações mais antigas, quando comparadas às mais novas.

Cunha (1994) apresenta -grafo, -logo, -latra, -dromo e -metro como elementos de composição formadores de vocábulos na própria língua grega. Destaca, além disso, que esses formativos foram introduzidos na linguagem científica internacional a partir do século XIX, a exemplo de ‘barômetro’, ‘egiptólogo’, ‘pirólatra’, ‘taquígrafo’ e ‘acródromo’. Formas mais antigas com essas terminações foram importadas para o português no Renascimento, entre os séculos XV e XVII. Tal é o caso, entre outras, de ‘idólatra’ (1572), ‘hipódromo’ (1667) e ‘epílogo’ (1566). Duas palavras em -logo, ‘prólogo’ e ‘diálogo’, são ainda mais antigas: datam dos séculos XII-XIII.

Com base na datação, podemos propor a seguinte linha temporal para os formativos em análise, considerando, para tanto, apenas as palavras nas quais ocupam a segunda posição:

(11)

<i>Século de ingresso</i>	<i>-logo</i>	<i>-grafo</i>	<i>-latra</i>	<i>-dromo</i>	<i>-metro</i>
Formas antigas (sécs. XII-XIII)	prólogo diálogo	-	-	-	-
Formas importadas no Renascimento (sécs. XV-XVII)	epílogo decálogo astrólogo catálogo	-	idólatra	hipódromo	-
Formas importadas na nomenclatura científica (séc. XIX)	alergólogo pneumólogo epidemiólogo biólogo	taquígrafo geógrafo biógrafo hagiógrafo	pirólatra litólatra	termos da botânica acródromo	centímetro barômetro altímetro aerômetro

<i>Século de ingresso</i>	<i>-logo</i>	<i>-grafo</i>	<i>-latra</i>	<i>-dromo</i>	<i>-metro</i>
Formas novas (sécs. XX-XXI)	museólogo sexólogo teatrólogo leprólogo	museógrafo siglógrafo tragediógrafo	todas as demais	todas as demais	bafômetro olhômetro

O quadro em (11) sugere que as formas passaram, em linhas gerais, por dois grandes momentos de importação direta: (a) até o século XVII, com ingresso via erudita, do grego ou do latim, e (b) no século XIX e primeiro quartel do século XX, com a utilização na linguagem científica internacional, sendo predominantemente emprestadas do francês e do italiano. A partir desse período, novas formas são criadas já em português, o que se evidencia, por exemplo, no tipo de base utilizado.

Até o século XX, palavras com as terminações em exame eram empréstimos. A maioria delas, por apresentar um radical preso na primeira posição, é extremamente opaca em termos estruturais, não havendo, adicionalmente, regularidade em relação ao significado, de modo a fornecer condições mínimas de isolabilidade das partes. Os dados a seguir, de -logo e -grafo, confirmam o que estamos afirmando:

(12)

prólogo	autógrafo
análogo	linógrafo
penálogo	polígrafo
antólogo	mimeógrafo
ictiólogo	geógrafo

A ampla utilização dessas terminações na nomenclatura científica, literária e filosófica, aliada à alta proliferação de formas com significado relacionado, parece ter fornecido condições mínimas para o reconhecimento da estruturação morfológica e, com isso, novos eruditismos foram criados, mas de maneira deliberadamente arquitetada, caracterizando o que podemos chamar, recorrendo a Sandmann (1985), de palavras manufaturadas. Tal fato parece ter levado (a) à fixação dos empréstimos no léxico, (b) à formação de palavras a partir de palavras e (c) à produção em série, o que

provavelmente engatilhou uma mudança no estatuto morfológico desses constituintes ainda no século XX.

No século XX, portanto, todos esses elementos aparecem vinculados a formas livres, deixando de se combinar apenas com radicais presos. Certamente por ação da analogia, fixa-se a vogal que antecede o formativo. Nas formas mais antigas, como se vê nos exemplos a seguir, em (13), não há regularidade nesse constituinte, tradicionalmente classificado como vogal de ligação. Nas mais novas, ao contrário, a vogal é sempre uma média posterior aberta, exceto nas construções X-metro, por conta da adjacência com uma nasal, como atestam os dados em (14).

(13)

	<i>-a</i>	<i>-ê, é</i>	<i>i</i>	<i>ô, ó</i>
-logo	análogo catálogo diálogo quincálogo decálogo		epílogo trílogo	heterólogo homólogo isólogo psicólogo rabdólogo
-grafo	parágrafo	telégrafo	calígrafo estratígrafo rafígrafo polígrafo postígrafo	corógrafo crisógrafo dactilógrafo mimeógrafo monógrafo
-metro	decâmetro diâmetro gigâmetro rotâmetro voltâmetro	marêmetro telêmetro	acustímetro aerímetro taxímetro aplaudímetro parquímetro	litômetro nefômetro optômetro pugliômetro sismômetro
-latra	-	-	-	estratólatra heliólatra ufólatra iconólatra
-dromo	-	-	-	hipódromo autódromo velódromo actinódromo

(14)

	<i>-ô</i>	<i>ó</i>
-metro	impostômetro, semancômetro, loucômetro, gasômetro, bafômetro,	-
-logo	-	sexólogo, futurólogo, pneumólogo, teatrólogo, lexicólogo
-dromo	-	sambódromo, fumódromo, camelódromo, boiódromo, kartódromo
-latra	-	cervejólatra, dinheirólatra, cinemólatra, globólatra, musicólatra
-grafo	-	oceanógrafo, biógrafo, oscilógrafo, sismógrafo, cardiógrafo

Os dados em (13) e (14) sugerem a fixação de um padrão: a vogal, outrora imprevisível e entendida como elemento relacional, passa a ser parte integrante dos formativos à direita. O acento na antepenúltima sílaba constitui, no nosso entendimento, outra característica do polo significante dessas construções. Lehmann (1991: 493) aponta os três efeitos da gramaticalização, destacados a seguir, em (15). Observe-se que todos se aplicam inteiramente às formações em exame:

(15)

1. passagem de um elemento mais lexical para um elemento mais gramatical;
2. perda de características fonológicas (erosão/atricção fonológica, mudança segmental ou suprasegmental) e semânticas (extensões polissêmicas);
3. diminuição da liberdade de manipulação do elemento, que se integra a um paradigma, tornando-se cada vez mais regular em certas construções e ocupando uma posição mais fixa.

As novas formações distanciam-se – e muito! – dos eruditismos mais antigos e experimentam novos usos, muitos dos quais até bastante populares, como comprovam os exemplos em (16), abaixo, em que as bases em nada lembram os opacos elementos que figuravam à esquerda:

(16)

beijólogo	barrigólogo	cigarrólogo	bucetólogo
boiolódromo	bodódromo	fumódromo	trepódromo
desconfiômetro	olhômetro	mancômetro	bichômetro
orkutólatra	cinemólatra	coca-cólatra	cuzólatra

A possibilidade de se ligarem a palavras provocou aumento na produtividade dos formativos e favoreceu o alargamento de seus significados¹⁰. A título de exemplificação, os dados em (17), analisados em Rondinini (2004) e em Rondinini & Gonçalves (2007), evidenciam que a noção básica de “agente especialista” (estudioso em X), típica das formações X-ólogo, como ‘africanólogo’, ‘cosmetólogo’ e ‘criminólogo’, estende-se para “apreciador especialista”, nomeando alguém que se caracteriza não somente pela apreciação e pela habitualidade, mas também por um alto grau de entendimento do que se especifica na base:

(17)

cervejólogo
funkólogo
mulherólogo
cigarrólogo
biscoitólogo

A constatação de que existe um modelo geral para a criação de palavras terminadas nesses elementos formais valida as proposições iniciais de que esses elementos não mais se comportam como radicais, deixando de funcionar como bases na formação de compostos. Essa pequena análise histórica, portanto, sustenta as ideias de Bauer (2005), uma vez que os cinco formativos aqui analisados, ao que tudo indica, transitaram, ao longo da história do português, da composição para a derivação, tendo hoje mais propriedades de derivados que de compostos.

5. Considerações Finais

Neste trabalho, procuramos mostrar que são tênues as fronteiras entre a composição e a derivação, fato que levou autores como Kastovsky (2009) a idealizar um

¹⁰ Ao separarmos as palavras por grupos de afinidade semântica, a fim de verificarmos a recorrência de seus significados, identificamos as seguintes acepções para os formativos em estudo. Observe-se que há uma clara relação de polissemia. Muitas delas, como agente/instrumento, são encontradas em outros sufixos da língua, como -eiro (MARINHO, 2004) e -dor (MARINHO, 2009):

-ólogo: agente especialista (historiólogo, biólogo), apreciador especialista (mulherólogo, cervejólogo);

-ógrafo: especialista prático (historiógrafo, biógrafo), instrumento (cardiógrafo, tomógrafo);

-ólatra: adorador (idólatra, astrólatra), viciado (alcólatra, chokolatra)

-ômetro: unidade de medida (centímetro), instrumento (barômetro, bafômetro), medidor (olhômetro)

continuum entre esses dois processos de formação de palavras. Com base em dados do português brasileiro, defendemos as ideias desse autor, pois construções com *splinters* ('tiotrocínio', 'sogradrasta') e recomposições ('eco-turismo', 'auto-esporte') de fato exibem características desses dois mecanismos e comprovam a existência de operações mais difusas e, por isso mesmo, menos prototípicas.

Outro ponto discutido no artigo, que também reforça a proposição de um *continuum* composição-derivação, é a mudança morfológica. Ao descrever o possível percurso histórico de cinco "radicais" eruditos de segunda posição – chamados, na literatura, de formas combinatórias finais (Warren, 1990; Kastovsky, 2009) – observamos que atualmente as formações em -dromo, -latra, -metro, -logo e -grafo apresentam atributos que nos levariam a rever a posição dos gramáticos tradicionais, para quem são compostas as palavras com esses constituintes.

Com base nos dados, procuramos mostrar que os elementos em análise formam palavras em português e não necessariamente se combinam com bases presas. Além disso, destacamos que a vogal antecedente, antes imprevisível, atualmente é sempre uma média posterior, o que nos leva a questionar se esse segmento é, de fato, uma vogal de ligação, como sugere as abordagens tradicionais, ou se, na verdade, é um constituinte fonológico dos formativos que se fixaram à direita.

O fato de três desses elementos também aparecerem na posição inicial, acreditamos, não invalida nossa hipótese, uma vez que:

- a) são pouco numerosos os exemplos, o que nos leva a afirmar ser rara a utilização dos formativos na margem direita da palavra;
- b) nenhuma forma recém-introduzida na língua faz uso de tais elementos na primeira posição; e, por isso mesmo,
- c) nenhum dos cinco constituintes em exame é passível de truncamento, fenômeno que ocorre, como mostram Gonçalves (2004, 2011) e Belchor (2009), apenas com radicais e prefixos, a exemplo de 'gastro-', 'eletro-', 'ultra-' (< 'gastroenterologista', 'eletrodoméstico', 'ultrassom'), de um lado', e 'bi-', 'ex-', 'pós-' (< 'bissexual', 'ex-marido', 'pós-graduação'), de outro;

À exceção de -metro e -grafo, ainda assim em pouquíssimos casos, nenhum dos demais se combina sozinho com um afixo, seja ele prefixo ou sufixo. Todas as características apresentadas neste texto apontam para um possível deslocamento no *continuum* derivação-composição, o que sinaliza uma mudança de estatuto morfológico, de radical a afixo. Para Bauer (2005), essa é uma forte evidência empírica de que não há um limite preciso entre esses dois processos de formação de palavras, já que elementos podem mudar de *status* morfológico ao longo do tempo.

Referências

- ALMEIDA, M. L. L. & GONÇALVES, C. A. Cruzamento vocabular no português brasileiro: aspectos morfo-fonológicos e semântico-cognitivos. **Revista Portuguesa de Humanidades**. Braga (Portugal), v. 8, n. 1, p. 151-170, 2004.
- ALVES, I. M. Aspectos da composição nominal em português. **ALFA – Revista de Linguística**, 20 (1): 7-15, 1987.
- ANDERSON, S. **A-morphous Morphology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- ANDRADE, K. E. **Uma análise otimalista unificada para mesclas lexicais do português do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- AULETE, C. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa – digital**. São Paulo: Lexikon, 2009.
- BASILIO, M. Abordagem gerativa e abordagem cognitiva na formação de palavras: considerações preliminares. **Linguística** (Rio de Janeiro), v. 6, p. 11-26, 2010.
- BASILIO, M. A fusão vocabular como processo de formação de palavras. **Anais do IV Congresso Internacional da ABRALIN**. Niterói: UFF, 2005.
- BASILIO, M. O princípio da analogia na constituição do léxico: regras são clichês lexicais. **Veredas** (UFJF), Juiz de Fora, v. 1, p. 9-21, 1997.
- BAUER, L. The Borderline between Derivation and Compounding. In: DRESSLER, W. *et al.* (eds.). **Morphology and its Demarcations**. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005, pp. 97-108.

BELCHOR, A. P. V. O processo de recomposição no português do Brasil a partir de “auto” e “moto”. In: **III Seminário do NEMP: resumos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010, p. 8.

BELCHOR, A. P. V. **Construções de truncamento no português do Brasil: análise estrutural à luz da Teoria da Otimalidade**. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

BOOIJ, G. **Construction morphology**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

BOOIJ, G. Construction morphology and the lexicon. In: MONTERMINI, F.; BOYÉ, G.; HARBOUT, N. (eds.). **Selected proceedings of the 5th Décembrettes. Morphology in Toulouse**. Somerville MA.: Cascadilla Press, 2007, pp. 34-44.

BOOIJ, G. Compounding and Derivation. Evidence for Construction Morphology. In: DRESSLER, W. *et al.* (eds.). **Morphology and its Demarcations**. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005, pp. 109-131.

BOOIJ, G. & RUBACH, J. Morphological and prosodic domains in Lexical Phonology. **Phonology Yearbook** 1, 1- 27, 1984.

BUENO, F. da S. **Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa**. São Paulo: Lisa, 1988.

BYBEE, J. **Morphology: a study of the relation between meaning and form**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

CAMPOS, J. L. Formação de palavras derivadas da língua portuguesa. In: **RLP**, ano XVI, nº 68, 1935, pp. 1-20.

CHAVES DE MELO, G. **Iniciação à filologia e à lingüística portuguesa**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.

COROMINAS, J. **Dicionário crítico etimológico**. Madrid: Editorial Gredos, 1987.

CORREIA, M. & LEMOS, L. S. P. **Inovação lexical em português**. Lisboa: Colibri, 2005.

COUTINHO, I. L. **Pontos de gramática histórica**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1968.

CROFT, W. **Radical construction grammar**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

CUNHA, C. F. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: MEC/FENAME, 1975.

CUNHA, C. F. & CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CUNHA, A. G. da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

DUARTE, P. M. Contribuição para o estudo do pseudoprefixo em português. **D.E.L.T.A.**, Vol. 15, Nº 2, 1999, pp. 343-353.

DUARTE, P. M. Fronteiras lexicais: sugestão para uma delimitação dos prefixóides em português. **Revista Philologus**, Ano 14, Nº 42. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez., 2008, p. 101-117.

FABB, N. Compounding. In: Andrew Spencer & Arnold Zwicky (eds.). **The Handbook of Morphology**. Oxford: Blackwell, 1998, pp. 66-83.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio Eletrônico – Século XXI**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, R. G. Uma abordagem morfossemântica das formações *tele-x* no português brasileiro. In: **VI JEL: programação e resumos**. Rio de Janeiro: UERJ, 2010, p. 2.

FURTADO, L. R. **Análise semântico-cognitiva das substituições sublexicais em português**. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

GÓES, C. **Dicionário de raízes e cognatos da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: P. de Azevedo, 1945.

GÓES, C. **Dicionário de afixos e desinências**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1937.

GOLDBERG, A. **Constructions: a construction grammar approach to argument structure**. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1995.

GONÇALVES, C. A. V. **Iniciação aos estudos morfológicos: flexão e derivação em português**. São Paulo: Contexto, 2011.

GONÇALVES, C. A. V. Construções truncadas no português do Brasil: das abordagens tradicionais à análise por ranking de restrições. In: COLLISCHONN, G. & BATTISTI,

E. (Org.). **Língua e linguagem: perspectivas de investigação**. Porto Alegre: EDUCAT, 2011, pp. 293-327.

GONÇALVES, C. A. V. Retrospectiva dos estudos em Morfologia Prosódica: das circunscrições e regras à abordagem por ranking de restrições. **Alfa (ILCSE/UNESP)**, v. 53, p. 195-221, 2009.

GONÇALVES, C. A. V. **Flexão e Derivação em português**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

GONÇALVES, C. A. V. Processos morfológicos não-concatenativos: formato prosódico e latitude funcional. **Alfa (ILCSE/UNESP)**, Araraquara, v. 48, n. 2, p. 30-66, 2004.

GONÇALVES, C. A. V. Flexão e Derivação como categorias discretas: propostas e problemas. **Cadernos Seminal**. São Gonçalves, 1, 1999, pp. 21-49.

GONÇALVES, C. A. V.; ANDRADE, K. E.; ALMEIDA, M L. L. Se a macumba é para o bem, então é boacumba: análise morfoprosódica e semântico-cognitiva da substituição sublexical em português. **Linguística**: Rio de Janeiro, v. 6, p. 64-82, 2010.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia, 2001.

HECKLER, E. *et al.* **Dicionário morfológico da língua portuguesa**. Porto Alegre: UNISINOS, 1981.

IORGU, I. & MANOLIU, M. **Manual de lingüística românica**. Madrid: Gredos, 1980.

JOSEPH, B. Diachronic Morphology. In: Andrew Spencer & Arnold Zwick (eds.). **The handbook of morphology**. London: Basil Blackwell, 1998.

KATAMBA, F. **Morphology**. New York: Saint Martin Press, 1990.

KASTOVSKY, D. Astronaut, astrology, astrophysics: About Combining Forms, Classical Compounds and affixoids. In: R. W. McConchie *et al.* (eds.). **Selected Proceedings of the 2008 Symposium on New Approaches in English Historical Lexis (HEL-LEX 2)**. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, 2009, pp. 1-13.

KEMMER, S. Schemas and Lexical Blends. In: Cuickens, H. *et al.* (eds). **Motivation in Language**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2003, pp. 234-249.

KIPARSKY, P. Lexical Morphology and phonology. In: I.S. Yang (ed.) **Linguistics in the Morning Calm**, 3 – 91. Seoul: Hanshin, 1982.

LANGACKER, R. **Foundations of cognitive grammar**: Theoretical Prerequisites. Stanford: University Press, 1987.

LEHMANN, C. Grammaticalization and Related Changes in Contemporary German. In: TRAUGOTT, E. & HEINE, B. (eds.). **Approaches to Grammaticalization**. Amsterdam / Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1991, pp.493-535.

LEHMANN, C. **Thought on grammaticalization**. Munich: Linom Europa, 1982.

LUFT, C. P. **Moderna gramática brasileira**. Porto alegre: Globo, 1978.

MACHADO, J. P. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Lisboa: Conferência Editorial, 1967.

MARCHAND, H. *The Categories and Types of Present-day English Word-formation*. München: Beck, 1969.

MCCARTHY, J. & PRINCE, A. **Prosodic Morphology I – Constraint Interaction and Satisfaction**. Amherst and Rutgers: University of Massachusetts, 1993.

MARINHO, M. A. **Questões acerca das formações X-eiro do português do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Letras (Vernáculas)). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

MARINHO, M. A. **Do latim ao português: percurso histórico dos sufixos -DOR e -NTE**. 2009. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

MARTINET, A. **Grammaire Fonctionelle du Français**. Paris: Didier, 1979.

MICHAËLLIS, C. **Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2007.

NASCENTES, A. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1955.

NAUMANN, B. & VOGEL, I. Derivation. In: BOOIJ, G., LEHMANN, C. & MUGDAN, J. (eds.). **Morphology**. Berlin: de Gruyter, 2000, pp. 929-942.

PETROPOULOU, E. On the parallel between neoclassical compounds in English and Modern Greek. In: **Patras Working Papers in Linguistics**. Atenas: vol.1, 2009, p. 40-58.

PIÑEROS, C. E. **Word-blending as a case of non-concatenative morphology in Spanish**. Rutgers: Rutgers University, 2000.

PIZA, M. T. **O continuum Flexão-Derivação em português e as categorias gênero, número e grau**. 2001. Dissertação (Mestrado em Letras (Vernáculas)). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

RALLI, A. Greek Deverbal Compounds with Bound Stems. **Journal of Southern Linguistics** 29 (1/2): 150-173, 2008.

RODRIGUES LAPA, M. **Estilística da Língua Portuguesa**. Lisboa: Seara, 1971.

RONDININI, R. B. *Formações X-ólogo e X-ógrafo no português: uma abordagem derivacional*. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Faculdade de Letras, 2004.

RONDININI, R. B. & GONÇALVES, C. A. V. Formações X-logo e X-grafo: um caso de deslocamento da composição para a derivação? In: **Textos selecionados do XXII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (APL)**. Coimbra/Lisboa: Colibri, v. 22, p. 533-546, 2006.

SAID ALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1966.

SANDMANN, A. J. **Morfologia lexical**. São Paulo: Contexto, 1989.

SANDMANN, A. J. **Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo**. Curitiba: Scientia & Labor, 1985.

SCALISE, S. *Generative Morphology*. Foris: Dordrecht, 1984.

SCHMIDT, G. D. Das Affixoid: Zur Notwendigkeit und Brauchbarkeit eines beliebten Zwischenbegriffs der Wortbildung. In: H. Gabriele (ed.). **Deutsche Lehnwortbildung**. Tübingen: Narr, 1987, 53-101.

SINGH, R. **Trubetzkoy's Orphan**. Amsterdam: Springer, 1997.

HACKEN, P. Derivation and Compounding. In: G. Booij, C. Lehmann & J. Mugdan (eds.). **Morphologie - Morphology: Ein Handbuch zur Flexion und Wortbildung - A Handbook on Inflection and WordFormation**. Berlin: Walter de Gruyter, 2000, pp. 349-360.

WARREN, B. The importance of combining forms. In: Dressler, Wolfgang U., Hans C. Luschützky Oskar E. Pfeiffer & John R. Rennison (eds.). **Contemporary morphology**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1990, pp. 111–132.

Domínios de Lingu@gem

O léxico da Educação a Distância: parâmetros para o reconhecimento terminológico de uma área em desenvolvimento

Márcio Sales Santiago*

Resumo: Neste artigo, apresentamos os parâmetros que serão levados em conta no processo de reconhecimento do léxico da Educação a Distância para a pesquisa que estamos realizando em nível de doutoramento. Para isso, focaremos o trabalho na relação existente entre a Lexicologia e a Terminologia, elegendo a interlocução dessas disciplinas como norte para a fundamentação teórica que sustentará o reconhecimento dos termos no domínio da Educação a Distância no Brasil. A formulação e escolha dos parâmetros de reconhecimento do léxico em análise serão baseadas nos estudos de Maciel (2001) e Krieger (2004).

Palavras-chave: Terminologia; léxico especializado; reconhecimento terminológico; Educação a Distância.

Abstract: In this paper we present the parameters that are going to be taken into consideration on the process of recognition of the Distance Education lexicon for the research that we are carrying out at Ph.D. level. To achieve this, we will focus the work on the relationship between Lexicology and Terminology, selecting the dialogue between these disciplines as guidance for the theoretical basis which will support the recognition of terms in the Distance Education field in Brazil. The formulation and choice of parameters for the recognition of lexical analysis is based on the studies by Maciel (2001) and Krieger (2004).

Key words: Terminology; specialized lexicon; terminology recognition; Distance Education.

Introdução

O desenvolvimento técnico, científico e tecnológico está diretamente associado ao avanço e à produção de conhecimento específico de cada área. A consequência imediata desse desenvolvimento é a preocupação com o surgimento de um elevado número de conceitos e termos. Dessa forma, os tipos de comunicações especializadas multiplicam-se em função dos sistemas conceituais, que são entidades relativamente instáveis por conta de trocas constantes, sobretudo em áreas em desenvolvimento e tecnologias inovadoras (SAGER, 1993, p. 36).

* Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Letras (Estudos da Linguagem), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Bolsista do CNPq; mssantiago12@gmail.com

Por ser uma área em desenvolvimento e também se enquadrar como tecnologia inovadora, é extremamente comum que muitos autores e pesquisadores que tratam da Educação a Distância (doravante EAD¹) em seus livros, trabalhos e pesquisas exponham conceitos usando, por vezes, uma linguagem livre, criando expressões e, involuntariamente, contribuindo para a propagação de terminologias, o que deixa professores, estudantes e demais profissionais envolvidos inseguros em relação aos termos empregados na área. Igualmente, existe uma apropriação de unidades já existentes no léxico comum que, ao adentrarem no meio especializado, passam a ser especializadas também. Além disso, é interessante observar o que nos diz Biderman (2006, p. 35):

Um problema teórico de grande relevância relativamente aos vocabulários científicos e técnicos diz respeito ao processo de criação das novas unidades léxicas que, como se disse, é fato que ocorre com enorme frequência nesses domínios. Ora, sucede que as linguagens de especialidade geram novos termos com base no acervo que a língua já possui. De um lado, reutiliza palavras já existentes para criar outras, ou então, serve-se dos processos de formação de palavras que existem no sistema do português. Assim, por exemplo, os processos de derivação e composição são continuamente solicitados para gerar neologismos que se fazem necessários.

Partindo desse princípio, almejamos com este artigo abordar o processo de reconhecimento do léxico da EAD, mais especificamente como se dá esta ação e quais serão os parâmetros² adotados em nossa investigação.

Antes, porém, de abordar os fundamentos teóricos e metodológicos que irão embasar este estudo, traçaremos um breve perfil da EAD, mostrando um pouco da sua origem, seu constante desenvolvimento e como atualmente se configura o campo.

1. EAD: uma área em desenvolvimento

É difícil precisar o surgimento da EAD. Autores como Maia e Mattar (2007, p. 21) afirmam que a EAD “já possui uma longa trajetória possuindo a idade da escrita”. Sobre isso, eles dizem que “as primeiras manifestações escritas são os desenhos,

¹ A escolha da sigla EAD e não EaD ou Ead se apóia na perspectiva adotada pela UFRGS, que se coaduna com a ideia de Educação Aberta e a Distância (FRANCO, 2004). Este esclarecimento é viável, pois a sigla apresenta variação quanto à grafia, conforme mostramos.

² Este é um ponto fundamental da pesquisa de doutorado que ora desenvolvemos sob orientação da Profa. Dra. Sabrina Pereira de Abreu e coorientação da Profa. Dra. Maria da Graça Krieger.

geralmente em pedras, que procuram copiar ou imitar objetos. Ao desenhar em paredes de pedras, o homem das cavernas já estaria exercitando a comunicação a distância”.

Ainda segundo Maia e Mattar (*ibidem*), alguns autores consideram as cartas de Platão e de São Paulo exemplos isolados de exercícios de EAD; outros defendem que a EAD apenas se tornou possível com a invenção da imprensa no século XV.

Para efeitos de nosso estudo, e também por sua intencionalidade metodológica, vamos considerar que a origem da área se deu na Europa e nos Estados Unidos, no final do século XIX, quando, inicialmente, algumas universidades particulares ofereceram cursos a distância a fim de resolver problemas relacionados ao ensino de temas de pouca relevância acadêmica. Os cursos eram oferecidos por correspondência, entendendo este termo como troca de documentos e de materiais impressos diversos, enviados através do correio regular. Utilizando esse dispositivo comunicacional, os cursos que obtiveram maior êxito foram os técnicos e os de extensão universitária. Mesmo havendo uma grande resistência e pouca credibilidade em relação aos cursos oferecidos por correspondência, a EAD, como modalidade de educação, começava a ganhar força.

Contudo, a área dá um salto qualitativo a partir da criação de novos meios de comunicação, como o rádio, a televisão, o telefone, e o desenvolvimento de outras mídias, como fitas de áudio e de vídeo. O aperfeiçoamento dos meios de comunicação e das mídias era o que faltava para que universidades europeias criassem cursos de graduação a distância. É o início das chamadas “universidades abertas”, sendo a mais tradicional e uma das mais importantes delas a Universidade Aberta da Grã-Bretanha, mais conhecida como *Open University*, fundada em 1969, constituindo um importante marco no desenvolvimento da EAD.

A criação das primeiras universidades a distância foi o primeiro passo no sentido de superar o preconceito que as pessoas tinham acerca dessa modalidade de educação. Países como França, Espanha, Portugal, Alemanha, Turquia, China, Indonésia, Tailândia, Índia, Coreia, Irã e África do Sul³ também abriram universidades abertas de ensino a distância. Essa mudança de pensamento comprova a ideia de Litwin (2001, p.15) de que “transcorreram várias décadas até que a educação a distância se estabelecesse no mundo dos estudos como uma modalidade competitiva perante suas ofertas da educação presencial”.

³ Segundo Maia e Mattar (2007), a Universidade da África do Sul (UNISA) foi pioneira, fundada em 1946, mas não era, no início, totalmente voltada para a EAD.

Em nosso país, um modelo de EAD foi criado pelo Ministério da Educação em 2005. O sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi desenvolvido tendo como prioridade a formação de professores para os Ensinos Fundamental e Médio. Por meio de parcerias com universidades públicas e privadas, estados e municípios, a UAB promove através de convênios e redes o acesso ao ensino superior para pessoas que não têm a chance de ingressar na universidade convencional. As razões são muitas, todavia a EAD, como o próprio termo propõe, foi pensada primeiramente para atender às pessoas que estão em lugares pequenos e longínquos, impossibilitadas de ir para outras cidades por motivos familiares, econômicos etc. Também vale destacar que, hoje em dia, muitas universidades e faculdades que oferecem cursos presenciais adotam a EAD em função da grande procura por cursos a distância. Já se encontram nos fluxogramas de alguns cursos de graduação presenciais disciplinas que podem ser cursadas a distância, de acordo com o que a legislação estabelece.

O atual momento da EAD introduziu o uso de mídias mais modernas e eficientes. O desenvolvimento tecnológico e a inclusão do computador mudaram a feição da área. O uso de videoconferências, de ferramentas interativas, mas, principalmente, da Internet deu a esta modalidade uma condição de prestígio bem mais elevada do que se tinha há pouco mais de duas décadas. Com o advento do ensino mediado por computador através de ambientes de aprendizagem disponibilizados na rede mundial, o conceito de sala de aula, por exemplo, mudou. Em consequência, também mudaram o conceito de aula, de professor e de aluno. O que era presencial passou a ser virtual, *on-line* e interativo, o que, sem dúvida, estimulou o surgimento de novas ideias, de novos conceitos e de novos termos.

Em suma, os desenvolvimentos ocorridos principalmente a partir da metade da década de 1990 foram um avanço não somente nos aspectos teóricos e práticos da EAD, como também desencadearam a explosão de um novo léxico especializado, isto é, de uma nova terminologia. Nesse sentido, iremos focalizar a seguir a relação existente entre Lexicologia e Terminologia, apontando aproximação e contrapontos entre as duas.

2. A propósito da interface entre Lexicologia e Terminologia

É consenso se definir a Lexicologia como o estudo do léxico de uma dada língua. Sua principal preocupação é descrever o funcionamento das unidades lexicais,

sendo este seu principal objeto analítico. Isto significa, segundo Polguère (2003, p. 42), que “para fazer lexicologia, para abordar o estudo do léxico, temos que, naturalmente, definir as noções de base semântica, mas também de base morfológica, sintática e fonológica”. De forma especial, a Lexicologia se ocupa das unidades lexicais veiculadas pelos falantes das línguas naturais em diferentes comunidades linguísticas.

A Terminologia, por sua vez, é costumeiramente definida como a disciplina que estuda os termos das diversas áreas técnico-científicas. Dessa forma, o termo técnico-científico, seu objeto central⁴ de análise teórica e aplicada, é capaz de representar e transmitir o conhecimento especializado. Por esta razão, considera-se que a Terminologia é o campo de conhecimento responsável pelo estudo, análise e descrição do léxico especializado, que nas palavras de Krieger (2009, p. 2) é “o componente constitutivo e não acessório das comunicações especializadas, muito embora não seja o único elemento característico desse tipo de comunicação”.

Como outras áreas, a Terminologia possui uma natureza interdisciplinar, pela estreita ligação que mantém com diversas áreas, entre as quais destacamos a Linguística, tomando por base as teorias de formação e de estruturação do léxico, e a Lexicologia, baseando-se nos métodos de descrição e de apresentação de informações das palavras. Integrantes de uma área que se convencionou denominar de “As Ciências do Léxico” (Biderman, 1998), Lexicologia e Terminologia voltam seus interesses para análise e descrição do léxico. Esta é, portanto, a principal aproximação entre ambas.

Existem, no entanto, contrapontos entre as duas, sendo que um dos principais reside no fato de que na visão da Lexicologia são levadas a cabo todas as possibilidades de realização e significação de uma unidade lexical em uma língua. Já a Terminologia considera o ponto de vista especializado, que pode ser retratado pelos usos específicos de uma dada área científica e/ou profissional. Neste caso, a unidade lexical ganha um valor especializado, visto que reflete um conhecimento mais profundo e específico do que o do sentido comum das palavras em geral. Observemos, por exemplo, a unidade lexical *rádio*. Para o leigo, *rádio* é um aparelho que serve para ouvir programas, músicas, noticiários etc., mas também pode ser a estação que transmite estes programas;

⁴ Vale dizer que, além do termo, a Terminologia possui outros objetos de estudo, os quais Krieger (2008) classifica como: i) objetos diretos, em que se inclui o próprio termo e unidades fraseológicas, sendo ambos os principais focos de investigação e análise dentro desse campo de conhecimento; ii) objetos indiretos, representados pela definição e texto especializado.

para o médico anatomista, é um osso longo que forma a parte externa do esqueleto do antebraço; para o químico, *rádio* é o elemento químico de número atômico 88 da família dos metais alcalino-terrosos, que tem como símbolo *Ra*, ainda utilizado no tratamento do câncer, mas quase totalmente substituído por fontes mais baratas. Assim como esta unidade, outras tantas podem se enquadrar na situação colocada.

Sob o viés morfossintático e do funcionamento da linguagem, o texto e o conhecimento especializado de uma determinada área passaram a ter um papel preponderante dentro da Terminologia, na medida em que termos e palavras não se diferenciam enquanto itens lexicais, pois são as situações comunicativas que permitem, desse modo, a identificação dos mecanismos de ativação do valor especializado que as palavras adquirem nas línguas especializadas.

Em realidade, os termos técnicos e/ou científicos deixaram de se configurar como uma “língua à parte”; já não são mais facilmente identificados, como ocorria quando, ao modo das nomenclaturas, correspondiam a palavras muito distintas da comunicação ordinária e permaneciam praticamente restritos aos diferentes universos comunicacionais especializados. Hoje, os termos circulam intensamente, porque ciência e tecnologia tornaram-se objeto de interesse das sociedades, sofrendo, conseqüentemente, processo de vulgarização favorecidos pelas novas tecnologias da informação (KRIEGER; MACIEL; FINATTO, 2000, p. 145).

Colocados esses aspectos basilares em relação à Lexicologia e à Terminologia, apresentaremos, primeiramente, a metodologia utilizada na pesquisa para que, em seguida, possamos enfocar o processo de identificação terminológica, determinando os parâmetros de reconhecimento que servirão de auxílio no trabalho com o léxico da EAD.

3. Fundamentos metodológicos

É fato que a Terminologia se transformou e continuamente tem se transformado em uma ferramenta indispensável para que os profissionais expressem o conhecimento técnico, científico e tecnológico criado e advindo das mais diferentes áreas do saber. Essa consolidação se deve, em sua maior parte, a dois aspectos que julgamos como principais: o desenvolvimento da ciência como um todo e o avanço da Informática e das Tecnologias da Informação.

Beneficiada por estes avanços, especialmente no que concerne ao segundo deles, a EAD se vê em uma fase de transformações quase que diárias, já que muito se tem estudado, pesquisado e produzido em forma de material didático, técnico e científico. Além dessa literatura especializada, muitas ferramentas computacionais são desenvolvidas com o objetivo de facilitar e promover o ensino/aprendizagem de alunos na modalidade a distância. Conseqüentemente, temos em todos esses contextos trocas comunicativas, as quais envolvem linguagem especializada.

Por tal razão é que, diferentemente do que se imagina, realizar um estudo terminológico não é tarefa simples. As etapas são muitas e envolvem passos metodológicos específicos, tais como delimitação da área/subáreas através da elaboração da árvore de domínio, constituição do *corpus*, entre outros⁵.

3.1 Delimitação do domínio

Com relação à delimitação do domínio, temos a *educação* como a grande área de conhecimento. Há, entretanto, uma subdivisão dela em *educação presencial* e *educação a distância*, sendo esta subárea que interessa à pesquisa. A seguir, temos mais algumas subdivisões em relação ao nível, em preparatória e formativa, e aos dispositivos comunicacionais, desde o rádio até a Internet. Importa-nos, todavia, a subárea *educação a distância*, de nível *formativo, superior*, através da *internet*. Diante dessa segmentação, que corresponde à organização conceitual da pesquisa, o léxico para este estudo contemplará a terminologia utilizada no cenário comunicativo do ambiente virtual de aprendizagem *Moodle*, utilizado pela Rede Gaúcha de Ensino Superior a Distância (REGESD)⁶. A delimitação da pesquisa está representada graficamente pela árvore de domínio, de acordo como as figuras abaixo:

⁵ Vale dizer que estas etapas não são fixas ou obrigatórias. Elas podem variar ou se adequar aos propósitos de cada pesquisa.

⁶ Esta rede é formada por oito universidades gaúchas: UFRGS, UNISC, UFPEL, FURG, UFSM, UERGS, UCS e IFSUL, e tem como objetivo “viabilizar o oferecimento de cursos de graduação em licenciatura, na modalidade a distância, por meio da utilização e otimização de recursos humanos, tecnológicos e materiais e contribuir para o aprimoramento do processo de ensino, pesquisa e extensão nas áreas relacionadas à modalidade a distância nessas Instituições de Ensino Superior (IES), tornando-as disponíveis por meios iterativos, nos termos da legislação em vigor. Os cursos são oferecidos para professores leigos do sistema público de ensino, no Âmbito do Programa Pró-Licenciaturas, da Secretaria de Educação a Distância, do MEC” (<http://www.regesd.tche.br>).

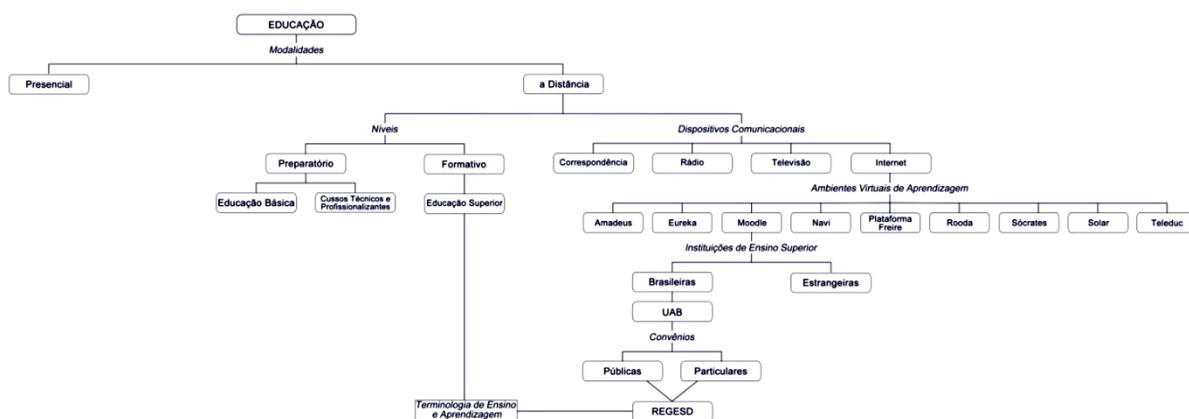


Figura 1: Árvore de domínio completa

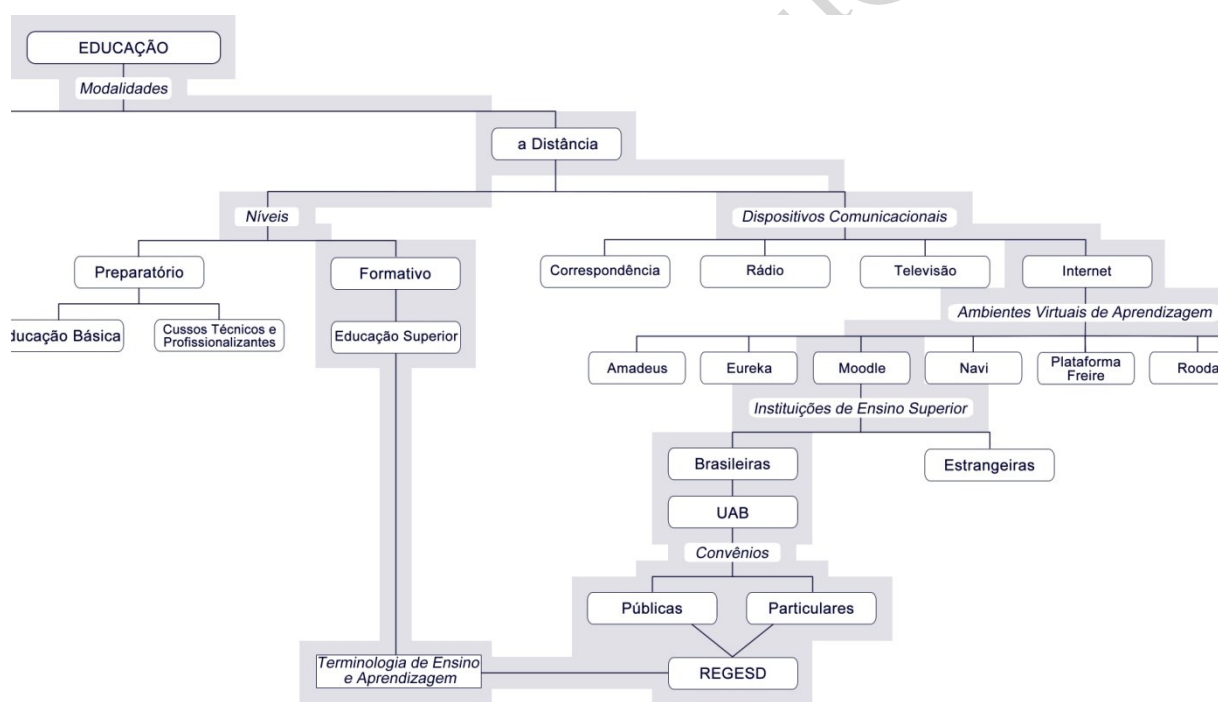


Figura 2: Árvore de domínio ampliada

3.2 Constituição do *corpus*

Após a etapa de delimitação da área, passamos para a constituição do *corpus*. Neste artigo, consideramos como *corpus* de análise as páginas iniciais e os tutoriais das disciplinas “Conhecendo a sala virtual”, voltada para a formação de todos os

professores e tutores que atuam no consórcio (17 textos), e “Instrumentalização para EAD”, ministrada para os alunos do primeiro semestre dos cursos de graduação em licenciatura em Letras/Inglês, Biologia e Artes Visuais (3 textos)⁷. Salientamos que a análise desses tutoriais só foi possível graças a uma autorização do comitê gestor da REGESD, já que se trata de material de uso restrito.

A título de uma breve explicação sobre este gênero textual, vale dizer que tutoriais são textos que visam à instrumentalização de todo indivíduo envolvido em uma atividade que requeira determinada prática para atuar em uma área específica. No caso dos tutoriais das disciplinas referidas anteriormente, observamos que a preocupação inicial é com a apresentação tanto do ambiente de aprendizagem, quanto de sua funcionalidade e operações básicas de gerenciamento da plataforma. Sem isso, é pouco provável que professores, tutores e alunos consigam acessar e utilizar o Moodle-REGESD de forma produtiva, dificultando assim o processo de ensino/aprendizagem.

Por conseguinte, após a realização dessas primeiras etapas metodológicas, é chegado o momento de fazer a identificação do léxico da EAD. Para isso, percebemos a necessidade de se estabelecer os parâmetros teóricos de reconhecimento.

4. Parâmetros para o reconhecimento do léxico da EAD

Antes de abordar os parâmetros teóricos de reconhecimento, entendemos que é necessário recorrer a um parâmetro de ordem operacional, que está ligado ao uso de uma ferramenta informatizada, cujo objetivo é auxiliar no trabalho terminológico e otimizar a análise do *corpus*. Assim, para proceder ao processo de reconhecimento do léxico, utilizamos o programa *AntConc 3.2.3w*⁸, conforme explicitamos a seguir:

⁷ O *corpus* total da pesquisa é composto por tutoriais de sete ambientes virtuais de aprendizagem, totalizando 118 tutoriais.

⁸ Disponibilizado gratuitamente em http://www.antlab.sci.waseda.ac.jp/antconc_index.html

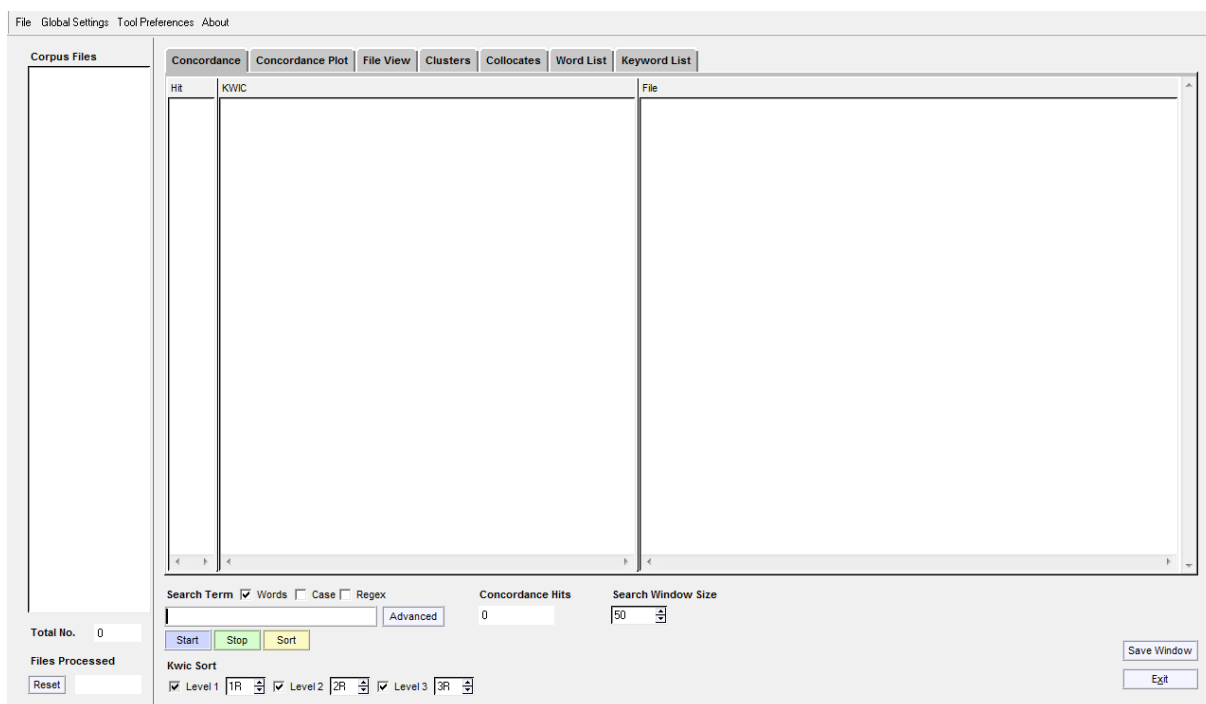


Figura 3: Tela do *AntConc*

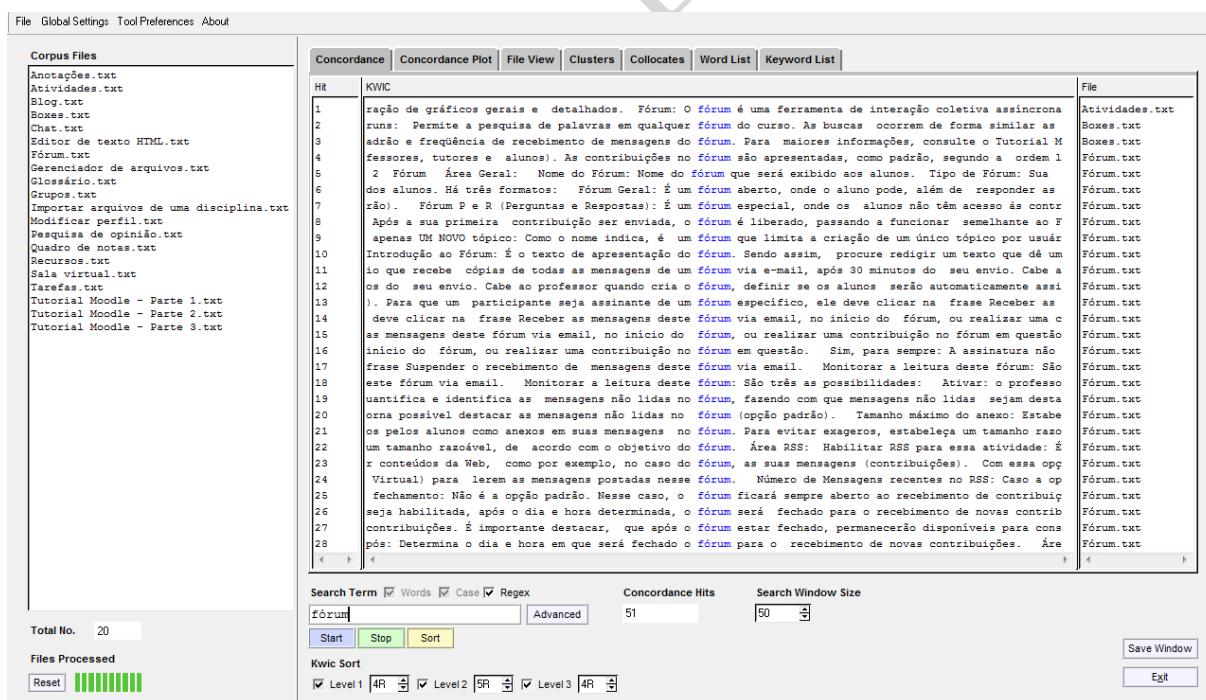


Figura 4: Tela de análise da unidade *fórum* no *AntConc*

Neste contexto, ressaltamos que o uso de *softwares* é importante, sobretudo quando se realiza uma pesquisa dessa natureza, pois agiliza etapas que antes eram

executadas manualmente. De outro modo, é importante frisar que por mais avançada que seja a ferramenta utilizada para o reconhecimento, este será sempre semi-automático. Ainda cabe ao ser humano, neste caso o terminólogo com auxílio do especialista, decidir se os itens lexicais mapeados no *corpus* têm ou não caráter especializado, isto é, se são ou não unidades lexicais especializadas representativas da área pesquisada. Considerado este aspecto, teremos, portanto, um levantamento prévio de unidades lexicais presentes no domínio da EAD com potencial terminológico, em outras palavras, candidatas a termo.

Dessa forma, refletindo sobre os questionamentos colocados, fundamentamos nossos parâmetros em dois estudos: um feito por Maciel (2001, p. 275), no qual ela propõe “critérios para a confirmação ou rejeição de uma unidade terminológica”, e outro realizado por Krieger (2004, p. 332), em que a autora apresenta um conjunto de “chaves de acesso ao reconhecimento terminológico”. Tais embasamentos ajudam no complexo processo de identificação de terminologias, sobretudo em áreas recentes e/ou em desenvolvimento, situação em que a EAD se enquadra. A partir deles, será possível responder às seguintes questões fundamentais: o que é um termo da EAD? Como ele se configura? Qual a relevância deste item lexical na/para a área?

Embora pareçam simples, estas indagações não são muito fáceis de responder, sobretudo em se tratando de um domínio novo, dinâmico, multidisciplinar, em que a todo instante surgem novos conceitos e, em decorrência, novos termos.

Tomando por base os estudos referenciados, assumiremos os parâmetros de reconhecimento que serão explicitados nas subseções a seguir.

4.1 Parâmetro da pertinência

A adoção desse parâmetro fundamenta-se em um estudo de reconhecimento desenvolvido por Maciel (2001), no qual examina a terminologia do Direito Ambiental, até então uma área bastante nova dentro do campo jurídico. Baseado em Cabré (1994), a autora divide os critérios de pertinência dos termos em pertinência temática e pertinência pragmática.

Para ela, a pertinência temática é a propriedade de um termo pertencer a uma terminologia *strictu sensu* pelo fato de denominar um conceito que faz parte do campo cognitivo de domínio. No caso da EAD, podemos citar como exemplo o próprio termo

educação a distância, além de *ensino a distância* e *aprendizagem colaborativa*. Todos estes mencionados são termos genuínos da área, motivo pelo qual que não podem ser contestados por sua importância semântica dentro do domínio.

Por sua vez, a pertinência pragmática é a condição que permite que o termo faça parte de uma terminologia *lato sensu*, em função de cobrir conceitos de áreas especializadas que adentram no domínio principal, contribuindo para a formação de termos com características híbridas, isto é, de duas ou mais áreas. Podemos exemplificar este critério com os termos *arquivo*, *ambiente*, *fórum* e *bate-papo*.

Ao compararmos os dois critérios e, em seguida, aplicarmos ao *corpus* em análise, percebemos que o parâmetro que se sobressai é o da pertinência pragmática, pois a EAD é uma área influenciada por outras ciências, o que a constitui como um domínio interdisciplinar e multifacetado. A relação com a Informática é relevante na constituição de um novo léxico, específico da EAD, tendo em vista que os textos dos tutoriais e a própria interface do Moodle-REGESD são propícios para uma comunicação especializada, na qual os termos são usados para a interação que envolve trocas de informações entre professores, alunos e tutores.

4.2 Parâmetro linguístico-textual

Este parâmetro envolve, sobretudo, a observação das unidades lexicais presentes nos textos especializados, considerando seus contextos de ocorrência. Isto, porque, com o advento de novas interpretações da Socioterminologia (Boulanger, 1983, 1991; Auger, 1993; Gaudin, 1993) e da Teoria Comunicativa da Terminologia (Cabré, 1999) perante as concepções instituídas pela Teoria Geral da Terminologia (Wüster, 1998)⁹ de que o termo era apenas um componente cognitivo, unívoco, monorreferencial, monossêmico e monovalente, ganha força a ideia de que os termos são, além de unidades cognitivas, unidades linguísticas. Logo, se fortalece uma noção terminológica que defende o texto e a comunicação especializada como o lugar em que as unidades lexicais especializadas estão inseridas. São, portanto, os *habitat* naturais das terminologias (Krieger, 2004), tanto que passaram a assumir um papel essencial nos estudos terminológicos, na medida em que *a priori* termos e palavras não se distinguem.

⁹ A versão original foi publicada em 1979.

Ante a esse novo entendimento de termo, as pesquisas que são fundamentadas pela Linguística de cunho descritivo, assim como pelas teorias da Linguística Textual, ganharam extraordinário valor. Igualmente, os resultados obtidos por elas são de grande relevância para os estudos terminológicos.

A inclusão do paradigma linguístico-textual nos estudos terminológicos indicou um enorme avanço no processo de identificação do termo ao considerar, segundo Pearson (1998), o exame do contexto discursivo como recurso para o reconhecimento terminológico de uma unidade lexical.

4.3 Parâmetro da descrição de características

Este parâmetro é regido pela presença de características descritivas da comunicação em âmbito especializado, as quais, segundo Krieger (2004, p. 335), vinculam-se ao “espetacular desenvolvimento científico e tecnológico atual, além de outras estruturas linguísticas que contribuem para veicular o conhecimento especializado”.

Figuram, aqui, problemas como a identificação do início e do fim de um termo. Isto significa delimitar as fronteiras semânticas e formais, de modo a distinguir o que é termo do que não é termo, e sim apenas sequência discursiva ou enunciado livre. Vale dizer que o trabalho é menos complexo em domínios estabelecidos ou cujo léxico é composto por unidades formadas a partir de formantes greco-latinos, diferentemente da realidade por nós estudada.

Encontramos também um grande número de compostos sintagmáticos, os quais, segundo Alves (1990), são unidades que geralmente estão em processo de lexicalização. Entre os padrões mais recorrentes de combinatória sintagmática, retiramos do *corpus* as unidades *ambiente virtual de aprendizagem*, *postar mensagem*, *criar um fórum* e *importar os arquivos*.

Ainda sobre o processo sintagmático, Alves (*ibidem*, p. 55) afirma que “o vocabulário de uma tecnologia ou de uma ciência em formação condiciona o surgimento de unidades lexicais sintagmáticas em que se observa o empréstimo de termos de disciplinas conexas”. Além de se encaixar perfeitamente nesta característica, a EAD possui uma vocação de natureza interdisciplinar, razão pela qual compostos

sintagmáticos como *base de dados* e *menu de navegação*, provenientes da Informática, adentram em seu léxico.

4.4 Parâmetro da representatividade vs. frequência

Em um levantamento de unidades lexicais, a frequência é um critério determinante. No entanto, há de se fazer uma ressalva: ele não é prioritário ou decisivo quando se trata de uma análise ou estudo de um léxico especializado.

A frequência é, pois, um critério importante quando se analisa o léxico comum, contudo, no léxico especializado, um item pode aparecer apenas uma vez no *corpus* e ser altamente representativo para a área. A fim de tornar concreto esse raciocínio, tomamos como exemplo o item *aprendizagem colaborativa*, que mesmo sendo portador de um conceito fundamental para a área da EAD, figura apenas uma vez no *corpus* constituído para essa pesquisa.

Tal fato demonstra claramente que termos considerados específicos, os quais preenchem os requisitos exigidos pelo parâmetro da pertinência temática, são utilizados em contextos diferentes do qual estamos analisando. Dessa forma, em tutoriais de um ambiente virtual de aprendizagem como o Moodle-REGESD, percebemos que é mais importante para os usuários do sistema que o conceito esteja presente, mesmo que a denominação não apareça ou apareça poucas vezes.

Considerações Finais

Tencionamos com este artigo constituir um conjunto de especificações que visam a orientar o reconhecimento do léxico da EAD. Tal composição se justifica por não mais haver área técnico-científica pura, isolada, com conhecimentos compartimentados. No mundo atual, o conhecimento especializado se perfaz em diversas áreas graças à inter, à multi e à transdisciplinaridade presente na(s) ciência(s). Atentamos para esta realidade no domínio da EAD, por percebemos que muitos termos que circulam neste domínio são oriundos, principalmente, da Educação presencial e da Informática.

Assim, o estabelecimento de uma fronteira rígida entre o léxico especializado e o léxico geral trata-se apenas de um ideal proposto pelo paradigma terminológico

clássico, que cai por terra a partir do instante em que se encara o léxico como um todo, levando-se em conta o texto, o qual exerce o papel de ativador do valor específico que a unidade tem dentro do discurso especializado.

Em conclusão, é oportuno mencionar que a separação dos parâmetros de reconhecimento feita por nós é apenas de caráter teórico-metodológico, pois os traços característicos não se concentram apenas em um ou em outro parâmetro descrito, mas dispersos em diferentes patamares, seja no aspecto lexical, semântico, textual, pragmático e até mesmo nas marcas gráficas. Estes graus não são isolados, mas se combinam e se entrecruzam no arranjo da linguagem especializada, que só tem existência na situação real de comunicação, aqui representada pelos tutoriais (texto especializado) e pelo ambiente virtual de aprendizagem Moodle-REGESD (cenário comunicativo).

Por fim, é importante dizer que o reconhecimento é condição *sine qua non* para o trabalho com o léxico especializado, pois é a partir dele é que emana um conjunto de ações que serão viáveis para a análise linguística, próxima etapa de nossa pesquisa.

Referências Bibliográficas

ALVES, I. M. **Neologismo: criação lexical**. São Paulo: Ática, 1990.

AUGER, P. Pour un modèle variationniste de l'implantation terminologique dans les entreprises au Québec. In: Colloque sur la problématique de l'aménagement linguistique (enjeux théoriques et pratiques), 1993, Québec, **Actes...** Québec: OLF, Université du Québec, 1993. p. 483-493.

BIDERMAN, M. T. C. O conhecimento, a terminologia e o dicionário. **Ciência e Cultura**, v. 58, p. 35-37, 2006.

BIDERMAN, M. T. C. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, A. M. P. P. de; ISQUERDO, A. N. (Orgs.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia**. v. 1. Campo Grande: Editora da UFMS, 1998. p.11-20.

BOULANGER, J. C. Une lecture socioculturelle de la terminologie. **Cahiers de Linguistique Sociale**, n. 18, p. 13-30, 1991.

BOULANGER, J. C. Synonymie, néonymie et normalisation en terminologie. In: COLLOQUE INTERNATIONAL DE TERMINOLOGIE, 1983, Québec, **Actes...** Québec: Université Laval, GIRSTERM, 1983. p. 311-327.

CABRÉ, M. T. **La terminología:** representación y comunicación. Barcelona: IULA/Universitat Pompeu Fabra, 1999.

CABRÉ, M. T. Terminologie et dictionnaires. **Meta**, n. 4, v. 39, p. 590-597, 1994.
FRANCO, S. R. K. (Org.). **Educação a distância na Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GAUDIN, F. **Socioterminologie:** des problèmes semantiques aux pratiques institutionnelles. Rouen: Publications de l'Université de Rouen, 1993.

KRIEGER, M. G. Divulgação científica e terminologia. In: V Simpósio Internacional de Estudo de Gêneros Textuais, 2009, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: Educus, 2009. p. 1-11. 1 CD-ROM.

KRIEGER, M. G. Do reconhecimento de terminologias: entre o linguístico e o textual. In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. G. **As ciências do léxico:** lexicologia, lexicografia, terminologia. v. 2. UFMS/UFRGS: Campo Grande/Porto Alegre, 2004. p. 327-339.

KRIEGER, M. G.; MACIEL, A. M. B.; FINATTO, M. J. B. Terminografia das leis do meio ambiente: princípios teórico-metodológicos. **TradTerm**, São Paulo, v. 6, p. 143-169, 2000.

LITWIN, E. Das tradições à virtualidade. In: _____ (Org.). **Educação a distância:** temas para o debate de uma nova agenda educativa. Porto Alegre: Artmed, 2001.

MACIEL, A. M. B. Pertinência pragmática e nomenclatura de um dicionário terminológico. In: KRIEGER, M. G; MACIEL, A. M. B. (Orgs.). In: **Temas de terminologia**. Porto Alegre/São Paulo: UFRGS/Humanitas/USP, 2001. p. 275-284.

MAIA, C.; MATTAR, J. **ABC da EAD:** a educação a distância hoje. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MOODLE REGESD. **Ambiente virtual de aprendizagem da Rede Gaúcha de Ensino Superior a Distância**. Disponível em: <<http://www.regesd.tche.br>>. Acesso em: abr. 2010.

PEARSON, J. **Terms in context**. Amsterdam: John Benjamins, 1998.

POLGUÈRE, A. **Lexicologie et sémantique lexicale:** notions fondamentales. Montréal: Université de Montréal, 2003.

SAGER, J. C. **Curso práctico sobre el procesamiento de la terminología**. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez/Pirámide, 1993.

WÜSTER, E. **Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica**. Barcelona: IULA/Universitat Pompeu Fabra, 1998.

Domínios de Lingu@gem

Glossário de Manuscritos Goianos Setecentistas: critérios de elaboração

Vanessa Regina Duarte Xavier*

RESUMO: O texto tem como finalidade apresentar questões relativas à elaboração de um Glossário de Manuscritos Goianos Setecentistas. Para tanto, esboça, inicialmente, algumas distinções e semelhanças entre o glossário, o dicionário e o vocabulário, à esteira de Camara Jr. (2009), Coelho (2008), Haensch *et al* (1982) etc., a fim de evidenciar a concepção de glossário que norteou a formulação do modelo aqui proposto. A seguir, tematiza a composição do glossário, abordando a organização e a finalidade de cada elemento que constitui a sua macro e microestrutura (CASARES, 1992; DUBOIS e DUBOIS, 1971; HAENSCH *et al*, 1982). Compõem o glossário os substantivos, adjetivos e verbos inventariados em setenta e três fólios do “Livro para servir no registro do caminho novo de Parati – Thomé Ignácio da Costa Mascarenhas (1724-1762)”. Tais itens foram consultados em dicionários da época, a saber, Bluteau (1712-1728) e Moraes Silva (1813), e em um atual, Ferreira (2004), dos quais extraímos as acepções mais adequadas aos contextos de uso do *corpus*. A importância da elaboração deste glossário é a possibilidade de elucidar os significados dos itens lexicais, com base no emprego destes no *corpus*, de modo a favorecer a sua compreensão.

Palavras-chave: Glossário de Manuscritos Goianos Setecentistas; Dicionário; Vocabulário; Macroestrutura; Microestrutura.

ABSTRACT: The aim of the text is to present issues concerning the preparation of a Glossary of Eighteenth Century Goianos Manuscripts. For this purpose, it outlines, initially, some distinctions and similarities between glossary, dictionary and vocabulary, according to Camara Jr. (2009), Coelho (2008), Haensch *et al* (1982) etc., in order to reveal the conception of glossary that guided the formulation of the model proposed here. Then, it thematizes the glossary composition, analyzing the organization and the purpose of each element in its macro and microstructures (CASARES, 1992; DUBOIS and DUBOIS, 1971; HAENSCH *et al*, 1982). The glossary is composed by nouns, adjectives and verbs inventoried in seventy-three sheets of the “Livro para servir no registro do caminho novo de Parati - Thomé Ignácio da Costa Mascarenhas (1724-1762)”. Such items were found in dictionaries of that period, like Bluteau (1712-1728) and Moraes Silva (1813), and a current one, Ferreira (2004), from which we extract the most appropriate meanings about the corpus usage contexts. The importance of preparation of this glossary is the possibility to elucidate the meanings of lexical items, based on corpus use, in order to promote their understanding.

Keywords: Glossary of Eighteenth Century Goianos Manuscripts; Dictionary; Vocabulary; Macrostructure; Microstructure.

* Doutoranda em Filologia e Língua Portuguesa pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) e bolsista FAPESP. vrduxavier@gmail.com

Considerações iniciais

Preliminarmente, vale dizer que o glossário é um instrumento lexicográfico de pequeno ou de médio porte, que não pretende ser exaustivo. Ele opera um recorte no acervo lexical da língua, ou seja, efetua um inventário limitado de signos linguísticos e, então, procede à sua definição através da descrição parcial ou total dos seus significados. Sua finalidade principal é ser um instrumental que sirva de suporte ao estudo de textos de uma mesma natureza ou de temática similar.

Nessa perspectiva, o presente trabalho tem como meta geral apresentar questões a respeito da composição de um Glossário de Manuscritos Goianos Setecentistas. Em vista disso, aponta distinções e similaridades entre o dicionário, o vocabulário e o glossário, a fim de evidenciar a concepção de glossário que fundamenta o modelo aqui adotado. Ademais, o texto apresenta a proposta do glossário, abordando aspectos da elaboração da sua macro e microestrutura.

Assinalam-se, assim, algumas propriedades que caracterizam os instrumentos lexicográficos mencionados acima, tendo em vista que eles possuem funcionalidades diversas. Com isso, tenciona-se possibilitar um uso mais adequado da terminologia lexicográfica, pois nem sempre é possível perceber os critérios que subjazem à produção de cada instrumento. Além disso, a importância de se discorrer sobre a composição de um Glossário de Manuscritos Goianos consiste em mostrar que é a sua função e a definição do seu público-alvo que devem subsidiar a seleção das informações que nele devem constar.

De acordo com Dubois e Dubois (1971), os dicionários visam atender a demandas de informação e de comunicação. De modo semelhante, os glossários, embora sejam obras de menor alcance, também intentam satisfazer a curiosidade dos leitores de um dado conjunto de textos, dirimindo suas dúvidas. Tais obras procuram, desta forma, suprir a lacuna do conhecimento lexical do leitor em relação ao do autor de um texto. Assim é que a Lexicografia presta um serviço à coletividade e está em contato constante com todas as facetas da vida.

Ressalta-se, à luz das considerações dos autores suprarreferidos, que os dicionários e, por extensão, os glossários, são o testemunho de um povo e de uma época, porque são fontes de conhecimento da língua e da cultura de uma civilização em um dado recorte temporal. Assim é que o Glossário de Manuscritos Goianos

Setecentistas visa favorecer a compreensão dos documentos, esclarecendo o seu componente lexical ao público em geral, isto é, aos especialistas e não especialistas.

O *corpus* deste estudo é composto por setenta e três fólios pertencentes ao “Livro para servir no registro do caminho novo de Parati – Thomé Ignácio da Costa Mascarenhas (1724-1762)”, que integra o acervo do Arquivo Histórico Estadual de Goiás. Estes contêm documentos oficiais que faziam a comunicação entre a Coroa Portuguesa e o governo goiano durante o período conhecido como ciclo do ouro e tratam da constituição da sociedade goiana e da sua organização político-administrativa no período colonial.

Nos documentos, foram inventariados manualmente, isto é, sem o auxílio de ferramentas de extração linguística, os substantivos, adjetivos e verbos, que totalizaram cerca de mil e novecentas entradas, para a composição da nomenclatura do glossário, tendo em vista que tais categorias estão mais sujeitas a alterações semânticas ao longo do tempo, em contraste com as ditas palavras gramaticais, que possuem uma carga semântica menos evidente.

Para a definição dos itens referidos, consultaram-se dicionários próximos à época de escrita dos documentos, vale dizer, Bluteau (1712-1728) e Moraes Silva (1813), e um dicionário atual, Ferreira (2004). As acepções neles encontradas foram cotejadas entre si, a partir das abonações extraídas do *corpus*, e aquelas que se mostraram mais claras e adequadas a estas compuseram a definição dos lemas. Elegeu-se, por vezes, apenas a acepção de uma das obras, devido à similaridade semântica dela com as demais ou, ainda, porque as acepções de algumas obras não se aplicavam aos contextos de uso do *corpus*. Em outros casos, fez-se necessário disponibilizar as acepções de mais de um dicionário, haja vista a sua complementaridade no sentido de esclarecer os sentidos das lexias.

Assim, as acepções foram transcritas no glossário entre aspas duplas, mas não em sua totalidade, limitando-se aos usos atestados no *corpus*. As abonações constituíram-se de fragmentos extraídos do *corpus*, que comprovaram os significados em que os itens foram empregados.

No primeiro tópico, efetuaram-se alguns apontamentos sobre as divergências e os pontos de contato entre o glossário, o dicionário e o vocabulário, haja vista o uso arbitrário e, não raras vezes, indiscriminado destas denominações para referir-se a um mesmo instrumento lexicográfico, com estruturas e finalidades bastante semelhantes.

Desse modo, fez-se necessário discorrer sobre as especificidades composicionais e funcionais de cada um, à luz de teóricos como Camara Jr. (2009), Coelho (2008) e Haensch *et al* (1982).

No tópico seguinte, discutiu-se sobre a composição do Glossário de Manuscritos Goianos Setecentistas, analisando a sua organização interna e a finalidade dos seus componentes, a saber, da sua macro e microestrutura, com base em Haensch *et al* (1982), Casares (1992) e Dubois e Dubois (1971). Dessarte, foi apresentado o modelo de glossário adotado, detalhando a sua estrutura e funcionalidade, tendo em vista o *corpus* da presente investigação.

1. Interfaces e distinções entre o dicionário, o vocabulário e o glossário

Lançando os pressupostos básicos da Lexicografia, Borba (2003, p. 15) propõe a seguinte definição para tal disciplina: “técnica de montagem de dicionários, ocupa-se de critérios para seleção de nomenclaturas ou conjunto de entradas, de sistemas definitórios, de estruturas de verbetes”. A ela pode acrescentar-se que a Lexicografia também se ocupa da montagem de outros instrumentos lexicográficos, como o glossário e o vocabulário.

É o que pontua Coelho (2008, p. 17): “Um dicionário é um produto da Lexicografia, mas não é o único, concorrem com ele o glossário, o vocabulário, a enciclopédia”. Nessa abordagem, este estudo apresenta um modelo de glossário, cuja elaboração em muito se assemelha à do dicionário, e explicita os critérios utilizados na seleção da nomenclatura, bem como dos elementos que o compõem.

No campo da Lexicografia, denominações como vocabulário, glossário e dicionário têm sido usadas para obras com conteúdos bastante similares, devido ao uso arbitrário de lexicógrafos e à convenção de cada época. Em virtude disso, é imprescindível distinguir as especificidades de cada um destes instrumentos, em função da estrutura e funcionalidade que possuem, de acordo com o que postulam alguns estudiosos da Lexicografia ou da Metalexicografia.

Em seu *Dicionário de Linguística e Gramática*, Camara Jr. (2009, p. 117) define o dicionário da seguinte forma: “*Lato sensu* é qualquer registro metódico de formas linguísticas ou DIÇÕES, devidamente explicadas”. O autor reconhece duas categorias de dicionários, quais sejam, os gerais, que registram o léxico de uma língua em sua

totalidade, e os especiais, que abarcam apenas certos tipos de vocábulos. Com base nesta classificação, considera o glossário como um tipo de dicionário especial, que abrange os vocábulos menos conhecidos, em geral por serem antigos ou técnicos. O vocabulário, por sua vez, é concebido pelo autor como um conjunto de vocábulos sem a sua respectiva definição, destoando, em sua essência, do glossário e do dicionário.

Coelho (2008, p. 21) considera que o glossário e o vocabulário se assemelham ao dicionário na medida em que “Ambos apresentam em ordem alfabética as palavras ou expressões que vão explicar”. Por outro prisma, considerando o objeto de descrição dos instrumentos em análise, é possível observar que o glossário se aproxima mais do vocabulário, uma vez que ambos englobam os discursos individuais, enquanto o dicionário abarca os discursos coletivos ou, em outras palavras, o léxico representativo da coletividade.

Entretanto, tendo em vista a finalidade dos instrumentos lexicográficos, o glossário se assemelha mais ao dicionário, porque eles possuem como escopo a definição dos lexemas. Assim, embora o dicionário possa ser abrangente, tentando registrar o léxico corrente em determinada sincronia, não cabe ao glossário ou ao vocabulário proceder da mesma maneira, sob pena de descaracterizarem-se.

Consultando os itens *dicionário*, *glossário* e *vocabulário* em Ferreira (2004), é digna de nota a confusão que se faz entre eles, visto que são tratados como sinônimos. Basta notar algumas das acepções do verbete *glossário*, transcritas abaixo:

1. Vocabulário ou livro em que se explicam palavras de significação obscura; elucidário.
2. Dicionário de termos técnicos, científicos, poéticos, etc.
3. Vocabulário que figura como apêndice a uma obra, principalmente para elucidação de palavras e expressões regionais ou pouco usadas

O verbete *vocabulário* apresenta acepções ainda mais generalizantes, sendo inclusive definido como “O conjunto das palavras de uma língua”, acepção que corresponderia melhor à definição de léxico.

A concepção de glossário que norteou o modelo proposto na seção seguinte é a de um instrumento lexicográfico que esclarece as acepções dos vocábulos de um conjunto de textos tomado como *corpus* da investigação. Borba (2003) considera que o léxico se subdivide em palavras lexicais e gramaticais, sendo que

As primeiras são aquelas que relacionam o sistema de noções da língua com o mundo exterior, uma vez que cada item desse sistema é uma representação da realidade extralingüística. As segundas constituem-se de um sistema de noções que se realizam no interior do sistema (p. 46).

Diante disso, não só as palavras consideradas obscuras foram registradas, mas todas as chamadas lexicais, com vistas a servir também como referência ao público em geral e não somente aos estudiosos de áreas afins à Filologia, como linguistas, historiadores etc.

A próxima seção apresenta os critérios de elaboração do Glossário de Manuscritos Goianos Setecentistas, bem como a metodologia empregada na sua composição, além do referencial teórico que fundamentou as tomadas de decisão a respeito da sua macro e microestrutura.

2. Glossário de Manuscritos Goianos Setecentistas: apontamentos sobre a sua macro e microestrutura

Os componentes essenciais do glossário são a sua macroestrutura, ou seja, a lista dos signos que serão definidos, a qual varia de acordo com a finalidade da obra, e a sua microestrutura, que corresponde ao artigo lexicográfico e aos elementos que o estruturam. Nesse sentido, cumpre dizer que o glossário em questão tem a função de suprir as lacunas de informação entre o texto e os seus usuários, elucidando o conteúdo do texto.

Contudo, uma vez que se destina ao público em geral, incluindo também os não especialistas, julgou-se por bem definir todas as palavras ditas lexicais, considerando que o critério de definição das palavras obscuras resvala no relativismo. Explica-se: as leixias incomuns e desconhecidas para um determinado grupo social podem não ser as mesmas para outros grupos.

Destarte, a macroestrutura ou nomenclatura corresponde ao conjunto dos lemas e ao modo como eles são organizados, como atestam Dubois e Dubois (1971, p. 57, tradução nossa): “A soma das entradas lexicais constitui a nomenclatura de um

dicionário”¹. No caso do glossário ora proposto, vale asseverar que ele é composto por, aproximadamente, mil e novecentas entradas, constituídas pelos verbos, adjetivos e substantivos inventariados manualmente no *corpus* já mencionado anteriormente. Tais itens foram organizados em ordem alfabética, a fim de permitir a localização dos signos de forma rápida.

À esteira dos autores, a disposição alfabética dos lemas

encerra as entradas em uma totalidade que vai de A à Z. Cada termo é necessariamente, e sem ambiguidade, definido pelas regras alfabéticas que analisam as palavras como uma sucessão de letras: as classes de palavras são definidas pelo arranjo das letras (1971, p. 57, tradução nossa)².

Em linhas gerais, a microestrutura é a ficha lexicográfica ou a entrada de uma obra lexicográfica, cujo núcleo concerne à definição do verbete, que fornece informações semânticas sobre ele. A microestrutura possui uma entrada ou lema, que é a identificação do lexema na sincronia registrada, e um enunciado lexicográfico. Nas palavras de Dubois e Dubois (1971, p. 39, tradução nossa) a respeito do lema: “Ele é o tema ou sujeito do qual todas as outras informações são os predicados”³.

Haensch *et al* (1982) explicitam, com mais detalhes, que o artigo de um dicionário ou a sua microestrutura compõe-se de: a) lema; b) indicação gramatical, fonética ou ortográfica; c) definição do significado através das acepções; d) contextos de uso; e) sinônimos, antônimos etc. No modelo de glossário aqui adotado, somente o último item não foi incluído obrigatoriamente, conquanto conste em algumas definições, consoante ser prioridade do glossário a explicação dos significados dos itens lexicais do *corpus*, de modo a facilitar a interpretação do texto, e do item *b*, apenas constaram as indicações gramatical e ortográfica.

Desse modo, no glossário, o lema apresenta a grafia contemporânea, já que em inúmeros casos os itens tiveram mais de uma variante gráfica. Para além disso, tal procedimento visa orientar o usuário do glossário sobre a grafia da palavra nos dias

¹ “La somme des entrées lexicales constitue la nomenclature d’un dictionnaire” (DUBOIS e DUBOIS, 1971, p. 57, tradução nossa).

² “enfèrme les entrées dans une totalité qui va de A à Z. Chaque terme est nécessairement, et sans ambiguïté, défini par les règles alphabétiques qui analysent les mots comme une suite de lettres: les classes de mots sont définies par l’arrangement des lettres” (Ibid., p. 57, tradução nossa).

³ “C’est le thème ou sujet dont toutes les autres informations seront les prédicats” (Ibid., p. 39, tradução nossa).

atuais. O enunciado lexicográfico ou predicado contém a indicação da classe gramatical à qual o lema pertence, de modo a distinguir as palavras homônimas e explicitar o seu comportamento morfossintático basicamente, assim como das acepções, para esclarecer o significado das lexias, e das abonações, ilustrando o contexto discursivo em que o item aparece.

Em suma, os lemas são as palavras de entrada do glossário e são formados pelos lexemas, que representam as demais flexões e conjugações do vocábulo. De modo geral, são palavras isoladas e não sintagmas nominais ou expressões, os quais por vezes são incluídos no interior da entrada, após a definição da palavra-base. Desta feita, a lexia *patroens* possuiu como entrada no glossário o lexema *patrão*, a lexia *sobreveyo* obteve como entrada o lexema *sobrevir* e *proveytosa* foi lematizada como *proveitoso*.

Borba (2003, p. 311) afirma que “Como é de praxe, a primeira informação é taxionômica: a classe a que pertence a palavra entrada”. Optamos por não indicar o gênero e o número dos itens nominais, assim como a transitividade dos verbos, uma vez que tais elementos podem ser depreendidos sem maiores problemas das abonações. Some-se a isto o fato de que a função do glossário é esclarecer os significados das palavras lexicais do *corpus*, com vistas a auxiliar a sua interpretação e fundamentar o seu estudo lexical.

Cabe assinalar que cada um dos sentidos gerais ou específicos de um signo é uma acepção e a definição é o conjunto das acepções (CASARES, 1992). Na elaboração do glossário em questão, os itens lexicais foram cotejados em duas obras lexicográficas que abarcam, de maneira aproximada, a época em que os documentos foram redigidos, vale dizer, em Bluteau (1712-1728) e Moraes Silva (1813), e em uma contemporânea, a de Ferreira (2004). Para tal fim, levantamos as acepções dos itens nos dicionários referidos e fizemos o confronto delas, com base nos exemplos extraídos do *corpus*, e, então, selecionamos a mais adequada a estes. Em alguns casos, fizemos um recorte da definição encontrada no dicionário, mantendo no glossário apenas a acepção que esclarece o uso do item no *corpus*.

As acepções dos lemas, por vezes, foram transcritas de apenas um dicionário e, em outros casos, em mais de um, conforme os usos aferidos no *corpus* e a definição contida em cada dicionário consultado, de modo a assegurar clareza e objetividade ao consulente na sua consulta ao glossário, com vistas a um melhor entendimento do texto. Nos casos em que não encontramos a acepção procurada, procedemos à sua elaboração,

através da explicação do conteúdo dos signos e, por vezes, através de sinônimos, valendo-nos da definição de outras palavras de mesmo radical semântico encontradas em tais obras.

A abonação é a ocorrência do lema em frases ou sintagmas e exemplifica o uso de uma acepção, comprovando o seu uso efetivo com um dado significado e autorizando-o, como atentam Dubois e Dubois (1971, p. 51, tradução nossa): “O dicionário autoriza as palavras, as construções, os sentidos, os integra ao <<uso>> da comunidade”⁴. Ela contém, portanto, informações sintáticas e semânticas do seu respectivo lema.

De igual modo, a quantidade de abonações foi variada, conforme a diversidade de significados de cada item no *corpus*. Ademais, as abonações delimitaram os sentidos em que os itens foram empregados e determinaram as acepções que deveriam ser registradas.

Assim sendo, o comportamento sintático das lexias foi demonstrado pelos contextos de uso ou abonações extraídas do *corpus*, as quais tiveram como meta completar a definição semântica. Elas se compuseram de citações do *corpus* e, em geral, precisaram ser recortadas por serem muito extensas. É o que ilustra o seguinte enunciado, que foi usado como abonação na definição do item *administrador*, a saber: “Administrador do Contracto dos Dizimos” (105v.).

A respeito da localização dos exemplos ou abonações, Haensch *et al* (1982, p. 510, tradução nossa) postulam: “Quanto ao lugar do artigo onde se colocam os exemplos, parece lógico que seja imediatamente depois da definição da acepção correspondente”⁵. Por essa razão, a abonação foi disposta logo após as acepções, separada destas por dois pontos.

Em síntese, a organização dos artigos do glossário obedeceu a uma ordenação uniforme, apresentando a seguinte estrutura, respectivamente: a) o lema em sua grafia mais atual, em caixa-alta e negrito; b) a classificação gramatical; c) a acepção entre aspas duplas, em geral precedida pela grafia lematizada no dicionário, entre parênteses, e seguida pela abreviação do nome do autor e pelo número da página; e d) a abonação

⁴ “Le dictionnaire autorise des mots, des constructions, des sens, les intégrant à l’<<usage>> de la communauté” (Ibid., p. 51, tradução nossa).

⁵ “En cuanto al lugar del artículo donde se ponen el o los ejemplos, parece lógico que vayan inmediatamente después de la definición de la acepción correspondiente” (HAENSCH *et al*, 1982, p. 510, tradução nossa).

extraída do *corpus*, seguida da indicação do fôlio. É o que ilustra o verbete *fistula*, que foi registrado no *corpus* com a grafia *fistola*, cuja estrutura pode ser visualizada abaixo:

FÍSTULA, s. (fistula) “Chaga profunda, & callosa por dentro, cujo orificio he pequeno, & a caverna grande, & lança materia virulenta. As fistulas se fazem dos apostemas, & feridas profundas” (RB, p. 123): “sendohumhomem valetudinario que se achava com | xagas efistolas abertas” (82v.).

No exemplo acima, a inscrição **FÍSTULA** representa o lema do verbete e as demais informações constituem o enunciado lexicográfico ou o predicado. A classificação gramatical é indicada pela inicial *s.*, correspondente à classe dos substantivos. A informação entre parênteses refere-se à grafia apresentada pelo lema no dicionário do qual as acepções foram extraídas e é sucedida pela acepção e pela indicação da obra da qual foi extraída. Por fim, consta a abonação.

É preciso esclarecer que a obra de Bluteau (1712-1728) foi indicada pelas iniciais RB, a de Moraes Silva (1813) por AMS, e a de Ferreira (2004) por ABHF. Além disso, merece registro o fato de que somente foram definidos os usos encontrados no *corpus*, excetuando-se as demais acepções que o item possui atualmente ou possuía na época, porque, como já dissemos, não é nosso intuito fazer uma obra lexicográfica exaustiva.

A seguir, listamos alguns verbetes ilustrativos da estrutura do glossário, cujas significações podem causar alguns embaraços aos consulentes na leitura dos documentos, em razão de pertencerem à especialidade jurídica, embora este não tenha sido o critério de composição da nomenclatura do glossário. São eles:

ABINTESTADO, adj. (abintestádo) “Que falleceo sem testamento, ou com testamento nullo” (AMS, p. 8): “Como estehomem morreu noestádo | desolteyro, semdeyxar | filhos Legitimos, nem algum outro herdeyro, senão seu Irmão Manoel | deCampos Bicúdo, que lhe sucede em tudo, não só pelo parentesco, maz por | morrer abintestádo” (74v.).

CESSIONÁRIO, s. “O a que se faz cessão de bens” (RB, p. 259); “O que recebe a cessão de bens, feita pelo cedente” (AMS, p. 378): “Procurador deJoze | daveyga sessionario do rematante que se acha nessa corte” (123r.).

É possível que tais acepções não sejam compreendidas facilmente pelo público em geral, sendo que a abonação do primeiro aponta para o fato de que um capitão

morreu sem deixar testamento e, por isso, seu sucessor imediato foi o seu irmão. O segundo verbete, por sua vez, revela que um contratador de direitos cedeu a administração dos seus bens ao procurador José da Veyga, uma vez que aquele se encontrava na Corte, como informa a abonação.

Além disso, alguns itens, apesar de pertencentes ao léxico fundamental do Português brasileiro, apresentaram no *corpus* algumas significações muitas vezes incomuns ao público de modo geral, ao qual se destina o glossário, conforme já dissemos anteriormente, como é o caso de *aberto* e *bilhete*, disponibilizados a seguir:

ABERTO, adj. (abérto) “Feridas __ não cicatrizadas” (AMS, p. 7); “Sem obstáculo que impeça de entrar, de sair, de ver (...) Vasto, amplo (...)

Diz-se de lugar não defendido por obras de defesa ou fortificações, nem por montanhas ou rios” (ABHF); Livre, franco, que está propenso ao risco e ao perigo: “xagas efistolas abertas” (82v.); “estaõ todos estes sertoes abertos” (85r.); “deyxapor ventura | deficar a mesma ou ainda mayor porta aberta para seintentarem econ | seguirem os extravios” (122r.).

BILHETE, s. “Jur. Título de obrigação, nominal ou ao portador” (ABHF): “sepor alguma omisaõ (...) naõ rezistaõ | os Bilhetes pelo Escrivaõ da mesmaCamara, saõ conde | nados em nove mil reis” (68r.).

No primeiro caso, temos três usos diversos para o item *aberto*, que são atestados pelas abonações. Na primeira delas, a lexia é usada para caracterizar ferimentos expostos, ou seja, ainda não cicatrizados. Na segunda, indica que os sertões são extensos e não possuem obras de defesa, assim como montanhas ou rios e, por essa razão, estão suscetíveis a toda espécie de perigo. A terceira abonação consiste no uso conotativo da expressão *porta aberta*, sugerindo o caminho livre ou sem impedimento para o contrabando de ouro e diamante.

No tangente à lexia *bilhete*, cumpre dizer que ela é empregada dentro da especialidade jurídica na acepção de “Título de obrigação” (FERREIRA, 2004), o qual deveria ser registrado pelos comerciantes na Câmara, sendo que sua omissão resvalaria no pagamento de uma multa onerosa.

Haensch *et al* afirmam que “A lexicografia lingüística nasce, pois, devido à necessidade de explicar o significado das palavras”⁶ (1982, p. 105, tradução nossa). Assim, a consulta aos glossários deve-se justamente à busca do exato sentido que o signo possui em determinado contexto. Como vimos nos verbetes acima ilustrados, para elucidar os diferentes usos de cada lexia, sabe-se que muitas vezes o lexicógrafo precisa dominar, para além da língua, conhecimentos relativos à esfera social, tais como sua política, sua economia, sua cultura etc.

Considerações finais

Este texto apresentou algumas concepções de linguistas e lexicógrafos acerca do dicionário, do vocabulário e do glossário, com o fito de elucidar a definição de glossário que orientou a formulação do modelo aqui proposto. Desta maneira, elencamos algumas especificidades características do glossário, que nos permitiram distingui-lo do dicionário e do vocabulário, tais como a sua finalidade, o seu objeto de descrição, a sua extensão etc.

Em seguida, discutimos sobre a definição e a finalidade dos elementos que compõem a macro e a microestrutura do glossário elaborado neste estudo, exemplificando o procedimento adotado com as lexias extraídas do *corpus*. Apresentou-se, assim, uma proposta de glossário e atestou-se, com a análise de verbetes à luz da temática do *corpus*, que ele cumpre a sua função primordial, vale dizer, esclarecer as acepções e os usos de unidades lexicais que podem dificultar o seu entendimento. O glossário é, nessa perspectiva, um instrumento que auxilia o estudo de textos de temáticas similares. Além disso, permite o esclarecimento rápido e prático das lexias.

É válido salientar que a estrutura do glossário varia conforme a função do glossário e o público ao qual se destina. Assim sendo, a prioridade do modelo aqui apresentado foi a definição dos usos observados no *corpus*, a fim de familiarizar o leitor com os temas abordados nele.

Já o público-alvo abrange as pessoas em geral e não somente os estudiosos do assunto, o que motivou o registro de todas as palavras lexicais do *corpus*, e não apenas das mais obscuras, porque mesmo itens do vocabulário fundamental do Português

⁶ “La lexicografía lingüística nace, pues, debido a la necesidad de explicar el significado de las palabras” (Ibid., p. 105, tradução nossa).

brasileiro apresentaram, por vezes, acepções bastante destoantes das contemporâneas, como é o caso de *bilhete*, *aberto* etc. Isso mostra que o glossário pode ter outro formato, a depender da pretensão do seu autor.

A isto se acrescenta que, sendo o período de escrita dos documentos distanciados do presente há mais de dois séculos, é provável que os signos inventariados apresentem profundas divergências semânticas com relação ao seu uso atual, o que justifica a composição de um glossário para facilitar a consulta ao *corpus*.

Referências Bibliográficas

Livro para servir no registro do caminho novo de Parati – Thomé Ignácio da Costa Mascarenhas (1724-1762). Arquivo Histórico Estadual de Goiás. 1724-1762. fôlios 66-139.

BLUTEAU, R. **Vocabulario portuguez & latino**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

BORBA, F. S. **Organização de dicionários**: uma introdução à lexicografia. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

CAMARA JUNIOR, J. M. **Dicionário de linguística e gramática**: referente à língua portuguesa. 27 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CASARES, J. **Introduccion a la lexicografia moderna**. 3 ed. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1992.

COELHO, B. J. Dicionários – estrutura e tipologia. In _____ **Linguagem – lexicologia e ensino de Português**. Catalão: Gráfica e Editora Modelo, 2008. p. 13-44.

DUBOIS, J.; DUBOIS, C. **Introduction à la lexicographie**: le dictionnaire. Paris: Larousse, 1971.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário eletrônico Aurélio**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

HAENSCH, G. et al. **La lexicografía**: de la Lingüística teórica a la Lexicografía práctica. Madrid: Gredos, 1982.

MORAES SILVA, A. **Diccionario da lingua portugueza**. 2. ed. Lisboa: Typographia Lacérdina, 1813.

O Sufixo -eco sempre forma diminutivos com valor pejorativo no PB?

Bruno Cavalcanti Lima*
Maria Fernanda M. Barbosa^o

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o sufixo diminutivo -eco. No Português Brasileiro, os falantes frequentemente utilizam o sufixo -eco não somente para indicar pequenez, mas também para expressar a atitude subjetiva do falante, assumindo um valor positivo ou negativo. Deste modo, o sufixo -eco pode apresentar diversas significações a depender do contexto em que está inserido.

Palavras-chave: Sufixo -eco; Diminutivo; Formação de palavras; Diminutivo dimensional; Sufixo pejorativo.

Abstract: The aim of this paper is to analyze the -eco diminutive suffix. In Brazilian Portuguese, speakers frequently use the -eco suffix not only to indicate size but also to point a positive or negative value with the context in which it appears. This way, the -eco suffix may not be understood the same way in all areas, and its meaning can vary with the context in which it's used.

Keywords: -Eco suffix; Diminutive form; Word formation; Diminutive dimension; Pejorative suffix.

Introdução

O presente artigo realiza um estudo sobre o sufixo derivacional de grau diminutivo -eco(a), por falantes do português brasileiro, a fim de verificar a relevância dimensional e o valor pejorativo atribuído ao formativo. Em linhas gerais, o sufixo -eco(a) está vinculado a noção de dimensão, relativo à “X é pequeno”. No entanto, as construções X-eco(a) podem assumir outras acepções semânticas, expressando pejoratividade, afetividade, expressividade ou neutralidade. Nesse sentido, não constitui

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

^o Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro -UFRJ. Bolsista do CNPq.

tarefa simples determinar o significado de –eco(a), visto que pode apresentar diversas significações conforme a base a que se anexa.

O texto apresenta-se estruturado da seguinte maneira: na seção I, expomos os processos de formação de palavras na língua portuguesa, enfocando a derivação sufixal na formação de diminutivos e apresentamos também o tratamento dado ao grau nominal e ao sufixo –eco pela literatura. Na seção seguinte, descrevemos os *corpora* analisado e as formações X-eco, examinando o caráter diminutivo e as funções atitudinais concernentes a estas construções. Por fim, apresentamos as considerações finais.

1. A formação de palavras no PB

No uso da linguagem, frequentemente, formamos novas palavras ou perpetuamos as construções já existentes da língua no processo de comunicação. Portanto, o falante dispõe da possibilidade de modificar bases nominais, verbais e adverbiais pelo acréscimo de afixos.

Rio-Torto (1998) caracteriza os processos de formação de palavras, distribuindo-os em três tipos principais: operações aditivas; operações subtrativas ou redutivas; e operações modificativas. No primeiro caso, têm-se processos de afixação (prefixação, sufixação, circunfixação e infixação), reduplicação e composição. No segundo, manifestam-se operações de supressão de segmentos iniciais, mediais ou finais. No último, encontram-se a apofonia e a metátese.

Dos processos mencionados, os mais produtivos são operações de adição ou concatenação, mais especificamente a afixação e a composição. No primeiro processo, formam-se palavras pela junção de um afixo a uma base como em *retratista* (retrato + -ista) e *predispôr* (pré- + dispôr), por exemplo. No segundo, tem-se a anexação de uma base à outra para a formação de uma palavra, como, por exemplo, em *guarda-chuva* (guarda + chuva), *luso-brasileiro* (luso + brasileiro), *sociolinguístico* (sócio + linguístico), etc.

Segundo Rio-Torto (1998), em português, a afixação manifesta-se pelos seguintes processos: (a) prefixação; (b) sufixação; e (c) circunfixação. Em (a), tem-se a anteposição de um prefixo a uma base e essa operação não envolve alteração categorial ([[des [fazer]_v]_v], [[in[justo]_{Adj}]_{Adj}]). No entanto, em (b), um morfema aditivo se pospõe

à base para lhe acrescentar significados específicos, que pode ou não alterar a categoria da base ([[lava]_v agem]_s), [[estaciona]_v mento]_s), [[bonito]_{Adj} inho]_{Adj}),). E, por último, em (c), os segmentos são colocados imediatamente à direita e à esquerda do radical da base ([des[alma]_s ado]_{Adj}), [es[claro]_{Adj} ecer]_v)).

As gramáticas tradicionais (CEGALLA, 1981; CUNHA & CINTRA, 1985; MIGUEL, 1989) tratam a derivação sufixal de maneira uniforme e são pouco explícitas em suas análises, limitando-se a apresentar listas de exemplos. Assim, concordamos com Rio-Torto (1994) ao mencionar que:

a abordagem tradicional da formação de palavras caracteriza-se por dois aspectos essenciais: por ser eminentemente estática e por privilegiar apenas uma das dimensões que a formação de palavras envolve - a dimensão morfológica. (...) Os processos de formação de palavras propriamente ditos são encarados não pelo ângulo do dinamismo que lhe é inerente, mas tão somente pelo seu aspecto resultativo, como esquemas que defluem da combinação de formas mais ou menos autônomas a segmentos presos, que são os afixos.

No processo de derivação, a formação de diminutivos por sufixação representa um dos processos de formação de palavras demasiadamente produtivo no PB. Entretanto, a língua portuguesa apresenta uma vasta gama de afixos que expressam a noção de diminuição, haja vista, por exemplo, os sufixos -acho, -eco, -ejo, -ela, -elho, -eta, -ete, -icho, -ico, -inho, -isco, -ito, -ota, -ote, -únculo etc. Em virtude dos muitos afixos que exprimem o caráter diminutivo, limitamo-nos a analisar o sufixo -eco, que, além de significar algo pequeno, também é portador de outras acepções, como expressividade e pejoratividade.

1.1. Grau diminutivo: flexão ou derivação

Os gramáticos de língua portuguesa são unânimes ao tratar o grau como um caso de flexão nos nomes (substantivos e adjetivos), tornando-os equivalentes a gênero e número. Tomemos como exemplo a gramática de Cunha (1979) para comentarmos a questão da categoria de grau.

Em *Gramática da língua portuguesa*, o autor considera que os nomes flexionam-se em gênero, número e grau. Nas palavras do autor, “os substantivos podem

variar em número, gênero e grau (CUNHA, 1979, p. 191). [...] Como os substantivos, os adjetivos podem flexionar-se em número, gênero e grau” (CUNHA, 1979, p. 254).

Em *Estrutura da língua portuguesa*, Mattoso Câmara (2004, p. 83) ressalta que

a expressão de grau não é um processo flexional em português, porque não é um mecanismo obrigatório e coerente, e não estabelece paradigmas exaustivos e de termos exclusivos entre si. A sua inclusão na flexão nominal decorreu da transposição pouco inteligente de um aspecto da gramática latina para a nossa gramática. Em latim, o morfema *-issimus* pertencia a um complexo flexional ao lado de *-ior*, próprio dos adjetivos num tipo de frase em que se estabelece a comparação entre dois termos para se afirmar que aquele referente ao adjetivo que tem o morfema é superior ao outro [...] O uso de *-issimus* em latim para meramente a intensificação de uma qualidade era um subproduto do seu uso gramatical na estrutura da frase comparativa; não foi ele que levou a gramatologia latina a considerar *-issimus* dentro da flexão nominal. Se só existisse esse uso, como sucede em português, Varrão teria dito com certeza que se tratava de *declinatio voluntaria*.

Note-se que Mattoso Câmara (2004) aponta como a principal distinção entre derivação e flexão o fato de a primeira não constituir um processo obrigatório e sistemático para o léxico da língua, como podemos observar em outra passagem de *Estrutura da Língua Portuguesa*:

uma derivação pode aparecer para um dado vocábulo e faltar para um vocábulo congênere. De cantar, por exemplo, deriva-se cantarolar, mas não há derivações análogas para falar e gritar, outros dois tipos de atividade da voz humana. Os morfemas gramaticais de derivação não constituem assim um quadro regular, coerente e preciso. Acresce a possibilidade de opção, para usar ou deixar de usar o vocábulo derivado. (MATTOSO CÂMARA, 2004, p. 81)

Portanto, tem-se o fato de não haver nomes derivados na língua portuguesa para todos os verbos e, quando ocorrem, os processos se dão de formas variadas. De modo análogo, podemos afirmar que não há diminutivos e aumentativos correspondentes para todos os nomes bem como o fato de certos substantivos apresentarem mais de uma forma de aumentativo e/ou diminutivo. Assim, cabe ao falante a possibilidade de escolha do seu uso.

Por outro lado, tem-se um processo de obrigatoriedade e sistematicidade na flexão, imposta pela própria natureza da frase. Não é parte da competência do falante

usar, por exemplo, um substantivo no plural ou mesmo um verbo no pretérito perfeito. Tal uso está condicionado pela natureza da frase. Assim, nas palavras de Mattoso Câmara:

os morfemas flexionais estão concatenados em paradigmas coesos e com pequena margem de variação. Na língua portuguesa há ainda outro traço característico para eles. É a “concordância”, decorrente na sua repetição, ainda que por alomorfes, nos vocábulos encadeados. Há concordância de número singular e plural e de gênero masculino e feminino entre um substantivo e seu adjetivo, como há concordância de pessoa gramatical entre sujeito e o verbo, e depende da espécie de frase a escolha da forma temporal e modal do verbo. (MATTOSO CÂMARA, 2004, p. 82)

Como acrescenta o autor, o produto da derivação é a formação de um novo vocábulo. E, a partir de cada vocábulo derivado, ocorre sempre uma nova possibilidade de se derivar outros, que, por sua vez, não são nem exclusivos nem exaustivos.

Na mesma linha Mattosiana, Rosa (1982) compreende o grau como:

uma categoria que expressa a relação existente entre um significado considerado normal e outro(s) considerado(s) acima, abaixo ou no mesmo nível numa escala de intensidade (muito...pouco) ou de dimensão (pequeno...grande), incluídos os valores pejorativos e afetivos. (ROSA, 1982, p. 17)

Também Frota (1985, p.13) argumenta que os sufixos de grau (aumentativo e diminutivo) “apenas acentuam ou minimizam a carga semântica da base, tenha ela valor pejorativo ou não”.

Zanotto (1986) assume que o aspecto semântico é relevante na distinção entre flexão e derivação:

outra diferença que distingue flexão e derivação é de caráter semântico. A derivação introduz, via de regra, alterações de sentido mais profundas do que a flexão. Entre “anda” e “andava” existe apenas a diferença de tempo; entre “pedra” e “pedras” também a diferença é de uma unidade para mais de uma, diferença inegável, mas menor do que aquela que existe, por exemplo, entre “pedreiro” e “pedreira”. A derivação é, enfim, um processo de formar novas palavras, de multiplicar o uso de um mesmo semantema, utilizando prefixos e sufixos, dentro de um quadro de possibilidades que a linguagem oferece, mas um quadro aberto, facultando novas criações. (ZANOTTO, 1986, p. 56)

Assim, o autor esclarece que a flexão, ao contrário da derivação, estabelece relações fechadas e constitui uma “imposição da frase”, que torna obrigatória a concordância entre os termos da sentença, não permitindo a criação de novos vocábulos.

Bybee (1985) incorpora a noção de protótipos¹ para estabelecer uma escala gradual na qual os elementos linguísticos são posicionados em relação ao modo com que se combinam duas ou mais unidades de significação para formar expressões linguísticas. Para tanto, a autora estabelece três tipos de expressão linguística (lexical, flexional, sintática) que se apresentam distribuídos ao longo de um *continuum*, partindo de um ponto medial (o protótipo) para suas respectivas extremidades.

Payne (1985) sugere que a distinção entre flexão e derivação não é discreta e lista um conjunto de oito parâmetros que caracterizam os dois fenômenos. A autora também aplica a teoria dos protótipos para explicar porque não há limites precisos entre as duas categorias – flexão e derivação.

Plank (1991) apresenta uma listagem contendo 28 distinções elementares a fim de distinguir morfemas flexionais de morfemas derivacionais. O autor defende uma proposta de gradação contínua entre flexão e derivação, enfatizando, por exemplo, que alguns morfemas são caracterizados como [+derivacionais] por apresentarem um grande número de distinções elementares enquanto itens [-derivacionais] exibem um número bem menor de distinções. Assim, os itens lexicais se distribuem gradativamente ao longo de uma escala gradual em função de distinções elementares.

Para a língua portuguesa, Ezarani (1989) propõe a existência de uma escala, na qual as palavras são posicionadas de acordo com o maior ou menor grau de quantidade intensiva ou dimensiva do significado positivo ou negativo de sua base. Deste modo, a autora entende que o grau concentra-se num *continuum* quantitativo de dimensão e de intensificação e apresenta o seguinte quadro:

¹ De acordo com a Teoria dos Protótipos, alguns elementos linguísticos se encaixam em determinada classe por compartilharem o maior número de propriedades características de uma mesma categoria, constituindo-se, então, como membros mais representativos desta classe dentro de um contexto.

-	DIMINUTIVO		NORMAL		AUMENTATIVO	+
livreco	livreto	livrinho	livro	livrão		
	caixeta	caixinha	caixa	caixona	caixa	
	casebre	casinha	casa	casão	casarão	

Em *Flexão e derivação em português*, Gonçalves (2005, p. 7) considera que “a flexão tem sido definida como processo morfológico regular, aplicável em larga escala e sem qualquer possibilidade de mudança na categoria lexical das bases” e, por outro lado, “a derivação vem sendo descrita como processo idiossincrático, caracterizado pelo potencial de mudar classes e por grandes restrições de aplicabilidade”.

Ao tratar dos limites entre flexão e derivação, o referido autor estabelece doze critérios que servem de parâmetros para mapear as diferenças entre esse dois pólos da Morfologia: relevância sintática, meios de materialização, aplicabilidade, estabilidade semântica, efeitos expressivos, lexicalização, mudança de classe, cabeças de construções morfológicas, ordem e posição, excludência e recursividade, criação de novos afixos e função indexical.

Entende-se que o sufixo de grau se aproxima maximamente do paradigma da derivação, como um processo responsável pela formação de palavras. No entanto, o sufixo de grau (aumentativo/diminutivo) está intimamente associado à noção de gradação dimensiva, que nem sempre aparece, como nos exemplos porta/portão (“portada, portal; porta da rua”); palavra/palavrão (“palavra obscena”); camisa/camisola (“roupa feminina para dormir”), camiseta (“roupa feminina curta e fina”), camisinha (“preservativo sexual”).

Note-se que, em tais exemplos, surgem fatores de ordem referencial e/ou pragmática, apresentando significações imprevisíveis e idiossincráticas. Nestes casos, pode-se considerar ainda a possibilidade de adjunção de outros formativos que marquem uma gradação após tais sufixos como, por exemplo: porta/portãozão/portãozinho; carta/cartão/cartãozinho; camisola/camisolão/camisolinha; camisa/camiseta/camisetona/camisetonazinha.

Em algumas gramáticas tradicionais, a categoria de grau pertence ou a flexão dos nomes ou a derivação sufixal. No entanto, há gramáticas que o classificam ainda como pertencente à flexão dos nomes e como derivação ao mesmo tempo. Em verdade,

tem-se uma confusão de abordagem no tratamento dado ao grau pela gramática normativa e não uma flutuação ou dificuldade na demarcação de limites entre flexão e derivação.

1.2. O sufixo –eco na literatura

Nas gramáticas normativas, o sufixo diminutivo –eco é comumente tratado no âmbito de grau nominal (CEGALLA, 1981; MACEDO, 1979; CUNHA & CINTRA, 1985). Geralmente, este formativo é associado ao significado dimensivo de “X é pequeno”. Assim, como assinala Cegalla (1981, p. 94), “o grau dos substantivos é a propriedade que essas palavras têm de exprimir as variações de tamanho dos seres”, salientando que “o grau diminutivo exprime um ser com seu tamanho normal diminuído”.

Ao analisar a função dimensiva atribuída aos diminutivos, Hakamies (1951) afirma que:

segundo uma tradição que remonta à antiguidade, convencionou-se dar o nome de diminutivos a certos derivados que não implicam necessariamente a ideia de pequenez, mas podem expressar também uma atitude afetiva do sujeito falante. No entanto, o valor diminutivo, com as nuances acessórias, é secundário; isto resulta de um exame dos sufixos diminutivos das línguas indo-europeias, pois eles indicam originalmente a semelhança e a pertinência de uma espécie. (HAKAMIES, 1951 apud EZARANI, 1986, p.16)

Desde a antiguidade clássica, tem-se a ideia de que, em um primeiro momento, os diminutivos não surgiram historicamente vinculados à noção de pequenez, mas eram associados a uma carga de afetividade. Tal fato é explicitado por Alonso (1967, p. 161) ao mencionar que “a velha ideia de que a significação diminutiva se derivou da afetiva - já que os objetos pequenos despertam em nós, às vezes, sentimentos de proteção e ternura ou de desconsideração e menosprezo – vai sendo negada cada vez com mais segurança. O diminutivo, na verdade, era o sinal de um afeto”.

Para Cunha & Cintra (1985), o sufixo –eco não apresenta uma origem suficientemente clara. No entanto, Horning (ZRPh XX apud Skorge 1963) relata que –eco provém do sufixo latino -iculus. De modo geral, esses autores constatarem que o diminutivo -eco apresenta um sentido irônico e humorístico, exemplificado pelas formas padrecão, pilecão, sonecão e folhecão. Entretanto, Rocha Lima (1994) ressalta que “os

diminutivos encerram ideia de carinho; mas alguns funcionam como pejorativos”, como é o caso do sufixo –eco , em *filmeco*, por exemplo.

Segundo Rodrigues Lapa (1988), o sufixo –eco não alude a ninguém e apresenta o exemplo: “O pai repreendeu o filho por ler aquele *livreco*”, explicando que “*livreco* é um mau livro, pelo qual se nutre desprezo ou antipatia”. O autor menciona que o mesmo sentido pejorativo aparece ainda em exemplos como *jornaleco*, *padreco* (*padreca*), *malandreco*, *revisteca*, etc.

No capítulo dedicado à Estilística Morfológica, Vilanova (1977) detém-se a mencionar o grau do adjetivo e do substantivo. Quando trata do diminutivo, o relaciona a exemplos literários atribuindo-lhe um valor dimensivo, afetivo, pejorativo e superlativo.

Nota-se que as gramáticas tradicionais restringem-se a repetir conceitos herdados da Antiguidade. Assim, as gramáticas, compêndios e manuais de língua portuguesa passam a reproduzir uma lista exaustiva de sufixos diminutivos sem apresentar qualquer detalhamento sobre aspectos de natureza semântica ou pragmática.

As gramáticas normativas são unânimes ao afirmar que –eco é um sufixo diminutivo que apresenta acentuado valor pejorativo como, por exemplo, *livreco*, *soneca*, *padreco*, etc. Contudo, entende-se que, a depender de como os diminutivos são colocados em contextos discursivos, eles podem assumir as mais diversas significações, expressando a atitude subjetiva do falante, e não somente a generalização referente à diminuição de tamanho e pejoratividade, que estão presentes em todas as construções X-eco. Nesse sentido, será que o sufixo –eco sempre forma diminutivos com valor pejorativo?

Em relação ao uso, Basílio (2004) afirma que o diminutivo adiciona ao significado de uma palavra uma relação de dimensão pequena de X, além de sinalizar também uma linguagem afetiva ou que expressa pejoratividade. A autora também ressalta que:

a pejoratividade é o caso por excelência da expressão da atitude subjetiva em relação ao enunciado ou alguma de suas partes. Em português existe uma quantidade considerável de afixos para a formação de pejorativos, mas estes, em geral, adicionam um caráter pejorativo a alguma outra função ou significado qualquer.

Deste modo, em sentido lato, compreende-se que o diminutivo expressa uma função dimensiva que se refere a ‘X é pequeno’ quando o comparamos implicitamente a algo que apresenta um padrão normal. Por outro lado, exprime também a atitude emocional do falante, que pode ser tanto positiva quanto negativa, vinculada à noção de tamanho do objeto por ele dimensionado.

2. O sufixo –eco em análise

Inicialmente, procedeu-se a uma pesquisa bibliográfica em algumas gramáticas de Língua Portuguesa (BECHARA (1976; 2000), ROCHA LIIMA (1975), CUNHA & CINTRA (1985)) e também em obras de estilística (LAPA (1988), VILANOVA (1977)), a fim de verificarmos se tais autores discorrem sobre as regras que regem a seleção do sufixo diminutivo -eco e de que modo o fazem. Atestada a inexistência de uma discussão mais acurada sobre esta questão, visto que a maior parte dos autores apresenta uma listagem de vocábulos com o sufixo –eco e lhe atribui sempre um valor pejorativo, optou-se por empreender uma análise linguística a partir de uma amostragem para se chegar à generalização de regras e determinarmos a função avaliativa atribuída pelo falante ao formativo. Assim, a amostra é constituída de dados dos dicionários eletrônicos Aurélio (1999) e Houaiss (2001), de dados de fala, oriundos do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua² (PEUL), e de dados espontâneos extraídos de sites de busca e de relacionamento (*Google* e *Orkut*).

De acordo com os dados levantados nos corpora em análise, constatamos que o sufixo –eco pode ser anexado a bases nominais, como se vê em *filmeco*; a bases verbais, como em *andareco*; e ainda a bases adverbiais, como podemos verificar em *rapideco*. Cabe ressaltar que a concatenação do sufixo em questão a bases verbais e a bases adverbiais é pouco usual, diferentemente do que ocorre em relação a bases nominais. Deste modo, nas próximas seções, examinaremos os aspectos morfológicos e os possíveis valores semânticos das formações X-eco.

² O corpus foi extraído do banco de dados do PEUL que se encontra no site http://www.lettras.ufrj.br/peul/amostras_1.html

2.1. Bases nominais

Vejam os dados abaixo, em (01), referentes à anexação do sufixo –eco a bases nominais. Como perceberemos através dos dados, a regra de formação de palavras (RFP) empregada no caso em questão é: $[X]_N \rightarrow [[X]_N \text{ eco}]_N$.

(01)

Amoreco (amor + eco; diminutivo carinhoso de amor: uso afetivo)	Leco (Lê + eco; hipocorístico de <i>Leandro</i> : uso afetivo)
Baileco (baile + eco: uso pejorativo)	Livreco (livro + eco: uso pejorativo)
Bandejeca (bandeja + eca: uso pejorativo)	Lojeca (loja + eca: uso pejorativo)
Bareco (bar + eco: uso pejorativo)	Loteca (loto [forma truncada de <i>loteria</i>] + eca: forma neutra)
Bodeco (bode + eco: uso pejorativo)	Lugareco (lugar + eco: uso pejorativo)
Boieco (boi + eco: uso pejorativo)	Malandreco (malandro + eco: uso pejorativo)
Boloteca (bolota + eca: uso pejorativo)	Maneco (Manu + eco; hipocorístico de <i>Manuel</i> : uso afetivo)
Bondeco (bonde + eco: uso pejorativo)	Maneireco (maneiro + eco: uso pejorativo)
Boteco (forma truncada de <i>botequim</i> : uso pejorativo)	Meleca (mel + eca: uso pejorativo)
Burreco (burro + eco: uso pejorativo)	Namoreco (namoro + eco: uso pejorativo)
Chateco (chato + eco: uso pejorativo)	Noiteca (noite + eca: uso pejorativo)
Clubeco (clube + eco: uso pejorativo)	Paneleca (panela + eca: uso pejorativo)
Concursecoco (concurso + eco: uso pejorativo)	Padreco (padre + eco: uso pejorativo)
Deco (Dé + eco; hipocorístico de <i>André</i> : uso afetivo)	Palmeireco (Palmeiras + eco: uso pejorativo)
Doutoreco (doutor + eco: uso pejorativo)	Passareco (pássaro + eco: uso pejorativo)
	Pateco (pato + eco: uso pejorativo)

pejora-tivo)	Potresco (potro + eco: uso pejorativo)
Faveca (fava + eca: uso pejorativo)	Proveca (prova + eca: uso pejorativo)
Festeca (festa + eca: uso pejorativo)	Refrigeresco (refriger [de <i>refrigerante</i>] + eco: uso pejorativo)
Filmeco (filme + eco: uso pejorativo)	
Flaveco (Flávio + eco; hipocorístico de <i>Flávio</i> : uso afetivo)	Revisteca (revista + eca: uso pejorativo)
Folheca (folha + eca: uso pejorativo)	Romanceco (romance + eco: uso pejorativo)
Fordeco (Ford + eco: uso pejorativo)	Sabadeco (Sábado + eco: uso pejorativo)
Goleiresco (goleiro + eco: uso pejora-tivo)	Soneca (sono + eca: forma diminutiva)
Jardinezco (jardim + eco: uso pejora-tivo)	Teatreco (teatro + eco: uso pejorativo)
Jornaleco (jornal + eco: uso pejora-tivo)	Teatreco (teatro + eco: uso pejorativo)
	Timeco (time + eco: uso pejorativo)
Juizeco (juiz + eco: uso pejorativo)	Traveco (trava [forma truncada de <i>travesti</i>] + eco: uso pejorativo)
Literateco (literato + eco: uso pejora-tivo)	Vinheca (vinha + eca: uso pejorativo)
	Vampireco (vampiro + eco: uso pejora-tivo)

A verificação atenta aos dados elencados acima nos permite afirmar que o sufixo –eco é, de fato, expressivo, já que seu emprego traduz pejoratividade e pode expressar, em escala bem menor, afetividade. Bacheschi (2006, p. 110) afirma que o sufixo –eco é *um sufixo diminutivo que, como –inho, pode apresentar valor de apreço, o que ocorre em “amoreco”, mas, em geral, apresenta valor depreciativo como em “padreco”, “livresco” etc.* Os únicos dados apontados em (01) que não revelam conteúdo depreciativo são *amoreco, Deco, Flaveco, Leco, loteca, Maneco e soneca*. Faz-se necessário, então, buscar os motivos pelos quais essas formas não-pejorativas constituem exceções.

A forma *amoreco* denota, como já foi pontuado acima, “diminutivo carinhoso de amor”, ou seja, essa palavra é uma forma afetiva empregada pelos que se amam para se

referirem um ao outro, em vez de se designarem pelo nome. Como a palavra *amoreco* é sempre usada nesse contexto afetivo, é possível que tenha havido, nesse caso, um processo de lexicalização.

Os casos de *Deco*, *Flaveco*, *Leco* e *Maneco* constituem o que podemos chamar de hipocorísticos. De acordo com Monteiro (1983), hipocorístico é o processo apelativo usado na linguagem familiar para traduzir carinho ou qualquer palavra criada por afetividade, incluindo-se aí certos diminutivos (filhinho, benzinho, maninha) e palavras oriundas da linguagem infantil (papai, titia, teteia, dodói etc). Como se percebe, tal conceito é bastante amplo, o que fez com que Monteiro, no mesmo trabalho, delimitasse a definição. Assim, nas palavras do autor, em sentido estrito, o hipocorístico deve designar uma alteração do prenome ou nome próprio individual. Para Monteiro (1983, p. 83), então, a definição de hipocorístico restringe-se ao termo afetivo formado de um prenome ou sobrenome. Com isso, os exemplos *Deco*, *Flaveco*, *Leco* e *Maneco* expressam afetividade porque constituem formas hipocorísticas dos antropônimos *André*, *Flávio*, *Leandro* e *Manuel*, respectivamente.

Loteca é um neologismo empregado para designar popularmente a Loteria Esportiva. Sua formação se dá com o truncamento de *loteria*, que passa a *loto*, e o acréscimo do sufixo –eco. Esse, talvez, seja o caso mais intrigante dos dados dos *corpora* analisados, já que, nesse dado, o sufixo –eco parece revelar neutralidade. Isso talvez se dê devido a uma associação com dados em que esse afixo apareça também de forma neutra, como em *boneco* e *caneco*, por exemplo. Em *traveco*, ocorre, também, o processo do truncamento (de *travesti* para *trava*) e o posterior acréscimo do sufixo –eco; entretanto, nesse caso, o sufixo intensifica o grau de pejoratividade, pois a forma truncada (*trava*) já é considerada depreciativa. Tal fato, como podemos ver, não ocorre em *loteca*.

Com relação ao termo *soneca*, o sufixo -eco parece expressar simplesmente a ideia de diminutivo, visto que *soneca* significa dormir em um curto espaço de tempo, cochilar rapidamente.

Por fim, com o intuito de mostrarmos a relevância do sufixo –eco para expressar pejoratividade, citamos o exemplo *refrigereco*. Essa palavra é sempre empregada quando se deseja estabelecer um contraste explícito entre um refrigerante de qualidade e um refrigerante ruim. Frases como “*Se for refrigereco eu não bebo*” ou “*É refrigerante*

ou *refrigereco?*” evidenciam que o papel do sufixo –eco é, quase sempre, expressar valor depreciativo.

2.2. Bases verbais

Abaixo, em (02), podemos observar os poucos dados que se referem à concatenação do sufixo –eco a bases verbais. A RFP para esse caso pode ser assim sistematizada: $[X]_V \rightarrow [[X]_V \text{ eco}]_N$

(02)

Andareco (uso pejorativo)

Bailareco (uso pejorativo)

Beijareco (uso pejorativo)

Brilhareco (uso pejorativo)

Falareco (uso pejorativo)

Murmureco (uso pejorativo)

Podereco (uso pejorativo)

Prazereco (uso pejorativo)

Repeteco (uso pejorativo)

Sabereco (uso pejorativo)

Treinareco (uso pejorativo)

Como podemos perceber nos dados em (02), as bases verbais apresentam uma acentuada expressão pejorativa. Note-se ainda que a palavra *repeteco*, empregada em contextos depreciativos, marca a opinião do emissor, que considera o fato narrado exageradamente reprisado.

2.3. Bases adverbiais

A seguir, em (03), observamos os dados que se referem à anexação do sufixo –eco a bases adverbiais. Podemos sistematizar a RFP para esse caso da seguinte forma:

$[X]_{Adv} \rightarrow [[X]_{Adv} \text{ eco}]_{Adv}$

(03)

Breveco

Calmecco

Devagareco

Muiteco

Novamenteco

Perteco

Rapideco

Tardeco

Como podemos perceber, o sufixo –eco, nos poucos dados coletados com bases adverbiais, reforça a noção de intensificação de X, expressa inicialmente pelo advérbio da base. Sendo assim, há uma exacerbação da intensidade conferida à forma de base como, por exemplo, em “rapideco” que significa “muito rapidamente”, “tardeco” que denota “muito tarde”, e assim também nos demais casos. Esses dados, além disso, evidenciam que o advérbio não é invariável, como postula a tradição gramatical.

3. Considerações finais

Como verificamos neste trabalho, o sufixo –eco é, indubitavelmente, expressivo, já que pode evidenciar afetividade, intensificação e, principalmente, depreciação. Desta forma, este sufixo parece não ser simplesmente um formador de diminutivos, como postulam os gramáticos.

Sendo assim, uma questão a ser respondida é: há alguma relação entre um sufixo formador de diminutivo e o valor depreciativo, já que o sufixo em questão expressa pejoratividade em alto grau?

Silva (2006) postula, a fim de explicar a relação entre o sufixo –inho (também formador de diminutivos) e o valor depreciativo, que há uma metáfora conceptual relacionando coisas diminutas a algo desvalorizado, ou seja, aquilo que é pequeno pode ser desprezível, de acordo com essa metáfora. Dessa maneira, entendemos ser esta uma tese que explique a relação existente entre o sufixo –eco e o valor depreciativo que lhe é

atribuído, sinalizando a atitude subjetiva do falante em função de pouco apreço ou desvalor conferido às formações com esse elemento morfológico.

Referências bibliográficas

ALONSO, Amado. **Estudios lingüísticos**. Madrid: Gredos, 1967.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio eletrônico – Século XXI**. Versão 3.0. Ed. Nova Fronteira, 1999.

BACHESCHI, C. A. **Os valores expressivos dos afixos na norma urbana culta de São Paulo**. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

BASÍLIO, M. **Teoria lexical**. São Paulo: Ed. Ática, 2004.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

_____. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2000.

CÂMARA, J.M. **Estrutura da Língua Portuguesa**. 36ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2004.

CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Ed. Nacional, 1981.

COUTINHO, I. de L. **Pontos de gramática histórica**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1974.

CUNHA, C. F. **Gramática da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: FANAME, 1979.

CUNHA, C. & CINTRA, L. F. L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985.

EZARANI, E. S. **Formações X-inho na fala carioca**. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1989.

FROTA, M. P. **A expressão do pejorativo em construções morfológicas**. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1985.

GONÇALVES, C. A. V. **Flexão e derivação em português**. Rio de Janeiro: Setor de Publicações da Faculdade de Letras da UFRJ, 2005.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Objetiva/Instituto Antônio Houaiss, 2001.

LAPA, M. R. **Estilística da língua portuguesa**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1988.

MACEDO, W. **Gramática de ouro da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1979.

MIGUEL, J. **Curso de língua portuguesa**. São Paulo: Ed. Harbra Ltda, 1989.

MARTINS, N. S. **Introdução à estilística**. 3 ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.

MONTEIRO, J. L. Processos de formação dos hipocorísticos. **Revista da Academia Cearense da Língua Portuguesa**. Fortaleza, 4: 79-110, 1983.

PAYNE, D. Inflection or derivation: is there a difference? In: S.DeLancey and R.Tomlin (eds.) **Proceedings of the First Annual Meeting of the Pacific Linguistics Conference**. U. of Oregon, 247-260, 1985.

PLANK, F. Inflection and derivation. EUROTYP Working Papers. Noun phrase structure. **Working paper N° 10**, 1991.

RIO-TORTO, G. M. **Morfologia derivacional – teoria e aplicação ao português**. Lisboa: Ed. Porto Ltda, 1998.

_____. Processos e paradigmas de formação de palavras em português. In: **Actas do “Congresso Internacional sobre Português”**. Universidade de Lisboa, 1994.

ROCHA LIMA, C. H. da. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 32ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. José Olímpio, 1994.

_____. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 20 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

ROSA, M. C. A. P. **Formação de nomes aumentativos**: um estudo da produtividade de alguns sufixos portugueses. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1982.

SILVA, A. S. da. A estrutura semântica do diminutivo em português. **Revista Portuguesa de Filologia** 25. Miscelânea de Estudos In Memoriam José G. Herculano de Carvalho. Vol. I, 485-509, 2006.

SKORGE, S. Os sufixos diminutivos em português. In **Boletim de Filologia**, tomo XVI, fascículos 3 e 4. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1963.

STUMP, T. Inflection. In: SPENCER, A. & ZWICKY, A. (eds.). **Handbook of Morphology**. Oxford: Blackwell, 13-41, 1998.

VILANOVA, J. B. **Aspectos estilísticos da língua portuguesa**. Recife: Medalha, 1977.

ZANOTTO, N. **Estrutura mórfica da língua portuguesa**. Caxias do Sul: EDSCS, 1986.

Contribuições ao *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, de Antônio Geraldo da Cunha

Messias dos Santos Santana*

Resumo: A Lexicografia contemporânea reúne um conjunto de conhecimentos que possibilitam ao lexicógrafo organizar o seu dicionário não exatamente como ele quer, mas segundo critérios que antes ele deve definir quais são. Dessa forma, a partir da análise do *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, de Cunha (2007), este artigo visa a identificar os critérios empregados por esse autor na organização da estrutura de seu dicionário, bem como se os critérios estabelecidos são seguidos por ele ao longo do dicionário. Para fundamentar esta pesquisa, utilizar-se-ão como referenciais autores como Dapena (2002), Houaiss & Villar (2002), Faria (1985) e Santana (2009). Ao final, este artigo possibilitará um melhor conhecimento da estrutura do dicionário em estudo, contribuindo, assim, para o desenvolvimento da lexicografia etimológica no Brasil.

Palavras-chave: Dicionário; Macroestrutura; Microestrutura; Entrada; Etimologia.

Abstract: The Contemporary Lexicography congregates a set of knowledge that makes possible to the lexicographer to organize one's dictionary not exactly as he/she wants, but according to criteria that he/she must define in advance. From the analysis of the Etymologic Dictionary of Portuguese Language by Cunha (2007), this article aims at identifying the criteria used by that author in the organization of the structure of his dictionary, as well as if the established criteria are followed throughout the dictionary. This research is based on authors as Dapena (2002), Houaiss & Villar (2002), Faria (1985) and Santana (2009). At the end, this article will make it possible a better knowledge of the dictionary structure in use, contributing for the development of the etymological lexicography in Brazil.

Keywords: Dictionary; Macrostructure; Microstructure; Entry; Etymology.

1 Introdução

A consulta a um dicionário para tirar dúvidas quanto à grafia de uma palavra e quanto à significação que determinada palavra possui são atos muito frequentes no nosso dia-a-dia. Nesses momentos, no entanto, pouco atentamos para a estrutura do dicionário consultado, o que nos faz pensar que todo dicionário possui as mesmas características ou são utilizados para a mesma finalidade. Assim, criamos a imagem de que um dicionário é um conjunto de palavras com a sua(s) respectiva(s) significação.

Longe de ser apenas uma lista de palavras de uma língua com seus respectivos significados, o dicionário é construído a partir de conceitos bem definidos existentes em

* Mestre em Letras – Área de Concentração Estudos de Linguagem – UFPI; professor da Universidade Estadual do Piauí – UESPI.

Lexicologia e Lexicografia, que ajudam o lexicógrafo na estruturação de seu dicionário. Desse modo, em Houaiss e Villar (2002), é possível encontrar-se uma boa caracterização do que seja dicionário, conforme abaixo:

Compilação completa ou parcial das unidades léxicas de uma língua (palavras, locuções, afixos etc.) ou de certas categorias específicas suas, organizadas numa ordem convencional, ger. alfabética, e que fornece, além das definições, informações sobre sinônimos, antônimos, ortografia, pronúncia, classe gramatical, etimologia etc. ou, pelo menos, alguns destes elementos [A tipologia dos dicionários é bastante variada; os mais correntes são aqueles em que os sentidos das palavras de uma língua ou dialeto são dados em outra língua (ou em mais de uma) e aqueles em que as palavras de uma língua são definidas por meio da mesma língua.]

Analisando-se a citação acima, podem ser destacadas duas informações que, respectivamente, caracterizam: a) a maneira como se estrutura o dicionário, quando os autores dizem que as unidades léxicas que o compõem vêm “*organizadas numa certa ordem convencional, ger.[almente] alfabética*” (destaque meu); b) os tipos de dicionário: o dicionário pode conter “*informações sobre sinônimos, antônimos, ortografia, pronúncia, classe gramatical, etimologia etc. ou, pelo menos, alguns destes elementos [A tipologia dos dicionários é bastante variada; os mais correntes são aqueles em que os sentidos das palavras de uma língua ou dialeto são dados em outra língua (ou em mais de uma) e aqueles em que as palavras de uma língua são definidas por meio da mesma língua.]*” (destaque meu).

Considerando essas informações, é possível afirmar que o dicionário nem sempre tem as suas palavras dispostas alfabeticamente, bem como nem todos os dicionários contêm as mesmas informações, não sendo, pois, todos do mesmo tipo. Então: Como se organizam os dicionários? Quais os seus tipos? Esses são questionamentos importantes no trabalho lexicográfico e que, na sequência, serão discutidos com mais detalhes para que seja possível uma análise mais criteriosa do dicionário aqui estudado.

2 A organização da estrutura do dicionário e os tipos de dicionário

Um dos “objetos” mais comuns nas casas das pessoas, pela utilidade que possui, um dicionário já pronto para consulta, nem de longe faz o consulente imaginar o trabalho existente por trás daquele livro que ele tem em mãos, pela simplicidade e facilidade com que se apresenta no momento de ser consultado.

Tal fato faz com que, embora quase todas as pessoas já tenham visto um dicionário ou já tenham consultado um, poucas sejam as que sabem como ele se estrutura e que a maneira como se encontra organizado está diretamente relacionada com a sua classificação. Daí, ser importante, sobretudo para quem estuda dicionários, saber que

Todo diccionario se halla construido y organizado en torno a dos ejos fundamentales: una *macroestructura*, constituida por todas sus entradas dispuestas de acuerdo con un determinado criterio ordenador, junto a una *microestructura* o conjunto de informaciones – también dispuestas de acuerdo con un determinado patrón o patrones – que se ofrecen dentro del artículo lexicográfico. (DAPENA, 2002, p. 75).

A estrutura do dicionário, portanto, é composta de uma macroestrutura e de uma microestrutura. Uma palavra-chave nessa caracterização acerca da estrutura do dicionário é a palavra *entrada*, pois se percebe, conforme a citação acima, que o conjunto das entradas é que constitui a macroestrutura e que é a entrada e as informações que se apresentam sobre ela que constituem a microestrutura.

Mas o que é *entrada*? Como elas são organizadas? Que critério levar em consideração no momento de organizá-la? Neste artigo, entender-se-á entrada como a palavra que inicia o verbete de um dicionário e a respeito da qual são apresentadas algumas informações (cf. DAPENA, *op. cit.*, p. 136). Quanto à organização das entradas, uma importante caracterização é apresentada por Dapena (*op. cit.*, p.71), quando diz que “la ordenación a que se hallan sometidas las entradas de un diccionario [...] es arbitraria y convencional, y responde siempre a unas necesidades de tipo practico”.

Não obstante ser arbitrária e convencional, é possível afirmar que

La ordenación más frecuente de los diccionarios es la alfabetica; pero, a su lado, existen otras, que generalmente se dan en combinación com esta ultima, tales como a ideológica o analógica, por familias etimológicas o morfológicas y la estadística, a las que podemos añadir [...] la estructural (DAPENA, *op. cit.*, p.71).

Conclui-se, portanto, que a ordenação das palavras em um dicionário dá-se em conformidade com o interesse de seu autor, não havendo, pois, uma maneira obrigatória de ordená-las, ou seja, o lexicógrafo ordena as palavras de acordo com os critérios que ele define, atendendo ao que lhe convém, conforme a sua proposta de trabalho e a finalidade de seu dicionário, podendo os dicionários ser classificados, na respectividade dos critérios apresentados na citação anterior, em dicionários “alfabéticos, ideológicos o analógicos, de famílias etimológicas, estadísticos o de frecuencia, estructurales y mixtos”. (DAPENA, *op. cit.*, p.71).

3 Da organização das entradas do *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, de Antônio Geraldo da Cunha: os critérios

Quando iniciamos a leitura do *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (CUNHA, 2007) – doravante DELP –, é perceptível a preocupação de seu autor em expor os critérios que foram utilizados na estruturação de seu dicionário. No trecho a seguir, por exemplo, ele declara:

Com o propósito de facilitar ao consulente o manuseio do *Dicionário* (destaque do autor), julgamos oportuno adotar, também, a ordenação alfabética, que é a mais normal e a mais comum em obras deste gênero. Convém notar, porém, que certos verbetes mereceram tratamentos diferenciados, em face das suas características peculiares e, principalmente, em razão das vantagens que adviriam *da reunião em um só verbete dos derivados, compostos e cognatos do vocábulo que intitula o verbete, para melhor compreensão das origens e da história de cada um desses vocábulos*. (p. XI, grifo nosso).

Percebe-se, portanto, nessa explicação de Cunha, que a distribuição das entradas de seu dicionário será feita considerando o critério da ordem alfabética, mas não somente ele: outro critério também será empregado. Mas qual? No trecho acima não fica bem claro qual é esse critério; tudo, no entanto, fica mais claro, com a análise do trecho que segue, a partir da qual se pode afirmar que Cunha também adotará o critério etimológico na estruturação dos verbetes de seu dicionário:

Para melhor elucidar o consulente no tocante às íntimas correlações etimológicas entre vocábulos de mesma origem remota (destaque nosso) e, mais particularmente, com o objetivo de economizar o

espaço físico do *Dicionário* (destaque do autor), propiciando assim um melhor aproveitamento da matéria e a conseqüente inclusão de um maior número de vocábulos, *reuniram-se num único verbete, como já mencionamos anteriormente, os principais derivados, compostos e cognatos do vocábulo em epígrafe.* (p.XIX, grifo nosso).

Considerando-se, portanto, as duas citações acima retiradas do DELP, fica nítida a preferência de Cunha por distribuir, ao longo da estrutura de seu dicionário, as palavras alfabeticamente e por famílias etimológicas, sendo que esta última distribuição “consiste en la agrupación en torno a una raíz, étimo o palabra inicial en una derivación, de todos los vocablos emparentados” (DAPENA, *op. cit.*, p.73) e, com isso, ele opta por apresentar as palavras que são cognatas “num único verbete”.

Dessa forma e considerando o que diz Dapena (*op. cit.*, p.71), sobre os tipos de dicionário, conforme acima, pode-se, realmente, classificar o DELP como um dicionário etimológico, ou seja, é um dicionário que contém informações etimológicas sobre palavras da língua portuguesa, as quais estão nele dispostas alfabeticamente, para que o consulente possa melhor manuseá-lo e perceber as relações etimológicas entre elas.

Mas qual será o comportamento de Cunha ao longo da estrutura do DELP? Será que ele realmente distribui as palavras com mesma origem etimológica em um mesmo verbete, como ele propôs na *Introdução* de seu dicionário? A seguir, iniciaremos a análise desse dicionário, buscando responder a estes questionamentos, o que, também, contribuirá para reforçar os argumentos já aqui apresentados.

3.1 Caracterização da estrutura do DELP

Analisando a estrutura do DELP, podemos perceber que há palavras que estão empregadas como entradas dispostas alfabeticamente e encontram-se, ainda, compondo a estrutura de verbetes, palavras que mantêm entre si uma relação etimológica comum, como bem ilustra o verbete a seguir:

Cognato *adj. sm.* ‘cognado’ (Gram.) diz-se de, ou voc. que tem raiz comum com outro(s) XVI. Do lat. *cognātus* // **cognação** *sf.* ‘no direito romano, parentesco consanguíneo pelo lado das mulheres’ ‘descendência, parentesco’ ‘relação ou analogia entre vocs. cognatos’ XVII. Do lat. *cognātīō –ōnis* // **cognado** *adj. sm.* ‘diz-se de, ou parente por cognação’ 1844. Do lat. *cognātus* // **cognático** 1844. (CUNHA, *op. cit.*, p. 193).

Observa-se, portanto, que o verbete que tem como entrada a palavra *cognato* apresenta outras palavras que, com ela, são etimologicamente comuns, tais como *cognação*, *cognado* e *cognático*. Este verbete é, pois, bem elucidativo quanto à observância por Cunha dos critérios que ele apresentara na *Introdução* de seu dicionário, com relação à disposição e à estruturação dos verbetes que o compõem¹.

Note-se, ainda, que a identificação de palavras que são etimologicamente relacionadas, nem sempre (ou quase nunca) constitui uma tarefa fácil para o pesquisador, em especial para o lexicógrafo etimológico, pois é necessário que ele tenha conhecimentos acerca da história da língua que está sendo estudada, bem como de conceitos importantes dentro da teoria sobre a mudança lingüística. Um desses conceitos é o conceito linguístico de *raiz*, concebida aqui como “[...] a base fonético-semântico-cultural das palavras, morfológicamente indivisível, foneticamente variável e semanticamente aberta”. (OLIVEIRA, 2002, p.112). Em outras palavras, pode-se dizer que a raiz é uma estrutura lingüística que pode sofrer alterações fonéticas ao longo do tempo, bem como incorporar ao seu significado primário novas significações.

É esse conceito, pois, que permite Cunha (*op. cit.*, p.276) organizar as palavras abaixo no mesmo verbete:

dominar vb. ‘ter autoridade ou poder sobre’ ‘conter, reprimir’ ‘ser ou estar sobranceiro’ XVI. Do lat. **dōmīnāre*, por *dōmīnāri* // **CONDomínio** 1899. Do fr. *condominium*, deriv. do ing. *condominium* e, este, do lat. med. *condōmīnium* // **CONDômino** XX. Do lat. med. *condōmīnus* // **dom¹** sm. ‘termo de cortesia correspondente a senhor’ XIII. Do lat. *dōmīnus* ‘senhor, dono’ // **dominAÇÃO** / *dominatiões* pl. XIII., *-naciones* pl. XV // Do lat. *dōmīnātio* –*ōnis* // **dominADO** 1813 // **dominADOR** XVII. Do lat. *dōmīnātor* –*oris* // **dominÂNCIA** XX. Provavelmente do fr. *dominance* // **dominANTE** 1813. Do lat. *dōmīnans* –*antis*, part. pres. de **dōmīnāre*, por **dōmīnāri* // **dominGAL** XIV // **domingo** ‘primeiro dia da semana, destinado ao descanso e, principalmente, na sua origem, dedicado a atividades de oração ao senhor’ / XIII, *dominga* f. XIII / Do lat. (*dies*) *dōmīnicus* ‘dia do senhor’, que Constantino propôs, em substituição à expressão (*dies*)*solis* ‘dia do sol’, calcado na expres. Gr. *kyriakē* (*hēméra*) ‘dia do senhor’; compare al. *Sonntag* ‘dia do sol’ e ing. *sunday* ‘dia do sol’ // **dominguEIRO** XVIII // **dominical** 1813. Do lat. tardio *dōmīnicālis* // **domínio** XV. Do lat. *dōmīnium* –*ii* // **donā** sf. ‘proprietária’ ‘mulher, esposa’ XIII. Do lat. *dōmīna* // **donINHA** sf. ‘mamífero da família dos mustelídeos’ XVI. Dim. de *donā*, por afetividade. No port.

¹ Note-se que, à exceção da palavra *cognato*, que constitui a entrada do verbete, as demais palavras que são apresentadas na sequência aparecem em ordem alfabética.

med. ocorria, também, o dim. *doneza*, no séc. XIII // **dono** ‘senhor, proprietário’ XIII. Do lat. *dōmīnus* // **donOSO** XVIII // **donzel** *adj. sm.* ‘puro, ingênuo’ ‘na Idade Média, o moço que ainda não era armado cavaleiro’ XIII. Do prov. *donzel*, deriv. do lat. tard. *dōmīnĭcĕllus*, dim. de *dōmīnus* // **donzela** *sf.* ‘orig. mulher moça nobre’ ‘atualmente, mulher virgem’ XIII. Do prov. *donzela*, do lat. tard. *dōmīnĕlla*, dimin. de *dōmīna*.

Em todas as palavras que constituem o verbete acima, identifica-se a raiz *dom-*, ficando ela mais evidente quando se analisam as palavras latinas das quais foram originadas. Em outras palavras, é na diacronia que a raiz se manifesta de modo mais explícito, ao passo que na sincronia ela pode-se apresentar sob outras formas, que podem ser chamadas de radicais, tais como *dom-*, *domin-*, *condomin-*, *doming-*, *dominic-*, *don-*, *donz-*, encontrados nas palavras que constituem o verbete acima apresentado.

Desse modo, vê-se que uma distribuição das microestruturas com base, apenas, no radical da palavra daria origem a vários verbetes para as palavras acima e, por consequência, deixaria de relacionar várias palavras que possuem entre si uma origem comum, assim como perderia a relação de significado comum existente entre todas as palavras que compõem esse verbete.

Se os verbetes acima são significativos para exemplificar o seguimento da proposta de trabalho apresentada por Cunha na *Introdução* de seu dicionário, conforme aqui já se discutiu, o que acarreta a existência de palavras etimologicamente relacionadas compondo um mesmo verbete, outros exemplos podem ser apontados para demonstrar que Cunha deixa de reconhecer a relação etimológica existente entre várias palavras, como o indicam a distribuição delas em verbetes diferentes. Desse modo, é oportuno questionar: o que pode justificar esse não-reconhecimento das relações etimológicas entre as palavras envolvidas?

A seguir, analisar-se-ão alguns dos exemplos existentes no DELP e tentar-se-á identificar o que teria feito Cunha assim proceder.

3.1.1 Alguns equívocos na organização da estrutura do DELP

A existência de palavras que possuem entre si uma origem etimológica comum compondo verbetes diferentes está em desacordo com o que foi proposto na *Introdução* do DELP. Para demonstrar isso, abaixo serão apresentadas algumas análises, baseadas em Santana (2009), por meio das quais também serão apontados os fatores que impediram o reconhecimento dessa relação etimológica.

Como um primeiro exemplo desse fato, são apresentadas as palavras *espectador* e *espelho*, as quais se encontram dispostas no DELP como a seguir²:

Espectador *sm.* ‘aquele que vê qualquer ato, testemunha’ 1813. Do lat. *spectātor –ōris* [...]. (p.322).

Espelho *sm.* ‘qualquer superfície refletora’ (Ópt.) superfície refletora constituída por uma película metálica depositada sobre um dielétrico polido’ XIII. Do lat. *spēcŭlum –i* [...]. (p.322).

A disposição dessas palavras em verbetes diferentes, sem que nenhuma observação seja feita em contrário, permite concluir que elas estão sendo tratadas como não pertencentes à mesma família etimológica, o que, no entanto, pode ser contestado, uma vez que, conforme está demonstrado em Santana (*op. cit.*, p.21), essas duas palavras possuem em comum a raiz indo-européia **spek-*, que significa ‘olhar com atenção, contemplar, observar’ (HOUAISS & VILLAR, 2002), e que se manifesta nas palavras latinas que deram origem às portuguesas sob a forma *spec-*.

Dessa forma, constatamos que Cunha – mesmo apresentando, entre as informações sobre as palavras que constituem a entrada, os seus étimos – não as reconhece como etimologicamente relacionadas, dispondo cada uma delas como constituintes de um verbete, e não em verbete único conforme foi sua proposta (ver discussão feita em 3).

A busca pelo(s) fator(es) que tenha(m) provocado essa maneira de agir de Cunha, levou-nos, ainda em Santana (*op. cit.*, p. 81-82), a apontar como fatores “causadores” desse não reconhecimento a mudança fonética, pois

[...] enquanto que a palavra *espectador* ainda conserva a raiz intacta, a palavra *espelho* não mais deixa transparecê-la, sendo ela encontrada somente em uma abordagem que contemple a mudança fonética, por

² Para proporcionar uma melhor visualização e, conseqüentemente, dar um maior destaque às palavras que serão analisadas, elas serão apresentadas sempre como se fossem citações maiores que três linhas, independentemente do tamanho que tenham.

meio da qual se demonstrará que o *lh* /*λ*/ é resultado da palatalização do *-c-* /*k*/, da raiz *spec-*, com *-ul-* /*u*/ e /*l*/, do sufixo diminutivo latino *-ulum* (*speculum* > *speclu* > *spello* > *spelho* > *espelho*) (p.82).

Outro fator que pode ter contribuído para o não-reconhecimento dessas duas palavras como provenientes de uma mesma raiz é a mudança semântica pelas quais elas passaram:

Além da mudança fonética, também contribui para o não reconhecimento dessas duas palavras como cognatas a desconsideração da mudança semântica, com o auxílio da qual se poderá demonstrar que, além da raiz, têm essas duas palavras, também, uma significação comum, que envolve o 'ato de ver algo'. Assim, tem-se o *espectador* como sendo 'aquele que ver (sic), que presencia algo' e o *espelho* como 'algo por meio do qual se pode ver alguma coisa'. (p. 82).

Também se encontram estruturadas, no DELP, como se não constituíssem palavras cognatas, as palavras *amar*, *amigo* e *amor*, a respeito das quais o DELP traz as seguintes informações:

Amar *vb.* 'querer bem, gostar' XIII. Do lat. *amāre* [...]. (p.37).
Amigo *adj. sm.* 'companheiro, colega' XIII. Do lat. *amīcus* [...]. (p.40).
Amor *sm.* 'afeição, carinho, simpatia' XIII. Do lat. *amōrem* [...]. (p.41).

Ora, se considerarmos as notas introdutórias existentes no DELP e já aqui comentadas, teremos que afirmar que, da maneira como se encontram distribuídas, essas palavras não estão sendo consideradas como da mesma família etimológica.

Para explicar essa afirmação, é importante que, inicialmente, demonstremos que essas palavras, num plano sincrônico, apresentam-se visualmente semelhantes, possuindo, em comum, a estrutura *am-*; semanticamente, por sua vez, dependendo de quem as analisa – o que não se torna um critério seguro, pois passa a depender da consciência do falante – podem ou não ser consideradas como palavras etimologicamente relacionada entre si.

Essa análise permite, portanto, afirmarmos que uma abordagem sincrônica não possibilita uma conclusão segura acerca da relação etimológica entre essas duas palavras. Por isso, apresentamos, em Santana (*op. cit.*, p.91), uma proposta que parte de

uma análise diacrônica dessas três palavras. Então, propusemos que classificaríamos, com segurança, essas palavras como possuindo uma origem etimológica comum

Partindo da raiz indo-européia *am-*, comum a essas palavras, a qual, segundo Houaiss & Villar (2002), significa ‘amar, querer bem, ter afeição’, chegar-se-á à palavra *amor*, do latim *amōr -ōris* ‘amizade, afeição, amor’(cf. FARIA, *op. cit.* [1985], p.46). Observe só a proximidade entre os significados da raiz, da palavra latina e da palavra portuguesa. Essa mesma raiz pode ser encontrada no verbo português *amar*, proveniente do latim *amāre* ‘amar, querer bem, estimar, gostar de’ (cf., *ibid.*, *loc. cit.*) e na palavra *amigo*, do latim *amīcus -i* ‘que ama, que é amigo’ (cf. SARAIVA, *op. cit.* [2000], p. 68).

A partir dessas discussões, é possível perceber que as palavras acima – mas também todos os outros grupos de palavras analisados nesta seção – quando analisadas numa perspectiva sincrônica, deixam dúvidas quanto à origem, dúvidas essas que, num estudo diacrônico, não mais se fazem presentes, e a classificação delas como etimologicamente relacionadas é feita com uma segurança que não é transmitida pela análise sincrônica.

Outro bom exemplo da importância da abordagem diacrônica na identificação da relação etimológica entre palavras – e da deficiência da abordagem sincrônica – pode ser apontado a partir da análise das palavras *fingir* e *figura*. No DELP, por exemplo, elas se encontram estruturadas como se não possuíssem vínculo etimológico entre si, conforme pode ser visualizado abaixo:

Figura *sf.* ‘forma exterior, aspecto, representação’ / XIII, *fe-* XIII / Do lat. *figūra* [...]. (p. 356).

Fingir *vb.* ‘simular, inventar, fantasiar’ / *fynger* XV / Do lat. *fingēre* [...]. (p. 358).

Veja-se que uma análise sincrônica dessas duas palavras, tanto nas atuais formas portuguesas quanto nas palavras latinas que lhes deram origem, apontará a existência de consideráveis diferenças entre elas. No entanto, afirmar que essas palavras não estão relacionadas entre si etimologicamente seria um grande equívoco, pois, ao consultarmos Ernout & Meillet (1959, p.235-236), verificaremos que ambas se encontram ligadas à raiz indo-européia **dheig’h* – que deu origem à raiz latina *fing-*, com as variantes *fig-* e *fict-*, cuja significação é ‘modelar (a terra)’.

Assim, uma análise diacrônica da significação do verbo *fiŋġere* (cf. ERNOUT & MEILLET, *op. cit.*, p.235), que possui em sua estrutura a raiz latina *fiŋg-*, revela que esse verbo significou, inicialmente, ‘modelar na argila’ e, em seguida, passa a significar, também, ‘dar forma a qualquer matéria plástica’, ‘esculpir’. Ainda segundo esses autores (*loc. cit.*), esse verbo significou, depois, por extensão, ‘modelar’ (de uma maneira geral, em sentido físico e moral), ‘reproduzir os traços de, representar’, ‘imaginar, inventar’. Observa-se, portanto, que todas essas significações se conjugam com as significações das palavras *fiŋgir* e *fiŋgura*, conforme encontradas no DELP e acima apresentadas.

Depois dessas informações apresentadas, parece não restar dúvida quanto a classificar essas duas palavras como pertencentes à mesma família etimológica, uma vez que são derivadas de uma mesma raiz. Ainda com base no que foi apresentado nas análises acima, é possível apontar as modificações fonéticas pelas quais essas palavras passaram, especialmente o infixo, e as alterações semânticas que sofreram, como as responsáveis pelo não-reconhecimento da relação etimológica existente entre essas duas palavras por Cunha, de acordo com a maneira como elas estão estruturadas no DELP.

4. Conclusões

As discussões que aqui foram apresentadas permitem apontar algumas conclusões importantes acerca da organização da estrutura do DELP, mais especificamente acerca da distribuição das palavras que possuem entre si um vínculo etimológico ao longo de sua estrutura.

Diante da proposta de estruturar as palavras etimologicamente relacionadas entre si em um mesmo verbete, Cunha assim procede na maior parte de seu dicionário, deixando clara a relação etimológica entre as palavras que constituem determinado verbete. Isso, no entanto, não impediu que determinadas palavras fossem organizadas, ao longo da estrutura do DELP, como se não pertencessem à mesma família etimológica, isto é, existem palavras, ao longo da estrutura do DELP, que, mesmo sendo etimologicamente relacionadas, são distribuídas em entradas diferentes, como se não o fossem.

Uma justificativa que pode ser apontada para tal atitude de Cunha é o “[...] fato de ele ter concentrado as suas análises em informações sincrônicas, como, por exemplo, as formas e as significações atuais dessas palavras” (SANTANA, *op. cit.*, p. 81).

Dessa forma, a discussão aqui feita sobre o DELP é importante, sobretudo, para chamar a atenção dos que se dedicam ao estudo da lexicografia, para o aprimoramento desse dicionário no que se refere aos problemas apontados.

Referências bibliográficas

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.

DAPENA, José-Álvaro Porto. **Manual de técnica lexicográfica**. Madrid: Arco/Libros, 2002.

ERNOUT, Alfred; MEILLET, Antoine. **Dictionnaire étymologique de la langue latine: histoire de mots**. Paris: Klincksieck, 1959.

FARIA, Ernesto. **Dicionário escolar latino-português**. 6 ed. Rio de Janeiro: FAE, 1985.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Sales. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. CD-ROM.

OLIVEIRA, Josenir Alcântara de. **A produtividade fonético-semântica e cultural da raiz indo-europeia *pel- ‘dobrar’**. 3 v. Tese. USP, São Paulo, 2002.

SANTANA, Messias dos Santos. **Nem tudo que é parece e nem tudo que parece é: mudando a língua, não reconhecendo os cognatos**. Dissertação. UFPI, Teresina, 2009.

SARAIVA, F. R. Santos. **Novíssimo dicionário latino-português: etimológico, prosódico, histórico, geográfico, mitológico, biográfico, etc**. 11 ed. Rio de Janeiro: Garnier, 2000.

A Metáfora no Discurso e no Léxico Especializado do Micro e Pequeno Agricultor da Cana-de-Açúcar do Maranhão¹

Luís Henrique Serra*

Resumo: o objetivo deste artigo é apresentar uma análise do universo conceitual do discurso especializado do micro e do pequeno agricultor da cana-de-açúcar no Maranhão. Com base na teoria da Socioterminologia, a Teoria Comunicativa do Termo, proposta por Cabré (2002), e na da metáfora conceitual, proposta por Lakoff e Johnson (2003), examina-se as expressões metafóricas encontradas no discurso especializado e no léxico desse universo, no estado do Maranhão. Os resultados da pesquisa evidenciam a atribuição, no interior desse discurso, de muitas características físicas e comportamentais próprias do ser humano à cana-de-açúcar, ao caldo da cana e à cachaça; o léxico, por sua vez, assinala a existência de termos cuja motivação se encontra na semelhança que há entre objetos do universo da cana-de-açúcar e objetos do cotidiano humano, como bandeiras, pés de galinha, dentre outros.

Palavras-chave: Metáfora cognitiva; Socioterminologia; Personificação; Discurso especializado; Cana-de-açúcar

Abstract: this article aims at analyzing the conceptual universe of specialized discourse of micro and small producer of sugar cane in Maranhão. Based on the Socioterminology theory, the Communicative Theory of Terminology, created by Cabré (2002) and on Conceptual Metaphor, created by Lakoff and Johnson (2003), we observe what metaphorical expressions can be found on this specialized discourse universe and lexicon in Maranhão. The results have shown the attribution of very human characteristics of the sugar cane, the sugar cane juice and the *cachaça*, and; the lexicon presents terms that exist by the similarities between the objects of the sugar cane universe and those ones from the human daily life, like *bandeira*, *pé de galinha* and others.

Keywords: Cognitive Metaphor; Socioterminology; Personification; Specialized discourse; Sugar cane

Introdução

A língua é um dos mais importantes meios pelos quais o homem depreende o mundo que o rodeia. É a partir do signo linguístico que o homem organiza o mundo criando, assim, inúmeros axiomas em seu universo conceitual, guardando experiências e fenômenos que utilizará ao longo da vida. A visão do mundo pelo homem também tem fortes impressões na língua. Sapir (1961) entende o léxico como um repositório permanente do saber humano.

¹Agradecemos a leitura e revisão deste trabalho aos professores pesquisadores do Projeto ALiMA, professor doutor José de Ribamar Mendes Bezerra, Professora doutora e coordenadora do Projeto Conceição de Maria de Araujo Ramos e Professora Mestra Maria de Fátima Sopas Rocha. De qualquer modo, todas as informações apresentadas aqui são de inteira responsabilidade do autor.

*Graduando em Letras pela Universidade Federal do Maranhão, auxiliar de pesquisa do Projeto Atlas Linguístico do Maranhão e Bolsista de Iniciação Científica pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

No léxico de uma determinada região, dependendo da sua ocupação econômica e social, há um número grande de unidades lexicais correspondentes a campos de ocupação dessa localidade. Exemplo disso é o das populações que vivem perto do mar: nessas localidades, na fala de seus habitantes, há um grande número de unidades lexicais concernentes à pesca, a animais marinhos e a outros aspectos marítimos (cf. Sapir, 1961). Essas ideias apontam para uma realidade importante: a língua tem um papel fundamental nos estudos da realidade humana, bem como da percepção humana da realidade.

Levando em consideração as ideias preconizadas pela teoria da metáfora cognitiva, segundo a perspectiva de Lakoff e Johnson (2003), Sardinha (2007) e Kövecses (2010)², e os pressupostos defendidos pela Socioterminologia, aqui vista pela ótica de Gaudin (1993) e Cabré (2002)³, este trabalho busca investigar o sistema metafórico-cognitivo do micro e pequeno agricultor de cana-de-açúcar do Maranhão, objetivando examinar como esse grupo social depreende o mundo que está à sua volta, e como é formado seu sistema conceitual. Acreditamos que essa análise nos dará importantes informações sobre essa cultura, no Estado.

Embora essas duas correntes teóricas assumam pontos de vista diferentes e tratem os dados linguísticos de forma particular, nossa opção por estabelecer um diálogo entre elas se justifica, por um lado, porque partimos do pressuposto de que, em linguagens especializadas, como é o objeto de nosso estudo, os conceitos e a própria nomenclatura dos termos se dão por vieses sociais, cognitivos e culturais. Por outro lado, porque ambas as correntes têm em comum objetivos finais, que são, a partir da língua, descrever a realidade humana e postular que o sistema conceitual humano depende muito do olhar do homem sobre o objeto, o universo em si, bem como de suas experiências com o mundo.

Terminologia e Socioterminologia: uma evolução teórica

O reconhecimento das unidades especializadas, no âmbito do léxico, como sendo um subsistema da língua é um dos grandes avanços da Linguística dos últimos

²Os autores defendem que, por meio das metáforas de uma língua, é possível observar o sistema cognitivo e cultural dos falantes.

³Para esses autores, as linguagens especializadas são apenas englobamentos léxicos e, portanto, fazem parte do sistema linguístico das línguas naturais.

tempos. O advento da Terminologia como campo científico-pragmático abriu as portas para um campo que prometia ser promissor, sendo um dos importantes avanços dentro das ciências humanas. Do mesmo modo, o rompimento com o postulado clássico fez com que a Terminologia desse um amplo salto no que diz respeito ao aspecto epistemológico das linguagens especializadas.

O léxico especializado, que antes era encarado como um conjunto de denominações de objetos próprios de um campo especializado, passou a constituir um subconjunto do léxico geral, bastante complexo, que deveria ser investigado profundamente em todos os seus aspectos. Essa investigação, segundo Rey (*apud* KRIEGER; FINATTO, 2004), fornece inúmeras informações sobre o léxico que lhe serve de base.

Tendo em vista que esse subsistema apresenta características diferenciadas do sistema maior, sobretudo no aspecto semântico – pois princípio fundamental de uma linguagem especializada é evitar as ambiguidades semânticas próprias da linguagem geral (i.e. polissemias, sinonímia e paranomásia) – os primeiros estudos em Terminologia, capitaneados por Eugen Wüster, criador da Teoria Geral do Termo (TGT), tinham objetivos estritamente idealistas e reducionistas, que eram evitar totalmente essas ambiguidades no sistema linguístico especializado.

Na TGT, entende-se que o signo terminológico é independente de seu conceito e que, portanto, o conceito não poderia estar estritamente ligado ao termo, sendo as duas unidades de natureza diferente, uma linguística e a outra conceitual. A TGT postulava então que o conceito, numa ordem linear, seria o primeiro a aparecer (sentido onomasiológico), só então depois o terminólogo criaria um termo adequado para aquele conceito. Com isso, todo e qualquer aspecto polissêmico de um termo poderia (e deveria) ser evitado.

Segundo a TGT, há uma hierarquia dentro do sistema das linguagens especializadas em que as linguagens técnicas e monoreferentes seriam os tipos ideais de linguagens. Com base nesse pensamento, passou-se a concluir que todo e qualquer fenômeno linguístico que ameaçasse a univocidade de um termo, teria que ser evitado e combatido em prol de uma harmonia técnica, semelhante àquela postulada pelas

ciências exatas e que também era preterida pelos gramáticos puristas no sistema geral da língua. Para Wüster, segundo Cabré (2002, p 44)⁴:

O conhecimento científico, concebido como universalmente homogêneo, é o modelo a seguir para organizar os conceitos de todas as matérias profissionais, sem considerar as diferenças que apresentam as diferentes matérias, contextos socioculturais, áreas geográficas, realidades socioeconômicas e línguas, tanto por sua tipologia, como por seu status social. A uniformização do conhecimento se dá por meio de consenso em um processo de normalização. Se os conceitos podem unificar-se, as denominações também podem normalizar-se, e é desejável que seja assim.

Observando o comportamento real das linguagens especializadas e contrapondo as ideias defendidas pela TGT, um conjunto de discussões colocava em cheque a visão monoreferente do termo. Nessas discussões, começaram a surgir ideias que defendiam que o termo é uma unidade linguística como as outras unidades do sistema, dotada de significado e significante, e não conceito e nomenclatura, como defendia a TGT. Isso levaria, portanto, à variação terminológica, visto que os termos estariam expostos às mesmas transformações que o sistema impunha sobre as outras unidades. Esse conjunto de ideias contribuiu substancialmente para a instituição da Socioterminologia, sob a pena de linguistas como Gaudin (1993), responsável pelas discussões iniciais que possibilitaram o surgimento da Socioterminologia, e Cabré (2008), responsável pela formulação da Teoria Comunicativa do Termo (TCT)⁵.

Nessa nova abordagem teórica e metodológica, as unidades linguísticas de uma linguagem especializada não poderiam ser explicadas automaticamente, separadamente das outras unidades linguísticas, mas sim dentro de um todo, respeitando, dessa forma, os aspectos sociais, econômicos e cognitivos que atravessam os universos profissionais.

⁴Todas as traduções foram feitas por nós. O texto original é o que segue: *“El conocimiento científico, concebido como universalmente homogéneo, ES el modelo a seguir para organizar los conceptos de todas las materias profesionales, sin considerar las diferencias que prestan las distintas materias, contextos socioculturales, áreas geográficas, realidades socioeconómicas, y lenguas, tanto por su tipología como por su estatus social. La uniformización del conocimiento se lleva a cabo a través del consenso en un proceso de normalización. Si los conceptos pueden unificarse, las denominaciones también pueden normalizarse, y es deseable que así sea”*.

⁵Gaudin (1993) é um dos primeiros pensadores da Socioterminologia. Foi ele quem observou a necessidade da descrição da realidade das linguagens especializadas em diferentes contextos que não o acadêmico e o técnico. Nessa abordagem, a variação terminológica é uma realidade, que contraria a TGT e a univocidade terminológica, pensada por Wüster e amplamente divulgada nos comitês técnicos do mundo. Cabré (2008), por sua vez, é a criadora da TCT, uma teoria que visa a preencher as lacunas deixadas pela TGT, com relação à descrição e análise das linguagens especializadas e a variação que lhes é inerente.

Para a TCT, uma linguagem especializada é o conjunto de unidades das línguas naturais que se integram ao conhecimento técnico do falante, dando a essas unidades sentidos específicos dentro de um discurso especializado. Por essa ótica, as unidades terminológicas são formadas por rearranjos lexicais, em que as unidades do sistema léxico da língua se recolocam de acordo com o discurso no qual elas são empregadas.

Outra diferença importante na Terminologia decorrente da TCT é a mudança de perspectiva no que concerne à análise do objeto investigado: à Terminologia não interessariam mais somente as unidades léxicas especializadas como única fonte do universo especializado, mas também o discurso. O texto especializado recebe um tratamento especial, pois se entende que essas formas linguísticas são uma das principais responsáveis pelo caráter terminológico da unidade lexical e, em alguns casos, um dos principais causadores da variação terminológica. Na perspectiva da TCT, termo e palavra não se distinguem, pois as unidades lexicais só recebem um conteúdo semântico especializado graças às implicações contextuais especializadas.

Nesse sentido, é possível encontrar expressões metafóricas nas linguagens especializadas, assim como na linguagem comum não especializada. Se as linguagens especializadas não se diferenciam da linguagem cotidiana, é perfeitamente possível encontrarmos metáforas cognitivas nos universos especializados. Desse modo, este trabalho investiga o universo do micro e do pequeno agricultor da cana-de-açúcar do Maranhão para examinar essa hipótese, além de conhecermos mais sobre esse universo tão importante para a cultura do Estado.

A teoria da metáfora conceitual: o sistema conceitual humano e a língua

Há muito já não se pode pensar na metáfora somente como um artifício de embelezamento e complexidade da linguagem literária ou especializada. Desde o lançamento do livro *Metaphor we live by* de Lakoff e Johnson, em 1971, os estudos no campo da Linguística Cognitiva, e conseqüentemente, do universo da metáfora evoluíram consideravelmente. Como nos mostram os autores dessa obra, a metáfora é um artifício não apenas linguístico, mas também cognitivo e pode ser encontrada em nosso cotidiano de forma ampla. Segundo Kövecses (2005):

(...) um dos principais pontos em Lakoff e Johnson foi que a metáfora não ocorre primeiramente na linguagem, mas no pensamento. Em

outras palavras, eles defendiam que nós entendemos o mundo com as metáforas, e não simplesmente falamos com elas. (KÖVECSES, 2005, p2)⁶.

Uma análise mais aprofundada da linguagem cotidiana nos mostrará que a metáfora, ao contrário do que defendem os estudos tradicionais, permeia grande parte da fala cotidiana, científica, escolar, empresarial, entre outros tipos, não só a literária (cf. LAKOFF; JOHNSON, 2003).

Lakoff e Johnson ampliam o campo de atuação dos estudos da metáfora ao considerarem, em suas análises, não somente a linguagem escrita ou falada, mas também a gestual, a psíquica e a comportamental, criando, desse modo, a teoria da metáfora conceitual. De uma forma geral, na metáfora conceitual, a linguagem (em todas as suas manifestações) é vista como um receptáculo de conhecimento, *uma coleção estrutural de categorias significativas que nos ajuda a lidar com novas experiências e guardar informações sobre as antigas* (GERRAERTS; CUYCKENS, 2007, p 3)⁷.

Segundo Lakoff e Johnson:

(...) Metáfora é tipicamente vista como característica somente da linguagem, que diz respeito exclusivamente à palavra em vez do pensamento ou da ação. Por essa razão, muitas pessoas acham que podem viver bem sem metáfora, nós, pelo contrário, achamos que a metáfora é generalizada na nossa vida cotidiana, não somente na linguagem, mas no pensamento e nas atitudes. Nosso sistema conceitual ordinário, em termos do que nós pensamos e agimos é fundamentalmente metafórico por natureza (LAKOFF; JOHNSON, 2003, p 4)⁸

Na teoria da metáfora conceitual, o sistema cognitivo humano é resultado de inúmeras experiências e relações com o mundo que rodeia o homem. Se quisermos fazer parte de uma sociedade, interagir com ela, ser entendidos e entender os outros indivíduos, é necessário termos conhecimento das metáforas que a língua ou a cultura

⁶“(...) One of Lakoff and Johnson’s main points was that metaphor does not occur primarily in language but in thought. In other words, they argued that we actually understand the world with metaphors and do not just speak with them.”

⁷“a structured collection of meaningful categories that help us deal with new experiences and store information about old ones”

⁸“(...)metaphor is typically viewed as characteristic of language alone, a matter of words rather than thought or action. For this reason, most people think they can get along perfectly well without metaphor. We have found, on the contrary, that metaphor is pervasive in everyday life, not just in language but in thought and action. Our ordinary conceptual system, in terms of which we both think and act, is fundamentally metaphorical in nature.”

dela nos disponibiliza. Segundo Sardinha (2007), a metáfora é um fenômeno da linguagem em uso e sua compreensão é um processo automático; o participante de uma cultura, de uma realidade humana, não faz nenhum esforço para identificar e compreender uma metáfora, visto que ele está inserido dentro de um sistema linguístico, conceitual e metafórico humano. Ainda segundo o referido autor:

(...) a Metáfora Conceitual é empregada como meio de entender como as pessoas interagem em um meio social. Por isso, o foco de sua pesquisa é frequentemente a política, ideologia, gêneros, produção de texto, ensino e aprendizagem de língua e assim fazem uma interface com as áreas como Análise do Discurso Crítica, a *Lexicografia*, as ciências políticas e a Linguística de *Corpus*. (SARDINHA, 2007, p 35). (Grifo nosso)

Com a teoria da Metáfora Conceitual (doravante METÁFORA) foram criados inúmeros conceitos que servem para a investigação da linguagem humana. Dentre esses, nos interessa falar sobre o de metáfora conceitual, expressões metafóricas e domínios⁹.

Metáfora conceitual é a conceitualização de um domínio de experiência relacionando-o a outro, normalmente de modo automático. Um exemplo é o conceito TEMPO É DINHEIRO¹⁰: a metáfora de queo tempo é uma coisa preciosa como um objeto é um conceito que permeia o pensamento da sociedade moderna e ocidental. Note que essa metáfora nos dá um conceito de tempo, aproximando duas coisas de naturezas diferentes, sendo uma concreta (dinheiro, objeto de valor) e a outra abstrata (o tempo).

Na verdade, esse conceito, apesar de familiar, é um conceito abstrato, mental, que dá origem a inúmeras expressões metafóricas em nossa língua. A metáfora conceitual é um conceito bastante abstrato; mas, como falantes de uma língua que possui um sistema conceitual, podemos identificá-lo sem problemas. É importante notar que as metáforas conceituais refletem a ideologia e o modo de ver o mundo por um grupo de pessoas, constituído em uma determinada cultura (SARDINHA, 2007, p 33). São, na verdade, conceitos cristalizados e construídos ao longo da existência do grupo que retratam nosso comportamento, modo de expressão e modo de ver o mundo.

⁹Os outros conceitos da METÁFORA, como Mapeamento e Desdobramento, podem ser encontrados resumidamente em Sardinha (2007), ou mais amplamente explicados em Lakoff e Johnson (2003).

¹⁰Convencionou-se que as expressões metafóricas são escritas com letras maiúsculas.

A expressão metafórica é a materialização da metáfora cognitiva: partindo do conceito abstrato, materializamos nossas ideias por meio de expressões linguísticas. Com base no exemplo acima – TEMPO É DINHEIRO – construímos inúmeras expressões metafóricas na nossa fala cotidiana, como: *Eu não tenho tempo a perder, Tempo é ouro, Nosso tempo é precioso, Vamos ganhar tempo*, entre outras. É a partir das expressões metafóricas que conseguimos mapear (encontrar as relações existente entre dois conceitos diferentes) uma metáfora conceitual, e isso é feito de forma automática e inconsciente.

Por fim, o domínio é uma área do conhecimento ou de alguma experiência humana. No exemplo acima, *Tempo* é um domínio, e *Dinheiro* é outro. Na relação de dois domínios diferentes são constituídos dois tipos de domínios: fonte e alvo. O domínio-fonte é aquele que nos permite conceitualizar alguma coisa ou pessoa metafóricamente. No exemplo em tela, o domínio-fonte é *dinheiro* (alguma coisa, objeto, com um determinado valor). O domínio-alvo é aquele que desejamos conceitualizar; em se tratando de nosso exemplo, é o *tempo*. Sardinha (2007) explica que o domínio-fonte é geralmente a parte concreta da metáfora cognitiva e o domínio-alvo a parte mais abstrata.

Lakoff e Johnson (2003) apontam para um aspecto importante dentro de sua teoria: a personificação por meio da metáfora. Para esses autores, a personificação é a forma mais clássica de metáfora. Segundo ele, a personificação nos leva a compreender uma ampla variedade de relações que o homem tem com o mundo. Nas palavras dos próprios autores,

Talvez, as mais óbvias metáforas ontológicas são aquelas em que os objetos são especificados como sendo uma pessoa. Isso nos leva a compreendermos uma grande variedade de experiências com entidades não-humanas, em termos de motivação humana, características e atividades. (LAKOFF; JOHNSON, 2003, p 33)¹¹

Sardinha (2007) explica que a personificação é um dos principais tipos de metáforas conceituais. O discurso científico é um dos que mais utilizam esse tipo de

¹¹ “Perhaps the most obvious ontological metaphors are those where the physical object is further specified as being a person. This allows us to comprehend a wide variety of experiences with nonhuman entities in terms of human motivations, characteristics, and activities.”

metáfora, contudo, como observaremos nos dados que serão apresentados, a ciência não é o único domínio que se utilizasse artifício linguístico e conceitual.

Levando em consideração esses conceitos da METÁFORA e o da personificação, analisaremos, no *corpus* da cana-de-açúcar, disponível no banco de dados do Projeto Atlas Linguístico do Maranhão (ALiMA), como esses conceitos podem ser observados nesse universo. Veremos quais metáforas conceituais fazem parte do discurso especializado do universo da cana-de-açúcar no Maranhão e como esses indivíduos personificam a cana-de-açúcar, o caldo da cana e a cachaça. Acreditamos que, com esta análise, teremos informações de como esse universo se organiza e como são construídos os discursos especializados nesse campo da cultura do Maranhão.

Os dados

Os dados utilizados neste trabalho foram selecionados do banco de dados do Atlas Linguístico do Maranhão (ALiMA), um projeto do Departamento de Letras da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O trabalho constitui um recorte do projeto de iniciação científica, financiado pelo CNPq e intitulado “*O léxico da cana-de-açúcar: um estudo com base no corpus constituído para o ALiMA*”. O projeto tem como objetivo produzir um glossário eletrônico da linguagem especializada do micro e do pequeno agricultor da cana-de-açúcar do Maranhão. Acreditamos que a linguagem desse agricultor guarda peculiaridades da cultura do Estado, visto não ter sofrido muita influência da escola ao longo de sua vida.

Esses dados são provenientes de três diferentes localidades do Estado, a saber: Pinheiro, Central do Maranhão (Norte) e Buriti (Leste). A recolha dos dados foi feita a partir da aplicação do questionário semântico-lexical da cana-de-açúcar, com cinquenta e duas questões, divididas em cinco campos semânticos: plantação, colheita, produção, armazenamento e venda do produto.

Para a seleção dos plantadores levamos em consideração o seguinte perfil: agricultores de ambos os sexos, maiores de dezoito anos, que trabalhassem na atividade há mais de cinco anos e que fossem nativos da localidade pesquisada.

As aplicações do questionário foram gravadas por meio de um gravador digital. Depois de gravados, os dados foram tratados e armazenados em CD-rom, no banco de

dados do ALiMA. Os dados são submetidos à transcrição grafemática¹². As transcrições também são gravadas em CR-rom.

Para efeito deste trabalho, selecionamos uma amostra do *corpus*, usada para exemplificação de nossa análise.

A metáfora no discurso especializado do micro e do pequeno agricultor da cana-de-açúcar no Maranhão

Como observamos, a metáfora cognitiva é revelada por meio de análise das expressões metafóricas (EM). A partir do discurso dos profissionais do universo laboral e tradicional da cana-de-açúcar do Maranhão, observamos os tipos de metáforas cognitivas encontradas nesse universo. As expressões metafóricas encontradas apontam para uma personificação da cana-de-açúcar, da garapa e da cachaça, como podemos observar em alguns trechos do discurso, a seguir.

A CANA-DE-AÇÚCAR É UM SER HUMANO

Os plantadores da cana-de-açúcar, em seu discurso profissional, atribuem muitas características físicas e comportamentais humanas à cana-de-açúcar, como evidenciam as expressões metafóricas, constituídas por uma Metáfora Cognitiva, e exemplificadas a seguir.

A cana-de-açúcar tem um olho

O olho da cana-de-açúcar é a parte superior da planta que é aproveitada para o replantio da cana-de-açúcar. Ela é cortada em pequenos pedaços que se assemelham a pequenos canudos, o que justificaria a nomenclatura do olho da cana-de-açúcar, em alguns municípios, também ser *canudo*. Talvez por encontrar-se na parte superior da planta e ser sua parte menor e mais fina, essa parte da planta é chamada de *olho*, ou ainda, *olhadura*.

“ Não pode plantá a cana inteira não. Veja lá, a cana é grande, aí nego corta mais ou menos três palmos, o olho da cana, né? Aí nego corta o olho da cana, aí tira o olho pra plantá na terra ”

*“Esse aqui que eu tô te mostrano é o **olhín da cana** ”*

¹²Nas transcrições, procuramos conservar as características da variedade linguística usada pelo falante. Assim, essas transcrições não necessariamente seguem o padrão culto da língua.

A cana-de-açúcar tem um pé

O pé da cana-de-açúcar é a parte inferior da planta. Aqui, a nosso ver, não parece ser uma unidade terminológica, mas sim uma metáfora espacial que tem o *corpo* como fonte.

“Tem que limpá ela (a cana-de-açúcar), tem que chegá a terra nos pé dela e pronto. Quando ela tivé desse tamanho, aicê capina ela e vai colocano terra no pé dela, até ficá bem limpin como tá qui,oi”

“O siô sabe o que é que tem pé mole, ponta dura, quando meto, digo bole, entra dura e sai mole? (...) é cana, seu moço”

É interessante observar como o corpo é um grande motivador na produção de metáforas. Kövecses (2005) afirma que, graças às nossas experiências cotidianas com o corpo (sentir calor, frio, fraqueza, andar, pé, cabeça), muitas das metáforas de nossa fala têm alguma relação com ele. Em nossos dados, são muitas as metáforas relacionadas com o corpo.

Outras construções registradas em nossos dados que têm relação com a ideia (Metáfora) de a cana-de-açúcar ser uma pessoa são encontradas nos campos semânticos *plantação* e *colheita*. Aspectos humanos, lexias geralmente relacionadas com o desenvolvimento biológico humano estão inteiramente ligados ao desenvolvimento físico da cana-de-açúcar.

A cana-de-açúcar nasce, cresce, tem filhos, envelhece e morre

Os processos de desenvolvimento da cana-de-açúcar são interpretados pelos atores do universo linguístico da cana-de-açúcar do Maranhão como os mesmos processos de desenvolvimento humano.

“Tem que botá dois oi (olho-de-cana) numa cova porque arrisca um não nascê, e se nascê os dois, não tem pobrema não”

“Aqui é a cova, né? Aí pranta aqui, aí vai botando a terrinha nele (olho da cana) aqui na terra, não muita, se for muita terra, ela perde, não nasce”

“Tu bota a cana no chão pra ela podê nascê”

Assim como um ser humano, o primeiro momento de vida da cana-de-açúcar é chamado de *nascimento*. No processo de plantação de cana-de-açúcar, duas sementes da

cana-de-açúcar (olhoda cana) são plantadas juntas para garantir o sucesso da plantação. O desenvolvimento da planta é comparado com o do ser humano também. A planta fica grande ou pequena como uma criança que está se desenvolvendo.

*“Quando chega no verão, se corta a cana, nem que **teje grandi** ou **piquena**”*

*“Tem que dexá ela bem limpin pra podê ela **formá** (crescer, desenvolver)”*

Outro dado curioso nesse universo é que, quando da cana-de-açúcar brotam outros pés em seu caule, ou mesmo, no mesmo buraco (cova) em que se encontra plantado um pé, os plantadores costumam dizer que a cana-de-açúcar está tendo filho, ou na terminologia dos agricultores, *está filhando*.

*“Tem gente que diz que melhora, é... Como é que a gente diz? Brota muito mais né? Depois de queimado, **filha** mais, vai **filhá** mais. Tem gente que diz que não, mas... Eu achei a minha produção do ano atrasado melhor do que do ano repassado. E ano passado eu toquei fogo em todos os canaviais. Aí melhorou a produção”*

Como vimos, a cana-de-açúcar é como um ser humano que nasce e cresce, fica grande, envelhece e pode ser morta.

*“Porque ela (a cana-de-açúcar) fica aqui, a parte mais fina, ela é mais **novinha**, aqui ela já fica grossa, aqui ela **fica mais velha**, e aqui não, já é mais fina”*

*“água **mata** a cana”*

O CALDO DA CANA É UM SER HUMANO

Da mesma forma que à cana-de-açúcar são atribuídos aspectos humanos, o caldo da cana-de-açúcar, que é, nesse universo, nomeado como *garapa*, também tem atribuições físicas e comportamentais humanas.

A garapa tem seu estado de vida e morte

O processo de fermentação ou de desintoxicação do caldo da cana-de-açúcar, após ser prensada, origina inúmeras terminologias curiosas. Durante o processo de fermentação, em que o caldo da cana-de-açúcar fica em alta temperatura e por isso borbulhando, diz-se que o caldo está vivo. No fim do processo de desintoxicação do caldo, ele está morto, sem vida.

*“Quando ela (a garapa) morre, ela não fermenta, quando ela tá viva, ela tá quente, tudo que é vivo é quente, num é? Aí quando esfria, ela **morre**. ”*

*“Quando a garapa tá paradinha assim é porque ela **tá morta**”*

A garapa movimenta-se e cai

Durante o processo de trituração da cana-de-açúcar, o caldo da cana-de-açúcar, ao escorrer pela máquina de trituração (*engenho*), movimenta-se, ganhando habilidades humanas.

*“A garapa **cai** ali no tacho, aí do tacho **ela sai correndo** pra cá, **ela vem pra cá**”*

*“Quando ocê vai fazê rapadura cê tem que tá todo tempo ali, mexendo, porque se não a garapa **corre**, só quando apagá o fogo é que **ela pára**.”*

*“O tacho é onde **a garapa cai**”*

A CACHAÇA É UM SER HUMANO

No dito popular, segundo Maior (1980), são muitas as nomenclaturas da cachaça de cana-de-açúcar, como *marvada*, *Tira-juízo*, *Tira-vergonha* entre outros¹³. A cachaça é o caldo da cana-de-açúcar que, após passar pelo processo de destilação, se transforma em um líquido com alto teor alcoólico.

A cachaça é fraca ou forte

*“Pra depois que a gente tirar a cachaça, **quanto mais fraca ela sai**, mais é melhor.”*

*“É. Aí ela serve pra, se **a cachaça estiver muito forte** dá pra temperá, pra ela ficar fraca, não ficá muito...”*

*“A cachaça quando sai dali, **ela tá forte e essa daqui tá fraca**, é o resto da cachaça”*

A qualidade da cachaça está ligada à qualidade do teor alcoólico. Quando esse nível está alto, a cachaça é chamada de forte (assim como uma pessoa) e de fraca quando o seu teor alcoólico está agudo.

A cachaça se movimenta

O processo de fabricação ocorre graças à condensação do caldo da cana-de-açúcar quando ele alcança alta temperatura no alambique. O vapor do caldo da cana é inserido em um recipiente com água para que aconteça o processo de condensação. Durante esse processo, o vapor percorre um cano de ferro. Esse percurso dá origem a inúmeras expressões:

¹³Mário Souto Maior (1980) criou um dicionário de termos da cachaça com inúmeros termos populares de como se chama a cachaça no Brasil, chamado de *Dicionário folclórico da cachaça*.

“A cachaça quando sai dali, ela tá forte e essa daqui tá fraca, é o resto da cachaça”

“A cachaça passa assim, ó, ela cai aqui, desce bem aqui, ó”

“Agente mói um tanto de cana e deixa a cachaça correndo do outro lado”

“A cachaça cai aqui, aí nego bota o bujão pra apará ela aqui ó, tá entendendo?”

Outras características humanas da cachaça

Além das características mencionadas, são também características marcantes da humanização da planta da cana-de-açúcar, no discurso do universo tradicional da cana-de-açúcar no Maranhão, expressões que demonstram atos e comportamento humanos atribuídos à cachaça, como a habilidade de dar alguma coisa a alguém e a capacidade de suar como um ser humano.

“A cachaça dá mais lucro, a cachaça”

“Dali vem só o suó, só a fumaça, subindo aqui, só a cana, a cachaça pura mesmo”

Alguns aspectos metafóricos no léxico da cana-de-açúcar do Maranhão

Além da personificação, por meio de metáforas cognitivas da cana-de-açúcar e seus derivados, no discurso especializado do micro e do pequeno agricultor de cana-de-açúcar do Maranhão, é interessante observarmos algumas construções lexicais desse universo, pois elas nos dão importantes pistas sobre o uso metafórico. Como observaremos, alguns termos têm correspondências físicas com elementos humanos e com animais, e ainda, com objetos do uso comum, cotidiano.

O termo *bandeira da cana* é o termo que designa, no município de Central do Maranhão, um dos investigados por nós, a parte superior da cana-de-açúcar quando ela está madura; essa parte da cana-de-açúcar nos oferece uma pista da ação metafórica na construção dos termos desse universo. A parte superior da cana-de-açúcar tem consistência bastante leve, o que faz com que a ponta da cana-de-açúcar balance conforme a velocidade do vento, ou rápido ou vagarosamente quando está plantada e madura no canavial. Isso faz com que essa parte da cana-de-açúcar assemelhe-se a uma bandeira que tremula conforme a velocidade do vento. Essa semelhança com o objeto feito de pano e que balança conforme o vento faz com que essa parte da cana-de-açúcar

receba o nome de bandeira da cana, configurando-se aí uma metáfora por comparação com outro objeto de universo diferente.

Além da *bandeira da cana*, outro termo curioso, metaforicamente falando, é o termo *pé de galinha*. Nesse universo, pé de galinha é um tipo de plantio em que os pés de cana-de-açúcar são plantados aleatoriamente no canavial, e não em fila, como é mais comum. O mesmo termo tem uma variante também curiosa, que é *perna de caldeirão*: provavelmente, esses dois termos têm relação com a aparência do pé de galinha (e do caldeirão) que, por ter os dedos separados, estabelece uma relação de semelhança física com o estilo salteado de plantar a cana-de-açúcar. Aqui, fica bastante evidente a comparação metafórica.

Por fim, vale trazer para esta discussão, mais uma vez, o termo apresentado acima, que também possivelmente pode ter sido produzido a partir de comparações metafóricas, que é o termo *canudo*. *Canudo* é um termo que designa a semente da cana-de-açúcar. O formato cilíndrico da semente é um forte indício para a produção desse termo. Desse modo fica evidente a relação metafórica entre esses dois elementos.

Outro aspecto do mesmo termo diz respeito à sua variante, *olho da cana*. Sugerimos duas explicações para a origem desse termo: a primeira está relacionada com o fato de a localização dos dois objetos ser a mesma, ambas ficam na parte superior do “corpo”. Esse fator pode configurar-se como explicação para o nome desse termo. Uma segunda explicação, e talvez a mais plausível, seria em função das pequenas sementes que nascem nas dobraduras da parte superior da cana-de-açúcar: essas sementes têm uma aparência enrolada, o que as faz se assemelharem a um pequeno olho.

Na recolha dos dados, quando perguntados sobre a origem dos termos, muitos agricultores não conhecem ou a explicam a partir da semelhança que há entre os objetos. Os agricultores mais jovens, quando não conhecem a motivação do termo respondem: “o povo que chama assim”.

Algumas considerações finais

Lakoff e Johnson (2003) entendem que a personificação é um modo mais simples de explicar conceitos complexos, abstratos ou mesmo particulares, como é o caso do conhecimento do micro e do pequeno agricultor de cana-de-açúcar. Para explicar os fenômenos, os procedimentos do universo tradicional da cana-de-açúcar do

Maranhão, o recurso da personificação metafórica é um dos mais usados pelos plantadores. Podemos evidenciar que esse recurso não é utilizado como recurso estilístico, como é feito na Literatura, para embelezar a linguagem ou conceitualizar algo ou alguém, mas sim como um modo de facilitar as explicações.

A personificação está muito ligada às questões ontológicas. A partir de suas experiências, o homem atribui características humanas aos objetos inanimados, algo bastante comum no discurso literário e científico. Encontrar esse artifício discursivo, em outros domínios que não o científico e o literário, evidencia a ideia da Metáfora ser um artifício linguístico-discursivo-cognitivo inerente a todas as manifestações de comunicação humana, mesmo quando essa manifestação se dá por meio de uma linguagem bastante popular, não-técnica e especializada, como é o caso da terminologia do micro e do pequeno agricultor do Maranhão.

Como vimos também, o léxico sofre a ação das Metáforas em sua constituição. Os objetos, por comparação com outros objetos do convívio humano, são nomeados a partir da semelhança, como é o caso de *bandeira da cana*, *olho da cana* e *pé de galinha*.

Além de tudo, essas constatações evidenciam mais uma vez as ideias da Socioterminologia: a clareza/evidência de que uma linguagem especializada é apenas um setor da linguagem cotidiana e que ela pode ser vista por outro ponto, que não só o estritamente lexical. Podemos atestar que, assim como na linguagem cotidiana (ou geral, como é comumente chamada na Terminologia), as linguagens especializadas também lançam mão das metáforas conceituais, mostrando a aproximação desses dois aspectos da língua, o especializado e o comum.

Referências bibliográficas

CABRÉ, M. T. Una nueva teoría de la terminología: de la denominación a la comunicación. In: Simpósio Ibero-Americano de Terminologia, 7, 1998. Havana. *Anais....* Lisboa: Colibri, 2002. p. 41-60.

GAUDIN, F. **Pour une Socioterminologie**: des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles. Paris: Université de Rouen, 1993. 255p

GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. Introducing Cognitive Linguistic. In: _____. (Orgs). **The handbook of Cognitive Linguistic**. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 3-24.

KÖVECSES, Z. **Metaphor in culture**: universality and variation. Nova York: Cambridge university press, 2005. 333p

_____ **Metaphor**: a practical introduction. 2.ed. Nova York: Oxford Press, 2010. 396p

KRIEGER, M. da G.; FINATTO, M. J. B. **Introdução à terminologia**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2004. 224p.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. London: Chicago Press, 2003. 193p.

MAIOR, M. S. **Dicionário folclórico da cachaça**. 2 ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1980. 150p

SAPIR, E. **Linguística como ciência**. Tradução: Joaquim Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica. 1961. 203p

SARDINHA, T. B. **Metáfora**. São Paulo: Contexto, 2007. 168p

Bibliografias

BARROS, L. A. **Curso Básico de terminologia**. São Paulo: EDUSP, 2004. 229p.

PIETROFORTE, A. V. S.; LOPES, I. C. A semântica Lexical. In. FIORIN, J. L. **Introdução à linguística**: princípio de análise. São Paulo: Contexto, 2003. 264p.

SERRA, L. H. Um estudo socioterminológico da mandioca no Maranhão. In. RAMOS, C. M. A.; BEZERRA, J. R. M.; ROCHA, M. F. S. (Orgs.). **O português falado no Maranhão**: múltiplos olhares: São Luís: EDUFMA, 2010. p. 152-172.

WÜSTER, E. **Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica**. Tradução: CABRÉ, M. T. Barcelona: Institut Universitari de Linguística Aplicada/ Universitat Pompeu Fabra, 1998. 227p.

Turpilóquio: Uso Geral e Insultuoso

Giselle Olivia Mantovani Dal Corno*
Carmen Maria Faggion^o

Resumo: Este artigo apresenta considerações teóricas e exemplos de falas torpes, ou “turpilóquio”, atualmente usadas na região de Colonização Italiana do nordeste do RS (RCI). A partir de uma visão geral do emprego do turpilóquio desde a Roma antiga, as autoras distinguem diferentes categorias e formas de realização (como, por exemplo, o eufemismo), focalizando mais especificamente os insultos, que podem ser associados aos atos ameaçadores à face descritos na Teoria da Polidez. São discutidos também alguns resultados de uma breve investigação sobre o uso do falar torpe em estádios de futebol, que apontam para uma das funções mais comuns desse uso: uma forma de desafogo e liberação de tensões.

Palavras-chave: Turpilóquio; eufemismo; insultos, RCI.

Abstract: This paper presents theoretical considerations on and exemplification of foul language, or “bad language”, as used today in the northeast of Rio Grande do Sul (RCI), a region known by its Italian immigration background. From a general overview of foul language usage dating ancient Rome, authors distinguish different categories and forms of realization (such as euphemistic forms), focusing more specifically on insults, which are associated with face threatening acts (FTAs) in politeness theory. Results of a brief investigation on the use of foul language in soccer stadiums are also discussed, pointing to one of the most common functions of this usage: a way of releasing tension.

Keywords: foul language; euphemism; insults; RCI

Introdução

O Projeto Turpilóquio, coordenado por Vitalina Maria Frosi junto à Universidade de Caxias do Sul, teve como objetivo geral “estudar o turpilóquio como expressão étnica e elemento cultural ítalo-brasileiro, nas suas variadas formas dialetais italianas e na variedade do português local, em suas múltiplas nuances de significado, com inclusão das figuras retóricas correspondentes usadas como atenuante da ofensa” (FROSI, 2007). A investigação, concluída em 2009, teve como foco essas manifestações tais como observadas no contexto da

* Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade da UCS (Universidade de Caxias do Sul). Doutorado em Estudos da Linguagem pela UFRGS.

^o Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade da UCS (Universidade de Caxias do Sul). Doutorado em Linguística pela UFRGS.

Região de Colonização Italiana do nordeste do Rio Grande do Sul (RCI) e se fez através de pesquisa bibliográfica e de entrevistas semiestruturadas, preservando a identidade dos respondentes. A base teórica é auferida em Benveniste (1995), Tartamella (2006), em estudo de base histórico-antropológica e na Teoria da Polidez (de acordo com Brown e Levinson, 1978).

O turpilóquio (ou uso de linguagem torpe) tem várias funções: ofensiva (agredindo através de palavras), perturbadora (instaurando uma alteração profunda na situação de fala), de desafogo ou revolta (afrontando dor física ou psíquica, raiva, frustração, surpresa desagradável), ou ainda de familiaridade, descontração (confirmando o alto grau de amizade necessário para que tais termos sejam pronunciados sem serem ofensivos; tornam-se marcadores de proximidade), e até mesmo riso.

O presente trabalho reúne algumas reflexões sobre o turpilóquio em geral e alguns resultados obtidos na investigação em relação a insulto – afronta, ofensa, ultraje – quando proferido em estádios de futebol. Além de o estudo do turpilóquio revelar uma interessante faceta da comunicação humana, acreditamos que os dados aqui analisados possibilitem também uma melhor compreensão da cultura de imigração italiana da RCI.

O turpilóquio enquanto escolha

O palavrão “surpreende e transgride: produz um efeito cômico num discurso sério” (TARTAMELLA, 2006, p. 11). Assim, os palavrões constituem elemento de transgressão e também servem para brincar com coisas sérias, baixando-lhes o nível. Gírias, palavrões, maldições e insultos compartilham a classificação de *bad language*, ou linguagem má ou inadequada (cf. ALLAN; BURRIDGE, 2006, p. 55-59). Na verdade, são usos que configuram tabu e afrontam ao mesmo tempo o padrão da língua e o padrão de comportamento. É a linguagem empregada em usos que fogem ao convencional.

E não é raro que, para auferir um estatuto social mais alto, ou para se tornarem socialmente aceitáveis ou neutros, os termos torpes sejam substituídos por eufemismos. Com o uso do eufemismo, alguns termos são evitados e substituídos por outros. Assim, adaptando alguns dos eufemismos que Tartamella (2006, p. 68) apresenta em relação ao italiano, podemos usar vários procedimentos para evitar os palavrões: podemos omitir (*Vai à...*), abreviar (*estar na m*), alterar foneticamente (*puxa*), usar circunlocuções (*filho de uma boa*

mãe), usar metonímias (*baixo ventre, membro*), metáforas (*passarinho*), perífrases (*a profissão mais antiga do mundo, ir aos pés*).

Benveniste (1995) lembra o quanto a identificação de um eufemismo depende da reconstituição do discurso falado: “Só a situação determina o eufemismo.” (BENVENISTE, 1995, p. 342). O autor assinala ainda que o eufemismo pode ser confundido com a expressão que ele tenta evitar. Isso explica por que chamar alguém de “filho da mãe”, a rigor uma expressão sempre verdadeira, pode ser tomado como ofensa, especialmente por quem a diz (já que o emprego da expressão em seu sentido denotativo tem baixíssimo grau de informatividade).

Segundo Tartamella (2006, p. 100), “Quanto mais uma palavra for proibida, mais ofensiva será”. Quanto mais formal o ambiente, mais o palavrão eventual agride ou perturba, seja usado propositalmente ou não.

Os tabus linguísticos são sempre produtos de uma pressão social. A linguagem torpe constitui um tabu linguístico em dadas instâncias sociais, é proibida por imposição dos costumes. Ao mesmo tempo, dirige-se ao que Tartamella (2006) chama de pulsões fundamentais dos seres humanos: sexo, digestão, religião, morte, vida.

Na área do palavrão, chama a atenção um dado sociolinguístico importante, isto é, dentre os vários termos que podem designar determinada ideia, a escolha torpe sempre se encaminha para a de mais baixa aceitação social. Assim, termos designando órgãos sexuais, por exemplo, têm ampla aceitação social se forem de cunho científico; são normalmente mencionados, em ambiente familiar, através de suas adaptações, sejam elas infantis (e.g. *passarinho*) ou não (e.g. *veio*, designando chegada de menstruação), mas são evitadas, em certos ambientes, designações conhecidas como chulas. Pragmaticamente, essas últimas conferem mal-estar a um ambiente familiar ou formal. São consideradas falta de educação, e realmente o são no sentido mais exato, pois a pessoa que só conhece os termos mais chulos (i.e., desconhece as denominações cientificamente corretas) provavelmente não passou por muitos anos de educação formal. A que teve tal educação e escolhe o termo chulo está manifestando desprezo, desconsideração – ou mesmo raiva – em relação a uma situação vivenciada ou em relação a quem ouve sua manifestação.

O turpilóquio, desde tempos antigos

Fontes muito antigas também mencionam o turpilóquio, deixando claro que sempre houve a presença de termos torpes, ou proibidos, na linguagem humana.

São muito antigas as manifestações de desafogo, ou de provocação, ou de crueza, externadas através de palavrões. Há vários estudos sobre as inscrições murais encontradas em Pompéia e em outros locais do antigo mundo romano. Tais inscrições, ou grafites, constituem manifestações vivas de culturas populares, expressas muitas vezes na modalidade latina que ficou conhecida como *vulgar*, ou seja, aquela que recobre toda a diversidade da língua falada. Funari (2003, p. 26-27) pondera que as cosmovisões populares não se submetem a padrões eruditos: são marcadas por uma diferença fundamental, que é o “gozo do momento” (p. 26), que o autor chama de “presentismo” (p. 27), provavelmente a única fruição concedida aos que tinham que trabalhar duramente para viver, naquele tempo. Por isso, as referências ao amor, por exemplo, são sempre físicas (p. 27). Conforme atesta o autor:

As intervenções parietais em tavernas e lupanares não deixam transparecer qualquer sinal de preocupação com a vergonha que deveria, segundo as prescrições das elites dominantes, caracterizar esses ambientes. (FUNARI 2003, p. 39)

Portanto, a linguagem será muito direta, e sem nenhum compromisso com polidez, preservação de face ou elegância. Funari (2003, p. 27-28) apresenta exemplos de tais denominações muito cruas de partes do corpo ou práticas sexuais.

E não só a terminologia referente a sexo tem tratamento tão direto. As secreções humanas são retratadas também cruamente nos grafites que permaneceram até nossos dias, testemunhando a vida romana, como nos mostra Clarke (2007, p. 98-99) a respeito da Taverna dos Sete Sábios, em Óstia. Há nesse sítio arqueológico inscrições em que eram atribuídos aos sete sábios da Grécia dizeres a respeito do ato de defecar (somente três chegaram aos nossos dias). Um deles diz *Durum cacantes monuit ut nitant Thales*, em tradução muito livre significando “Tales adverte aos que têm dificuldade em evacuar que devem se esforçar muito”, mas a linguagem do original é muito mais direta¹. É evidente que o uso de linguagem chã, com referências a atividades corporais fora da área de atuação dos sábios, tem um nítido objetivo humorístico, ainda mais por se tratar do

¹ A tradução foi formulada (e muito adaptada) a partir da tradução inglesa fornecida por Clarke.

banheiro público de uma taverna.

Fora de um propósito estritamente descritivo, no entanto, parece que também a linguagem referente a partes do corpo é utilizada como imprecisão, ou avaliação negativa a respeito de alguém. A esse respeito, reproduzimos um exemplo de Garraffoni (2005, p. 147). Essa autora analisa, entre outros, grafites encontrados junto a um anfiteatro, em Pompéia, demonstrando a existência de rivalidade entre grupos. Na estrada de Mercúrio, há uma parede em que se lê

Nucerinis infelicia
Mentul...

É a própria autora (GARRAFFONI 2005, p. 147) quem traduz:

Para os nucerinos desgraça
Caralho...

A análise de Garraffoni (2005, p. 148) permite-nos observar que a segunda linha pode ter sido acrescentada em outro momento, e a menção ao membro masculino pode ter sido feita “em seu sentido apotropaico, isto é, para afastar o azar que uma frase como esta poderia representar” (GARRAFFONI 2005, p. 148). Além desse sentido de afastar mau-olhado (veja-se a gritante semelhança com o significado que as figas têm, na simbologia brasileira²), a análise de Garraffoni permite também concluir que havia uma espécie de diálogo entre os grafiteiros: um escrevia, um outro fazia acréscimos ou respondia.

Quanto ao recurso de parafrasear frases famosas, ou de atribuir autoria ilustre a ditos evidentemente chulos, trata-se de uma prática não de todo desconhecida a essa monumental parede de grafites, a Internet. E não só. Diniz (1984, p. 164) assinala que, no final do século XIX, surgiu um gênero de imprensa em que tal prática parecia corrente:

Neste final de século circulava no Rio de Janeiro um gênero jornalístico muito apreciado pelos leitores masculinos: a ‘imprensa libertina’. Um público ávido de humor picante era atendido por poetas prestigiados que emprestavam seu talento ao gênero. Produziam – com toda a licença permitida pelo anonimato – geralmente paródias que eram impressas e tinham larga circulação pelas ruas. (DINIZ 1984, p. 164)

² Vale lembrar que a figa, que no Brasil tem sentido de boa sorte ou afastamento de mau-olhado, na Europa, de modo geral, é símbolo de ato sexual, e de baixíssima extração.

A origem popular de alguns escritos está ladeada, pelo que se vê, por escritos de outra origem, talvez de pessoas com nível maior de instrução. Mais uma vez encontramos paralelo na escrita de Roma: a par dos grafites, que, aliás, atestam um determinado grau de letramento por parte das camadas que não faziam parte da elite (cf. FUNARI, 2003, p. 80), encontra-se exemplo de linguagem chula também entre os autores de elite – nem que seja para expressar seu desagrado, como o poeta Marcial (*apud* FUNARI, 2003, p. 24): “*Quaeras censeo, si legi laboras, nigri fornicis ebrium poetam, qui carbone rudi putrique creta, scribit carmina quae legunt cacantes*”.³

Esse uso continua em nossos dias. Veja-se a sutil ironia desta quadra, encontrada em um banheiro masculino, na cidade de Salvador (Bahia), na década de 1960⁴:

Neste momento solene,
No qual a força se apaga,
Todo covarde faz força,
Todo valente se caga.

Vemos, no heptassílabo de ressonância extremamente popular, a presença de ritmo e rima, e a referência a um momento imprescindível, na verdade, na vida de todos os indivíduos. Esse momento (“solene”) anula as diferenças entre os indivíduos, é comum a todos; e mais, faz indivíduos de características opostas assumirem comportamentos que acabam diminuindo a diferença entre tais opostos. Por assim dizer, trocam-se procedimentos: do covarde esperar-se-ia que afrouxasse os intestinos, mas ele faz força; do valente esperar-se-ia que demonstrasse outros comportamentos, mas ele tão-somente cumpre uma função biológica.

Sem querer simplificar, podemos dizer que o uso de palavras que expressam determinadas partes do corpo, práticas sexuais e funções corporais ligadas à parte inferior do tronco acrescentam um viés específico à compreensão do texto em que se encontram: a cruzeza pode indicar menosprezo (como no exemplo de Marcial), ironia (como no exemplo do banheiro de Salvador), humor (como no banheiro da taverna de Óstia), e até mesmo proteção contra mau olhar (como parece indicar uma das interpretações possíveis ao grafite de

³ Na tradução de Funari (2003, p. 24): Penso que você procura, se quer ser lido, um bêbado poeta de uma obscura putaria que, com carvão grosseiro ou com a argila solta, escreve versos que lêem os que cagam.”

⁴ A pessoa que nos forneceu esse exemplo prefere não ser nomeada. De qualquer modo, agradecemos.

Pompéia). Esse viés suscita muitas conotações, abre muitas perspectivas, e só permite uma conclusão indubitável: o texto em que aparecem essas palavras jamais será visto como linear.

Insulto

O *Houaiss* eletrônico fornece a seguinte definição para insulto: “palavra, atitude ou gesto que tem o poder de atingir a dignidade ou a honra de alguém”, como primeira acepção, e “ação ou resultado dela que deixa transparecer aversão ou menosprezo pelos valores, pela capacidade, inteligência ou direito dos demais”, como terceira acepção. Observa-se, assim, que há pelo menos três elementos interagindo no insulto: o *proferidor*, ou seja, alguém que lança contra outrem o insulto; o *insultado*, ou seja, aquele a quem se dirige o insulto; e o *insulto* propriamente dito, que pode ter a forma de uma palavra, um atitude, um gesto, uma ação, incluindo seu resultado.

O insulto é uma ofensa. Embora esta possa ser igualmente agressiva se for dita em linguagem “normal” (isto é, sem o uso de palavrões ou palavras de baixo calão) ou mesmo de forma polida, a linguagem torpe parece reforçar-lhe o traço de afronta, o tom ultrajante.

Por definição, o insulto pode ser considerado algo intencional. Ou seja, aquele que o profere tem como objetivo atingir a dignidade ou a honra do outro, como uma seta lançada contra um alvo pré-determinado. Nesse sentido, o insulto constitui, em termos pragmáticos, um ato ameaçador à face do ouvinte (FTA), na teoria de Polidez formulada por Brown e Levinson (1978), numa interação com outrem. Ao insultar alguém, o proferidor do insulto, em outras palavras, está dizendo ao insultado: “você não é digno”; “o que você considera como honra não é reconhecido por mim como tal”; “o que você considera como seus valores não tem valor algum para mim”; “as qualidades que você julga ter são inexistentes”; e assim por diante.

Como em todo FTA, o proferimento de um insulto pode ser feito de forma direta ou indireta. Vamos nos ater aqui às formas de insulto verbal. Como forma direta, registra-se o uso de palavras ofensivas (por exemplo, substantivos ou adjetivos que qualifiquem negativamente o interlocutor ou aqueles/aquilo que ele preza), o uso de palavrões (palavras de baixo calão). Igualmente, o palavrão em si pode ser evitado, como mencionado anteriormente (seguindo as observações de TARTAMELLA, 2006), o que não significa que o insulto seja evitado. Assim, o insulto pode lançar mão de palavras associadas ou não a tabus linguísticos,

além de poder ser realizado indiretamente. Como formas indiretas de realizar um insulto, teríamos o uso da ironia, das metáforas e da linguagem figurada.

Existe também a possibilidade de realização de insultos de forma não verbal. As formas não verbais de realização de insultos incluiriam gestos (especialmente os obscenos) e atitudes corporais (virar as costas ao interlocutor, por exemplo). Além disso, o silêncio (ausência de qualquer manifestação verbal) pode ser usado como um insulto. Através dele, aquele que insulta diz ao insultado “você não é bom/digno o suficiente para que eu lhe dirija minha palavra.”

Naturalmente, o desconhecimento de determinados elementos contextuais pode acarretar o proferimento ou a realização de um insulto não intencionalmente. Essa é uma típica situação encontrada quando há o confronto de duas culturas, quando o membro de uma não compreende os valores e costumes da outra. Gestos, tipicamente, não têm significados universais, e o que pode ser algo inocente em uma cultura pode ser considerado uma ofensa grave em outra. Nessa mesma linha de raciocínio, pode-se afirmar que atitudes podem ser não intencionalmente ofensivas.

Há certos espaços e situações, no entanto, em que qualquer gesto ou palavra dirigida a um indivíduo ou grupo que esteja numa relação antagônica ao proferidor – entre adversários ou oponentes – tende a ser considerado como insultuoso. Nos campos de futebol, uma análise dos insultos (lançados às cegas contra a jogada mal feita, a avaliação insegura do árbitro ou a torcida adversária) revela interessantes características dessa forma de realização de FTAs.

O turpilóquio nos estádios de futebol

No âmbito do projeto Turpilóquio, foi realizada uma pesquisa focalizando o uso da linguagem torpe nos estádios de futebol (LAZZARETTI; DAL CORNO, 2009).⁵ As autoras investigaram o emprego de falas por frequentadores de estádios de futebol de quatro times gaúchos (dois da capital e dois do interior), utilizando um questionário estruturado, aplicado a trinta e dois informantes, sendo 17 do gênero masculino e 9 do gênero feminino, com idades variando entre 18 e 65 anos; todos os informantes, de alguma forma, são ligados a Caxias do

⁵ Pelo fato de a divulgação dos resultados desta investigação ter sido apenas parcial e ser de acesso limitado, por se tratar de trabalho de iniciação científica, alguns dos dados são novamente aqui apresentados, com análise mais aprofundada. De qualquer modo, cabem aqui nossos agradecimentos a Maurice Lidiane Lazzaretti (bolsista PIBIC-CNPq) pela coleta e análise inicial dos dados.

Sul, município da RCI: ou são ali nascidos, ou ali residem, ou trabalham na cidade. Além dessas informações básicas (faixa etária, ligação com a cidade e time), os respondentes também indicaram a frequência aos estádios, selecionando pelo menos uma entre as opções dadas, como mostra o item 3 do questionário:

3 Com que frequência você vai assistir a jogos no estádio?

<input type="checkbox"/> Não perco um jogo sequer.	<input type="checkbox"/> Vou sempre que dá.
<input type="checkbox"/> Vou a todos os jogos realizados em Caxias.	<input type="checkbox"/> Vou ocasionalmente.
<input type="checkbox"/> Desloco-me a outras cidades do estado se necessário.	<input type="checkbox"/> Outro:

Foram foco da investigação as blasfêmias (expressões envolvendo o nome de Deus ou outra divindade), os palavrões (palavras de baixo calão), imprecações (pragas dirigidas a algo ou alguém), insultos e ofensas (palavras depreciativas dirigidas a algo ou alguém), e os respondentes indicaram (depois de esclarecidos sobre essa distinção feita) o que mais escutam e dizem nos estádios (item 4 do questionário).

Considerando-se a presença de diferentes etnias na cidade, devida às correntes migratórias europeias do final do século XIX, os respondentes indicaram, através do item 5, abaixo, a língua de maior ocorrência para a realização do turpilóquio nesses ambientes.

5 Em que língua são ditas as blasfêmias, palavrões, ofensas ou pragas?	blasfêmia	palavrão	ofensa	praga
dialetto italiano				
português				
alemão				
polonês				
outra língua (especifique)				

Pelas respostas à questão 6, “Quem são as pessoas mais ‘desbocadas’ nos estádios de futebol?”, os informantes apontam “homens adultos” e “rapazes acima de 18 anos” como os maiores proferidores de palavras torpes, com mais de 70% das indicações.

No questionário, foram também apresentados 12 possíveis motivos para o emprego do falar torpe no espaço do campo de futebol. Os entrevistados atribuíram um número, numa escala de 1 a 10 para cada um, conforme julgavam ser a frequência da motivação (ex.: 1 para um motivo muito raro e 10 para um motivo altamente frequente). Esses dados foram colhidos através do item 7 do questionário.

7 Na sua opinião, por que as pessoas empregam blasfêmias, palavrões ou ofensas no estádio?	
a) Para expressar ódio, revolta ou raiva contra Deus, Nossa Senhora ou outra entidade sagrada da religião pelos acontecimentos no estádio.	
b) Para xingar / ofender o árbitro.	
c) Para xingar / ofender jogadores.	
d) Para xingar / ofender a torcida do time adversário.	
e) Para xingar / ofender o técnico ou outros dirigentes do seu time.	
f) Para queixar-se, lamuriar-se ou exprimir desagrado / tristeza diante de alguma situação do jogo.	
g) Para reclamar e exigir reparação de erros de arbitragem.	
h) Para reclamar e exigir reparação de alguma ação negativa presenciada ou sofrida (dar exemplos).	
i). Para chamar a atenção e/ou exibir machismo (no caso dos homens)	
j) Para desabafar, desafogar-se quando está nervoso.	
k) Para aproximar-se ou criar um clima de solidariedade com seu grupo.	
l) Para exprimir surpresa ou espanto.	
m) Como um marcador discursivo, num início de conversa ou frase (equivalente a <i>Bah</i>) ⁶	

Além disso, foi solicitado que os informantes listassem as palavras e expressões mais ouvidas e/ou pronunciadas nesse espaço público, através das seguintes perguntas abertas: Que palavrões costuma ouvir e/ou dizer no estádio? Que blasfêmias costuma ouvir e/ou dizer no estádio? Que pragas/imprecações costuma ouvir e/ou dizer no estádio? Você lembra de alguma praga ou impreciação peculiar que lhe tenha chamado a atenção? Que outros xingamentos costuma ouvir e/ou dizer?

Igualmente para homens e mulheres, o principal motivo apontado para o emprego do falar torpe foi “Para xingar/ofender o árbitro”, seguido de “Para reclamar e exigir reparações de erros de arbitragem” e de “Para xingar/ofender jogadores”. Ou seja, em dois terços das situações, o emprego do falar torpe é motivado pelo desejo de ofender (= insultar) alguém (em primeiro lugar o árbitro, depois os jogadores). O turpilóquio se localiza nos casos aqui estudados principalmente nas seguintes esferas de significado: escatológico (referência a excrementos), sexual (alusão a formas de ato sexual) e familiar (ofensas dirigidas a membros da família), além de focalizar a hombridade e/ou a honra (cf. LAZZARETTI; DAL CORNO, 2009). Como era de se esperar, o árbitro é tradicionalmente o mais insultado em uma partida

⁶ Interjeição comumente usada no RS para exprimir surpresa ou admiração, mas também como um simples marcador discursivo no início de um turno de fala.

de futebol, não faltando nas respostas aos questionários a menção ao clichê “juiz ladrão”: implicar que o árbitro é alguém desonesto é algo sério, uma vez que com isso se afirma que ele é desprovido de uma qualidade essencial a quem desempenha o papel de mediador e que faz cumprir as regras em uma disputa. Mas os insultos ao árbitro não param por aí: são comuns insultos dirigidos à honra pessoal ou familiar (*juiz filho da puta, corno*, ou, em sintagmas mais complexos como *seu corno filho de uma puta*), complementados por aqueles que põem em xeque a hombridade, um valor prezado na maioria das sociedades ocidentais (*bicha, puto, putão*). A essas ofensas diretas acrescentam-se frases que igualmente aludem à mesma esfera de significado, identificadas no levantamento realizado: “Vai pegar a puta da tua mulher dando pra outro”. Uma descrição e uma análise mais detalhadas dos insultos fornecidos pelos informantes nesta investigação encontram-se em Dal Corno (2010), que observa: “Muito comum nas culturas latinas, marcante na cultura brasileira, a *hombridade* e a *masculinidade* são constante objeto de insultos” (p. 43).

Todos os informantes indicaram que, se é empregada alguma blasfêmia (expressão envolvendo o nome de Deus ou outra divindade), isso é feito em língua italiana. Conforme aponta Frosi,

O Turpilóquio, transplantado na RCI pelos imigrantes italianos, foi praticado contra Deus e contra outras divindades (caso da blasfêmia), contra o homem em sentido genérico. O falar torpe, parte integrante da cultura e da linguagem do ítalo-brasileiro, parece ter privilegiado a forma linguística dialetal italiana. Do passado ao presente, o ato de blasfemar e de dizer palavrões parece ainda fazer-se audível na veste dialetal italiana, mesmo quando o bilingüismo cede lugar ao monolinguismo português. (FROSI, 2007, p. 2)

Apesar disso, observa-se na investigação feita que a associação de expressões blasfêmicas a seu significado original é baixíssima: recebeu um total de 7 de 90 pontos possíveis entre as mulheres (menos de 8%) e 13 dos 160 pontos possíveis entre os homens (pouco mais de 8%) nas respostas ao item 7 do questionário. Isso pode indicar a permanência dessas expressões no acervo linguístico da comunidade, mesmo tendo perdido sua função inicial (ofender a uma divindade) e assumindo a nova função de desafogo, liberação de tensões ou até mesmo de provocação.

Os homens indicaram uma maior variedade de expressões para a blasfêmia em italiano, totalizando 18 diferentes formas, considerando as formas plenas (Ex.: “Porco Dio”) e

as eufemísticas (“Porco can”)⁷. Já as mulheres indicaram apenas 6 formas diferentes, além de 3 outras em português. Análises específicas das formas em língua italiana (ou na variedade dialetal italiana da RCI) vêm sendo apresentadas em encontros de divulgação científica no Brasil e na Itália, e esperamos disponibilizar as publicações em breve.

Considerações finais

Ao final dessas reflexões, cabe ainda um questionamento: serão esses insultos proferidos em estádios de futebol realmente dirigidos às pessoas evocadas? Em outras palavras, a intenção era realmente a de insultar a pessoa do juiz, a pessoa deste ou daquele jogador? Ou seriam esses meramente representantes de entidades que estariam causando desagrado ao proferidor, que escolheu desafogar-se, liberar a tensão, exprimir sua raiva ou impotência através do uso de insultos?

No caso específico dos insultos, verifica-se o desabafo diante de uma frustração – no caso, o mau momento de um time de futebol – por parte do torcedor. A tensão diante da situação difícil e a impotência para solucioná-la acabam levando o indivíduo a manifestar seu desapeço (quase sempre em relação à figura do árbitro) através da agressão verbal. O conteúdo do insulto varia entre a ofensa a um valor familiar muito importante (a mãe) ou à masculinidade da pessoa. E sempre através do turpilóquio. Sempre através da escolha de mais baixa apreciação social.

Seja qual for a forma escolhida – o palavrão, a expressão torpe, o dito de baixo calão, a frase chula –, em todo turpilóquio temos a intenção de comunicar alguma coisa. Como em outros usos da linguagem, o emprego do turpilóquio é uma maneira de desafogar-se, de ofender e de agredir, consistindo em atos ameaçadores à face. Ao mesmo tempo, tais expressões comunicam, pois transmitem dor, raiva, angústia, frustração. O turpilóquio, assim, polemiza, tumultua, abala, invade.

Na RCI, o emprego da linguagem torpe corrobora alguns traços culturais já revelados em outros estudos, como o uso da fala dialetal italiana relacionado à expressão de emoções, a maior aceitação e proferimento desse tipo de vocabulário por parte de indivíduos do sexo masculino, bem como a valorização da masculinidade (comum às culturas latinas de modo geral).

⁷ Na fala dialetal italiana da RCI, essas expressões seriam blasfêmicas porque correspondem a “Deus porco”, mesmo na forma eufemística, em que o nome de Deus é substituído por “can”, que significa “cão”.

De resto, pode-se dizer que os dados aqui apresentados são uma amostra da constância das manifestações do turpilóquio, conferindo-lhe uma presença segura e permanente na expressão humana, apesar das sanções impostas pelos grupos sociais.

Referências

- ALLAN, Keith; BURRIDGE, Kate. **Forbidden words**: taboo and the censoring of language. Cambridge, UK: Cambridge Univ. Press, 2006.
- BENVENISTE, Emile. A blasfêmia e a eufemia. In: _____. **Problemas de lingüística geral**. Vol. 2. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen. Universals in language use: politeness phenomena. In: GOODY, Esther N. **Questions and politeness**: strategies in social interaction. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. p. 56-324.
- CLARKE, John R. **Roman life**: 100 BC to AD 200. New York: Abrams, 2007.
- DINIZ, Edinha. **Chiquinha Gonzaga**: uma história de vida. Rio de Janeiro: Codecri, 1984.
- DAL CORNO, Giselle Olívia Mantovani. De paus e pedras a palavras: breve investigação do insulto como linguagem disfêmica. In: **Trama**. v. 6, n. 12, 2010. p. 27-38. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/issue/view/386>>. Acesso em 30 set. 2011.
- FROSI, Vitalina Maria. **O falar torpe na linguagem oral da Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul**. Projeto de pesquisa. Universidade de Caxias do Sul, Mestrado em letras, Cultura e Regionalidade, 2007.
- FUNARI, Pedro Paulo. **A vida quotidiana na Roma antiga**. São Paulo: Annablume, 2003.
- GARRAFFONI, Renata Senna. **Gladiadores na Roma antiga**: dos combates às paixões quotidianas. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2005.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LAZZARETTI, Maurice L.; DAL CORNO, Giselle O. M. Linguagem e espaços públicos: a fala torpe nos estádios de futebol. **Feira de Iniciação Científica 2009**. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2009. 1 pôster, color., 60 cm x 100 cm.
- TARTAMELLA, Vito. **Parolacce**: perché le diciamo, que cosa significano, quali effetti hanno. Milão: BUR Saggi, 2006.

Nos Trilhos da Rua da Linha: a Motivação Semântica da Toponímia Urbana da Cidade de Santo Antônio de Jesus

Lana Cristina Santana de Almeida *

RESUMO: Este artigo é resultado de um estudo monográfico realizado em 2009, no curso de Especialização em Estudos Linguísticos, pela Universidade Estadual de Feira de Santana- BA (UEFS) e da continuação dos estudos onomásticos no curso de Pós-graduação *stricto sensu*, na Universidade Federal do Estado da Bahia (UFBA-BA). O objetivo da pesquisa consistiu na análise das motivações toponímicas da área urbana da cidade de Santo Antônio de Jesus- BA, com enfoque sobre os principais logradouros dos bairros que correspondem às vias de acesso mais antigas da cidade, a saber, Centro, Nossa Senhora das Graças, São Benedito e Andaiá. Também, nesta pesquisa, verificou-se a coexistência entre as nomeações oficiais de alguns logradouros desses bairros e suas nomeações iniciais, as quais remetem ao processo de urbanização desta cidade. Para o desenvolvimento deste artigo, utilizou-se como base teórico-metodológica os princípios de pesquisa onomástica propostos por Dick (1990, 1996, 2001, 2003, 2007) e a teoria estruturalista de Saussure (1969) e Guiraud (1972), no que diz respeito aos aspectos referenciais do signo toponímico.

Palavras-chave: léxico; topônimo; motivações semânticas; análise sociocultural; Santo Antônio de Jesus.

ABSTRACT: This article is the result of a monographic study within a Specialization course in Linguistics in 2009 (University of Feira de Santana-BA (UEFS)) and the onomastic studies in the Postgraduation course (Federal University State of Bahia (UFBA-BA)). The research aimed at analyzing the toponymic motivations of names in the urban area of the town of Santo Antonio de Jesus, Bahia, with a focus on the main streets of the neighborhoods that match the access roads to the city's oldest districts, named Centro, Nossa Senhora das Graças, São Benedito e Andaiá. It was also found the coexistence between the official names of some of these neighborhoods and their initial names, which refer to the process of urbanization of the city. The article was based on the theoretical and methodological principles of Onomastic research proposed by Dick (1990, 1996, 2001, 2003, 2007) and Saussure's (1969) and Guiraud's (1972) structuralist theory, regarding the referential aspects of the toponymic sign.

Keywords: Vocabulary; Toponyms; Semantic motivation; Socio-cultural analysis; Santo Antonio de Jesus.

Introdução

A Onomástica é uma ciência inserida na Linguística e possui como objeto de estudo o processo denominativo. No que diz respeito aos nomes próprios, essa ciência subdivide-se em Antroponímia (nomes de pessoas) e Toponímia (nomes de lugares). Entretanto, vale ressaltar que a função da Onomástica transcende o ato de nomear. Segundo Dick (2007, p.144), essa

* Especialista em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Mestranda do Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

ciência é “muito mais do que um mero fator auxiliar do agir e do viver individual ou coletivo; é indício de rumos tomados pelos falares ao longo dos períodos históricos, de comportamentos presentes no cotidiano e de atitudes morais ou operosas valorizadas pela população.”. Por conseguinte, pode-se afirmar que o nome de um lugar não possui apenas a função de organização do espaço geográfico, pois por trás de cada nomeação há vestígios da história e da identidade de um povo.

Entende-se, pois, que os topônimos têm um grande valor documental, uma vez que ao nome ficam incorporados traços geo-históricos ou culturais de uma sociedade, haja vista que, no ato da nomeação, o denominador volta-se para seu entorno buscando elementos pertencentes à sua cultura, à sua história ou a aspectos geográficos que possam ajudá-lo no processo da denominação.

Dessa forma, ao analisar o nome de um local, não cabe ao estudo toponímico apenas uma análise linguística (etimológica, semântica-lexical, morfológica), mas, também, uma análise do contexto histórico e social do denominador, a fim de buscar particularidades concernentes ao ato da nomeação, pois, de acordo com Dick (1996, p.13), aquele que nomeia “[...] é apenas um elemento da cultura nacional, da qual é projeção e em que se manifesta de modo particularizante. O sistema denominativo que aciona é, assim, um reflexo de tudo aquilo que representa, cumulativamente, hábitos, usos, costumes, moral, ética, religião”.

Como se vê, a metodologia de uma pesquisa toponímica cria interfaces com ciências como a História, Geografia, Antropologia, Sociologia e Psicologia, as quais se associam à Linguística, a fim de desvendar o rico universo das denominações e mesmo que não se ocupe das possíveis transformações dos topônimos, a pesquisa toponímica possui aspectos históricos, uma vez que, observando os ensinamentos de Coseriu (1979, p. 236), “[...] a linguística descritiva não é senão uma parte (a primeira) da linguística histórica [...]” e, ainda segundo este autor, “[...] no plano da investigação, a antinomia sincronia/diacronia só pode ser superada na e pela história” (COSERIU, 1979, p.18).

Assim, objetiva-se nesse artigo relacionar o léxico da toponímia urbana de Santo Antônio de Jesus à cultura e à história desta sociedade. Para tanto, verificou-se as motivações semânticas¹ das nomeações dadas às ruas dos bairros mais antigos desta cidade, àqueles que

¹ Após a análise etimológica e semântica dos topônimos, foi possível perceber se estes possuíam uma motivação física ou antropocultural. Para tanto, segue-se, como modelo metodológico de classificação, o quadro taxonômico proposto por Dick (1990), o qual é formado por prefixos gregos e latinos – selecionados de acordo a etimologia do sintagma toponímico, agregando-lhes o termo topônimo. O quadro é composto por vinte e nove taxes, porém estas não são finitas, sua formação pode servir de base para a formulação de outras taxes.

remontam o processo de urbanização, iniciado em meados do século XVIII. Além disso, discute-se a coexistência de topônimos oficiais, instituídos pelo poder jurídico-administrativo, e suas variações, as quais são denominações feitas no início da urbanização da cidade. Tal coexistência reitera a afirmação anterior de que os topônimos são

Verdadeiros ‘testemunhos históricos’ de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população, encerram, em si, um valor que transcende ao próprio ato de nomeação: se a Toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal. Chega, muitas vezes, a se espalhar além de seu foco originário, dilatando, conseqüentemente, as fronteiras políticas, e criando raízes em sítios distantes. Torna-se, pois, a reminiscência de um passado talvez esquecido, não fora a sua presença dinâmica. (DICK, 1990, p.22).

Partindo desse pressuposto, antes mesmo de analisar o objeto de pesquisa deste artigo, cabe, primeiramente, verificar a importância que o léxico possui no sistema linguístico de qualquer língua natural. Tal verificação, associada à análise dos aspectos referenciais dos signos linguístico e toponímico, possibilitará o melhor entendimento sobre a atuação dos topônimos como elementos linguísticos capazes de transmitir a história e a cultura de um povo.

1 Léxico: Repertório do Conhecimento Cultural

De acordo com Sapir (1969), a língua sofre influências do ambiente físico desde que, sobre este, tenha atuado a coletividade, de tal forma que o ambiente ganhe relevância suficiente para interferir no sistema linguístico, em outras palavras, a simples existência de um elemento da natureza, seja de origem animal, vegetal ou mineral; ou mesmo uma forma topográfica da natureza — como, por exemplo, vales, planícies, planaltos — não é suficiente para que lhe seja atribuído um signo. É preciso que a sociedade tenha determinado interesse por ele para que seja inserido em seu repertório linguístico.

É o caso, portanto, de tachar como errônea qualquer tentativa para considerar um elemento de cultura mesmo da natureza mais simples, como unicamente devido à influência do ambiente. As forças sociais, que assim transformam as influências puramente ambientais, podem, por sua vez, ser consideradas como de caráter ambiental, no sentido de que cada indivíduo se acha colocado em meio de um conjunto de fatores sociais a eles reagindo. (SAPIR, 1969, p. 44)

Dessa maneira, o *ambiente* a que Sapir faz referência é aquele composto por fatores físicos e por fatores sociais. Entendam-se como fatores sociais “[...] as várias forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo. Entre as mais importantes [...] estão a religião, os padrões éticos, a forma de organização política e a arte” (SAPIR, 1969, p.44).

Sapir ainda afirma que a língua pode sofrer influência do ambiente no sistema lexical, fonético e gramatical, mas, entre estes, é “[...] O léxico da língua [...] que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes. O léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de todas as idéias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção da comunidade” (SAPIR, 1969, p.45).

Reiterando o pensamento de Sapir, Biderman expressa que

O Léxico de qualquer língua constitui um vasto universo de limites imprecisos e indefinidos. Abrange todo o universo conceptual dessa língua. Qualquer sistema léxico é a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades. Os membros dessa sociedade funcionam como sujeitos-agentes, no processo de perpetuação e reelaboração contínua do Léxico da sua língua. (BIDERMAN, 1978, p.139)

Sendo assim, é possível afirmar que o estudo lexical permite o (re)conhecimento das experiências acumuladas de um povo e possibilita o desvendamento da sua cultura material e espiritual, uma vez que a cultura de uma sociedade está impregnada nos lexemas² que constituem uma língua e os usuários desses lexemas serão os agentes de perpetuação e transmissão desse saber cultural. Portanto, é o sistema lexical que primeiramente irá registrar os processos de desenvolvimento social, cultural, econômico e político de uma sociedade, já que a cada conhecimento adquirido é preciso atribuir um *nome* para que este seja registrado e perpetuado pelas gerações.

² Segundo Dubois (1973, p.364), “[...] o termo *léxico* é, então, reservado à língua [...]. As unidades do léxico são os lexemas, enquanto que as unidades do discurso são os vocábulos e as palavras.” Como se está falando nesse momento, sobre a língua, e não sobre o discurso, usa-se o termo lexema. Quando se fala no âmbito do discurso utiliza-se o termo lexia, “[...] na terminologia de B. POTTIER, a lexia é a unidade de comportamento léxico. Opõe-se a morfema, menor signo linguístico, e a palavra, unidade mínima construída. É, portanto, a unidade funcional significativa do discurso.” (DUBOIS, 1973, p.364).

É válido ressaltar que um falante nativo não domina todo o léxico da sua língua, esse é um aprendizado constante, pois “[...] no processo de aquisição da linguagem o Léxico é o domínio cuja aprendizagem nunca cessa, durante a vida toda do indivíduo. A incorporação paulatina do Léxico se processa através de atos sucessivos de cognição da Realidade e de categorização da experiência.” (BIDERMAN, 2001, p. 181).

Nesse processo de aquisição lexical, os falantes nativos de uma língua guardam em seu léxico mental os significados das bases lexicais (formas livres: raiz da palavra), que compõem os lexemas de seu idioma e quando há a necessidade de expandir o vocabulário para criar novos conceitos, o falante é capaz de unir essas bases lexicais a outros elementos mórficos (formas presas: afixos), compondo novas palavras que podem ser compreendidas, uma vez que estão associadas a conceitos previamente apreendidos pelo contato social e o uso da língua.

Diante dessa perspectiva de transformação e continuidade, Basílio afirma que

O léxico pode ser definido como um sistema dinâmico de produção e armazenagem de formas simbólicas, isto é, formas que evocam significados. Estas formas são usadas na construção de enunciados e podem ser tão elásticas em suas associações semânticas quanto são cambiantes as cores utilizadas numa pintura, as quais podem se transformar, dependendo da estrutura cromática do quadro, do foco e intensidade da luz, da posição do observador. (BASÍLIO, 2004, p. 50)

A autora refere-se ao fato de que o falante consegue lançar mão do seu vocabulário de acordo as suas necessidades discursivas, podendo transformá-lo. Serão, pois, as palavras tão *elásticas*, no sentido de que a palavra criada retoma o seu significado de origem (base lexical) e agrega um novo significado (base lexical agregada aos afixos), possibilitando que seu eixo semântico seja deslocado, mas continue conectado à sua base, a fim de que não haja interferência na comunicação, pois a produtividade e criatividade lexical não devem inviabilizar esse processo. Dessa forma, o falante expõe sua capacidade comunicativa e não sobrecarrega sua memória, uma vez que sem a expansão lexical, ele teria que criar novas palavras a cada necessidade linguística que surgisse.

Portanto, estando os topônimos inseridos no léxico das línguas naturais deve-se entender que todas as características atribuídas a esta parte do sistema linguístico também devem ser estendidas a eles, pois, perpetuando-se, através do uso, pelo tempo e espaço – mesmo que sofra mudanças fonéticas ou ainda morfológicas –, o topônimo pode ser

considerado como um *fóssil linguístico* (CARVALHINHOS; ANTUNES, 2007), pronto a ser analisado, com cautela e a responsabilidade cabíveis ao fazer científico.

2 Aspectos Referenciais do Signo Toponímico

Segundo os estudos toponímicos, o nome de um lugar reserva sempre uma *motivação*, a qual pode estar vinculada ao contexto físico do denominador ou ao seu meio sociocultural (DICK, 1990). Para compreender melhor essa característica, inerente aos topônimos, parte-se da teoria do convencionalismo linguístico, cuja sustentação encontra-se na ideia de que todo signo linguístico é *imotivado*, isto é, o nome não se relaciona diretamente ao seu referente, portanto, o laço de significação que os une é *arbitrário*.

Conforme Saussure (1969), os conceitos que emergem de um significante é criado socialmente através de acordos implícitos; o nome não é um correspondente perfeito daquilo que ele designa, pois tanto o significante como o significado são entidades psíquicas que fazem parte de um processo mental.

Porém, a motivação toponímica pode ser explicada por uma brecha deixada pelo próprio Saussure (1969), quando este afirma haver a possibilidade de existir uma *arbitrariedade relativa* para alguns signos. Entre suas explicações encontra-se a motivação semântica, que pode esclarecer o fenômeno da motivação linguística dos signos toponímicos. Trata-se de uma *motivação externa metassêmica* (GUIRAUD, 1972); um processo metonímico em que o nome é a parte que se refere ao todo: *o lugar*. Assim, o denominador utiliza-se de todos os traços – físicos ou culturais – que possam caracterizar um local e sirvam de indicação para o mesmo, e incorpora-os ao *nome*. “Constroem-se, assim, pela palavra lexical, detalhes-referência para indicar um todo, semantizado metonimicamente.” (DICK, 2001, p. 79)

Mesmo apresentando a característica da motivação semântica, um topônimo, como elemento do léxico de uma língua, precisa ser acolhido pela sociedade, pois é o *uso* que legitima o nome de um lugar. Percebe-se, portanto, que os topônimos possuem *caráter discursivo e referencial*, o que garante

A legitimidade do emprego de uma forma de língua, no uso toponímico, e seus conseqüentes: origem ou filiação genética, as causas motivadoras, suas relações com o meio físico ou antrópico. Dessa rede onomástica ou nominal, poder-se-á inferir um modelo denominativo dominante na região em estudo, ou mesmo, vários modelos simultâneos, como os pontos de intersecção de

um nome a outros, as línguas faladas, as tendências linguísticas visíveis nas denominações, manifestando, por vezes, formas antigas de linguagem ou expressões idiomáticas em desuso, mas ainda vivas nos nomes. O topônimo, assim, vai deixando de ser apenas um instrumento de marcação ou de identificação de lugares para se transformar em um fundo de memória, de natureza documental tão valiosa e significativa como os textos escritos. (DICK, 1996, p.337)

É, pois, pelo uso do signo toponímico que ocorre a perpetuação da forma linguística e a sua permanência no âmbito discursivo possibilita a descoberta dos estratos dialetais formadores da língua de determinada sociedade. Para tanto, lança-se mão de análises etimológicas, as quais poderão esclarecer a etnia de determinado vocábulo, ou mesmo, se houve mudanças fonéticas ou, ainda, se ocorreu o processo de hibridismo no sintagma toponímico. Esta verificação é importante, uma vez que “[...] nem sempre é possível, pela ausência do denominador, ou pelo distanciamento cronológico do aparecimento do nome, assegurar-se plenamente da ‘intencionalidade’ que norteou o ato da nomeação [...]” (DICK, 1990, p.49).

A fonte de motivação toponímica pode não existir mais, no período da análise linguística, ou seja, o fato que inspirou o processo de denominação pode não estar claro. Ocorre aí o que se chama de *esvaziamento semântico*, processo que é “[...] inerente à maioria das palavras, dada a própria dicotomia que assegura a evolução da linguagem, *conservadorismo/mudança*, binômio que expressa os fatores estáticos e dinâmicos da linguagem, assegurando a comunicação entre os seres humanos.” (CARVALHINHOS; ANTUNES, 2007). Portanto, as fontes onde se buscam as interpretações dos topônimos (dicionários etimológicos, entrevistas com moradores antigos na região, documentos históricos) precisam ser confiáveis, a fim de que não sejam levantadas interpretações equivocadas.

3 O Espaço Urbano: Algumas Considerações

*“Olho o mapa da cidade
Como quem examinasse
A anatomia de um corpo...
(É nem que fosse o meu corpo!)”*

Mário Quintana

O que um mapa de uma cidade significa? Seria ele apenas um desenho que expõe um agrupamento de vilas, vielas, ruas, bairros e praças que se entrecruzam em um mesmo espaço geográfico ou haveria um significado mais amplo? O dicionário Aurélio³ apresenta a definição de *mapa* como um “Desenho representativo de um país, de uma região [...]”; enquanto que a visão poética de Mário Quintana revela que o mapa não expõe apenas o espaço geográfico de uma cidade; ele é um corpo que se confunde com o próprio corpo do *eu lírico*. Dessa forma esse literato, na simplicidade e ao mesmo tempo profundidade das suas palavras, ultrapassa a dimensão espacial de um mapa e de uma cidade e adentra em uma dimensão que dá vida a cada ponto de localização de um espaço urbano: *a dimensão humana*.

Essa dimensão mostra que a cidade é constituída por relações sociais e históricas. Cada rua, cada vila, cada bairro surge na cidade enquanto produção humana; produção de trabalho político, econômico e cultural. Carlos (1994), analisando a relação entre a forma-essência da paisagem urbana, mostra que

A forma é a aparência, é o mundo da manifestação do fenômeno. Permite a constatação da existência do fenômeno, ao mesmo tempo em que é representação das relações sociais reais. Não é, apenas e tão-somente, produto da história, na medida em que a aparência reproduz a história. A paisagem urbana, enquanto forma de manifestação do espaço urbano, reproduz num momento vários momentos da história. Aí emergem os movimentos, a multiplicidade dos tempos que constituem o urbano. A paisagem é humana, tem a dimensão da história e do socialmente reproduzido pela vida do homem. É expressão do trabalho social materializado, mas também é expressão de um modo de vida. (CARLOS, 1994. p. 24)

Dessa maneira, percebe-se que a aparência que o espaço urbano de uma cidade assume deve ser analisada como resultado da história de vida das pessoas que se uniram para ocupar e habitar um espaço geográfico. Essa é a verdadeira essência da cidade; o humano é o que constitui a real aparência do urbano. Vê-se que as palavras da autora reforçam a fala do *eu lírico* em relação ao mapa da cidade, quando este diz *É nem que fosse o meu corpo!*

Assim, tratando este artigo dos topônimos urbanos da cidade de Santo Antônio de Jesus, não se poderia deixar de buscar a origem deste espaço urbano, através de uma reconstrução sucinta da história do povo que lhe deu origem e das forças ideológicas que contribuíram para a formação deste espaço de convivência. Por conseguinte, pode-se falar não somente da aparência desta cidade, mas também da sua essência.

³ Dicionário *online*. Disponível em <<http://74.86.137.64-static.reverse.softlayer.com/>>.

4 Santo Antônio de Jesus: Terra das Palmeiras⁴

Terra das Palmeiras. Assim é conhecida a cidade de Santo Antônio de Jesus, localizada no Recôncavo Sul da Bahia, a qual possui, segundo dados do IBGE⁵ (censo de 2010), uma área de 261,348 Km² e 90.985 habitantes. Essa cidade é reconhecida como um dos polos comerciais mais importantes do Recôncavo baiano, atraindo moradores das cidades circunvizinhas e da capital baiana. O comércio, na realidade, foi um dos fatores primordiais para a formação da cidade ao lado da grande influência religiosa das formações jesuíticas existentes por volta dos primeiros anos de exploração do território brasileiro.

Inicialmente, a região chamou a atenção dos exploradores por estar localizada próxima à capital baiana. Sua exploração ocorreu durante o governo de D. Duarte da Costa (1553-1558), através dos rios Paraguaçu, Jaguaripe e Jequiçá. O território que hoje corresponde à cidade de Santo Antônio de Jesus pertencia à Freguesia de Nazaré, a qual estava vinculada à Capitânia de Paraguaçu, doada a D. Álvaro da Costa, filho do governador citado.

Durante essa época, as explorações territoriais eram acompanhadas por missões jesuíticas, pois a cada território conquistado levantavam-se aldeamentos, onde viviam índios de procedência variada, dominados pelos brancos e catequizados pelos jesuítas.

Nesse período, houve uma presença marcante dos sacerdotes católicos, não só como líderes religiosos, mas como proprietários rurais, com grande influência política. Entre esses líderes está um que foi figura decisiva para a história de Santo Antônio de Jesus: Padre Matheus Vieira de Azevedo. Em meados do século XVIII, o padre Matheus adquiriu uma área na zona rural, próxima ao aflente do rio Jaguaripe, o rio Sururu. Neste local, por volta de 1765, foi erguido um oratório e, mais tarde, durante o período de 1777 a julho de 1779, o padre ergueu uma capela chamada Santo Antônio de Jesus, fato que atraiu a atenção de muitos fiéis, pois além de bastante acolhedor, o padre possuía o dom da oratória.

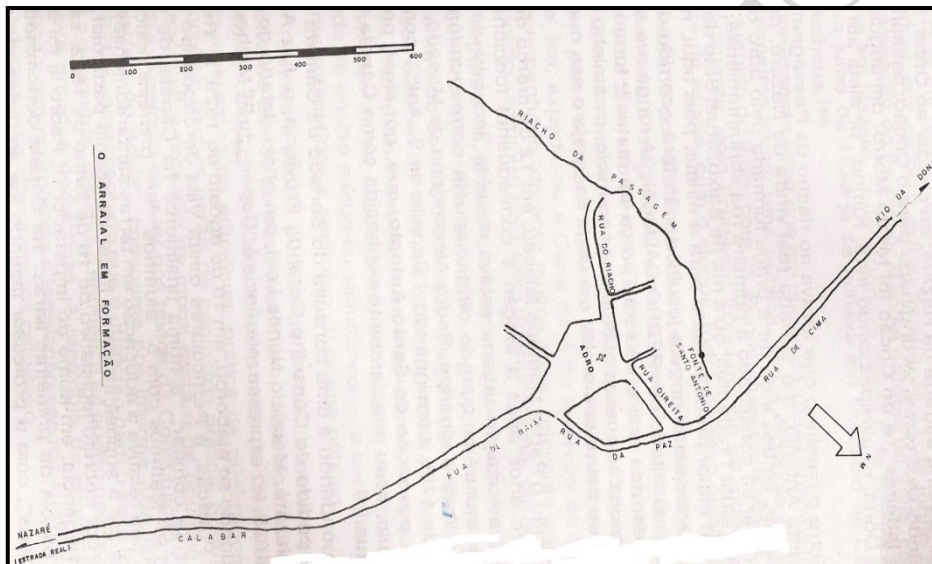
Devido às dificuldades de deslocamento dos fiéis, o arraial começou a ser construído em volta da capela; as casas começaram a ser erguidas e logo após foram surgindo vendas, quitandas e pensões. Somente em meados do século XIX, aparecem as praças e as

⁴ A história e da cidade de Santo Antônio de Jesus foi pesquisada em Queiroz (1995) e Valadão (2005). Cf. Referências.

⁵ Informações disponíveis no site do IBGE. Cf. Referências.

ruas, todas convergindo para o mesmo ponto: a Praça da Igreja, local estratégico para o comércio.

Segundo Dick, a rua é “[...] Um verdadeiro microcosmo dentro do organismo maior do aglomerado urbano, a rua tudo testemunha, numa atitude cúmplice de aceitação.” (DICK, 2003, p. 12). Certamente existiu essa cumplicidade entre as ruas santantonienses e o desenvolvimento da cidade. Os espaços iam surgindo de acordo com as necessidades da população, sem a interferência do poder administrativo e o mesmo curso era dado às suas nomeações. Inicialmente, os topônimos surgiam tendo como referente à sua posição em relação à praça, como por exemplo, a *Rua Direita*, a *Rua de Baixo* e a *Rua de Cima*. O mapa a seguir apresenta a formação inicial do arraial, mostrando como centro o adro em frente à igreja.



Mapa Inicial Do Núcleo Urbano De Santo Antônio De Jesus (Fonte: Queiroz, 1995, P. 311)

Com a morte do Padre Matheus, a capela sofreu certo abandono por falta de sacerdotes e o arraial passou por um período de desmotivação comercial, fato que estimulou os moradores da região a buscar em outro lugar o apoio que encontravam anteriormente na Capela de Santo Antônio de Jesus. “[...] precisamente no lugar denominado Casco Grosso, situado entre o Rio Sururu [...] e o riacho Mutum [...] por onde passava a estrada real de Nazaré, em direção ao Calabar e arraial de Santo Antônio de Jesus, ali edificaram uma casa de oração, em homenagem ao glorioso São Benedito.” (VALADÃO, 2005, p.42)

Assim, surgiam na cidade os dois bairros mais antigos: Centro, iniciado pela Capela Santo Antônio, e São Benedito, iniciado pela Capela de São Benedito. Com o

desenvolvimento da cidade, formam-se vias de acesso à praça, que irão interligar essas duas localidades.

Vendo o aumento da população nessas duas áreas, Álvaro Tibério de Morcovo Lima, vice-presidente da Província da Bahia, decreta através da Lei nº 448, de 19 de junho de 1852, o desmembramento da Capela Santo Antônio de Jesus da Freguesia de N. S. de Nazaré, ou seja, o local é elevado também à freguesia. Em seguida, pela Lei Provincial nº 3952, de 29 de maio de 1880 há também a emancipação do arraial, desvinculando-o do município de Nazaré.

Desmembraram-se as cidades, mas o vínculo comercial é mantido e em 7 de setembro de 1880, tendo sido inaugurada a estação da Estrada de Ferro Nazaré, a qual unia as duas cidades, houve um impulso ainda maior para o comércio, sendo que pela localização estratégica no Recôncavo, Santo Antônio de Jesus ganha maior visibilidade como centro comercial.

Desenvolvendo-se a cidade, ampliaram-se os logradouros e do advento da estrada de ferro surgem mais duas ruas importantes, com nomeações que são utilizadas até o tempo atual: a *Rua da Linha* e a *Rua da Estação*. O fato é que o léxico da toponímia urbana nesta cidade era formado pelas motivações semânticas relacionadas ao desenvolvimento da sua história. São nomes que possuem motivações físicas e antropoculturais e que pertenciam ao repertório linguístico do denominador; signos que foram muito bem aceitos pelo grupo social porque partiram de dentro para fora, sem interferências externas às nomeações. (DICK, 2007).

Após cento e trinta e um anos de emancipação política, a cidade passou por muitos processos de evolução econômica, social e política. Conhecida no território baiano, a cidade acolheu e acolhe os filhos da terra e aqueles que nela procuram abrigo. A ampliação do comércio fortaleceu a base econômica da cidade e proporcionou também o fortalecimento das bases (saúde, educação, moradia) que juntamente com a economia impulsionam o crescimento da sociedade. O mapa da formação inicial do arraial cedeu espaço ao mapa que foi modificado pela ação do homem, construído pelas diferenças sociais e políticas, pelas forças ideológicas que uniram um povo. É como expressa Mario Quintana, examinar o mapa da cidade de Santo Antônio de Jesus é examinar a *Anatomia de um corpo*; um corpo que se confunde com o próprio povo santantoniense.

5 Rua da Linha Ou Rua Vereador João Silva? Exemplos de Variações Toponímicas em Santo Antônio de Jesus

Há, no âmbito das denominações dos logradouros de Santo Antônio de Jesus, uma coexistência entre alguns topônimos oficiais, instituídos pelo poder jurídico-administrativo, e suas variações — denominações que ocorreram sem interferência do poder público, no início do processo de urbanização da cidade, as quais, mesmo com o decorrer dos anos, não foram esquecidas, e continuam a se perpetuar pelas gerações através do uso.

Abaixo, apresentam-se algumas dessas variações toponímicas, bem como sua classificação taxonômica, de acordo a classificação proposta por Dick (1990). Em seguida, buscou-se contextualizar suas possíveis motivações, a partir de dados colhidos em acervo bibliográfico e entrevistas com moradores dos locais citados, os quais se encontram na faixa etária de 50 a 70 anos de idade.

BAIRRO CENTRO

Topônimo oficial: Rua Rui Barbosa

Denominação toponímica inicial: Rua de Cima

Motivação semântica: O topônimo oficial é de natureza antropocultural, pois está relacionado a aspectos sociais e históricos, classifica-se como um historiotopônimo, uma vez que se relaciona aos movimentos de cunho histórico-social. Sua *variação* é de natureza taxonômica física; trata-se de um dimensiotopônimo (topônimo relativo às dimensões geográficas das formas físicas).

Contextualização: Essa foi uma das primeiras ruas que surgiram na cidade, sua nomeação está relacionada à posição que a rua ocupa em relação à praça central, local onde ficava o adro da Capela do Padre Matheus, isto é, a rua possui uma inclinação e a praça fica em uma posição acima dessa rua.

Topônimo: Quatro Esquinas

Motivação semântica: Essa nomeação possui uma motivação semântica antropocultural, relacionada a aspectos sociais e históricos. Classifica-se como numerotopônimo (topônimos relativos aos numerais adjetivos).

Contextualização: Esse é um dos locais mais conhecidos da cidade. Há uma explicação bastante interessante para esse topônimo, o qual não possui uma denominação oficial, pois se trata, na realidade, de um ponto neutro onde se encontram três ruas: Rua Gorgônio José de Araújo, Rua Rui Barbosa e Rua Landulfo Alves. O que acontece é que a Rua Gorgônio José de Araújo é cortada ao meio nesse ponto e o segundo trecho dessa rua era conhecido por

todos como Rua Tertuliano Santana, em homenagem a uma figura ilustre da cidade que ali morava. Daí, a nomeação Quatro Esquinas, pois se considerava que realmente existiam quatro ruas que convergiam todas para aquele ponto.



Antiga Rua de Cima, atual Rua Rui Barbosa
(FONTE: Arquivo pessoal de Silvislayne Mercês)

Topônimo oficial: Rua do Expedicionário

Denominação toponímica inicial: Rua do Pau Preto

Motivação semântica: Topônimo oficial é de motivação antropocultural, classificando-se como um historiotopônimo, enquanto que sua *variação* é de natureza taxonômica física, pois é um fitotopônimo, isto é, topônimo de índole vegetal.

Contextualização: Neste local havia muitas árvores, as quais foram queimadas para abrir um novo caminho que ligasse o bairro do São Benedito à praça principal. Terminado o episódio, apenas uma árvore resistiu ao fogo, mas o seu caule ficou queimado e preto. Daí a denominação Rua do Pau Preto.

Topônimo oficial: Rua Antônio Fraga

Denominação toponímica inicial: Rua Maria Nunes

Motivação semântica: Ambos os topônimos possuem motivação antropocultural, pois são antropotopônimos: topônimos relativos aos nomes próprios individuais. Vale ressaltar que o topônimo oficial é o nome de um ex-prefeito da cidade.

Contextualização: Segundo contam os moradores, Maria Nunes era uma mulher muito bonita, cobiçada por muitos homens. Entre esses estava um dos grandes fazendeiros da cidade, o qual tendo sido rejeitado por Maria Nunes, enraivecido, atirou no rosto da moça um

tipo de ácido. Fugindo ao ataque, ela correu para dentro da mata, onde cavou a terra à procura de água para refrescar-lhe o rosto; em sua agonia, acabou por encontrar uma nascente e terminou seus dias naquele local, escondendo-se das pessoas. Ninguém sabe ao certo se a história é verídica ou é apenas uma lenda, mas a rua recebeu esse nome em sua homenagem e no lugar da nascente foi construída uma fonte que também recebeu seu nome. Segundo a população, quem bebe dessa água fica para sempre morando nessa cidade ou caso venha a sair, um dia retornará.

Topônimo oficial: Rua Justiniano Rocha Galvão

Denominação toponímica inicial: Rua da Cancela.

Motivação semântica: A denominação oficial e sua variação possuem motivação antropocultural. A primeira é um antropotopônimo (nome de um ex-prefeito da cidade) e a *variação* é um ergotopônimo (relativo a elementos da cultura material).

Contextualização: O nome Rua da Cancela encontra-se no fato dessa rua possuir no local, ainda não totalmente urbanizado, uma cancela que separava o caminho da *roça* do caminho que levava a cidade.

Topônimo oficial: Rua Idelfonso Guedes

Denominação toponímica inicial: Rua do Gás

Motivação semântica: O topônimo oficial é de natureza antropocultural, trata-se de um antropotopônimo (nome do primeiro prefeito eleito da cidade). Sua *variação* também é de natureza Antropocultural. Apesar de possuir o nome de um mineral (fato que o classificaria como litotopônimo), as atividades profissionais, realizadas nessa rua, permitem classificá-lo como um sociotopônimo.

Contextualização: O logradouro recebeu o nome de Rua do Gás porque, na época, havia nesse local uma grande comercialização de gás, utilizado para acender os candeeiros. Segundo os moradores da rua, ainda haveria outra explicação: nesse local existiam diversas casas que funcionavam como prostíbulos, daí a motivação para o nome “gás”. Se essa motivação fosse seguida, ter-se-ia um animotopônimo (referente à vida psíquica e espiritual não pertencente à cultura física).

BAIRRO SÃO BENEDITO

Topônimo oficial: Rua Dr. Antônio José de Almeida

Denominação toponímica inicial: Rua da Corrida

Motivação semântica: Ambos os topônimos são de natureza antropocultural. O oficial é um antropotopônimo e sua *variação* é um sociotopônimo: topônimo relativo às atividades profissionais e pontos de encontro da comunidade.

Contextualização: Nesse local havia uma grande fazenda do Dr. Antônio José de Almeida, o qual nos fins de semana promovia corridas de cavalo e de jegue. Foi desse evento que surgiu a denominação para esse logradouro.

BAIRRO ANDAIÁ:

Topônimo inicial: Rua Vereador João Silva

Denominação toponímica inicial: Rua da Linha

Motivação semântica: As motivações semânticas das duas designações são antropoculturais. A primeira denominação é um antropotopônimo, uma vez que João Silva foi uma das figuras políticas da cidade. A segunda denominação é um ergotopônimo, pois se trata de um topônimo relativo a um elemento da cultura material.

Contextualização: O topônimo Rua da Linha surgiu no período da instalação da estrada de ferro. Nesse local, havia uma linha do trem e mesmo depois da sua desativação e retirada dos trilhos esse nome permanece, lembrando esse período histórico vivido pela sociedade santantoniense.

Topônimo oficial: Rua 31 de Março

Denominação toponímica inicial: Beco do Boi

Motivação semântica: O primeiro topônimo possui natureza semântica antropoculturais e o segundo é de natureza taxonômica física, pois é um zootônimo, isto é, de índole animal.

Contextualização: Esse logradouro é uma via estreita por onde passavam, constantemente, boiadas, as quais iam em direção às grandes fazendas localizadas ao sul da cidade.

Percebe-se, através dessa pequena análise, que as primeiras nomeações das ruas ocorreram tomando-se como parâmetro a praça principal da cidade. Logo em seguida, as demais ruas que foram surgindo, de acordo às necessidades de ligar caminhos da zona rural ao centro da cidade, recebiam nomes relacionados aos aspectos físicos e aos eventos

socioculturais da época. Sendo assim, esses topônimos carregam a história do desenvolvimento da cidade de Santo Antônio de Jesus, permanecendo através do discurso dos moradores. São topônimos que foram aceitos e acolhidos pela sociedade e conseguiram romper a barreira do tempo e do espaço.

6 Topônimos Oficiais das Ruas Santantonienses: Classificação e Análise

A análise dos topônimos oficiais limitou-se à verificação dos bairros mais antigos da cidade, a fim de remontar o processo de urbanização da mesma, por isso foram excluídos os topônimos das travessas, das ruas dos loteamentos e condomínios que foram surgindo, focando apenas nas ruas principais e mais antigas. O estudo foi feito em uma perspectiva sincrônica, com enfoque nos topônimos dos bairros Centro, São Benedito, Nossa Senhora das Graças e Andaiá. Usou-se como fonte mapa, escala 1:8000, encontrado nos arquivos públicos da Secretaria Municipal de Obras desta cidade, e mapas dos arquivos disponíveis *online* do IBGE, escala 1: 1000, além do código de endereçamento postal dos Correios.

Os topônimos foram classificados de acordo com o quadro taxonômico proposto por Dick (1990) ⁶. Após a verificação, foi possível perceber que entre as lexias toponímicas analisadas apenas 8% corresponde à motivação semântica física, enquanto que 92% estão direcionadas à motivação antropocultural.

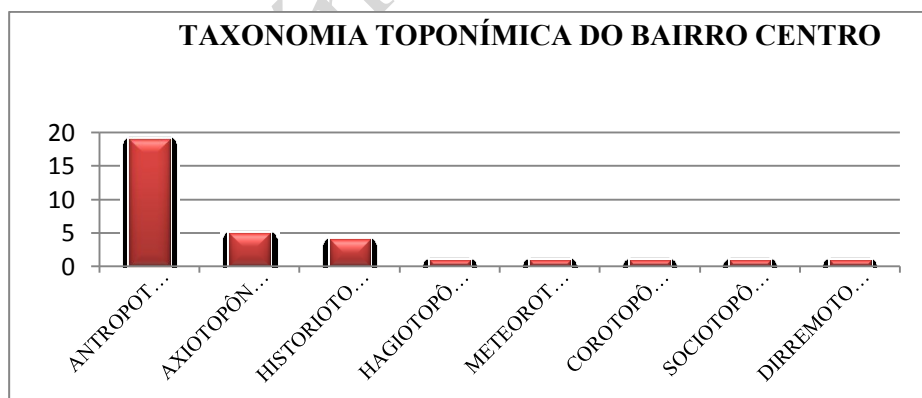
Entre os sessenta e quatro topônimos analisados, apenas cinco são de natureza física: Rua do Calabá (árvore frondosa, provavelmente existente na época do início da urbanização); Rua do Gravatá (uma planta comum na região); Rua do Sururu (um dos rios que auxiliaram os colonizadores a explorar a região) e a Praça Pirajá e a Rua Primavera, ambos correspondentes a fenômenos da natureza. As demais lexias encontradas são todas voltadas para fatos culturais, sociais, religiosos e políticos.

⁶ Para um maior esclarecimento a respeito das taxes, leia-se “A motivação toponímica e a realidade brasileira” (DICK, 1990). Cf. referências.



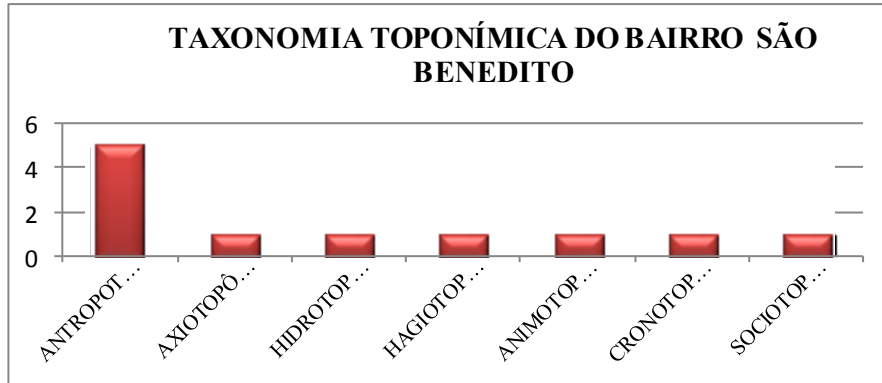
O bairro Centro, o mais antigo da cidade, formado a partir do Oratório construído pelo Padre Matheus Vieira de Azevedo, expandiu-se com o desenvolvimento do comércio e das novas moradas que iam surgindo próximas a essa atividade econômica. Verifica-se, através da taxonomia, que o maior índice dos topônimos nesse bairro é de antropotopônimos, os quais dizem respeito a nomes conhecidos pela sociedade santantoniense.

São nomes de figuras políticas como prefeitos, vereadores ou pessoas que se sobressaíram na sociedade, logicamente pessoas que ocupavam uma posição social privilegiada. A segunda pontuação é para os axiotopônimos, os quais são também formados por nomes de pessoas, mas com um título anterior a este; sendo que dos cinco encontrados, quatro são de figuras religiosas e apenas um de uma figura política. Os historiotopônimos correspondem a personagens ou fatos históricos da sociedade brasileira e os demais topônimos de taxonomias diferentes correspondem a uma mesma escala de denominação.

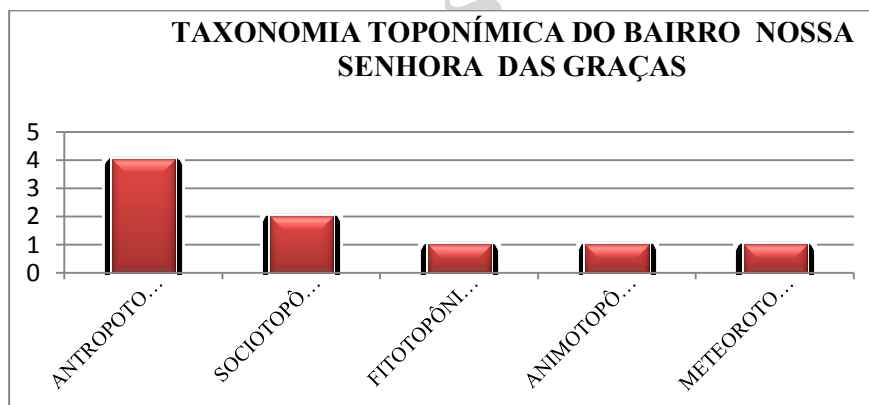


No bairro São Benedito, o segundo bairro formado na cidade, formado a partir da construção da Capela do São Benedito, também se verificou uma maior frequência de

denominação para os antropotônimos, ficando os demais topônimos divididos entre o mesmo índice, mas com taxonomias diferentes.

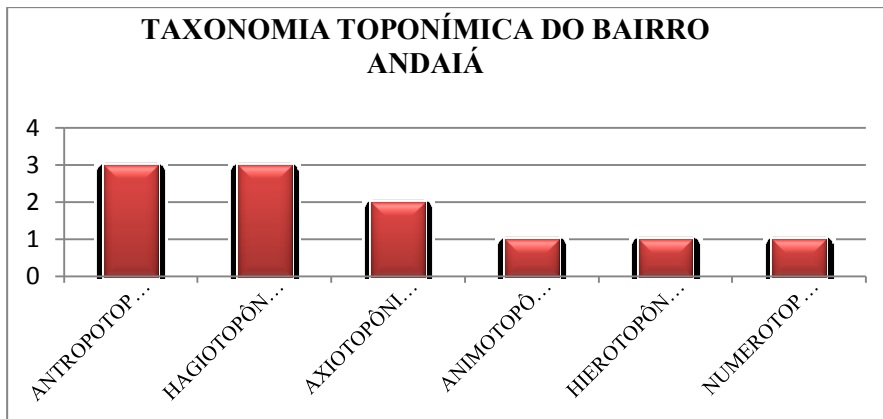


No bairro Nossa Senhora Das Graças também ocorreu à predominância de antropotônimos. Vale lembrar que esse bairro foi formado a partir da Estrada Real que dava acesso à Comarca de Nazaré, utilizando a longa estrada chamada Calabá, a qual permanece até os dias atuais, agora como uma rua, mas com a mesma denominação. Esse é um bairro mais popular, com uma igreja de menor porte, em homenagem a Nossa Senhora das Graças, e com conjuntos habitacionais que vão sendo construídos para ceder espaço de morada para uma população menos privilegiada economicamente.

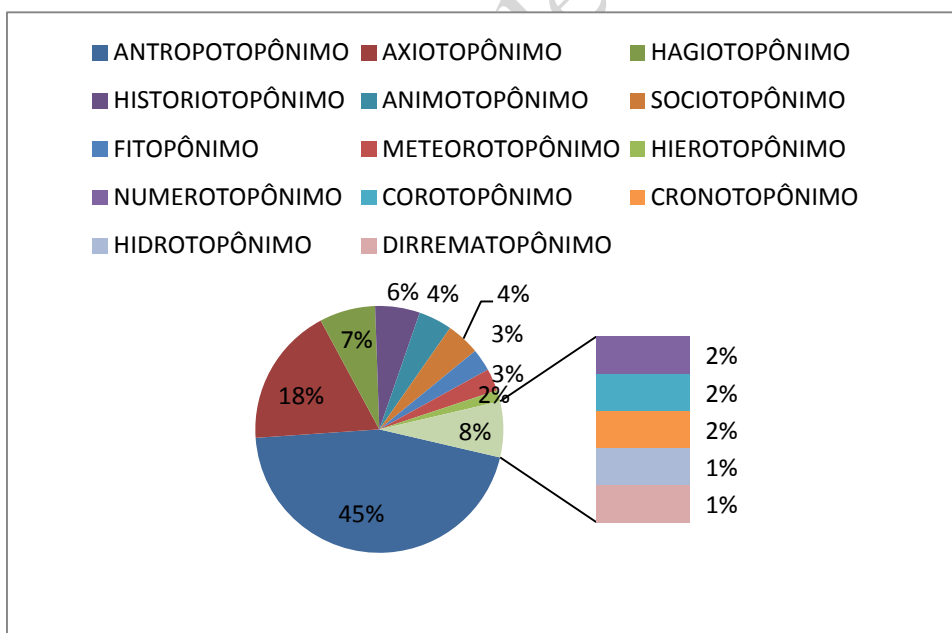


O bairro Andaiá, distante do Centro, assim como os outros três bairros, possui uma Igreja em homenagem a São José. É um bairro basicamente voltado para moradia, nele pode-se observar uma predominância de condomínios e a formação de loteamentos, mas também a presença de casas mais simples, principalmente próximo ao Largo São José e no decorrer da Rua Vereador João Silva, a famosa Rua da Linha. Nesse bairro, a predominância das

denominações toponímicas se divide entre antropotopônimos e hagiotopônimos, ficando os axiotopônimos em terceiro lugar e as demais taxonomias compartilhando o mesmo número para a frequência das denominações.



Dessa forma, têm-se os seguintes percentuais para a utilização de cada taxonomia nas denominações dos topônimos dos quatro bairros, totalizando cem por cento das lexias analisadas:



Distribuição do percentual das motivações toponímicas encontradas nos bairros analisados em Santo Antônio de Jesus

8 Considerações Finais

O núcleo urbano da cidade de Santo Antônio de Jesus foi formado a partir de dois eixos sociais importantes: a religião e a economia, esta voltada para o comércio, o qual foi, com o desenvolvimento da cidade, ocupando o lugar da principal e a mais estruturada atividade econômica do município. Desses dois eixos surgiram figuras que se destacaram e se consagraram na sociedade santantoniense. Pessoas que assumiram liderança política e religiosa na cidade, porém, também existiram indivíduos que não possuíam um destaque social, mas que colaboraram para alicerçar essa sociedade. A cidade foi, portanto, erguida por um esforço conjunto de todos: ricos, pobres, brancos, índios, negros.

E na ampliação das formas urbanas, surgia a necessidade de nomear cada caminho que cedia espaço para as moradias. A tendência mais frequente é que se busquem elementos de natureza física (geográfica) ou sociohistórica para as motivações das denominações de lugares. E em se tratando de ruas, há uma maior ocorrência em se buscar motivação em fatos de natureza sociohistórica, pois há um afastamento da flora e da fauna e uma maior aproximação de elementos e fatos que correspondem ao modo de vida das pessoas no núcleo urbano.

Então, pode-se dizer que os fatos econômicos, sociais e políticos influenciam na escolha das denominações dos nomes das ruas, avenidas, praças, vilas e bairros de uma cidade. Foi possível comprovar esse fato através da pesquisa, quando se constatou que 92% dos topônimos analisados correspondem a nomeações de natureza antropocultural, enquanto que apenas 8% dos topônimos referem-se à natureza física.

Em se tratando das variações toponímicas analisadas, Dick (2007) ressalta algo importante. Para a autora um nome

Deixou/deixará de ser contextualizado ou introjetado pela comunidade porque seguiu o caminho inverso, advindo de fora para dentro do meio. Todavia, essa prática, hoje, nas regiões mais urbanizadas, tem sido corriqueira [...]. Configuram o que chamei, em outra ocasião, de *designação superposta*, desligada do convívio comunitário e de suas íntimas aspirações em relação ao batismo dos lugares, especialmente [...] a tendência adequada, no processo denominativo, reforçando esse raciocínio, seria partir do conhecido, do vivenciado e, apenas na ausência do objeto e de suas circunstâncias, buscar o distante, o alheio, o que nasceu 'fora dos muros'. (DICK, 2007, p. 142)

Percebe-se que, assim como as demais lexias que fazem parte do repertório linguístico de uma comunidade, os topônimos não podem ser impostos à sociedade, desligados do modo de vida de um povo. A *designação superposta* a que Dick se refere, está relacionada àqueles

topônimos que são utilizados e bem aceitos pela sociedade e, repentinamente, são substituídos por outros sem a consulta prévia aos moradores, sendo que este deveria ser o procedimento padrão para a mudança do nome de um local. Haveria, pois, uma mudança democrática e não *imposta e superposta*.

As variações dos topônimos oficiais, em Santo Antônio de Jesus, são exemplos dessa superposição, pois mesmo não sendo considerados como topônimos oficiais, já que foram substituídos pelo poder público, eles continuam sendo amplamente utilizados pela população. Em relação a esse fato, verificou-se que, conforme a cidade alcançava um crescimento populacional e um desenvolvimento econômico, os topônimos iniciais foram sendo substituídos por nomes de personalidades políticas e religiosas locais ou nacionais, nomes de santos ou eventos históricos nacionais, talvez na tentativa de enaltecer a toponímia da cidade.

Comprovou-se essa preferência ao analisar que o maior percentual de motivação para os topônimos nesta cidade é para os antropotopônimos, os quais correspondem a 45% dos topônimos analisados. Seguindo a esses se vê os axiotopônimos, com 18%, tal classificação também corresponde a nomes de personalidades políticas e religiosas locais, com um título correspondente ao cargo que ocupavam. Em terceiro lugar ficou a ocorrência dos hagiotopônimos, com 7% de motivação para os topônimos urbanos verificados.

Duas formas de poder que prevalecem na cidade: poder político e poder religioso. A respeito dessas formas de dominação ideológica, Ruy Ventura ressalta que

Desde meados do século XIX que a toponímia revestiu no nosso país o papel de instrumento privilegiado de difusão política e de reprodução social, servindo ao mesmo tempo como veículo de afirmação do poder. Paralelamente, constituiu uma maneira legítima de homenagear quantos pugnaram pela comunidade e / ou dignificaram a identidade local ou nacional. De um lado o caciquismo, o imobilismo e a estratificação sociais, a propaganda a regimes e a políticas. Do outro os valores universais da solidariedade, da doação e da dignificação do Homem, ao lado do interesse colectivo e dos laços de agregação identitária. (VENTURA, [200-])

O fato é que os topônimos santantonienses, em sua maioria no bairro Centro, são hoje utilizados para homenagear figuras ilustres que fizeram parte da história da cidade. Entretanto, a oficialização desses topônimos deu-se de uma forma não democrática, dando a impressão de que essas figuras foram os únicos responsáveis pelo crescimento dessa

comunidade. Privilegiou-se a figura desses “heróis” em detrimento a valores que correspondem ao modo de vida em sociedade. Carlos (1994) salienta que

Na esteira das formas, coisifica-se o homem e suas relações; suas obras e produtos lhe são subtraídos. Cria-se a idéia do herói. A história se constrói através de personagens heróicos, onde se obscurece as marcas da coletividade. [...] Obscurece-se, elimina-se o cotidiano e sua construção, tanto em sua dimensão de repetição da necessidade e do desejo do consciente e do inconsciente, quanto daquela que põe de manifesto contradições e desigualdades, satisfações e insatisfações. Ignora-se a energia criadora das obras. E aí a história se torna espetáculo e a cidade o palco de grandes acontecimentos. (CARLOS, 1994, p. 13)

A cidade poderá ser como um palco de grandes acontecimentos, todavia acontecimentos em que o coletivo possa também ser destacado e não apenas figuras individuais, que venham a ser vistas como grandes construtores da cidade, porque a cidade é de todos; as ruas pertencem a todos e os topônimos não podem ser utilizados como ferramenta de elitização, pois dessa maneira perde-se o seu valor documental, descritivo e referencial.

Referências Bibliográficas

BASÍLIO, Margarida. Polissemia sistemática em substantivos deverbiais. In: **Ilha do Desterro**, nº 47, p. 49-71. Florianópolis, 2004. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/viewFile/7347/6769>>. Acesso em: 06 dez. 2009.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **Teoria linguística: linguística quantitativa e computacional**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978. 277p.

_____. **Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 356p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994. 98p.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus; ANTUNES, Alessandra Martins. Princípios teóricos de toponímia e antroponímia: a questão do nome próprio. In: **Cadernos do CNLF**, v. XI, n.02, 2007. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/xicnlf/>>. Acesso em: 13 set. 2009.

COSERIU, Eugenio. **Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística**. Rio de Janeiro: Presença, São Paulo: EDUSP, 1979, 238p.

DICK, Maria Vicentina de Paula Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado de SP, 1990. 387p.

_____. **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897**. São Paulo: ANNABLUME, 1996. 393p.

_____. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. 2. ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001. p. 79-90.

_____. Aspectos de etnolinguística- a toponímia carioca e paulistana- contrastes e confrontos. In: **Revista da USP**, São Paulo, n.56, p. 180-191, 2003. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/56/21-vicentina.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2009.

_____. Atlas toponímico do Brasil: teoria e prática II. In: **Revista Trama**, v. 3, n.5, I semestre de 2007. Disponível em: <<http://www.unioeste/saber>>. Acesso em: 29 set. 2009.

DUBOIS, Jean. **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 1973. 653 p.

GUIRAUD, Pierre. **A Semântica**. Tradução de Maria Elisa Mascarenhas. São Paulo: DIFEL, 1972. 133p.

IBGE. Banco de dados. Cidades. Disponível em:

<<http://www.ibge.com.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 15 set. 2009.

QUEIROZ, Fernando Pinto. **A capela do padre Mateus**. Feira de Santana: SAGRA, 1995. 405p.

SAPIR, Edward. Língua e ambiente. In: _____. **Linguística como ciência: ensaios**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969. p. 43-62.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Tradução de Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo, Cultrix, 1969. 279p.

VALADÃO, Hélio. **Santo Antônio de Jesus, sua gente e suas origens e biografia de Rômulo Almeida**. Santo Antônio de Jesus: [s.n.], 2005, 137p.

VENTURA, Ruy. **Por uma toponímia realmente democrática**. Disponível em: <<http://www.arquivos.com/ruyvent2.htm>>. Acesso em: 13 dez. 2009.

El Diccionario de aprendizaje de español como lengua extranjera (DAELE): una mirada hacia la representación del verbo

Rejane Bueno*

Resumen: La necesidad de atribuir al diccionario un nuevo papel en el proceso de la enseñanza-aprendizaje de idiomas se impulsa por los cambios de paradigmas en este panorama, lo que conlleva una reformulación de los materiales didácticos que se utilizarán en ello. En el marco de la Lexicografía Pedagógica, los repertorios lexicográficos deben dotarse de características específicas que se basarán en aspectos como conocer al usuario al que se destina la obra, en una descripción lingüística de las unidades recopiladas y, principalmente, en una presentación adecuada de esta información al tipo de usuario y a las finalidades específicas de utilización del repertorio. Proponemos, entonces, aportar algunas reflexiones que han tenido lugar en el proyecto de elaboración del DAELE¹, principalmente en lo relacionado con la información del verbo, que entendemos como una pieza léxica fundamental para que un aprendiz extranjero pueda construir frases adecuadas en la LE. Presentaremos algunos problemas posibles de este tipo de usuario y cuáles han sido las soluciones propuestas por el equipo que trabaja en la elaboración del DAELE para solucionarlos.

Palabras clave: Lexicografía; Lexicografía Pedagógica; Diccionario para el Aprendizaje de Lenguas Extranjeras; Enseñanza de Lengua Extranjera.

Abstract: The need to attribute a new role to the dictionary in the teaching-learning process of languages is driven by the paradigm shifts in this setting, which leads to a reformulation of the didactic materials to be used in it. In the framework of Pedagogical Lexicography, dictionaries must be equipped with specific characteristics that will be based on aspects like knowing its users, on a linguistic description of the compiled units and, mostly, on an adequate presentation of this information to the type of users and to the specific purposes of use of the dictionary. Therefore, we propose to provide some reflections which came out during the development of the DAELE project, especially in relation to the information of the verb, which is understood as a fundamental lexical item in the construction of adequate sentences by foreign learners. We will present some potential problems of this type of user and the solutions proposed by the group working in the development of the DAELE project.

Keywords: foreign language teaching; Pedagogical Lexicography; Dictionary of foreign language learning; foreign language teaching.

1. Algunos Antecedentes

No es novedosa en los estudios metalexográficos que pertenecen al ámbito de la Lexicografía Pedagógica² la reflexión sobre el diccionario como una importante herramienta

* Investigadora del Grupo Infolex - Institut Universitari de Lingüística Aplicada: Universitat Pompeu Fabra.

¹ Este es un diccionario para el aprendizaje de ELE, de nueva planta, concebido para la Web y que se está elaborando por el grupo INFOLEX en la Universitat Pompeu Fabra.

² Por lexicografía pedagógica o didáctica entendemos aquella que se aplica a la reflexión y a la producción de diccionarios para el aprendizaje de lenguas, ya sean maternas o extranjeras.

para el aprendizaje de lenguas, tal y como lo ha recopilado Welker (2008)³. Asimismo, debemos tener en cuenta los cambios que han tenido lugar en el ámbito de la enseñanza de lenguas extranjeras (LE)⁴. En concreto, en la enseñanza del español como lengua extranjera (ELE), las reflexiones relacionadas con los materiales que se utilizan a lo largo del proceso de aprendizaje no son solo pertinentes, sino también necesarias, pues, como hemos afirmado en Autor (2007), los cambios en las prácticas pedagógicas en la enseñanza de LE implican principalmente una transformación de los materiales que se utilizan, y entre dichos materiales se encuentra el diccionario. En este contexto nace el presente trabajo, cuyo objetivo general es establecer un puente entre las reflexiones sobre la lingüística aplicada a la enseñanza de LE y la lexicografía. Nos proponemos abordar las reflexiones surgidas a partir de la creación del *Diccionario de aprendizaje de español como lengua extranjera* (DAELE)⁵, diccionario monolingüe en línea para estudiantes de ELE de nivel intermedio-avanzado (B-C), que se está elaborando en el seno de varios proyectos de investigación⁶, en la Universitat Pompeu Fabra (Barcelona). Actualmente está disponible en la web del DAELE un primer grupo de 202 verbos, pues se ha considerado que esta categoría gramatical es básica para comprender la gramática de una lengua, así como para la confección de la ficha lexicográfica del diccionario como un todo. Actualmente se trabaja en la redacción de las categorías sustantivos y adjetivos, aunque esta información aún no está disponible en la página del diccionario.

2. Los diccionarios para el aprendizaje de lenguas (DA) en el ámbito de la Lexicografía

Tal y como hemos dicho, la confección de los repertorios lexicográficos para el aprendizaje de LE ya ha sido ampliamente tratada en la bibliografía especializada. Cuando nos referimos a diccionarios como herramientas de soporte al aprendizaje de una lengua, no nos referimos a obras lexicográficas generales, sean estas monolingües o bilingües, sino a

³ Véase además: (Ayala Castro, 2001), (Battaner, 2001), (Batenburg, 1983), (Binon y Verlinde, 2000), (Dolezal y McCreary, 1999), (Hartmann, 2001), (Herbst y Poop, 1999), (Hernández, 1998), (Jackson, 2002), (Landau, 2001), (Maldonado, 2003), (Moreno Fernández, 1998) y (Rundell, 1998).

⁴ Nos referimos principalmente a la llegada y el establecimiento del Enfoque Comunicativo y de la Enseñanza por Tareas, que han conllevado transformaciones como las relacionadas con los marcos orientativos para la enseñanza, y con la reformulación de los materiales didácticos que se utilizan.

⁵ <http://www.iula.upf.edu/rec/daele>.

⁶ «Las categorías nombre y adjetivo en el DAELE (Diccionario de aprendizaje del español como lengua extranjera)» (HUM2006-07898/FILO), «Las categorías del verbo y del adverbio en el DAELE (Diccionario de Aprendizaje del español como lengua extranjera)» (HUM2006-06982/FILO), «Agrupación semántica y relaciones lexicológicas en el diccionario» (HUM2009-07588/FILO). El DAELE recibe también financiación de la Fundación Comillas.

aquellas que estén concebidas bajo las orientaciones teóricas y metodológicas apropiadas para el estudiante de LE, como las que nos brinda la lexicografía pedagógica.

Un DA puede definirse⁷, *grosso modo*, como un repertorio lexicográfico que sirve para ayudar al aprendiz de una LE a resolver sus tareas lingüísticas⁸, no solo las de comprensión, sino también las de producción. El DA define las palabras de una lengua en particular empleando esa misma lengua en todo el artículo lexicográfico, y cuyos destinatarios son hablantes que no tienen esta lengua como materna. Además, los DA suelen presentar un léxico controlado o limitado, es decir, solo se definen las palabras más frecuentes y se utilizan paráfrasis definidoras simplificadas, en las que figuran prioritariamente palabras que están definidas en la misma obra. Estos repertorios aportan información gramatical y sintáctica sobre las unidades definidas, además de ejemplos, considerados complementos clave no solo para la comprensión de la semántica establecida en la definición, sino también para enfatizar los rasgos gramaticales o sintácticos de las acepciones. Se suele incluir también fraseología.

La reflexión acerca de la concepción y elaboración de los DA ha evolucionado mucho en las últimas décadas; en este sentido, una de las mayores innovaciones que la lexicografía pedagógica ha brindado a la práctica lexicográfica ha sido la inserción de la perspectiva del usuario en la constitución de los repertorios lexicográficos. Conocer al usuario y tenerlo en cuenta a la hora de elaborar los diccionarios permite al lexicógrafo ofrecer las informaciones que éste necesita y también organizarlas de una forma más adecuada y sistemática para ayudarlo en las tareas que tenga que llevar a cabo⁹. El conocimiento del usuario debe relacionarse, entre otros aspectos, con el nivel de dominio que éste posea de la lengua que está aprendiendo; además, debe tenerse en cuenta la función para la cual utilizará el material: si es prioritariamente para actividades de comprensión, de producción lingüística, o ambas. Estos aspectos deberán reflejarse en dos esferas fundamentales del diccionario:

- la macroestructura¹⁰, que deberá atender a las necesidades de cantidad y de calidad del léxico recopilado, y

⁷ Esta caracterización se basa en Rundell (1998).

⁸ Cuando empleamos el término *tareas*, tenemos en cuenta el concepto establecido desde el Enfoque por Tareas, y nos basamos en Martín Peris (2004), Zanón (1999), Estaire (1999) y Lázaro (1999).

⁹ Sobre las necesidades de los usuarios de diccionarios para el aprendizaje de LE, véase Atkins y Rundell (2008), Humblè (2001), Azorín (2000) y Rundell (1998), Bernal y Renau (2010).

¹⁰ Por macroestructura entendemos el conjunto de lemas de un diccionario, es decir, la organización vertical de estos lemas.

- la microestructura¹¹, que deberá organizar de forma accesible y sistemática este léxico de acuerdo con los niveles de conocimiento que el estudiante tiene de la lengua.

Además de la inclusión de la perspectiva del usuario, otra de las grandes innovaciones relativamente recientes en lexicografía ha sido la utilización de corpus textuales como fuente de recopilación de informaciones y de evidencias lingüísticas para estas obras. Este hecho ha posibilitado grandes cambios en la cantidad y en el tipo de informaciones que se agregan a los diccionarios¹². Sin embargo, esta gran cantidad de información disponible no constituye una garantía de éxito si no va acompañada de un tratamiento especializado que se debería proporcionar al material recogido; por ello, es responsabilidad del lexicógrafo saber seleccionar la información adecuada al grupo de usuarios al que se dirige la obra y también organizarla de acuerdo con estas necesidades intrínsecas que están relacionadas con todos esos aspectos.

2.1 ¿Cuáles son las informaciones relevantes para los estudiantes de LE cuando utilizan diccionarios?

Bosque (2006) apunta que la información sintáctica es la que proporciona al usuario el contexto adecuado para interpretar las paráfrasis definidoras que el diccionario aporta. De ahí, se podría inferir que dicha información conforma un conjunto de especial relevancia que debería figurar en este tipo de obras. La importancia del verbo como pieza nuclear que debería tener una representación diferenciada en los diccionarios se matiza, además, por un planteamiento de Demonte (2002) que afirma que las propiedades léxicas de los predicados verbales repercuten en la sintaxis de la oración y viceversa; de ahí que conocer estas propiedades ayudaría al usuario a construir textos más adecuados.

Aunque el tratamiento de la información pertinente para los grupos de usuarios aprendices de lenguas sea un tema ya bastante tratado en la lexicografía¹³, son muy escasos los estudios realizados en el ámbito de la lengua española para recabar datos directos de los

¹¹ Por microestructura entendemos el conjunto de informaciones de que se dispone sobre cada lema, así como también la organización de dicha información en el interior del artículo lexicográfico.

¹² Rundell (1998) ha llamado a este proceso *Corpus Revolution*.

¹³ Véase Battaner (2001), Batenburg (1983), Bosque (2006), Dolezal y McCreary (1999), Hernández (1998), Jackson (2002), Landau (2001), Maldonado (2003), Moreno Fernández (1998) y Rundell (1998).

usuarios¹⁴ —en forma de encuestas o pruebas¹⁵—, de modo que se pueda afirmar con seguridad qué informaciones necesitan los estudiantes que están aprendiendo ELE. Sin embargo intentaremos hacer algunas puntualizaciones que nos parecen pertinentes.

Tras haber elegido el verbo como una clase léxica de especial interés para la representación lexicográfica en un DA, nos interesa averiguar cómo los potenciales usuarios de este tipo de obras las utilizan en la resolución de actividades que implican la utilización de los verbos. Para ello nos basaremos en el estudio de Bernal y Renau (2010), en el que se pretendía saber si la información gramatical ofrecida en los verbos del DAELE era pertinente y si estaba bien presentada. Pese a que la muestra estudiada fue pequeña (27 estudiantes), los resultados, dada la escasa información que se tiene al respecto en castellano, pueden considerarse relevantes. Se pidió a los estudiantes que realizaran una prueba con tres partes (dos ejercicios, uno *cloze* y otro de verificación/corrección de frases) y una redacción en la que debían usar ciertos verbos. Se crearon dos grupos, uno que usó el DAELE y un segundo grupo de control que usó otro DA. Los resultados fueron en torno al “aprobado”, por tanto, no demasiado satisfactorios, pese a que los estudiantes tenían toda la información que necesitaban en las entradas del DAELE que se les dieron. Es decir, en muchos casos no supieron encontrar unos datos que se les habían dado, en ocasiones, de forma repetida o reiterada —a través de varios ejemplos o marcas—. De ello se deduce que los aprendices de la muestra no estaban familiarizados con el uso del diccionario para resolver cuestiones de tipo gramatical, o en general no tenían excesiva pericia en el uso del diccionario. Al mismo tiempo, se constató que la abundante información proporcionada (sobre todo en cuanto a los ejemplos aportados) podía resultar excesiva, de modo que se concluyó también que era necesario organizar la información de forma clara y concisa, para que los estudiantes pudieran encontrar con más facilidad los datos que buscaban.

3. En la representación lexicográfica del verbo, ¿qué información es pertinente?

¹⁴ En Autor (en prensa) se ha hecho un vaciado de la información que necesitan los usuarios aprendices de ELE apartir del Plan Curricular del Instituto Cervantes y también del Marco Común Europeo de Referencia. Estos datos relativos a los contenidos curriculares se han relacionado también con aspectos lexicográficos.

¹⁵ Pueden citarse los realizados por Candalija y Marimón (1998) y Azorín (1998) y (2000), que consisten en encuestas realizadas a alumnos y profesores. Se trata, no obstante, de trabajos enfocados al estudio de los diccionarios escolares, no de ELE. Una prueba con aprendices de ELE se realizó en Bernal y Renau (2010).

Que un diccionario, y sobre todo un DA, debe contener no solamente información semántica, sino también gramatical, es una idea clara en la lexicografía actual, si bien los DA que existen actualmente en castellano todavía no la han llevado a cabo con toda la amplitud que podría darse. Pero ¿hasta dónde deben ofrecerse las informaciones gramaticales, qué datos ofrecer y cuáles no, y cómo? Vale la pena recordar lo apuntado por Bosque (2006), que afirma que en los estudios lexicográficos no se ha insistido en destacar la relación lingüística que hay entre los significados que describe el diccionario y los contextos sintácticos en los que ocurren, aspecto que es fundamental para el empleo del verbo. En un estudio previo con un pequeño corpus de textos escritos por estudiantes de ELE (Renau 2007), se analizaron los errores cometidos en relación con el uso de los verbos; por ejemplo, la confusión en la complementación verbal, entre un verbo y otro, en la elección de la preposición regida o de complemento circunstancial, etc. Los datos mostraban que unos dos tercios de los errores podían solucionarse con gran facilidad a través del diccionario, ofreciendo ejemplos que mostraran los complementos más habituales del verbo, mediante notas complementarias, etc. Es decir, no se trataba solamente de ofrecer en el DA los datos léxicos, asociados a un determinado verbo, sino también informaciones tradicionalmente asociadas con la gramática del idioma, tales como la preposición *a* en el objeto directo de persona¹⁶. Sin embargo, en el estudio de Bernal y Renau (2010) se observó que no siempre mucha información es buena información, y que las marcas gramaticales a menudo despistan al usuario en vez de ayudarlo¹⁷. Otro estudio reciente (Bernal, en prensa), se había concluido que las marcas gramaticales que se encuentran tradicionalmente en el diccionario podrían no ser de gran ayuda para el estudiante de ELE.

Basándonos en el estudio de análisis de errores de los estudiantes de ELE (Renau 2007), podríamos concluir que la información más pertinente sobre el verbo que debería figurar en un DA es básicamente la siguiente:

¹⁶ En la lengua española la preposición *a* aparece delante de un OD cuando este es un sustantivo que designa persona o animal consabidos, por ejemplo: He llamado *a* la secretaria (una específica y no a una cualquiera), o delante de los nombres propios, por ejemplo: He llamado *a* María, o delante de OD referidos a sustantivos personificados, por ejemplo: Quiero *a* mi perro, y también para evitar ambigüedades, por ejemplo: Dibujaba *a* la niña el niño.

¹⁷ Ello está en consonancia con lo observado por Candalija y Marimón (1998) y por Azorín (2000) acerca de que los estudiantes no comprenden las abreviaturas empleadas en los diccionarios, lo que dificulta su uso como obras de consulta gramatical. Aquí se apreció que, pese a que el vocabulario gramatical se ofreció sin abreviar (y reduciendo las marcas existentes en el DAELE actualmente en red), tampoco se entendió.

- una paráfrasis definidora que permita distinguir las diferentes acepciones de un mismo verbo, así como estas de otros verbos de significados próximos;
- la información sobre la subcategoría verbal: los usos transitivos, intransitivos y pronominales y los complementos que seleccionan;
- la información sobre el régimen preposicional;
- la información sobre las combinatorias gramaticales y fraseológicas¹⁸ y
- la información morfológica y discursiva.

3.1 EL DAELE: un nuevo modelo de DA en la representación del verbo

Tomando en consideración este escueto listado de información sobre el verbo, considerado pertinente para su inclusión en un DA, averiguaremos cómo se puede aprovechar en un proyecto concreto de DA: el DAELE.

El DAELE, que se ha comenzado a elaborar en el seno de los proyectos mencionados arriba (v. nota 7), y cuyas primeras entradas redactadas (todas ellas verbos) pueden ya consultarse por Internet (v. nota 6), pretende llenar un hueco en los diccionarios de ELE con respecto al modo en que se organiza la microestructura, y a las informaciones que en ella se ofrecen. Es un diccionario pensado para la descodificación y —principalmente— para la codificación. El leuario inicial se ha establecido con criterios de frecuencia y de uso (Battaner y Renau, 2010). Se trata del primer diccionario de ELE que ha sido concebido para Internet y que solo se ofrece en este soporte; ello permite un *work in progress* que beneficia tanto al equipo de trabajo como a los usuarios, y permite ofrecer también a estos una gran cantidad de información, así como la posibilidad de consultarla toda —mediante la opción extendida— o en una versión reducida con menos ejemplos y notas. Los verbos, que se han redactado por grupos establecidos con criterio semántico, están organizados por acepciones encabezadas por etiquetas semánticas, con el fin de simplificar los artículos complejos de los verbos y ayudar a localizar la acepción buscada más fácilmente. Dentro de cada acepción, considerada como un gran grupo de significado, se agrupan las subacepciones específicas, que en algunas ocasiones se desglosan en patrones argumentales distintos según las alternancias o

¹⁸ El concepto de unidad fraseológica no es unívoco en la lingüística, pero sí es una definición que depende del punto de vista desde el que se describa ese tipo de unidades, lo que sobrepasa los límites de este trabajo. Por lo tanto, definiremos aquí la fraseología en un sentido más amplio en el cual se puedan incluir las distintas tipologías, es decir, la entenderemos como el estudio de las combinaciones de palabras lexicalizadas y más o menos fijas.

variantes sintácticas. Se ha elegido la definición natural con el fin de ofrecer fácilmente la selección de argumetos y la construcción sintáctica, sin recurrir a formalismos. En la figura pueden observarse varias capturas de pantalla de uno de los verbos del DAELE.

Figura 1. Visión de la página del DAELE por defecto



Figura 2. Visión de la página del DAELE en la versión extendida



Figura 3. Visión de la página del DAELE en la versión reducida

desplegar todo
contraer todo

calmar

Extendido Reducido

Presentación | Créditos | Aviso legal | Ayuda

calmar/se (verbo)

Conjugar

1 TRANQUILIZAR/SE

- transitivo Alguien o algo calma a una persona o una cosa cuando hace que esté más tranquila, quieta, o menos agitada o nerviosa:
 - El Gobierno trató de calmar los ánimos con su último comunicado. (SWC)
 - La música de Mozart calma al oyente. (CREA)
- calmarse pronominal (cambio de OD a sujeto) Alguien o algo se calma cuando pasa a estar tranquilo, sin agitación o nervios:
 - El huracán se calmó cuando se encontraban en alta mar. (SWC)
 - Me calmé y me quedé dormido. (CREA)

2 DISMINUIR

- transitivo Algo o alguien calma un dolor, molestia o necesidad cuando la hace disminuir o desaparecer:
 - Este tratamiento calma el dolor y rebaja la inflamación. (CREA)
 - Esta planta calma la irritación de la piel. (SWC)
- calmarse pronominal (cambio de OD a sujeto) Un dolor, molestia o necesidad se calma cuando disminuye o desaparece:
 - La fiebre se calmó rápidamente. (SWC)
 - El dolor se calmó momentáneamente. (CREA)

desplegar todo
contraer todo

Figura 4. Visión de la página del DAELE en la versión reducida y sin ejemplos desplegados

desplegar todo
contraer todo

calmar

Extendido Reducido

Presentación | Créditos | Aviso legal | Ayuda

calmar/se (verbo)

Conjugar

1 TRANQUILIZAR/SE

2 DISMINUIR

desplegar todo
contraer todo

Figura 5. Visión de la página del DAELE con la conjugación desplegada

The screenshot shows the DAELE website interface. At the top, there is a logo for 'daele' and the text 'Diccionario de Aprendizaje del Español como Lengua Extranjera'. Below the logo, there are navigation links: 'desplegar todo', 'contraer todo', a search bar with 'calmar' entered, and radio buttons for 'Extendido' and 'Reducido'. There are also links for 'Presentación', 'Créditos', 'Aviso legal', and 'Ayuda'. The main content area displays the verb 'calmar/se (verbo)' and a 'Conjugar' button. Below this, a table shows the conjugation forms for 'calmar/se' in various tenses and moods. The table is organized into sections: 'Formas no personales', 'Modo indicativo', and 'Futuro simple' and 'Futuro perfecto'. The 'Formas no personales' section includes Infinitivo, Gerundio, and Participios. The 'Modo indicativo' section includes Presente, Pretérito imperfecto, Pretérito perfecto simple, Pretérito perfecto compuesto, Pretérito pluscuamperfecto, and Pretérito anterior. The 'Futuro simple' and 'Futuro perfecto' sections are also included. Below the table, there is a section for '1 TRANQUILIZAR/SE' with a definition and two examples: 'El Gobierno trató de calmar los ánimos con su último comunicado. (SWC)' and 'La música de Mozart calma al oyente. (CREA)'. A large watermark 'DOMÍNIOS' is visible across the page.

Formas no personales	Gerundio	Participios
Infinitivo calmar	calmando	calmado
Infinitivo compuesto haber calmado	Gerundio compuesto habiendo calmado	calmada calmados calmadas

Modo indicativo				
Presente				
calmo calmas calma calmamos calmáis calman				
Pretérito imperfecto	Pretérito perfecto simple	Pretérito perfecto compuesto	Pretérito pluscuamperfecto	Pretérito anterior
calmaba calmabas calmaba calmábamos calmabais calmaban	calmé calmaste calmé calmamos calmasteis calmaron	he calmado has calmado ha calmado hemos calmado habéis calmado han calmado	había calmado habías calmado había calmado habíamos calmado habíais calmado habían calmado	hube calmado hubiste calmado hubo calmado hubimos calmado hubisteis calmado hubieron calmado
Futuro simple	Futuro perfecto			
calmaré calmarás	habré calmado habrás calmado			

1 TRANQUILIZAR/SE

- transitivo Alguien o algo calma a una persona o una cosa cuando hace que esté más tranquila, quieta, o menos agitada o nerviosa:
 - El Gobierno trató de calmar los ánimos con su último comunicado. (SWC)
 - La música de Mozart calma al oyente. (CREA)

En las figuras se ven varias capturas de pantalla de la entrada *calmar/se* del DAELE. En la primera aparece la información tal como la encuentra el usuario al acceder a la entrada habiéndola seleccionado del menú desplegable de selección de los lemas. Se muestra solamente el listado de etiquetas semánticas y la información morfológica de las familias para que el usuario pueda guiarse directamente, si lo desea, a la acepción que quiere buscar. Luego se puede ver la misma entrada en su versión extendida, con casi toda la información desplegada, excepto la conjugación verbal. Puede observarse que cada una de las acepciones contiene una única subacepción que va acompañada de exhaustivos ejemplos recopilados de diferentes corpus¹⁹. Luego se puede ver la misma entrada en la versión reducida, que contiene solo dos ejemplos para cada acepción. En la figura número 4 se aprecia la entrada en su visión

¹⁹ Las siglas que van al lado de cada uno de los ejemplos se refieren al corpus de donde han sido recopilados. CREA indica que el ejemplo ha sido extraído del Corpus de Referencia del Español Actual – RAE y SWC indica que el ejemplo ha sido extraído del *Spanish Web Corpus*, consultado a través de la herramienta *Sketch Engine*.

más reducida posible, sin ejemplo y también sin la información morfológica de las familias, observándose únicamente las etiquetas semánticas. En la última figura podemos ver la entrada con la conjugación desplegada.

En relación con la información sintáctica, además de ofrecer las clásicas marcas de categoría y subcategoría gramaticales, se ofrecen indicaciones sobre la construcción sintáctica delante de los ejemplos, se marca el subjuntivo que requieren las subordinadas del verbo y si son de sujeto o de objeto, estructuras sintácticas muy fijadas relacionadas con la subacepción etc. Se señalan con negrita algunos elementos, como las preposiciones regidas o ciertos pronombres que acompañan al verbo. Por último, el DAELE ofrece también, cuando se considera necesario, la combinatoria léxica de nombres y adverbios, la familia de palabras y los sinónimos y antónimos de un determinado significado. Entre otras informaciones, se han tenido en cuenta los usos pragmáticos de una determinada estructura y los errores comunes relacionados con éstas.

Actualmente, el DAELE se encuentra en fase de desarrollo, y está previsto ir incorporando nuevas entradas a medida que se vayan redactando.

4. Conclusiones Preliminares

Tradicionalmente en el aprendizaje de lenguas, los diccionarios han sido vistos a menudo más como “enemigos” del estudiante que como “amigos”, y se ha tendido a querer dejarlos de lado para potenciar el uso intuitivo y directo del nuevo idioma que se está aprendiendo. Sin embargo, las nuevas metodologías para la enseñanza de LE, basadas principalmente en conceptos como la autonomía productiva del aprendiz, han creado la necesidad de la reformulación de los materiales empleados en ello, lo que ha impulsado la creación de herramientas alternativas a las tradicionales, como por ejemplo los *learner's dictionary*. De esta nueva concepción nacen los diccionarios como el DAELE, enmarcados en una lexicografía volcada en las nuevas tecnologías de Internet, que permite un extenso número de informaciones para ofrecer al usuario²⁰. El DA ha de ser entendido más como una herramienta de aprendizaje activa y complementaria a las clases que como una ayuda pasiva o “de recetario”, en la que el aprendiz encuentra la solución que desea sin demasiado esfuerzo.

²⁰ Para un panorama de las nuevas tecnologías aplicadas a los diccionarios de español, véase Águila Escobar (2009).

Ello puede requerir por parte tanto de profesores como de estudiantes de ELE un cambio de actitud hacia estas obras, pues, como se observa en Bernal y Renau (2010), cuando el aprendiz encuentra un modelo de diccionario distinto del que está acostumbrado puede tender a rechazarlo. El DAELE ha sido concebido no como una obra de consulta meramente, sino como una herramienta de aprendizaje, por tanto, exigirá una actitud más proactiva por parte del usuario, y al mismo tiempo, le ofrecerá más que una respuesta instantánea para una duda puntual. Sin embargo, estudios como Bernal y Renau (2010) muestran que, además de una reformulación de la herramienta en sí que constituye el diccionario y de una adecuación de ésta al proceso de aprendizaje, se hace necesaria una “enseñanza” de la utilización de estas nuevas herramientas. Así que nos parece interesante poner de relieve el importantísimo papel del profesor de ELE para que esta herramienta funcione efectivamente como un instrumento de aprendizaje. Es necesario que tanto profesores como alumnos vean el DA desde esta perspectiva nueva y más abierta para que este modelo pueda funcionar de forma óptima.

Referencias Bibliográficas

ÁGUILA ESCOBAR, Gonzalo. **Los diccionarios electrónicos del español**. Madrid: Arcolibros, 2009.

ATKINS, S.; RUNDELL, M. **The Oxford Guide to Practical Lexicography**. Oxford: OUP, 2008.

AYALA CASTRO, Marta. **Diccionarios y enseñanza**. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, 2001.

AZORÍN, Dolores Fernández. Los diccionarios didácticos del español desde la perspectiva de sus destinatarios. En: **E.L.U.A – Revista de Estudios de Lingüística**, nº14. Alicante: Universidad de Alicante, 2000, p.19-44.

_____. ¿Para qué usan el diccionario los escolares? Reflexiones a propósito de una encuesta. En: PRADO ARAGONÉS, Josefina; RUBSTALLER, Stefan (orgs.). **Tendencias en la Investigación Lexicográfica del Español: el diccionario como objeto lingüístico y pedagógico**. Huelva: Universidad de Huelva, 1998, p.101-115.

BATTANER, Paz. Las palabras en el diccionario: El diccionario en el aula. En: MARTÍN

ZORRAQUINO, M.A.; DÍEZ PELEGRÍN, C. **¿Qué español enseñar? Norma y variación lingüística en la enseñanza del español a extranjeros**. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 2001, p 61-92 .

BATTANER, P.; RENAU, I. Agrupación semántica de verbos de un DAELE a través de sus relaciones hiperonímicas: **La lexicografía en su dimensión teórica**. Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, 2010, p. 543-560.

BATTENBURG, J. D. **English monolingual learner's dictionaries. A user-oriented study**. Tubinga: Max Niemeyer, 1983.

BERNAL, E. **Els noms del verb: reflexions al voltant de les categories gramaticals als diccionaris**. Maig Lexicogràfic II (2009). Institut Universitari de Lingüística Aplicada. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, en prensa.

BERNAL, E.; RENAU, I. ¿Lo que necesitan es lo que encuentran?: Reflexiones a propósito de la representación de los verbos en los diccionarios de aprendizaje del español. En: **Proceedings of the XIV Euralex International Congress (Leeuwarden, 6-10 July)**. Ljouwert: Fryske Akademy, 2010, p. 484-496.

BINON, Jean; VERLINDE Serge. A contribuição da lexicografia pedagógica à aprendizagem e ao ensino de uma LE ou segunda. En: LEFFA, V. J. (org) **As palavras e sua companhia – O léxico na aprendizagem**. Pelotas: Educat, 2000, p. 95-118 .

BOSQUE, Ignacio. Una nota sobre la relevancia de la información sintáctica en el diccionario. En: **Estudios en honor a Paz Battaner**. Barcelona: Instituto Universitario de Lingüística Aplicada, 2006, p. 47-53.

CANDALIJA, R, J. A. y MARIMÓN L, M. C.. La información gramatical en los diccionarios escolares: reflexiones a propósito de una encuesta sobre el uso del diccionario. **Actas del Congreso Tendencias en la Lexicografía Española Actual**. Huelva, 25-27 de Noviembre, 1998, p. 311-322.

DEMONTE, Violeta. Preliminares de una clasificación léxico-semántica de los predicados verbales del español. En: Sybille Grosse y Axel Schönberger (Eds.). **Ex Oriente lux: Festschrift für Eberhard Gärtner zu seinen 60. Geburtstag**. Frankfurt am Main: Valentia, 2002, p. 122-144.

DOLEZAL, F; McCREARY, D. R. Pedagogical lexicography today. **A critical bibliography on learner's dictionaries with special emphasis on language learners and dictionary**. Tübingen: Max Niemeyer, 1999.

ESTAIRE, Sheila. **Tareas para hacer cosas en español: principios y práctica de la enseñanza de lenguas extranjeras mediante tareas**. Madrid: Universidad Antonio de Nebrija, 1999.

HARTMANN, R. R. K. **Teaching and researching lexicography**. London: Longman, 2001.

HERBST, Thomas; POOP, Kerstin (Eds.). **The perfect Learner's Dictionary (?)**. Tübingen: Max Niemeyer, 1999.

HERNÁNDEZ, Humberto. Últimas Tendencias en Lexicografía Didáctica: el diccionario como objeto lingüístico y didáctico. En: PRADO ARAGONÉS, Josefina; RUBSTALLER, Stefan (orgs.). **Tendencias en la Investigación Lexicográfica del Español: el diccionario como objeto lingüístico y pedagógico**. Huelva: Universidad de Huelva, 1998, p.101-115.

HUMBLÈ, P. **A New Model For a Foreign Language Learner's Dictionary**. Florianópolis: UFSC. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2001. Disponible en: http://www.pget.ufsc.br/publicacoes/professores/PhilippeHumble/Philippe_Humble_-_A_new_Model_for_a_Foreign_Language_Learner> Acceso en: 15 de julio del 2006.

JACKSON, Howard. **Lexicography**. London: Routledge, 2002.

LANDAU, Sidney. **Dictionaries: The art and craft of lexicography**. Cambridge: CUP, 2001.

LÁZARO, Juan. La enseñanza mediante tareas. **Actas de XXXIII Congreso Internacional de la Asociación Europea de Profesores de Español**, 1999. Disponible en: <http://difusion.com/ele/formacion/PDF/Ernesto%20MPeris%20.pdf>> Acceso en: 05 de mayo del 2006.

MARTÍN PERIS, Ernesto. ¿Qué significa trabajar en clase con tareas comunicativas? REDELE: **Revista Electrónica de Didáctica ELE**, nº0, 2004.

MALDONADO G., Concepción. La Lexicografía Didáctica Monolingüe en Español. En: **La Lexicografía hispánica ante el siglo XXI: balance y perspectivas**. Zaragoza: Gobierno de Aragón, 2003, p. 129-150.

MORENO FERNÁNDEZ, Francisco. Diccionarios para el Aprendizaje de Lenguas Extranjeras. En: PRADO ARAGONÉS, Josefina; RUBSTALLER, Stefan (orgs.). **Tendencias en la Investigación Lexicográfica del Español: el diccionario como objeto lingüístico y pedagógico**. Huelva: Universidad de Huelva, 1998, p. 151-169.

RENAU, Irene. **El diccionario de aprendizaje como herramienta para la solución de errores verbales cometidos por estudiantes de español como segunda lengua**. Trabajo de

línea. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 2007.

RUNDELL, M. Recent Trends in English Pedagogical Lexicography. En: **International Journal of Lexicography**, nº11/4, 1998, p. 315-342.

_____. Dictionary Use in Production. En: **International Journal of Lexicography**, nº12/1, 1999, p. 35-52.

WELKER, Herbert Andreas. **Panorama geral da lexicografia pedagógica**. Brasília: Thesaurus, 2008.

ZANÓN, Javier (coord.). **La enseñanza del español mediante tareas**. Edinumen. Madrid, 1999.

Arabismos do Campo Semântico do Vestuário na Língua Portuguesa das Minas Setecentistas

Gracinéa Imaculada Oliveira*
Samantha Moura Maranhão^o

Resumo: Este artigo sobre arabismos portugueses descreve e analisa arabismos verificados na terminologia do vestuário no português das Minas Gerais setecentistas. Tem por objetivo conhecer-lhes a sócio-história e estrutura, considerando-se as línguas-ponte que intermediaram sua introdução na língua portuguesa; a via e a época de ingresso nesta; os micro-campos do vestuário em que se organizam e a questão do artigo, cuja aglutinação ao substantivo caracteriza os arabismos ibéricos face aos arabismos das demais línguas românicas. Busca este estudo responder à questão: o uso dos arabismos na designação do vestuário nas Minas setecentistas reflete o uso do português europeu ou se caracteriza por uso peculiar à variedade americana da língua portuguesa? A hipótese testada é a de que os arabismos do vestuário mineiro setecentista constituem herança ibérica e, em se tratando de terminologia, caracterizam-se pela preservação do conteúdo semântico do português europeu. Colheram-se os arabismos analisados em 20 inventários lavrados nas Minas Gerais do século XVIII, pertencentes aos Cartórios do Primeiro e do Segundo Ofício de Notas, incluindo as Provedorias. A fundamentação teórica foi buscada na Filologia Árabe-Românica (CORRIENTE, 2003; VARGENS, 2007), recorrendo-se entretanto à Linguística Estrutural (WEINREICH, 1967; BLOOMFIELD, 2005; SAPIR, 1980; LÜDTKE, 1974), para a compreensão das consequências linguísticas, morfossintáticas e léxico-semânticas, do contato árabe-romance e português-árabe e a caracterização dos arabismos portugueses em uso no Brasil.

Palavras-chave: Lexicologia; Arabismos Portugueses; Português Brasileiro; Vestuário; Século XVIII.

Abstract: This paper about Portuguese Arabisms describes and analyses Arabisms found in clothing terminology in Portuguese spoken in Minas Gerais in the 18th century. It aims to know the Arabisms social history as well as their structure, considering the languages through which such Arabic words got into Portuguese; the way and period in which they were acquired, the microfields in which they are organized and the aglutination of the Arabic article, which makes Iberian Arabisms different from those in other Romance languages. This paper also aims to answer the question: Do Arabisms naming 18th century Minas clothing reflect their use in European Portuguese or do they have any particular use only found in Brazilian Portuguese? The tested hypothesis is that such words are Iberian heritage and, in naming clothing items, they show the same semantic content as in European Portuguese. The clothing Arabisms analysed were found in 20 inventories registered in Minas Gerais in the 18th century, all of which belonging to the Public Notary's Office of the First and Second Register of Deeds. The theoretical approach was found in Arab-Romance Philology (CORRIENTE, 2003; VARGENS, 2007), but also in Structural Linguistics (WEINREICH, 1967; BLOOMFIELD, 2005; SAPIR, 1980; LÜDTKE, 1974), to understand language consequences of the contact between Arabic and Iberian Romance and Arabic and Portuguese as well as the characteristics of Arabisms found in Brazilian Portuguese.

Keywords: Lexicology; Portuguese Arabisms; Brazilian Portuguese; Clothing; 18th Century.

* Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do curso de Letras e do curso de Pedagogia da FACISABH.

^o Doutora em Estudos Linguísticos. Professora da Universidade Federal do Piauí.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objeto o uso de arabismos no português brasileiro, especificamente a sua ocorrência no vocabulário designativo de peças do vestuário no português das Minas Gerais do século XVIII. Busca conhecer-lhes a sócio-história e estrutura, especificamente a trajetória do Oriente Médio para o Brasil, com as línguas-ponte que intermediaram a introdução desses arabismos na língua portuguesa; a via e a época de ingresso nesta, se na Península Ibérica medieval, no contato direto entre as línguas e culturas nativas e a língua corânica e a cultura árabe-islâmica de *Alandalus*, a entidade política muçulmana instaurada no sul da referida península; os micro-campos do vestuário em que se organizam e a questão do artigo, cuja aglutinação ao substantivo caracteriza os arabismos ibéricos face aos arabismos das demais línguas românicas.

Assim, este estudo propõe-se a responder à questão: o uso dos arabismos na designação do vestuário nas Minas setecentistas reflete o uso do português europeu ou se caracteriza por uso peculiar à variedade americana da língua portuguesa? A hipótese testada é a de que, tratando-se de termos da moda e da indústria têxtil, os arabismos do vestuário, herdados do português europeu, são empregados, no campo semântico em questão, como na língua da então metrópole.

Colheram-se os arabismos do campo semântico do vestuário em inventários lavrados nas Minas Gerais do século XVIII. Foram selecionados 20 inventários de pessoas brancas, sendo 10 documentos de homens (5 de homens casados e 5 de homens não casados) e 10 documentos de mulheres (5 de mulheres casadas e 5 de mulheres não casadas). Cada um desses documentos selecionados apresentou, no mínimo, 5 lexemas do campo semântico do vestuário. Os inventários lidos pertencem aos Cartórios do Primeiro e do Segundo Ofício de Notas, incluindo as Provedorias. Esses documentos estão sob a guarda do IBRAM, na Casa de Borba Gato, localizada na atual sede da comarca de Sabará, em Minas Gerais. Esses documentos foram editados e publicados por Oliveira (2010, v.2, p. 209-834).

Buscaram-se os fundamentos teóricos para esta breve investigação na Filologia Árabe-Românica (CORRIENTE, 2003; VARGENS, 2007), recorrendo-se a diferentes autores da Linguística Estrutural (WEINREICH, 1967; BLOOMFIELD, 2005; SAPIR, 1980; LÜDTKE, 1974), para a compreensão das consequências linguísticas, morfossintáticas e léxico-semânticas, do contato árabe-romance e português-árabe e a caracterização dos arabismos portugueses em uso no Brasil.

Sobre as conclusões, antecipa-se apenas que todos os 26 arabismos encontrados no *corpus* foram introduzidos no Brasil pelo colonizador e, integrando a terminologia do traje, não trazem importantes modificações semânticas. No que respeita à morfologia, surpreende a predominância de formas sem o artigo aglutinado (65,4% do total), o que foge ao padrão dos arabismos ibéricos. Com efeito, constatou-se que apenas 53,8% dos termos conheceu uma forma árabe andalusina, resultando os demais 46,2% dos itens da evolução de étimos de outras línguas médio-orientais (pálavi, árabe, neoárabe, persa, neopersa, aramaico), apontando seja a transmissão direta quando da expansão ultramarina portuguesa e sua presença a Oriente, seja a importação no contato com o árabe padrão das elites muçulmanas de Alandalus.

1. SOBRE OS ARABISMOS PORTUGUESES

A importância da língua árabe na constituição do léxico da língua portuguesa é ponto pacífico entre os estudiosos da língua, sendo a segunda fonte em importância, atrás apenas do latim, fato esse que particulariza o léxico das línguas ibéricas face ao dos demais idiomas românicos. Há discordância, entretanto, acerca da quantidade de itens lexicais importados da língua corânica, que varia entre 300 (Coelho *apud* VASCONCELOS, 1956, p. 299) e 4000 itens, consoante os critérios utilizados na contagem, como a inclusão de vocábulos de variedades diacrônicas ou diafásicas ou, ainda, com a consideração de formas derivadas e/ou compostas ou apenas de formas básicas. Assim, Vargens (2007) levanta 769 arabismos no *Léxico Português de Origem Árabe*, mas abordou mais de 3000 em sua tese de doutorado (VIGUERA MOLINS, 2002, p. 09).

Essa duradoura presença árabe ou arabófona na situação de dominação política de parte do território ibérico e o conseqüente prestígio da cultura árabe-islâmica na região promoveram a transmissão de numerosos empréstimos aos então romances peninsulares.

Neuvonen (1951, p. 291-292) aponta três vias de ingresso de arabismos nos falares ibéricos, consoante a proximidade e intensidade no convívio entre cristãos falantes de romances e muçulmanos arabófonos: influência direta resultante da convivência entre muçulmanos e cristãos em Alandalus; influência indireta, por meio de imigrantes e escravos oriundos das áreas outrora sob jugo muçulmano, quando verificado o processo de Reconquista, que não impediu o contato dos territórios absorvidos por reinos cristãos com os vizinhos de Alandalus e, por fim, o contato com regiões cristãs em cujas línguas eles

ocorriam, ou seja, o contato intrarromânico como ponte na transmissão de vocabulário de origem árabe aos falares ibéricos.

Com menor frequência, introduziram-se arabismos nas línguas peninsulares, e particularmente no português, com o advento das grandes navegações e a consequente expansão ultramarina de Portugal e Espanha (VIGUERA MOLINS, 2002, p. 50).

Entretanto, apenas Vargens (2007, p. 35) aborda a introdução de arabismos no português brasileiro, em consequência da importação de mão de obra escrava islamizada, proveniente da África Ocidental, e da imigração sírio-libanesa.

O contato de línguas é visto, por alguns antropólogos, como um aspecto do contato de culturas e a interferência linguística, como uma faceta da difusão cultural e da aculturação (WEINREICH, 1967, p. 05).

Sapir (1980, p. 153) já apontava para o fato de as civilizações não se bastarem e de, independentemente do grau ou da natureza do contato, este resultar em qualquer espécie de interinfluência linguística, geralmente unilateral, a partir do povo considerado centro de irradiação de cultura.

Dado que, para ele, o tipo mais simples de influência interlinguística é o empréstimo vocabular, passível de ocorrer sempre que há empréstimo de elementos da cultura; o seu cuidadoso estudo pode lançar luz sobre a história da cultura, por exemplo, ao apontar o papel de vários povos no desenvolvimento e difusão de idéias culturais, mediante análise do grau de infiltração dos seus léxicos em outras línguas (SAPIR, 1980, p. 154).

Considerando-se o prolongado contato árabe-romance e português-árabe na Idade Média ibérica, o avançado desenvolvimento técnico-científico da civilização árabe, à época, e o consequente prestígio de que então se via imbuída, verificam-se arabismos nos mais variados campos semânticos, reflexo sobretudo da herança técnico-científica legada à Europa pelo invasor muçulmano.

No Brasil, a condição de (ex-)escravos ou de imigrantes desprovidos de prestígio sócio-econômico e, na esteira, linguístico, concorreu para a restrição dos campos semânticos para cujo enriquecimento lexical a língua árabe contribuiu, restritos aos da religião e da culinária, respectivamente. Assim, segundo diferentes estudiosos (ELIA, 2004, p. 107; HOUAISS, 1986; SILVA, 2003; SILVA NETO, 1988, p. 333; TEYSSIER, 2001, p. 22; VARGENS, 2007, p. 221-225; VASCONCELOS, 1956, p. 301-302), organizam-se os arabismos portugueses nos seguintes campos semânticos:

1) técnicas e produtos agrícolas: *açude, almuinha, safra, sega; açúcar, café, tamarindo*; 2) guerra e vida militar: *alferes, algema, almirante, arrais, arsenal, bodoque, calibre, refém*; 3) indústria e comércio: *açougue, alambique, armazém, azenha, azêmola*; 4) administração e finanças: *aduana, alfândega, alvará, aval, leilão, tarifa*; 5) profissões: *alfaiate, almoxarife, magarefe*; 6) ciências, técnicas e artes: *algarismo, álgebra, zero; achaque, elixir, enxaqueca, nuca, xarope; alquimia; alaúde, atabaque, atambor, axabeba, cifra*; 7) vestuário: *babuche*; 8) alimentação e culinária: *almôndega, cuscuz*; 9) compartimentalização espacial e acidentes geográficos: *aldeia, arrabalde, bairro, rincão*; 10) habitação e vida doméstica: *alcova, alicerce, almofada, andaime, azulejo, chafariz, divã, saguão, sofá, taça, taipa*; 12) fauna (inclusive pesca): *anta, atum, gazela, girafa*; 13) jogos: *xadrez*; 14) religião: *imame, ulemá, mussurumim, islame, jihad, mesquita, minarete, moçafo, tecebá*.

A maioria quase absoluta dos arabismos é de substantivos, nas demais classes os exemplos são tão poucos que podem ser *elencados* na sua totalidade, como a preposição *até*, os verbos *acaçalar* e *recamar*, os adjetivos *baldio* e *mesquinho*, o pronome *fulano*, o advérbio *debalde* e a interjeição *Oxalá* (ELIA, 2004, p. 108; VASCONCELOS, p. 304-305).

A interferência, entretanto, pode se dar em qualquer plano da língua. Lüdtke (1974, p. 283) cita, além das influências léxicas, as fonéticas, morfológicas e sintáticas, apontando, para a interferência nos planos morfológico e sintático, uma influência maior e mais profunda. São abundantes os empréstimos vocabulares, cujo radical estrangeiro se adapta à fonologia e à morfologia da língua importadora. Há ainda a interferência na tipologia frasal, que ocorre especialmente na língua escrita literária e recebe o nome de *decalque* (CÂMARA JR., 1988, p. 105).

A depender do tipo de contato verificado entre os grupos de línguas distintas, se por coincidência ou contiguidade geográfica ou se a distância, verificam-se dois tipos de empréstimos: os *íntimos*, buscados em línguas que são substrato, adstrato ou superstrato da língua importadora, e os *culturais*. Os empréstimos lexicais íntimos cobrem campos semânticos determinados de modo coerente, correlacionando geografia do contato e povos neste envolvidos, bem como aspectos do conhecimento influenciado no contato. Já os empréstimos culturais decorrem de contato à distância, seja no tempo, a exemplo da incorporação de latinismos e grecismos pelas línguas europeias modernas, seja no espaço, como os buscados às línguas do oriente, quando da expansão ultramarina portuguesa, e os

procedentes de outras línguas europeias, sobretudo galicismos e anglicismos, no que concerne à língua portuguesa, hodiernamente (BLOOMFIELD, 2005, p. 461; CÂMARA JR., 1988, p. 105, 111; VARGENS, 2007, p. 35).

De acordo com Freitas, Ramilo e Soalheiro (2002, p. 371), e pautados em estudo da integração de anglicismos ao português europeu, o processo de assimilação de estrangeirismos se dá em três fases, caracterizadas pelo tipo de transformação (imediate, progressiva ou integração) sofrida pelo vocábulo, a cada uma das quais correspondendo fenômenos fonológicos, morfossintáticos, semânticos e gráficos específicos.

Caracterizam os estrangeirismos na primeira fase de integração: 1. adaptação fonética imediata; 2. adaptação morfossintática imediata; 3. monossema: manutenção do significado com o qual a palavra é importada; 4. grafia da língua de origem; 5. hesitação nos tipos gráficos (FREITAS, RAMILO, SOALHEIRO, 2002, p. 373).

Nesta fase, as palavras tendem a ser monossêmicas porque em geral designam uma realidade específica para a qual inexistente um correspondente vernáculo. Pode ocorrer de, na língua de origem, a palavra ter mais de uma acepção, apesar de na língua portuguesa apresentar significado restrito. Quanto à grafia, caracterizam-se os estrangeirismos pela grafia idêntica à da língua de origem, além de comumente ocorrerem com tipos gráficos distintos, a exemplo de aspas ou itálico (FREITAS, RAMILO, SOALHEIRO, 2002, p. 376).

As transformações da segunda fase decorrem do tempo e da frequência de uso do estrangeirismo. Nela se dá aproximação mais significativa, a nível formal, entre os estrangeirismos e as demais palavras do léxico português (FREITAS, RAMILO, SOALHEIRO, 2002, p. 376).

Caracterizam os vocábulos nesta fase: 1. adaptação fonética progressiva; 2. adaptação morfossintática progressiva; 3. possibilidade de formação de novas palavras por composição e por prefixação; 4. formas concorrentes a nível gráfico; 5. atestação lexicográfica (normatizada ou não). Com relação à morfossintaxe, verifica-se a possibilidade de se originarem novas palavras por meio da composição, por exemplo, processo não-derivacional que pode operar em elementos não integrados ao léxico. Em termos gráficos, começam a ocorrer grafias alternativas à da língua de origem (FREITAS, RAMILO, SOALHEIRO, 2002, p. 376-377, 378, 379).

Na terceira fase, o estrangeirismo deixa de sê-lo e precisa mostrar estabilização em vários níveis, aproximando-se formalmente dos vocábulos já listados no léxico. Caracterizam os empréstimos nesta fase: 1. estabilização fonológica; 2. plena integração morfossintática; 3.

integração no sistema morfológico da língua (possibilidade de derivação); 4. polissemia (tendência para extensão, restrição ou modificação do significado da forma original); 5. atestação lexicográfica normatizada. Quanto à morfossintaxe, é preciso que a palavra integre estruturas derivacionais, indicando que o seu radical está disponível no repertório de radicais da língua portuguesa. Em termos semânticos, as formas integradas tendem a se tornar polissêmicas, como as demais palavras do sistema lexical (FREITAS, RAMILO, SOALHEIRO, 2002, p. 379, 380).

Com relação à grafia, apresentam as palavras atestação lexicográfica normatizada. Entretanto, não constituindo a grafia um critério seguro para atestação de integração de vocábulos, por não ser critério puramente linguístico, encontram-se exemplos de vocábulos totalmente integrados no que concerne à fonologia e à morfologia, mas que preservam a grafia original, como *design*, *feedback* e *internet* (FREITAS, RAMILO, SOALHEIRO, 2002, p. 380-381).

Uma questão particularmente pertinente à aquisição de empréstimos árabes pela língua portuguesa é a aglutinação do artigo ao substantivo que o segue. De acordo com Noll (2005, p. 35-37) a tese berbere foi considerada, por muito tempo, a mais adequada na explicação do fenômeno: Steiger, em 1947, apontara que a aglutinação resultava de transmissão oral, para, mais tarde, em 1967, correlacionar o fenômeno nas falas berberes ao traço de determinação quantitativa do artigo árabe. Elcock, em 1960, apontou para o fato de a aglutinação do artigo nos arabismos ibéricos resultar do influxo do estrato berbere, apenas superficialmente arabizado, que, entretanto, constituiu a maioria entre os invasores muçulmanos de Alandalus. A ausência de artigo definido em suas falas constituiria a causa estrutural da sua não identificação e segmentação (NOLL, 2005, p. 35).

Segundo Noll (2005, p. 39), o artigo determinado árabe tem vários alomorfes. Dada a instabilidade do [a], a forma *al* ocorre exclusivamente na posição de início absoluto de palavra, elidindo-se, no sintagma, com vogais flexionadas ou epentéticas finais ou sofrendo assimilação regressiva diante das consoantes solares. Como a elisão da vogal *a-* o faz perder o seu valor silábico, o alomorfe {l} se comporta como um elemento enclítico, integrando a última sílaba da palavra anterior, ao passo que, nas formas assimiladas diante das consoantes solares, perde-se na geminação. Conclui Noll (2005, p. 40), então, que, devido à separação silábica coincidente com a segmentação morfemática, os empréstimos árabes não deveriam apresentar o artigo aglutinado e que a aglutinação dos arabismos ibéricos resulta de

particularidade da variedade diatópica, ibérica, da língua árabe: a falta da elisão da vogal *a-* no árabe andalusino.

Portanto, no ibero-romance, a aglutinação do artigo árabe *al* ao substantivo que o segue decorre de uma característica estrutural do próprio árabe andalusino: a preservação do valor silábico do artigo, devido à preservação regular da vogal inicial *a-*.

Noll (2005, p. 40, tradução nossa) afirma, ainda, que “Conseqüentemente, os arabismos ibero-românicos que trazem o artigo aglutinado provêm dos empréstimos [adquiridos] no meio moçárabe bilíngüe ativo, ao passo que os outros, sem artigo, dependem do contato habitual de línguas”.

Como se percebe, a contribuição árabe foi muito importante para a formação do vocabulário da língua portuguesa. Entretanto, pelo fato de o vocabulário ser um campo vasto, um recorte se faz necessário. Sendo assim, serão estudados os arabismos presentes no vocabulário do vestuário das Minas do século XVIII.

2. SOBRE O VOCABULÁRIO DO VESTUÁRIO NAS MINAS SETECENTISTAS

Ornar o corpo é bem mais que simples vaidade. Esse ato revela complexa organização social das comunidades cujos membros o pratica. Intrinsecamente ligada à cultura desde os primórdios da humanidade, a ornamentação evoluiu de rito para um complexo sistema de uso no qual ornar/vestir está subordinado ao uso que o indivíduo faz da roupa (traje) e às normas ditadas pela sociedade sobre tal uso (indumentária) (BARTHES, 2005). Dessa tensão resulta o vestuário de uma determinada sociedade em uma dada época. Sendo assim, percebe-se que para melhor entender o vestuário das Minas setecentistas, é necessário considerar a situação socioeconômica da capitania à época.

A colonização do território hoje ocupado pelo atual Estado de Minas Gerais decorreu da descoberta de várias minas de ouro e de diamantes. Esse fato disponibilizou capital para que uma pequena elite local pudesse importar produtos da Europa e de outras partes do mundo, conforme informa um viajante da época: “(...) logo começarão os mercadores a mandar às Minas o melhor que chega nos navios do Reyno ou de outras partes, assim de mantimentos como de regalo ou de pomposo para se vestirem, além de mil bugiarias de França que lá também forão dar” (ANTONIL, 1965, p.380).

Pistas da riqueza do vestuário de algumas pessoas da época foram encontradas no vocabulário designativo desse campo semântico. Nos 20 inventários pesquisados foram

coletados 379 lexemas materializados em 3978 lexias do campo semântico do vestuário. Após um recorte, feito para atender ao objetivo inicial da pesquisa de Oliveira (2010), que era verificar se havia diferença entre o vocabulário do vestuário de homens e de mulheres da época, foi montado um *corpus* de 266 lexemas, materializados em 1.803 lexias.

Esses lexemas foram organizados de acordo com uma adaptação feita do campo conceitual do vestuário, proposto, em 1952, no *Sistema Racional de Conceitos*, de Wartburg e Hallig. Eis alguns exemplos da divisão desse campo. Os lexemas estão em versalete e o número de lexias entre parênteses:

O vestuário

aa) **Generalidades:** AVARIA (2); BICO (3), BOM (23), CASTA (1), CORTE (2), CÔVADO (69), CRIVADO (1), CRU (3), DEFEITO (1), ENCASTOADO (9), ENLAÇADO (1), ENTREFINO (2), ESMALTADO (3), ESMALTE (4), ESTREITO (4), FEITIO (9), FINO (26), FURADO (1), GRANDE (8), GROSSO (11), INFERIOR (2), INTEIRIÇO (2), LARGO (4), LARGURA (1), LAVRADO (13), LISO (11), LISTRA (3), MAIOR (1), MEADA (13), MODA (6), NOVELO (1), NOVO (16), ORDINÁRIO (8), PEÇA (16), PEQUENO (21), PINTADO (4), REMENDADO (1), RETALHO (7), RISCADO (5), ROTO (7), ROUPA (10), USADO (58), USO (66), VARA (38), VELHO (28), VESTIR (1), VESTUÁRIO (3).

bb) Roupas exteriores

1. **Masculinas:** CALÇÃO (30), CAPA (1), CAPOTE (9), CASACA (24), CHAMBRE (2), FARDA (3), FRAQUE (1), HÁBITO (1), JALECO (10), LOBA (1), QUIMÃO (1), TIMÃO (2), SOBRETUDO (2), SURTUM (2), UNIFORME (3), VÉSTIA (29), VESTIDO (6).

2. **Femininas:** CAPA (13), CAPOTE (2), CASACA (3), COLETE (2), GIBÃO (1), GUARDA-PÉ (4), HÁBITO (1), MANTO (9), TIMÃO (2), ROUPÃO (1), SAIA (31), VÉSTIA (4), VESTIDO (2).

(...)

O vocabulário do vestuário deixa entrever a variedade e a riqueza da indumentária usada pelos mineiros da época. Mas apesar dessa riqueza, o vocabulário demonstra também as contradições sociais desse período. Embora a colonização da Capitania de Minas tenha decorrido pela descoberta de riquíssimas minas, a região passou por algumas crises de fome: 1697/98, de 1700/01 e de 1713. Essas crises foram provocadas pelas dificuldades de se

transportar os víveres do litoral até a região mineradora. Além disso, havia pouca agricultura na região nesse período, devido ao fato de as terras serem sáfaras e de os mineradores preferirem o garimpo ao cultivo de gêneros agrícolas (ZEMELLA, 1951). Esse foi um dos motivos do elevado preço de mercadorias na região mineradora. Essa carestia é perceptível nas listas de bens dos inventários. Além do fato de cada item inventariado ter sua avaliação, o ato de se inventariar qualquer bugiganga – agulhas, ceroulas, copos quebrados, cadeiras quebradas, etc. – mostra que tais itens possuíam valor para que se dessem ao trabalho de os inventariar.

Como a fonte desta pesquisa é constituída por inventário e quem deixa inventário é quem possui bens, é importante frisar que o panorama do vestuário esboçado neste trabalho refere-se ao das pessoas que tinham, na época, posses. O vestuário dos “escravos, pobres e deserdados de toda sorte que pululavam nas Minas de então” (SOUZA, 2004, p.203-211) – não foi contemplado, neste trabalho, por falta de fontes.

Devido ao alto preço das peças do vestuário, a ostentação de tais peças era sinônimo de distinção:

Por isso mesmo, nas cidades mais ricas, quem pode e luxa, cobra-se do sacrifício exagerando para dar na vista, e cobre-se de gibões (...), carassuilhas de metal, pestanas lavradas, que fazem da roupa um estandarte vistoso atraindo a atenção de todo mundo (OMEGNA, 1971, p.145).

Essa tendência à ostentação não pode, entretanto, ser atribuída apenas à questão econômica. Pode-se atribuí-la, também, ao estilo barroco que ainda tinha fortes resquícios na cultura daquela época (ÁVILA, 1967). Esse estilo caracteriza-se pelo

gosto pelo cenário teatral e feérico, a atração do exotismo, do raro, das fantasias gratuitas que correspondem ao triunfo da cultura cortês, de seu ideal de jogo e de preciosidade mundana. Aos percursos ondulantes das formas e à riqueza profusa dos ornamentos na arte correspondem agora os trajes sofisticados, estranhos, extravagantes da corte e das festas noturnas (LIPOVETSKY, 2008, p.63).

O vestuário, à época, variava conforme a classe social e o contexto de uso. Em relação ao contexto de uso, a roupa variava conforme duas ocasiões: a de uso doméstico e a de uso em eventos públicos. Se em casa a roupa caracterizava-se pela simplicidade (BARROS, 147, p.122-131), a roupa usada nos eventos públicos caracterizava-se pelo esplendor e riqueza, como foi descrita na comemoração da criação do arcebispado de Mariana (MACHADO *apud* MAGALHÃES, 1987, p.177).

Mas além da variação em relação ao contexto de uso, o vestuário variava conforme o sexo do portador:

A sedução afastou-se da ordem imemorial do ritual e da tradição: inaugurou sua longa carreira moderna individualizando, ainda que parcialmente, os signos do vestuário, idealizando e exacerbando a sensualidade das aparências (LIPOVETSKY, 2008, p.66).

Isso mostra que as diferenças entre os sexos encontram expressão nas distinções de hábito e convenção em relação ao traje (FLÜGEL, 1966, p.93).

Mas o estudo do vocabulário do vestuário não aponta apenas para essas diferenças elencadas anteriormente. Esse estudo mostra que, embora a maior parte desse vocabulário fosse herança do colonizador, há nele contribuições de outros povos com os quais o colonizador manteve contatos bélico, comercial ou cultural. A etimologia dos lexemas do campo semântico do vestuário mostra a contribuição de outros povos na constituição desse vocabulário, conforme demonstra a tabela que se segue. Para a montagem dessa tabela, foi verificada a etimologia de todos os lexemas do campo semântico do vestuário encontrados na pesquisa. Para identificar a etimologia dos lexemas, foram consultados o dicionário *Houaiss da Língua Portuguesa* e o *Dicionário Etimológico Nova Fronteira* de Antônio Geraldo da Cunha.

TABELA 1 - Etimologia

Origem	Número de lexemas	%
latim	49	27
indefinido	40	22
francês	33	18
árabe	23	13
topônimo	6	3
italiano	5	3
castelhano	4	2
gótico	4	2
catalão	3	2
chinês	2	1
japonês	2	1
céltico	1	1

flamengo	1	1
genovês	1	1
malaio	1	1
neoárico	1	1
picardo	1	1
português	1	1
turco	1	1
TOTAL	179	100

A tabela mostrou que diversas línguas contribuíram para a formação desse vocabulário. Em relação à contribuição do árabe, ela foi numericamente significativa, visto que foi a terceira língua que mais contribuiu para a formação desse campo semântico.

Mas a influência islâmica no vestuário não teve origem em terras americanas. Pistas dessa influência remota na formação desse campo semântico e do próprio vestuário são encontradas na história do vestuário português. Já na Idade Média, por volta do século XIII, encontra-se influência do árabe no vestuário lusitano. As roupas íntimas masculinas dessa época eram influenciadas pelas formas orientais:

Os tecidos e as formas do Islão influíram consideravelmente na camisa portuguesa do século XIII. Camisas “mouriscas”, feitas de alfola (pano fino fabricado em Granada) ou de ascari (outro tecido muçulmano) são registradas no guarda-roupa de D. Dinis, (...). Por baixo da camisa, o homem português enfiou as suas primeiras cuecas, as bragas, feitas, como o nome o diz, de linho bragal. Também aqui se nota a influência do Islão, onde de há muito essa peça interior era usada (MARQUES, 1964, p.32).

Também o vestuário feminino medieval português sofreu influência oriental. As mulheres da época, por exemplo, usavam uma espécie de turbante, de nítida influência islâmica, até fins do século XIV (MARQUES, 1964, p. 58).

Essa influência perpassou tempos e lugares até chegar à Colônia. No então Arraial do Tejuco, a influência mourisca era sentida não apenas na arquitetura dos imóveis com suas fachadas de muxarabiês, mas também na maneira das mulheres vestirem-se. O hábito de “andarem as mulheres rebuçadas em dois côvados de baeta preta... com a cara tôda tapada” (OMEGNA, 1971, p.141) fez baixar alguns alvarás contra essa moda. Porém o hábito persistiu até o século XIX, mudada apenas a baeta em mantilha (OMEGA, 1971, p.141-143).

Além disso, os lexemas de origem árabe, encontrados no campo semântico do vestuário do português do século XVIII mineiro, mostram a importância da contribuição islâmica para esse vocabulário de especialidade.

3. METODOLOGIA

Conforme dito em seção anterior, para a montagem do *corpus* foram escolhidos 20 inventários lavrados nas Minas Gerais do século XVIII. Durante a transcrição e edição desses documentos, os termos do vestuário, assim como o contexto de ocorrência, foram listados no programa Excel. Como o vestuário muda com o tempo, para se saber se um termo pertencia a esse campo semântico e para fazer a classificação dos lexemas, foram feitas consultas a dicionários e/ou documentos da época, enciclopédias de história da indumentária, etc, pois, nos inventários, o uso, na maioria das vezes, não era explicitado, apenas se listavam os itens. Para a definição dos verbetes foram pesquisadas as seguintes obras, nesta ordem de prioridade:

- a) *Vocabulário portuguez e latino* do padre Raphael Bluteau;
- b) *Diccionario da lingua portugueza* de Antônio de Moraes Silva;
- c) *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* de Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar;

Foi utilizado como fonte para as informações etimológicas o *Dicionário Etimológico Nova Fronteira* de Antônio Geraldo da Cunha. A partir das informações desse dicionário, foi feito o recorte dos arabismos.

Para a confirmação da origem árabe dos lexemas selecionados, foram consultadas duas obras lexicográficas de publicação mais recente, o *Diccionario de Arabismos y Voces Afines en Iberorromance* (CORRIENTE, 2003) e o *Léxico Português de Origem Árabe: Subsídios para Estudos de Filologia* (VARGENS, 2007), os quais trazem uma revisão das notícias etimológicas para esses termos, conferindo-se em dicionários gerais brasileiros, a saber a versão eletrônica das obras *Dicmaxi Michaëlis: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa* (MICHAËLIS, 1998), *Novo Aurélio Século XXI: o Dicionário da Língua Portuguesa* (FERREIRA, 1999) e o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (HOUAISS; VILLAR, 2001) marcas diassistêmicas que permitissem identificar a restrição do seu emprego a variedades diatópicas ou diacrônicas, por exemplo, bem como o registro mais antigo dos

referidos arabismos na língua portuguesa de que se tem notícia, possibilitada pela datação apresentada por Houaiss (2001).

Identificaram-se 26 lexemas de origem árabe. Outras 03 formas, *farda*, *rês* e *jaleco*, são comentadas no corpo do trabalho, devido ao fato de a lexicografia nacional em geral dicionarizar equivocadamente as duas primeiras como arabismos, e a terceira por o senso comum crer originar-se igualmente no árabe, quando, em verdade, resulta da evolução de étimo turco, língua frequentes vezes intermediária na transmissão de arabismos a línguas européias ocidentais.

Apresentam-se os arabismos em verbetes assim constituídos:

- a) lema, em negrito e com sua forma gráfica moderna;
- b) a forma e suas variantes encontradas nos manuscritos, entre colchetes;
- c) informações gramaticais (classe de palavra, gênero, número, datação). A datação foi retirada do dicionário Houaiss (2001), entretanto se a data informada for posterior a data dos documentos consultados, é informada a data do documento (retrodatação) e é lançado o esclarecimento em nota;
- d) aceção textual;
- e) abonação, em itálico e entre aspas, mas não estava assim nos manuscritos.
- f) Sigla dos documentos consultados, assim como a referência ao fôlio do qual foi retirada a abonação.

Na análise dos dados, eventuais referências aos produtos lexicográficos consultados se dão mediante o emprego de siglas, respectivamente:

DAVAIR: *Diccionario de Arabismos y Voces Afines en Iberorromance*

DEA: *Dicionário Eletrônico Aurélio*

DEH: *Dicionário Eletrônico Houaiss*

DEM: *Dicionário Eletrônico Michaëlis*

LPOA: *Léxico Português de Origem Árabe*

Já os inventários mineiros dos quais foram retirados os arabismos são identificados pelas siglas seguintes:

CPOCJA – Cartório do Primeiro Ofício de Notas, CPO I (08)89 – Inventário de Custódio José de Almeida, 1793. IPHAN/IBRAM – Sabará – MG.

CPOCPR - Cartório do Primeiro Ofício de Notas, CPO I (07)78B – Inventário de Custódio Pereira Rocha, 1778. IPHA/IBRAM – Sabará – MG.

CPOFPG - Cartório do Primeiro Ofício de Notas, CPO I (05)52 – Inventário de Fernando Pereira Guimarães, 1763. IPHAN/IBRAM – Sabará – MG.

CPOFVS – Cartório do Primeiro Ofício de Notas – Provedoria, CPO 4 (2 A) – Inventário de Francisco Vieira de Souza, 1779. IPHAN/IBRAM – Sabará – MG.

CPOMCP - Cartório do Primeiro Ofício de Notas, CPO I (02)19 – Inventário de Matias Crasto Porto, 1742. IPHAN/IBRAM – Sabará – MG.

CPOMPPN – Cartório do Primeiro Ofício de Notas, CPO I (06)67 – Inventário de Manuel Pereira Pinto Neves, 1773. IPHAN/IBRAM – Sabará – MG.

CPOMSO - Cartório do Primeiro Ofício de Notas, CPO I (03)31 – 1749 – Inventário de Manuel de Souza Oliveira, 1749. IPHAN/IBRAM – Sabará – MG.

CSOACD - Cartório do Segundo Ofício de Notas, CSO I (01)04 – Inventário de Antônio da Cruz Duarte, 1722. IPHAN/IBRAM – Sabará – MG.

CSOAMJ – Cartório do Segundo Ofício de Notas, CSO I (73)563 - Inventário de Ana Maria de Jesus, 1796. IPHAN/IBRAM – Sabará – MG.

CSOAMR - Cartório do Segundo Ofício de Notas, CSO I (47)349 – Inventário de Ana Maria da Rocha, 1777. IPHAN/IBRAM – Sabará – MG.

CSOJSA - Cartório do Segundo Ofício de Notas, CSO I (17)151 – Inventário de Joana da Souza Araújo, 1755. IPHAN/IBRAM – Sabará – MG.

CSOJSCR - – Cartório do Segundo Ofício de Notas, CSO I (26)228 – Inventário de Joana de Souza Cruz Ribeiro, 1765. IPHAN/IBRAM – Sabará – MG.

CSOJSS - Cartório do Segundo Ofício de Notas, CSO I (01)08 – Inventário de Joseph dos Santos Silva, 1727. IPHAN/IBRAM – Sabará – MG.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Dentre os vocábulos designativos do vestuário das Minas setecentistas estudados por Oliveira (2010), encontraram-se 26 formas originadas na língua árabe e 03 falsos arabismos, listados a seguir segundo ordenamento alfabético.

ACETINADO [acetinada, aSetinada] adj., 1793.¹ Liso, macio e lustroso como o cetim. “*Dezanove varazdefita moda aSeti / nada eLarga aqualSendovista ea / vaLiada por elles ditos avaLiadores / porelle(s) foram avaLiada Cadavara / aduzentos etrinta reis que ao todo / importa aquantiadequatro mil / trezentos eSetenta reis ComqueSeSay*” (CPOCJA, f.109v).

ALFAZEMA [Alfazema] sf.,1562. Erva que se coloca entre a roupa lavada.² “*Hua livradeAlfazema avaliada / emCento esesentaReis*” (CPOMPPN, f.6r).

ALFINETE [alfinetez, Alfinete] sm, xv. He hum bocadinho de ferro, com ponta, & cabeça. Serve de prender o em que se prega.³ “*Sette Cartas emeya dealfinetez de / Lataõ as quaes Sendo vistas eavaliadaz / por elles ditos avaliadores por elles foi a / Valiado CadaCarta aSetenta Reis / que ao todo importa aquantia dequi / nhentoz evinte eCinco Reis comoque / SeSae fora amargem*” (CPOCJA,f.31v).

ALFORJE [Alforges, Alforgez] sm, 1162. Espécie de sacola de couro ou de outro material dividida em duas algibeiras em que se coloca alguma provisão necessária para a jornada. Nas bestas, é colocado nas ancas de uma ou de outra parte do arção da sela e, na gente de pé, carrega-se nos ombros com uma parte no peito e outras nas costas.⁴ “*Aquantia deDuzentoz [e]hum Miletre / zentoz eSincoReis aqual Seachou Naz / Sua(z)Caixas em varias qualidadez de Moe / das ComaqualquantiadeDuzentoz / ehummiletrezentos eSincoReisSe / Say foraamargememalgarismo ede / clarouqueezte dinheÿro mencionadoSe / achounazcaixazeAlforges emmão / dos matadorezem[†...]]les queaotodo / Inportouaditaquantiadeclarada*” (CPOFVS, f.171v).

ALGIBEIRA [ogibeira] sf, 1610. Relógio portátil, que se traz na algibeira.⁵ “*Hum Rellogiodaogibeira ava / lliado emoytavas [†...]]s deouro*” (CSOJSS, f.5v).

ALGODÃO [algodaõ, algudaõ] sm, 1279. Tecido utilizado na confecção de outros tecidos, de roupas exteriores, íntimas, de banho e acessórios. “*Quatrotoalhasdemaõz d[e]algudaõ / queforaõvistaseavaliadaspelos / ditos Avaliadorescadahua adu / sentosevintecinco reiscadahua / importanaquantiadenovecen / tosreiscomquesesahé*” (CSOAMJ, f.8r).

¹ No DEH consta que esse termo entrou na língua portuguesa no século XX. Entretanto é necessário retrodatar, visto que consta registro em um documento de 1793 e em outro de 1795.

² BLUTEAU, 1712-1728, t.I, p.243.

³ BLUTEAU, 1712-1728p.245

⁴ BLUTEAU, 1712-1728, p.246.

⁵ BLUTEAU, 1712-1728, p.226.

ALJÔFAR [aljofes, aljofres, ojofes] sm, 1344. Aljofares são perolas miudas que se achão dentro das conchas, que as criaõ. Tambem as perolas mal feitas, chamaõ os Ourives Aljofar, & sendo grandes lhe chamaõ graons de conta⁶ Usado para guarnecer brincos. “*Humpar de Brincos dealjofes pe / quenos Comopezodeduas ojtauas / eCatorze tustoes vistoseavalia / dos pellosdittos aualiaadorescada / ojtaua amil equatro sentos reis / soma tres mil quatro sentos edoze / reiscomquesesay*” (CSOJSA, f.6r).

ALJOFARADO [aljofrado, aljofradas] adj, 1562. Guarnecido, & ornado de muitas perolas pequenas.⁷ “*Huapessa de Riscado do porto novo / aljofrado oqual Sendo vistaeava / liada por eles ditos aualiaadores por / elles foi aualiada em mil equihen / tos Reis com que SeSae fora*” (CPOCJA, f.18v).

ALPERCATA [Alparcataz] sf, [1779] Sola de sapato com tiras de couro, ou de esparto, em lugar de pala, de que usaõ os Religiosos de São Francisco.⁸ “*Item (tres) parez de xinellos demodo de / (Alparcataz) de frade que uistoz eavalia / dospelloz ditoz aualiaadores emaquan / tia deSeis centoz Reis comqueSeSay fora / amargememalgarismo*” (CPOFVS, f.174v).

ÂMBAR [ambar] s.m. 1256. Espécie de betume brando, pardo e leve ou viscosidade marinha formada da natureza para as delícias do olfato.⁹ “*Huma bolladeam[bar] em ga[†...]/ zada em ouro quepeza huma oytava / etrez quartos vista eavaleada pe / loz ditoz avaliador[e]z em mil edoz / zentoz reiz*” (CSOAMR, f.2v)

ANTA [Anta] sf, xv. Animal quadrúpede (...)¹⁰. Pele desse animal utilizada na confecção de um tipo de correia usada para pendurar a espada (boldrié). “*De(z) Buldries deAnta que foraõ aualli / ados Cadahum aduzentos Reis que todoz / emportaraõ dous Mil Reis*” (CPMCP, f.49r).

ARGOLA [algoras, arollas] s.f. 1364. Espécie de anel ou de círculo pequeno de ferro ou de outra matéria.¹¹ Era usado tanto por homens quanto por mulheres.”*Huas algoras deourodeCanotilho que / pezarão quin(s)oitauas avaliadas / em De(s)oito oitauas*” (CSOACD, f.3r).

⁶ BLUTEAU, 1712-1728, p. 26

⁷ BLUTEAU, 1712-1728, p. 26

⁸ BLUTEAU, 1712-1728, v.1, p.279.

⁹ BLUTEAU, 1712-1728, t.1, p.324.

¹⁰ BLUTEAU, 1712-1728, p.395.

¹¹ BLUTEAU, 1712-1728, t.1, p.491.

AVARIA [avaria, auarias] s.f. 1557. Os danos que as fazendas embarcadas recebem. Podem ser provocados por chuva, água do mar, etc. Avaria simples: deterioração natural da coisa embarcada. Avaria grossa: a causada por tormenta, corsário, guerra, etc.¹² “*Humpar de meias para homẽ delaia / ComSua avaria quefoý avalluada pellozLouvadoz emquatro / centoz eoutenta reis*” (CPOMCP, f.105v).

BARREGANA [Barregana] s.f. 1220. Pano tecido de pelo de cabra para resistir à chuva.¹³ “*HumSobretudo deBarrega / na azul comSua vestia ecal / çaõ jauzado tudo visto eavali / ad opellozditoz avaliadores / naquantiad e quatro mil eoyto / centoz Reiz*” (CPOCPR, f.14v).

BOCAXIM [Bocachim] s.m. xv. Certo pano de linho pisado a modo de pano de lã que se costuma tingir de várias cores¹⁴. “*Dezaseis couadosdeBocachim avaliado / aduzentos Reis cadacouado emporta / tres mileduzento(z)Reis*” (CPOMPPN, f.3v).

CABAIA [cabaya] sf, 1525. Seda ligeira.¹⁵ Era usado como forro de roupa exterior masculina e como material de roupa exterior feminina. “*Hum vestido deBarbarisco / forradodecabaya comsu[a]ves / tia calssaõ domesmo emeyapre / tas deseda avalliadoemvin / te oitauas deouro*” (CSOJSS, f.6r).

CEROULAS [Siroulas, Siroullas] s.f. pl. 1508 Vestidura interior de pano de linho que a modo dos calções cobrem o corpo da cintura até os joelhos ou mais abaixo.¹⁶ “*Tres Siroullasdepanodelinho avaliado / cadahũa aquatro Centos esincoenta / Reis emporta digo cadahua acento esinco / entaReis emporta quatro centos esin / coentaReis*” (CPOMPPN, f.8r).

CETIM [setim, Setim] s.m. XIV Tecido de seda muito liso e lustroso.¹⁷ No *corpus* aparece como material de roupas exteriores, acabamentos e adornos de cabelo.”*Humacazaca degalla vermelha / comhuavestiaealcaõ dese / timcarmezim deflorenz tudou / zado vistoeavaliadopellos / ditoz avaliadores naquan / tiadeseiz mil reiz*” (CPOCPR, f.14v).

¹² SILVA, 1813, t.I, p.237.

¹³ BLUTEAU, 1712-1728, t.2, p.54.

¹⁴ BLUTEAU 1712-1728, p.137.

¹⁵ SILVA, 1813, t.I, p.309.

¹⁶ BLUTEAU, 1712-1728, p. 252

¹⁷ BLUTEAU, 1712-1728, p.623

CORDOVÃO [Cordeuoin] s.m. 1145 Pelle de Bode çurrada.¹⁸ “*Duas duzias depelles deCordeuoin que / foraõ avallias Cada duzia aSete Mil / Cada duzia aSete Mil equinh[e]ntos Reis / que anbas inpor taõ quinze Mil Reis*” (CPOMCP, f.55v-56r).

DAMASCO [damasco] s.m. 1498 Tecido de seda com lavrores entre tafeté e raso.¹⁹ Embora a fibra tradicionalmente usada na sua confecção seja a seda, no *corpus* aparece feito, também, de lã. “*Sento equarenta eSeteCouados de / damascodeCastella deVarias Cores eemua / rios Retalhos quefoj avalliado Cada hum / Ouado amil equatro Sentos Reis que / todos emportaraõ emduzentos eSinco / Mil eOito Sentos Reis*” (CPOMCP, f.36v).

DAMASQUILHO [da masquilho] s.m. 1556 Pano de seda a modo de damasco, mas mais leve²⁰. “*Humcovadode da masquilho verde / Vistoeavaliadopellozdittos / avaliadores emseiscentosreis*” (CSOJSCR, f.6r).

GIBÃO [Gibaõ] s.m. XV A parte da vestidura que cobre o corpo do pescoço até quase a cintura.²¹ No *corpus* aparece apenas como rou pa exterior feminina. “*HumGibaõ deDrogueteJa / Uzado Cor de flor de pessegue(i)ro / Velho Visto pellosaualiado[r]es lhe / naõ deraõ Valor pello n[ão] o ter*”. (CSOJCS, f.5r).

JARRO [Jarro, jarro] s.m. 1536 Vaso com asa e bico, em que se traz agua para lavar as mãos, e por ele se vasa sobre elas na bacia de aguar as mãos.²² “*Hum pratoeJarro deAgoa as Maonz / de Estanho damoda antiga avalliado / emoy tauaemeya deouroque adinheyro / Sam dois Mil edusentos esincoenta Reis*” (CPOMSO, f.3v).

JASMIM [Jasmim] s.m. 1561 Uma flor branca vulgar, de de cheiro mui delicado (²³ “*Por dozeuidroz deoleo deJasmimque / [[que]]foramvistos eaualuados pelos / ditos aualadores aduzentos Reis / que emportan dois Milequatro / Sentos Reiz*” (CPFPG, f.26v).

MARROQUIM [Marroquim, Marroquins] s.m. 1552 Pele de cabra ou bode, assim chamada por vir de Marrocos ou de outras partes de Berberia²⁴ “*Quatorze pelles deMarroquins Verme / lhos egrandes quefoj aualliaada Cada / huma pelle amil eduzentos Reis / quetodas emportaõ dezaSeis Mil / eOito Sentos Reis*” (CPOMCP, f.48r).

¹⁸ BLUTEAU, 1712-1728p.548.

¹⁹ BLUTEAU, 1712-1728, p.6.

²⁰ BLUTEAU, 1712-1728, p.6.

²¹ BLUTEAU, 1712-1728, p.69

²² SILVA, 1813, t.II, p.187-188

²³ SILVA, 1879, t.I, p.188.

²⁴ BLUTEAU, 1712-1728, p.344.

TAFETÁ [tafeta] sm, 1773²⁵ Tecido leve de seda.²⁶ “*vinte esetecouados detafeta em retalho(z) / devarias cores avaliadocadacouado / atrezentozReis emporta oito mil ecem reis*” (CPOMPPN, f.3v).

A análise dos arabismos do vestuário das Minas setecentistas aponta a predominância de substantivos, classe de palavra em que se integram 24 dos 26 itens levantados, o que perfaz 92,3% do total. Todos são substantivos concretos, os quais, com efeito, constituem a maior parte dos arabismos ibéricos, preenchendo lacunas lexicais surgidas no convívio entre cristãos e muçulmanos na Idade Média peninsular. Apenas 02 termos (*acetinado* e *aljofrado*) são adjetivos, isto é, 7,7% dos vocábulos encontrados. Diacronicamente, entretanto, verificou-se a substantivação de formas cujos étimos são adjetivos gentílicos (*bocaxim*, *cordovão*, *damasco*, *damasquilho* e *marroquim*), remetendo a designação dos tecidos à localidade de fabrico.

A análise dos dados aponta, ainda, a predominância de formas básicas, representadas por 23 itens ou 88,5% do total levantado, a exceção apenas de *acetinado*, *aljofrado* e *damasquilho*, equivalentes a 11,5% do total, na perspectiva sincrônica.

Verifica-se a aglutinação do artigo em apenas 09 itens, o que constitui 34,6% dos arabismos levantados: *alfazema*, *alfinete*, *alforje*, *algibeira*, *algodão*, *aljôfar*, *aljofrado*, *alpercata* e *argola*. Todos estes conheceram, em sua evolução, uma fase árabe andalusina, o que, como já se disse, concorreu para a redução do sintagma nominal constituído de determinante-artigo e nome-substantivo para apenas nome-substantivo. Outros 17 arabismos do vestuário são destituídos do artigo, o que corresponde a 65,4% do total: *acetinado*, *âmbar*, *anta*, *avaria*, *barregana*, *bocaxim*, *cabaia*, *ceroulas*, *cetim*, *cordovão*, *damasco*, *damasquilho*, *gibão*, *jarro*, *jasmim*, *marroquim* e *tafetá*.

Os arabismos do vestuário que não trazem o artigo aglutinado têm origem variada e foram tomados diretamente de línguas médio-orientais. Apenas 05 itens, ou 29,4% do total de arabismos sem o artigo (*âmbar*, *anta*, *barregana*, *ceroulas* e *jasmim*), tiveram uma fase andalusina. O neoárabe é a origem de 04 formas ou 23,5% delas (*acetinado*, *avaria*, *cetim* e *marroquim*); do árabe resultam outras 04 formas, perfazendo outros 23,5% dos arabismos sem artigo aglutinado (*cabaia*, *cordovão*, *gibão* e *jarro*); no aramaico se originam 02 itens (*damasco* e seu derivado, *damasquilho*), 11,8% do total; o neopersa dá origem a 01 arabismo

²⁵ No DEH consta o ano de 1785 como data de entrada desse termo na língua portuguesa. Entretanto foi necessário retrodatar, visto que está registrado em um documento de 1773.

²⁶ BLUTEAU, 1712-1728, t.8, p.15.

português ou 5,9% das formas em questão (*tafetá*) e 01 termo tem origem médio-oriental incerta, turca, árabe ou neopersa (*bocaxim*), equivalente a outros 5,9% do total de itens sem artigo aglutinado. O fato de 12 itens destituídos do artigo aglutinado (ou 70,6% deles) não terem fase no árabe andalusino corrobora a tese de Noll, segundo a qual é esta variedade diatópica da língua árabe a responsável pelo fenômeno da aglutinação. O contato direto do português com o árabe, seja no norte da África, seja a Oriente, quando da expansão ultramarina portuguesa, concorreu para a aquisição de empréstimos árabes muitas vezes destituídos do artigo aglutinado. De resto, a não aglutinação do artigo nas formas andaluzinas pode resultar de empréstimos internos de norma árabe mais tensa empregada pelas elites muçulmanas, uma vez que é o seu vestuário que designam.

Quanto à época de ingresso na língua portuguesa, distribuem-se os arabismos do seguinte modo: ainda no século XII entraram *alforje* e *cordovão* (02 itens ou 7,7% dos arabismos do vestuário); do século XIII são *algodão*, *âmbar* e *barregana* (03 itens ou 11,5% dos termos analisados); o século XIV trouxe *aljôfar*, *argola* e *cetim* (03 itens, outros 11,5% do total); no século XV integraram o sistema lexical português *alfinete*, *anta*, *bocaxim*, *damasco* e *gibão* (05 termos, equivalentes a 19,2%); o século XVI trouxe *alfazema*, *algibeira*, *avaria*, *cabaia*, *ceroulas*, *jarro*, *jasmim*, *marroquim* e *damasquilha* (09 formas ou 34,6% do total); *aljofrado* é do século XVII (01 itens apenas, correspondente a 3,9% das formas); no século XVIII verificou-se o ingresso de *tafetá*, de acetinado e de alpercata (03 termos, 11,5% do total).

Observe-se que apenas 04 dos arabismos do vestuário documentados nos inventários mineiros entraram na língua portuguesa a partir do século XVII (15,4% das 26 formas encontradas); os demais 22 itens (84,6% do total) são empréstimos adquiridos ao longo dos 05 séculos anteriores. Verifica-se, assim, neste período, a importância da língua corânica na constituição do léxico português, no contato linguístico verificado seja na Península Ibérica (Idade Média), seja nas expedições norte-africanas (século XV), seja, ainda, no próprio Oriente-Médio (a partir do século XVI). A cronologia da aquisição dos arabismos é, ainda, sugestiva da estratigrafia desse influxo na língua lusitana.

A trajetória interlinguística deste vocabulário indica os contatos linguísticos em curso na Europa medieval. Constatam-se, na análise das informações etimológicas dos arabismos do vestuário, 08 formas para as quais se apresentam línguas-ponte: 02 formas ou 25% delas (*bocaxim*, *tafetá*) foram transmitidas pelo italiano ou pelo catalão; outras 02 formas, correspondentes a 25% das línguas-ponte citadas, pelo latim (*damasco*, *damasquilha*); para 01

termo ou 12,5% das línguas-ponte indicadas encontramos o italiano (*cabaia*), italiano ou francês (*cetim*), italiano ou provençal (*gibão*) e moçárabe (*cordovão*).

É preponderante o papel de dialetos italianos na transmissão de arabismos à língua portuguesa, correspondendo, com efeito, a 02 das 04 vias de ingresso de arabismos nas línguas românicas propostas por Lüdtke (1974, p. 83-84), a saber, o comércio desenvolvido através dos portos de Gênova, Pisa e Veneza e a presença árabe na Calábria e na Sicília.

O moçárabe encontra-se indicado como língua-ponte pelo DEH, cabendo aqui a observação de que o termo *moçárabe* indica antes etnia, ‘população hispano-goda de Alandalus’, preferindo-se *romance andalusino* ou *romandalusino* para designação da língua românica em uso na Península Ibérica islamizada (CORRIENTE, 1996, p. 35).

Já a origem remota de 12 termos para os quais a própria língua árabe serviu de língua-ponte indica predominância de formas médio-orientais, assim distribuídas: de origem pálavi são 03 itens lexicais ou 25% dos itens em questão (*aljôfar*, *aljofrado*, *jasmim*); do neopersa resultam 02 formas ou 16,7% dos itens (*barregana* e *tafetá*); assim com 02 itens ou 16,7% destes resultam da evolução de étimo remoto aramaico (*damasco* e *damasquilho*) e de origem incerta, embora seguramente médio-oriental (*bocaxim*, do turco, mas, de acordo com o DAVAIR, talvez do árabe ou do neopersa, e *ceroula*, do aramaico ou do antigo persa). Representados por uma única forma ou 8,3% dos termos em cuja transmissão o árabe constituiu língua-ponte estão um indefinido “pré-românico” (*alpercata*), o chinês (*cetim*) e o berbere (*anta*).

A análise dos arabismos em questão indica herança do português europeu, não se verificando, para o vestuário mineiro dos setecentos, termos diretamente introduzidos no português brasileiro, cuja via de ingresso de arabismos seria inaugurada no século seguinte, com a importação de mão-de-obra escrava embarcada na Costa do Benim e a chegada, a partir de 1860, de imigrantes sírio-libaneses (VARGENS, 2007, p. 37; LOVEJOY, 2002, p. 9; MONTENEGRO, 2004, p. 64).

Quanto à marcação diassistêmica documentada nos produtos lexicográficos consultados para o vocabulário analisado, chama atenção a praticamente inexistente ocorrência de marcas indicativas de usos cronológica ou regionalmente restritos. O DEM informa para *algibeira* o caráter “antigo” do termo. Verifica-se, outrossim, a informação do uso enquanto termos das áreas do vestuário e da indústria têxtil. Como a lexicografia nacional não emprega marca diintegrativa, identificadora da origem estrangeira das formas analisadas,

depreendeu-se a importação dos termos exclusivamente pelas notícias etimológicas verificadas nos verbetes.

Observou-se que, no registro dos arabismos do vestuário documentados em inventários mineiros do século XVIII, a normatização gráfica ainda não se fizera sentir, verificando-se o emprego tanto de variantes fonéticas quanto de variantes gráficas. Para *acetinado* (grafia modernizada), ocorrem variantes gráficas com <c> e <s> para a sibilante surda, embora a única grafia documentada para *cetim* seja com <s>, minúsculo ou maiúsculo, ainda que verificado o termo no interior de uma oração.

Conheciam forma gráfica distinta, sem o registro de outras variantes, *alforje*, grafado com <g> e inicial maiúscula no meio da sentença; *bocaxim*, grafado com <ch> e inicial maiúscula; cabaia, que no *corpus* traz a semivigal grafada com <y>;

Cordovão ocorre com grafia afrancesada, *cordeuoin*, indicativa da língua-ponte que, entretanto, não está representada nos produtos lexicográficos consultados como intermediária na sua transmissão à língua portuguesa e a despeito de seu ingresso no sistema lexical desta já no século XII, ao que corresponderia completa adaptação fonética. Seria o caso, portanto, de reintrodução do arabismo na língua por nova via, em transmissão intra-românica.

Não se verifica respeito à fronteira vocabular no registro gráfico de *damasquilha*, cuja primeira sílaba aparece separada do resto do vocábulo, verificando-se também o inverso, com o agrupamento vocabular (como em [*prato*]e*Jarro*, de*Jasmimque*, de*Marroquins*, de*tafeta*, dentre outros). O ditongo nasal <ão> traz o diacrítico no <o>, verificando-se, assim, o registro de <aõ> em todos os ditongos nasais nos oxítonos portugueses (em *algodaõ* e *gibaõ*, por exemplo).

Usam-se indistintamente os grafemas <v> e <u> no registro da fricativa lábio-dental sonora (*avaria* ~ *auaria*). Empregam-se, nos vocábulos estudados, <y> na representação da semivogal anterior (*cabaya*) e <i> para a vogal anterior alta, oral ou nasal (*alfinetez*, *auarias*, *Siroullas*, *Bocachim* e *setim*). A líquida línguo-dental [l] ocorre grafada com <ll> (*argollas*).

Marca-se o plural regular dos nomes indistintamente com <s> (*Alforjes*, *argollas*, *auarias*, *siroullas*) ou com <z> (*alfinetez*, *Alparcatas*).

Dado não refletir instabilidade fonética, mas sim falta de ortografia normatizada, as variantes gráficas dos arabismos do vestuário mineiro não são representativas da sua integração na língua portuguesa, conforme preconiza a literatura sobre a integração de empréstimos. Não são adaptações gráficas do termo, inclusive porque são de antiga integração no sistema lexical português.

Quanto às variantes fonéticas, elas atestam a fonologia do português brasileiro, com a variação da altura da vogal pretônica (*algodão* ~ *algudaõ*; *Siroullas*, se considerarmos a forma padrão atual), a redução ao primeiro segmento do grupo consonantal constituído de consoante ⁺ r (*aljofres* ~ *aljofes*), a preferência por forma sincopada (*aljofrado*, quando a língua conhece a forma *aljofarado*), a variação entre a líquidas [l] e [r] (*argollas* ~ *algoras*) e a monotongação do ditongo [aw], grafado <al> (*aljofes* ~ *ojofes*, assim como *ogibeira*, quando a forma padrão é *algibeira*). A forma *alparcata* é a única registrada, mas o português brasileiro conhece uma série de variantes, documentadas nos dicionários gerais brasileiros, como *paragata*, *pargata*, *pracata*, *pragata*, *precata* e *alpercata* (DEM, DEA, DEH).

A distribuição dos arabismos do vestuário mineiro dos setecentos por microcampos semânticos dá-se conforme especificado a seguir: integram o microcampo dos tecidos e peles 11 termos ou 42,3% dos 26 arabismos levantados (*algodão*, *anta*, *barregana*, *bocaxim*, *cabaia*, *cetim*, *cordovão*, *damasco*, *damasquilha*, *marroquim* e *tafetá*); o campo da higiene pessoal comporta 04 itens ou 15,4% do total (*alfazema*, *âmbar*, *jarro* e *jasmim*); os campos das generalidades (*acetinado*, *aljofrado*, *avaria*), acessórios (*alfinete*, *alforje* e *aljôfar*) e roupas ou peças de roupas (*algibeira*, *ceroulas* e *gibão*) trazem, cada um, 03 itens ou 11,5% do total, ao passo que os microcampos dos calçados (*alpercata*) e dos adereços (*argola*) são representados por um único termo cada, correspondente cada uma destas formas a 3,9% do total de itens levantados.

A constituição de 07 microcampos semânticos relacionados ao vestuário aponta, qual matéria submetida a análise microscópica, a diversidade de áreas em que a interferência lexical do idioma árabe se fez sentir, no que respeita à constituição do léxico português.

A par dos arabismos apenas descritos, outras 03 formas merecem atenção. O DEA e o DEM remetem *farda*, ‘uniforme’, ao árabe com transmissão para o português feita pelo espanhol. O DEH apresenta origem duvidosa, indicando a hipótese árabe, mas, segundo o DAVAIR, em observação válida para o galego, trata-se antes de galicismo. A datação do século XIV (HOUAISS, 2001) remete à fase mais antiga da língua portuguesa, a galego-portuguesa, cuja lírica é permeada de galicismos, o que torna viável que se estenda à forma portuguesa a mesma origem do termo galego documentado no DAVAIR. O LPOA não registra o referido vocábulo.

O termo *jaleco*, ‘casaco curto usado sobre a camisa’, de 1725, aparece no DEA como originado no turco com transmissão pelo espanhol; o DEM acertadamente remete à forma diretamente ao turco e o DEH, ao turco, por meio do espanhol e do árabe argelino. O

DAVAIR traz o italiano como língua-ponte na sua transmissão para as línguas ibéricas e mesmo para o árabe argelino.

Já *rês* figura na longa lista de falsos arabismos ibéricos que integram um apêndice no DAVAIR, segundo o qual o termo é originado antes no latim *rēs* ‘propriedade’.

Comente-se aqui, ainda, o termo *tafetá*, em geral apresentado pela lexicografia nacional como originado no persa, com o francês como língua-ponte (DEM, DEA, DEH), mas para o qual o DAVAIR aponta uma forma intermediária árabe não atestada (CORRIENTE, 2003, p. 446).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise dos dados, e retomando a questão que se pretendeu responder, qual seja, se os arabismos empregados na designação do vestuário coligidos em inventários mineiros setecentistas refletem o uso do português europeu ou se se caracterizam por uso peculiar à variedade americana da língua portuguesa, e considerando-se, ainda, a hipótese investigada, de que, tratando-se de terminologia do vestuário tal vocabulário não teria sofrido alterações semânticas significativas, concluiu-se que:

Os termos investigados designam vestes ou partes destas, tecidos ou peles com que se confeccionam calçado, adorno, acessórios, itens para higiene pessoal, além de estado de conservação ou condição das vestes cujos referentes chegaram ao Brasil com o colonizador português no processo de contato linguístico-cultural que naturalmente se seguiu à integração destas paragens do Novo Mundo à coroa portuguesa. Trata-se, assim, de vocabulário herdado do português europeu.

Entretanto, a lexicografia apresenta para os termos do vestuário uma longa trajetória interlinguística que faz migrarem vocábulos do Oriente-Médio (de línguas tão distintas como o árabe, o aramaico, o páleri e o persa) para o Brasil, com “escala” em Alandalus, Itália, França, Provença ou Catalúnia, cujas línguas intermediaram a sua introdução na língua portuguesa.

A datação dos mais antigos registros dos arabismos do vestuário, verificada em maior número entre os séculos XII e XVI, bem como a profusão dos micro-campos em que se organizam, também reportam antiga aquisição do referido vocabulário no português europeu.

Embora constitua vocabulário herdado do português europeu, no século XVIII já é pronunciado segundo hábitos fonético-fonológicos da variedade diatópica (mineira) do

português brasileiro, por isso o registro de variantes fonéticas na documentação em que foram buscados. Além disso, esse vocabulário está intrinsecamente relacionado a aspectos socioculturais de Portugal. Aspectos esses que foram transplantados para a Colônia juntamente com a língua do colonizador.

Interessante seria investigar, então, os arabismos do traje em variedades diatópicas nordestinas do português brasileiro à época do Brasil Colônia, para checar se, constituindo a região a primeira área de colonização, e considerando-se o caráter conservador, do ponto de vista lexical, destas variedades, haveria nestas um maior número de arabismos e/ou de micro-campos de ocorrência do que os observados na variedade mineira do português brasileiro.

REFERÊNCIAS

ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**: texte de l'édition de 1711, traduction française et commentaire critique par Andrée Mansuy. Paris: Institut des Hautes Études de L'Amérique Latine, 1965.

ÁVILA, A. **Resíduos seicentistas em Minas**: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco. Belo Horizonte: Centro de estudos mineiros. 1967. 2 vol. (com a reprodução do Aureo Throno Episcopal).

BALDINGER, K. Los árabes. In: BALDINGER, K. **La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica**. Madrid: Gredos, 1963. p. 53-75. [Biblioteca Románica Hispánica, Dirigida por Damaso Alonso, Tratados y Monografías, 1].

BARROS, S. P. A condição social e a indumentária feminina no Brasil-Colônia. **Anais do Museu Histórico**, Rio de Janeiro, n.VIII, p.117-154, 1947.

BARTHES, R. **Inéditos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BLOOMFIELD, L. **Language**. Delhi: Motilal Banarsidass Publishers Private Ltd., 2005.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. 8 v. (CD-ROM).

CÂMARA JR., J. M. **Dicionário de lingüística e gramática**: referente à língua portuguesa. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

CORRIENTE, F. **Diccionario de arabismos y voces afines en iberorromance**. 2. ed. ampl. Madrid: Gredos, 2003. [Biblioteca Románica Hispánica, Fundada por Dámaso Alonso, Dictionarios, 22]

CORRIENTE, F. Novidades en el estudio de los arabismos en iberorromance. **Revista Española de Lingüística**, 26, 1, p. 1-13, 1996.

CUNHA, Antonio Geraldo. **Dicionário etimológico Nova Fronteira**. 2. ed. Rio de Janeiro Nova Fronteira, 1997.

DICMAXI Michaëlis Português: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa, Versão 1.1. Amigo do Mouse Software Ltda., set. 2000. 1CD-ROM.

ELIA, S. **Preparação à lingüística românica**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. totalmente revista e ampliada. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Lexikon Informática Ltda./Sonopress, 1999. 1 CD-ROM.

FRANCA, R. **Arabismos: uma mini-enciclopédia do mundo árabe**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/EDUFPE, 1994.

FREITAS, T.; RAMILO, M. C.; SOALHEIRO, E. O processo de integração dos estrangeirismos no português europeu. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, 18., 2002. **Actas**. Lisboa: Colibri, 2002. p. 371-385. Disponível em: <[HTTP://www.apl.org.pt/actas/xviii-encontro-nacional-da-associacao-portuguesa-de-linguistica.html](http://www.apl.org.pt/actas/xviii-encontro-nacional-da-associacao-portuguesa-de-linguistica.html)>. Acesso em: 20 jan. 2008.

HALLIG, Rudolf; WARTBURG, Walter Von. **Begriffssystem als grundlage für die lexikographie**. Berlin: Akademie Verlag, 1952.

HOUAISS, A. **As projeções da língua árabe na língua portuguesa**. Conferência para o Centro de Estudos Árabes da USP em 1986. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/collat7/houaiss.htm>>. Acesso em: 05 fev. 2003.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Versão 1.0.10. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006. 1 CD-ROM.

LIPOVETSKY, G. **O império do efêmero**: a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LOVEJOY, P. Jihad e escravidão: as origens dos escravos muçulmanos da Bahia. **Topoi**, n. 1, p. 11-44, 2002.

LÜDTKE, H. **Historia del léxico románico**. Versión española de Marcos Martínez Hernández. Madrid: Gredos, 1974.

MACHADO, Simão Ferreira. Triumpho Eucharístico (1733). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. VI, n. 19 *apud* MAGALHÃES, Beatriz Ricardina. A demanda do trivial: vestuário, alimentação e habitação. **Revista brasileira de estudos políticos**. Belo Horizonte, n. 65, p. 153-199, julho, 1987.

MAGALHÃES, Beatriz Ricardina. A demanda do trivial: vestuário, alimentação e habitação. **Revista brasileira de estudos políticos**. Belo Horizonte, n. 65, p. 153-199, julho, 1987.

MARQUES, A. H. de O. **A sociedade medieval portuguesa**. Lisboa: Livraria Sá da Costa editora, 1964.

MICHAËLIS: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1998. (Dicionários Michaëlis)

MONTENEGRO, S. M. Identidades muçulmanas no Brasil: entre o arabismo e a islamização. **Lusotopie**, v. 2, p. 59-79, 2002.

NEUVONEN, E. K. Los arabismos de las Cantigas de Santa María. **Boletín de Filología**, 12, p. 291-352, 1951.

NOLL, V. **La aglutinación del artículo árabe al en el léxico español**. 2005. Disponível em: <<http://www.uni-muenster.de/imperia/md/content/romanisti/noll/noll-art.pdf>>. Acesso em 12 jun. 2010.

OLIVEIRA, Gracinéa I. **Estudo do vocabulário do vestuário em documentos setecentistas de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. 2vol.

OMEGNA, N. 2.ed. **A cidade colonial**. Brasília: Ebrasa, 1971.

RIBEIRO, O. **A formação de Portugal**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.

SAPIR, E. **A linguagem**: introdução ao estudo da fala. Tradução e Anexo de J. Mattoso Câmara Jr. São Paulo: Perspectiva, 1980.

SILVA NETO, S. da. **História da língua portuguesa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1988.

SILVA, R. V. M. **Empréstimos culturais no período arcaico da língua portuguesa**. Disponível em: <<http://www.prohpor.ufba.br/esprescultu.html>>. Acesso em: 05 fev. 2003.

SILVA, R. V. M. **Empréstimos culturais no período arcaico da língua portuguesa**. Disponível em: <<http://www.prohpor.ufba.br/esprescultu.html>>. Acesso em: 05 fev. 2003.

SILVA, Antônio de Moraes. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lithotypographia fluminense, 1789. Disponível em: <brasiliana.usp.br>. Acesso em 30 set. 2011.

SOUZA, L. de M. e. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. 4.ed. São Paulo: Graal, 2004.

TEYSSIER, P. **História da língua portuguesa**. Trad. por Celso Cunha. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 43-44.

VARGENS, J. B. de M. **Léxico português de origem árabe**: subsídios para os estudos de filologia. Rio Bonito: Almádena, 2007.

VASCONCELOS, C. M. de. **Lições de filologia portuguesa**. Lisboa: Revista de Portugal, 1956.

VIGUERA MOLINS, M. J. Lengua árabe y lenguas románicas. **Revista de Filología Románica**, n. 19, p. 15-54, 2002.

WEINREICH, U. **Languages in contact**. 5. ed. The Hague: Mouton, 1967.

ZEMELLA, M. P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo:[s.n], 1951.

Retrospectiva

FINATTO, M. J. B.; KRIEGER, M. G. *Introdução à Terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004, 223p.

Raphael Marco Oliveira Carneiro *

Há muito tempo o homem vem criando e utilizando palavras para denominar conceitos, objetos e processos das mais diversas áreas do saber. A crescente especialização desses saberes propicia o surgimento de terminologias cada vez mais específicas. Várias áreas do conhecimento são caracterizadas pelo uso de termos específicos constituindo universos linguísticos bem peculiares. O estudo dessas áreas especializadas, a partir do século XXI, tem recebido maior atenção de vários estudiosos no assunto. É o que vem comprovar o livro de Maria da Graça Krieger e Maria José Bocorny Finnato (*Introdução à Terminologia: teoria e prática*. São Paulo, Contexto, 2004) que além de traçar um vasto panorama sobre o que se tem produzido no assunto, destacam algumas aplicações de terminologias na elaboração de produtos terminológicos.

O presente livro, dividido em duas partes, apresenta na primeira delas os fundamentos que constituem os estudos terminológicos, desde as diversas teorias e áreas correlatas até os objetos de estudo da Terminologia. Na segunda parte, são apresentadas algumas abordagens práticas para a aplicação da Terminologia, desde a geração de bancos de dados, glossários e dicionários técnicos, até o uso de softwares para reconhecimento terminológico.

Concebendo a Terminologia como uma disciplina de face teórica e prática, as autoras discutem as implicações teóricas sobre os estudos da linguagem para a Terminologia, bem como algumas aplicações possíveis em torno do principal objeto do estudo terminológico: o termo técnico-científico. O termo é o elemento linguístico que constitui a expressão lexical dos saberes especializados. Desse modo, é a partir do léxico especializado que as diversas áreas técnicas, científicas e tecnológicas expressam e comunicam o conhecimento que as

*Graduando em Letras pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU); e-mail: raphael.olic@gmail.com.

constituem e caracterizam. Logo, o termo é constituído por três dimensões: linguística, conceitual, e comunicativa.

Em seguida, as autoras traçam um panorama histórico da Terminologia apresentando várias teorias de acordo com o momento histórico de suas formulações. Nesta seção, as autoras deixam claro que o uso de terminologias não é um fenômeno recente e que foram os estudos sobre o componente lexical das comunicações especializadas que receberam maior atenção a partir da segunda metade do século XX.

A seguir, são apresentadas várias escolas e teorias que se diferenciaram umas das outras a partir de diferentes focos de estudo e posicionamentos epistemológicos. As autoras diferenciam, então, estudos caracterizados por um enfoque cognitivo do fenômeno terminológico, dos estudos que se desenvolveram a partir de uma visão do funcionamento linguístico dos termos. Dessa forma, nos primeiros estudos citados, prevalece uma abordagem normativa das terminologias ao contrário dos estudos fundamentados em uma perspectiva descritiva do léxico especializado impulsionados pelos desenvolvimentos da Linguística.

É importante mencionar que Wüster, fundador da escola de Viena, a partir de suas pesquisas realizadas sob o enfoque cognitivo e sob princípios normativos de terminologias, deu origem à Teoria Geral da Terminologia (TGT), constituindo um marco na história dessa área, além de fundamentação para as bases de estudo dessa disciplina.

Em seguida, as autoras estabelecem as correlações e as interfaces de outras áreas em relação à Terminologia. São elas: Semântica, Lexicologia, Lexicografia, Terminografia, Documentação e Tradução. De modo conciso, a Semântica se aproxima da Terminologia em razão da importância do plano conceitual constituinte das terminologias. Tanto a Lexicologia quanto a Lexicografia e a Terminografia, em razão dos seus pontos de confluência, relacionam-se à Terminologia, na medida em que juntas constituem as Ciências do Léxico. Apesar disso, elas se diferenciam, visto que apresentam diferentes enfoques em relação ao seu objeto de estudo. Enquanto a Lexicologia e a Lexicografia se ocupam do estudo e da descrição do léxico geral (palavras) de determinada língua, a Terminologia e a Terminografia se ocupam do estudo e da descrição do léxico especializado (termos) de determinada linguagem de especialidade. Em relação à Documentação, a Terminologia descreve os termos repertoriados a partir de textos especializados, que em princípio integram acervos bibliotecários. Visto que a Documentação, inserida na área das Ciências da Informação, tem como propósito fundamental organizar informações bibliográficas que possam ser recuperadas por usuários de bibliotecas, o léxico especializado, parte integrante da linguagem

de indexação de documentos às bases de dados bibliotecários, exerce grande influência nos estudos sobre Documentação. A Tradução, por sua vez, relaciona-se à Terminologia, principalmente pela tradução de termos técnico-científicos. Dessa forma, as terminologias constituintes dos textos técnico-científicos são peças chaves para uma tradução compreensível desses textos. Assim, além de se familiarizar com a terminologia de determinada área, o tradutor pode se beneficiar de produtos resultantes do fazer terminológico, ou seja, os tradutores se colocam como usuários por excelência de glossários, dicionários técnicos e bases de dados terminológicos.

Na próxima seção, as autoras discutem as diversas faces teóricas e práticas dos objetos de estudo da Terminologia. São eles: termo, fraseologia e definição. Sucintamente, o termo é a unidade terminológica constituinte da produção do saber, ou seja, a univocidade da comunicação especializada é favorecida pelo uso dos termos. As fraseologias são constituídas por expressões idiomáticas, frases feitas, provérbios, locuções nominais e verbais, bem como estruturas convencionalmente utilizadas como fórmulas de abertura e fechamento de cartas, por exemplo, ou seja, a interpretação semântica fraseológica não depende dos sentidos estritos das unidades linguísticas que compõem certa estrutura. E a definição terminológica (DT) é aquela constituída por enunciados definitórios dos termos técnico-científicos de determinada especialidade, cujos enunciados são, geralmente, elaborados a partir de duas categorias: gênero próximo e diferença específica.

As autoras discutem também a relação entre texto e terminologia, refletindo sobre as contribuições de teorias textuais e discursivas a partir de visões textuais, semióticas, pragmáticas e enunciativas. Nesse sentido, a identificação de aspectos pragmáticos da comunicação especializada fazendo com que as unidades lexicais assumam feições terminológicas no contexto das comunicações especializadas, tem sido beneficiada pelo uso de uma abordagem textual. Consequentemente, investigações baseadas nesses princípios evidenciam a importância da dimensão linguístico-comunicativa da Terminologia auxiliando na compreensão do funcionamento de seus objetos.

Finalizadas as considerações a respeito dos aspectos mais teóricos e das pesquisas que têm sido realizadas dentro dos estudos terminológicos, na segunda parte do livro, as autoras tratam da Terminologia considerando sua face aplicada, ou seja, são priorizadas as discussões em torno da redação e tradução técnicas e na elaboração e gestão informatizada de léxicos especializados a partir da relação entre Terminologia e Terminografia. Desse modo, os capítulos discutem respectivamente os aspectos relacionados à geração de glossários e

dicionários especializados; geração de bancos de dados; o reconhecimento de termos técnico-científicos e a elaboração de suas definições; tradução, redação técnica e gestão de informação; metodologias descritivas e estudos de textos com apoio informatizado. Discute-se, portanto, o planejamento do trabalho terminológico, a construção de árvores de domínio para estabelecimento das relações semânticas e conceituais de determinada área, utilização de fichas terminológicas para registro de dados, a contribuição de *corpora* eletrônicos de textos como fonte para análise dos termos em seus contextos naturais de uso e o uso de softwares para reconhecimento terminológico.

A partir disso, fica claro que para a execução do trabalho terminográfico é preciso de planejamento e organização das diversas etapas de trabalho. Nesse processo, a tecnologia é fundamental, desde a compilação de um *corpus*, até o reconhecimento informatizado de termos e da construção de bancos de dados eletrônicos.

A partir de todas as discussões e do panorama traçado sobre o que se tem feito dentro dos estudos terminológicos, percebe-se o quão influente e importante essa área se tornou para os estudos linguísticos. De forma clara e objetiva, as autoras apresentam os fundamentos teóricos e as aplicações do uso de terminologias. Desse modo, não só estudantes e pesquisadores de Terminologia e áreas afins se beneficiarão a partir da leitura desse livro, mas também todos os que lidam com linguagens de especialidade em suas atividades profissionais, podendo desenvolver maior consciência das peculiaridades da linguagem com a qual expressam o conhecimento.

Enfim, essa obra abrangente, pioneira na divulgação dos estudos terminológicos no Brasil, é imprescindível para todos os que buscam uma compreensão geral do que se tem produzido em relação ao tema e dos avanços desse campo interdisciplinar e multidisciplinar que é a Terminologia.